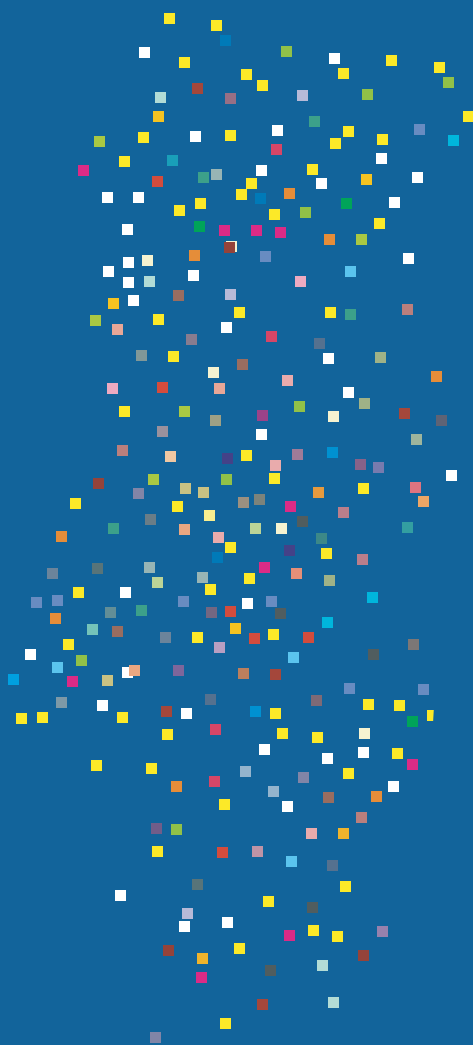


Mapa de Boas Práticas Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal



Com o apoio da 11ª Conferência Metropolis



FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA

Mapa de Boas Práticas Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal

Com o apoio da 11ª Conferência Internacional *Metropolis*



FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA

Coordenação Editorial e Científica: Maria Lucinda Fonseca e Monica Goracci

Equipa Técnica: Maria Lucinda Fonseca, Jennifer McGarrigle e Dora Possidónio (Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa), Ana Sofia Ganho e Frederica Rodrigues (Organização Internacional para as Migrações), Catarina Reis Oliveira (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.).

Colaboraram ainda neste volume: Margie McHugh, William Somerville, Laureen Laglagaron e Hiroyuki Tanaka (Migration Policy Institute).

A OIM está comprometida com o princípio de que a migração ordenada e de forma humana beneficia os migrantes e a sociedade civil. Como entidade intergovernamental, a OIM interage com os seus parceiros da comunidade internacional de forma a: responder aos desafios das migrações; facilitar a compreensão do tema das migrações; estimular o desenvolvimento social e económico através da migração; e assegurar a dignidade humana e o bem-estar dos migrantes.

Editado por:

Organização Internacional para as Migrações

Rua José Estêvão, 137 – 8º Piso

1150-201 Lisboa

Portugal

Tel: + 351 21 324 2940

Fax: + 351 21 324 2949

E-mail: iomlisbon@iom.int

Internet: <http://www.iom.int>

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.

Rua Álvaro Coutinho, 14

1150-025 Lisboa

Portugal

Tel: + 351 21 810 61 00

Fax: + 351 21 810 61 17

E-mail: acidi@acidi.gov.pt

WebSite: <http://www.acidi.gov.pt/>

ISBN: 978-92-9068-413-8

Depósito legal: 268747/07

Direitos dos Autores © 2007

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida, de qualquer forma ou por qualquer meio, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem autorização dos Editores.

O texto é da exclusiva responsabilidade dos autores, não coincidindo necessariamente com as opiniões da OIM.

Concepção gráfica da capa: Cecília Guimarães

Índice

Nota de Abertura	5
“O Mapa do Tesouro”	
Rui Marques , Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)	
Nota de Apresentação	7
Monica Goracci , Chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações (OIM) em Portugal	
Nota de Apresentação	9
Charles Buchanan , Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)	
APRESENTAÇÃO DO PROJECTO	11
Mapa de Boas Práticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal	11
INTRODUÇÃO	27
Tendências recentes da imigração para Portugal	27
Enquadramento europeu das políticas de integração	29
Portugal no contexto das políticas de integração na Europa: resultados do MIPEX	34
Integração dos imigrantes em Portugal: debates e instrumentos de política	38
CAPÍTULO I	41
INFORMAÇÃO, ACOLHIMENTO E MEDIA	41
Enquadramento do Sector	41
Descrição das Iniciativas	45
CAPÍTULO II	71
CULTURA, SENSIBILIZAÇÃO CÍVICA, LAZER, DESPORTO	71
Enquadramento do Sector	71
Descrição das Iniciativas	75
CAPÍTULO III	103
ENSINO E SENSIBILIZAÇÃO	103
Enquadramento do Sector	103
Descrição das Iniciativas	107
CAPÍTULO IV	127
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO	127
Enquadramento do Sector	127
Descrição das Iniciativas	130
CAPÍTULO V	145
SAÚDE	145
Enquadramento do Sector	145
Descrição das Iniciativas	149
CAPÍTULO VI	159
HABITAÇÃO E SERVIÇOS SOCIAIS	159
Enquadramento do Sector	159
Descrição das Iniciativas	163

CAPÍTULO VII		170
	ACONSELHAMENTO JURÍDICO E REGISTO DE CIDADÃOS COMUNITÁRIOS	171
	Enquadramento do Sector	171
	Descrição das Iniciativas	174
CAPÍTULO VIII		179
	SECTOR FINANCEIRO	179
	Enquadramento do Sector	179
	Descrição das Iniciativas	180
CAPÍTULO IX		183
	INICIATIVAS INTEGRADAS	183
	Enquadramento	183
CAPÍTULO X		
	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	191
CAPÍTULO XI		
	AS GRANDES LINHAS DA POLÍTICA DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES EM PORTUGAL	199
	Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)	
	1. Plano para a Integração dos Imigrantes (PII)	200
	2. Informação, garantia de exercício de direitos e deveres	202
	3. Soluções para resolver problemas: uma administração mais próxima do Imigrante	203
	4. Combate à discriminação e ao racismo	203
	5. Sensibilização da opinião pública para o acolhimento e a tolerância	204
	6. Pelos Imigrantes, com os Imigrantes	204
	7. Conhecer mais para agir melhor	205
	8. Promoção da Interculturalidade	205
	9. Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI)	206
	10. Programa Escolhas	206
CAPÍTULO XII		
	REFLEXÕES SOBRE INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES: UMA PERSPECTIVA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	207
	Michael Fix, Laureen Laglagaron, Margie McHugh, Will Somerville, and Hiroyuki Tanaka (Migration Policy Institute - MPI)	
MAPAS: Distribuição Geográfica das Iniciativas		219
	PORTUGAL CONTINENTAL E REGIÕES AUTÓNOMAS	219
	REGIÕES AUTÓNOMAS	220
	REGIÃO NORTE	221
	REGIÃO CENTRO	223
	REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO	225
	REGIÃO SUL	229
Índice das Entidades e Contactos		231

Nota de Abertura

“O Mapa do Tesouro”

Rui Marques, Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)

Recorrentemente surgem-nos algumas interrogações sobre “os porquês” dos bons resultados das políticas de imigração em Portugal. Como foi possível, por exemplo, depois de ter duplicado o número de imigrantes legais em menos de três anos (1999/2001) - com uma diversificação das suas origens para fora do domínio da CPLP -, e perante um aumento significativo do desemprego (de 4% para 7,9%), termos mantido uma notável paz social em torno da integração de imigrantes? Como foi possível, nesse contexto, que nas respostas ao Eurobarómetro de 2006, 66% dos portugueses tivessem respondido “sim” à pergunta “*considera que os imigrantes representam um contributo muito importante para o seu país?*”, sendo este o segundo valor mais elevado na União Europeia, depois da Suécia? Ou ainda que, no mesmo estudo, só 3% dos inquiridos responda afirmativamente à pergunta “*os imigrantes são um problema para o seu país?*” enquanto a média europeia é 26%? A outro nível, como foi possível que pouco depois da chegada maciça de ucranianos e moldavos, que desconheciam a língua portuguesa, em poucos anos esses imigrantes dominassem a nossa língua, com notável desenvoltura? As perguntas poderiam continuar...

A resposta é, seguramente, múltipla. A nossa memória como emigrantes, o consenso político em torno de políticas de integração que se têm revelado eficazes e humanistas, a ausência de “choque de civilizações”, a nossa história de contacto com outros povos e culturas, são algumas razões. Mas não explicam tudo. O eixo essencial de explicação, a nosso ver, está na forma como os/as portugueses/as, quer individualmente, quer sobretudo através das suas instituições formais ou estruturas informais, souberam dar resposta concreta a cada necessidade que se foi gerando perante a chegada e a integração dos imigrantes.

Do Estado central e local à sociedade civil, das associações de imigrantes às ONGs, da Igreja Católica aos sindicatos, das confederações patronais às escolas, nasceram sucessivamente iniciativas, concretas e discretas, que configuram esse ambiente de acolhimento e integração. Foi a notável capacidade de resposta, ainda que muitas vezes invisível aos olhos de muitos, que fez a diferença. E que seguramente continuará a marcar – ou não – essa excelência.

Muitas destas realidades são de expressão micro e desenvolvem-se em regime tão discreto que se torna quase oculto. Só os próprios beneficiários e autores, bem como alguns especialistas e responsáveis políticos conhecem mais profundamente essa riqueza de intervenção social, o que é uma pena. Importava inverter essa tendência. Desde logo, porque o desconhecimento das muitas iniciativas valorosas que se desenvolvem acicada a lamúria e desmobiliza a ousadia de fazer algo. Desocultar os notáveis exemplos de acolhimento e integração de imigrantes que se desenvolvem no nosso país é, por isso, uma forma de mobilizar a sociedade portuguesa para continuar a fazer mais e melhor neste domínio. Com este mapeamento ficaria (ainda mais) provado que **é possível fazer**, que não estamos condenados ao discurso miserabilista do costume, de quem nada faz porque nada se pode fazer.

Foi esta a raiz do desafio que o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural entendeu lançar à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e à Organização Internacional para as Migrações, em seguimento e com o apoio do Congresso Internacional *Metropolis*: fazer o mapeamento de boas práticas no acolhimento e integração de imigrantes em Portugal.

Num trabalho extensivo, sem objectivo de escolher o melhor, ou sequer de organizar uma classificação, este Mapa permitir-nos-á conhecer – e dar a conhecer – o muito que de bom se tem feito neste domínio. Grande e pequeno, de curto e longo prazo, com recursos importantes ou sem eles. Descobrimos um mundo de diversidades de respostas de acolhimento e integração de imigrantes que representam um alfofre de ideias e de “estudos de caso” com uma enorme valia para quem analisa e intervém nos domínios sociais.

Perante realidades muito diferentes, não se pretendeu aferir ou validar se, tecnicamente, se tratam de iniciativas perfeitas. Seguramente podem ser melhoradas, como tudo na vida. Não é, no entanto, esse o ponto. O que não pode ser ignorado é que, em si mesmo, representaram uma “boa prática” que deveríamos cultivar amiúde na sociedade portuguesa: **perante um novo desafio – no caso a integração de imigrantes – sabermos responder com eficiência e eficácia. Com criatividade e determinação. A nível central e local. Com participação e co-responsabilidade.**

Este é, pois, o mapa que mostra o caminho para o nosso “tesouro”: uma sociedade mais justa, acolhedora e com lugar para todo/as. Que, apesar de tudo, os portugueses e as suas instituições têm sabido trilhar.

Nota de Apresentação

Monica Goracci, Chefe de Missão da Organização Internacional Intercultural (OIM) em Portugal

A Organização Internacional para as Migrações é uma entidade inter-governamental cuja acção se rege pelo princípio de uma migração ordenada e de forma humana com benefícios para todos, através da assistência que presta a governos, organizações da sociedade civil e migrantes, em áreas como o acolhimento e a luta contra o tráfico de seres humanos, integração de imigrantes, o desenvolvimento dos países de origem através do envolvimento das diásporas, e a assistência ao retorno voluntário, entre outras.

A integração de imigrantes nas sociedades de acolhimento adquiriu ao longo dos últimos dez anos uma importância crescente, constituindo hoje uma prioridade para a Comunidade Europeia e, significativamente, para a Presidência Portuguesa que agora decorre. Ao mesmo tempo que os vários Estados-Membros procuram harmonizar as suas políticas nacionais de imigração, a especificidade do contexto migratório de cada país dita em grande medida as abordagens nacionais.

O estudo MIPEX (Migration Integration Policy Index) que o Migration Policy Group, em parceria com várias outras entidades internacionais, acaba de publicar, coloca Portugal em segundo lugar na classificação das medidas governamentais de integração dos imigrantes em vinte e sete Estados europeus e Canadá.

Cientes da necessidade de aprofundar o conhecimento das práticas de integração dos imigrantes no terreno e do modo como se conjugam os contextos nacional e local, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.) e a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) aliaram esforços para elaborar o Mapa de Boas Práticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal. Para uma participação activa da sociedade civil, do Estado e do sector privado no projecto, procedeu-se a uma campanha de divulgação que incluiu tanto os meios de comunicação nacionais e regionais, como sessões de informação em cinco cidades no território continental (Porto, Coimbra, Lisboa, Setúbal e Faro), sem esquecer os portais de cada instituição parceira.

O Mapa de Boas Práticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal constitui assim um instrumento complementar de estudos como o MIPEX, na medida em que retrata as iniciativas e serviços que os imigrantes têm muito concretamente ao seu dispor por todo o país. A variedade de opções de integração aqui reunidas foram apresentadas pelas entidades participantes como “boas práticas” e pretendem ser exemplos e pistas de reflexão em que o contexto local recebe a devida atenção.

Com a recolha e partilha de iniciativas existentes de acolhimento e integração, pretendemos, por um lado, dar o devido reconhecimento às iniciativas realizadas no dia-a-dia em prol dos imigrantes. O Mapa, por outro lado, servirá para estimular o debate, fomentar sinergias e novas parcerias de modo a dar continuidade à reflexão sobre as vias a seguir para uma melhor integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, para benefício de todas as partes envolvidas.

Nota de Apresentação

Charles Buchanan, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)

Portugal, tradicionalmente um país de emigrantes, tornou-se mais recentemente num importante destino de imigrantes. Talvez porque milhões de portugueses, directamente ou indirectamente, através de familiares próximos, tenham vivido a experiência da emigração e constatado a importância de se ser bem acolhido e integrado na vida social e económica do país de destino, Portugal é actualmente reconhecido internacionalmente como um admirável exemplo de integração da sua população imigrante.

Todavia, apesar do sucesso, o processo de integração de imigrantes nunca está completo. A sociedade muda constantemente, enfrentando novos desafios e procurando adquirir atitudes diferentes perante o trabalho e a educação, fomentando novos valores como, por exemplo, o empreendedorismo e a inovação tecnológica. Estes novos desafios, não sendo de todo opcionais no âmbito da globalização económica e científica, obrigam a nossa sociedade a um mapeamento incessante das necessidades existentes e de acções que lhes possam responder adequadamente.

Neste contexto, torna-se evidente a importância de projectos que contribuam para a recolha do que de bom se faz na área da integração de imigrantes, em articulação com a análise de políticas públicas tanto a nível nacional como, obviamente, ao nível da União Europeia. Ademais, porque a integração de imigrantes é um assunto global, não devem ser esquecidas contribuições das grandes “nações de imigrantes” como, por exemplo, os Estados Unidos da América.

A nosso ver, a presente obra responde excelentemente a estas necessidades, contribuindo para futuros sucessos neste importante desafio. Assim, foi com grande interesse que a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento se associou ao projecto sobre Boas Práticas de Integração de Imigrantes em Portugal, em parceria com o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e a Organização Internacional para as Migrações, que cobre os vários pontos fulcrais deste assunto, fazendo votos de que os leitores encontrem neste volume uma ferramenta útil ao trabalho conjunto da nossa sociedade nesta importante componente do nosso desenvolvimento económico e social que é a integração de imigrantes.

Mapa de Boas Práticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal

Objectivos

O Mapa de Boas Práticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal surge na sequência da 11ª Conferência Internacional *Metropolis*, que decorreu em Lisboa, de 2 a 6 de Outubro de 2006, e resulta de uma parceria entre o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), que financiou este projecto.¹ O tratamento estatístico subjacente aos dados recolhidos no âmbito deste projecto ficou a cargo de Maria Lucinda Fonseca, Jennifer McGarrigle e Dora Possidónio, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Pretendeu-se com o mapeamento das iniciativas aqui apresentadas efectuar um levantamento, tão alargado quanto possível, dos múltiplos actores e actividades desenvolvidas em diferentes sectores, dispersas pelo território nacional, que, na perspectiva das entidades que as promovem, configuram exemplos de casos bem sucedidos e susceptíveis de replicação por outras instituições e noutros lugares.

Metodologia

O levantamento de iniciativas foi efectuado ao longo de seis meses pela OIM, através de um formulário de inquérito amplamente distribuído, tendo-se solicitado a participação activa de organizações da sociedade civil, do sector privado e de entidades públicas em múltiplos sectores de actividade. A recolha inventariou 251 iniciativas de Portugal continental e regiões autónomas, cujas características principais se sintetizam aqui em fichas descritivas distribuídas por sectores ao longo de nove capítulos. Destas, 243 constituem a base da análise quantitativa apresentada, dado que os formulários das restantes oito iniciativas tinham falta de informação e/ou foram recebidos muito tardiamente. Pretendendo a análise essencialmente encontrar tendências gerais, as iniciativas em falta não afectam os resultados obtidos.

O Mapa de Boas Práticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal foi divulgado em rádios, jornais diários e semanais de cobertura nacional e regional, e sites oficiais das instituições parceiras na implementação deste projecto (OIM, ACIDI, I.P., FLAD). Entre as organizações e entidades às quais se solicitou directamente a participação, contam-se direcções-gerais de ministérios, governos regionais, federações e associações, organizações corporativas, gabinetes dos programas Equal e Escolhas, estruturas locais como autarquias e juntas de freguesia, escolas, hospitais e centros de saúde, forças de segurança, órgãos e meios de comunicação social, associações de imigrantes, ONG nacionais e internacionais, fundações, cooperativas de ensino e de habitação, sindicatos, empresas, bancos, e congregações religiosas, entre outras. O recurso a redes de parceiros sociais e as sessões de informação em cinco cidades de Portugal continental (Porto, Coimbra, Lisboa, Setúbal e Faro) permitiram um contacto mais estreito com organizações e entidades no terreno.

¹ Importa referir que o financiamento disponibilizado pela FLAD, inclui, além de recursos próprios, uma parte do saldo de execução orçamental da organização da 11ª Conferência Internacional *Metropolis*, cuja gestão financeira foi assegurada por aquela instituição.

A elaboração do formulário teve em conta a variedade de instituições e iniciativas que poderiam vir a participar do levantamento, representando as perguntas o meio termo possível entre a especificidade que permitiria ser reconhecida por algumas entidades e uma amplitude suficiente que permitisse uma visão de conjunto. Naturalmente, o desafio foi fazer com que entidades tão díspares como, por exemplo uma associação de imigrantes, um centro de saúde, uma empresa ou uma autarquia se revissem nas questões colocadas.

As perguntas do formulário foram estruturadas em torno de três eixos principais: a iniciativa, a entidade e o público-alvo. Relativamente à iniciativa, procurou-se obter uma caracterização do seu sector de intervenção, dos recursos humanos e materiais necessários, do grau de familiaridade com a legislação e outras questões relativas à imigração, do raio de acção e período de funcionamento, fontes de financiamento e perspectivas de continuidade, assim como algumas dificuldades encontradas e o modo como terão sido, porventura, ultrapassadas.² Por outro lado, interessava também conhecer a existência de medidas de combate à discriminação, ou de mediação. Procurou-se igualmente aprofundar o conhecimento das características do público-alvo da iniciativa, tendo em consideração, por exemplo, o seu país de origem, possíveis barreiras de acesso aos serviços (linguísticas, económicas, legais, distância geográfica), bem como a percentagem que os imigrantes constituíam dentro da comunidade servida por cada iniciativa e a distribuição por género que lhes correspondiam.

A segunda parte do formulário incidiu sobre alguns sectores específicos de intervenção, tendo sido escolhidos o Ensino, Formação, Emprego, Saúde, Habitação, Acesso à Informação, e Aconselhamento Jurídico. Não tendo sido possível incluir perguntas sobre mais sectores, e para dar oportunidade a fornecerem-se informações adicionais relevantes em cada caso, o formulário continha alguns campos de resposta aberta. Como exemplos de possíveis componentes transversais, foram contemplados o associativismo, a participação política, o género e os direitos humanos.

As informações recolhidas foram registadas em suporte informático, numa base de dados construída a partir do Programa SPSS³, que serviu de ponto de partida a uma análise quantitativa, global e sectorial das iniciativas inventariadas. Os resultados do levantamento encontram-se organizados em nove capítulos, segundo um critério essencialmente sectorial.

Estrutura

O primeiro capítulo abarca a multifacetada área da **Informação, Acolhimento e Media**, sendo o maior número de iniciativas relativas a serviços de acolhimento e reencaminhamento de imigrantes. Entre os promotores destas iniciativas destacam-se organizações da sociedade civil e entidades públicas locais, estruturadas ou não em parceria com o ACIDI, I.P. (no caso dos CLAI); seguem-se iniciativas de meios de comunicação (portais na Internet e em rádios e jornais); encontros de reflexão, grupos de divulgação de informação, estudos. Neste capítulo será feita referência também a actividades de um pequeno número de gabinetes de apoio ao emigrante, pois embora não estejam vocacionados para servir imigrantes, acabam por vezes por servir este segmento da população.

A **Cultura, Sensibilização Cívica, Lazer e Desporto** encontram-se reunidas no capítulo II, abrangendo diversos tipos de actividades culturais, recreativas, desportivas e acções de sensibilização, por vezes combinando-se mais do que uma componente num só evento. Trata-se do capítulo que conta com mais iniciativas.

² Verificou-se com frequência que alguns dos aspectos que interessava identificar para uma iniciativa (por exemplo recursos humanos, sectores de intervenção) eram comuns a outras iniciativas ou programas da mesma entidade. Se tal não deixou de dificultar o processo de apuramento das características, veio sobretudo revelar ser a polivalência uma característica a ter em conta num contexto de alguma escassez de recursos.

³ Statistical Package for Social Sciences.

O capítulo III é dedicado ao **Ensino e Sensibilização**. A maior parte das iniciativas centram-se na oferta de aulas de português e apoio curricular, nas modalidades extra-curricular em contexto escolar ou extra-escolar prestadas por ONG e associações de imigrantes, por vezes em parceria com o ACIDI, I.P. As actividades de ensino formal e não formal são combinadas no mesmo capítulo com acções de sensibilização para a interculturalidade e de intervenção sócio-cultural em contexto escolar, em virtude da complementaridade das acções e da centralidade do professor no processo educativo. Separaram-se das actividades de sensibilização mais gerais que decorrem fora das escolas devido a se identificarem diferenças nos recursos humanos e nos públicos-alvo dessa duas categorias de iniciativas. A decisão de separar os dois tipos de sensibilização e, por outro lado, de combinar a educação formal e a sensibilização em contexto escolar assenta igualmente no esforço de obter um retrato do sector da educação, dado ser um contexto-chave no percurso de mútuo conhecimento entre imigrantes e população não imigrante.

O capítulo IV concentra-se na **Formação Profissional e Emprego**, reunindo iniciativas que vão desde a preparação de currículos e entrevistas para emprego, reconhecimento e certificação de habilitações, à capacitação linguística e tecnológica dos imigrantes com vista à sua integração social e profissional na sociedade. Assim, as acções de formação podem decorrer em contexto profissionalizante, ou no âmbito mais alargado de intervenção sócio-cultural, como parte de uma estratégia de prevenção de comportamentos de risco.

A **Saúde** constitui o enfoque da capítulo V, incluindo quer o acesso dos imigrantes a serviços primários, quer a formação e/ou reconhecimento de profissionais de enfermagem e medicina com vista à sua integração no Sistema Nacional de Saúde, quer, ainda, a vertentes educativa e informativa, não só dos imigrantes, mas também dos outros *stakeholders*.

No capítulo VI combinaram-se as áreas de intervenção da **Habitação e Serviços Sociais**, cobrindo as iniciativas que actuam na vertente do alojamento temporário ou permanente, por vezes em combinação com a sua gestão, fornecimento de alimentação, vestuário e outros bens, apoio económico e acompanhamento social de situações pontuais ou comunitárias.

Reuniram-se no capítulo VII as iniciativas de **Aconselhamento Jurídico e de Registo de Cidadãos Comunitários**. Ocupa um lugar de relevo o aconselhamento jurídico dos imigrantes com vista à regularização de situações relativas a residência, nacionalidade, reunião familiar, segurança social, emprego, entre outras, envolvendo mediação em caso de conflito. Para efeitos da presente publicação, estas iniciativas foram combinadas com os serviços de registo obrigatório de residência dos cidadãos da UE recém-chegados a Portugal, devido à base legal de ambos os grupos.

Os serviços relativos ao **Sector Financeiro** encontram-se reunidas no capítulo VIII, surgindo as iniciativas por parte de bancos, nas vertentes de bancarização e micro-crédito, mas também da parte de entidades estatais e ONG, e alargando-se o leque de serviços ao apoio técnico e aconselhamento.

Importa salientar que a divisão sectorial das iniciativas reunidas resulta de opções da equipa técnica deste projecto, nem sempre reflectindo a própria categorização e/ou auto-definição das entidades promotoras. Assim, em cada capítulo, as fichas descritivas referem-se ao sector de intervenção prioritário ou dominante, sendo complementadas por referências a outras iniciativas que também actuam naquele domínio de forma subsidiária.

Um pequeno número de iniciativas e programas para além de actuarem em áreas múltiplas, se empenham-se nesses sectores de forma integrada, seguindo uma situação e/ou um público-alvo específico desde o aparecimento de dado problema até à sua resolução possível, actuando em várias frentes, sequencialmente ou simultaneamente. Distingue-se este grupo de iniciativas pela forma como são articuladas as várias componentes de intervenção, muito para além da multiplicidade destas no processo de integração dos imigrantes na sociedade. Estas iniciativas encontram-se reunidas no capítulo IX, intitulado **Iniciativas Integradas**.

No capítulo X, Conclusões e Recomendações, apresenta-se uma síntese das principais conclusões extraídas a partir da análise das iniciativas inventariadas, destacando alguns sectores relevantes para os quais se verifica ainda uma manifesta falta de respostas adequadas. Além disso, tecem-se algumas considerações resultantes de leituras das experiências anteriormente descritas e sugerem-se recomendações de procedimentos e mecanismos de implementação das políticas de integração, tendo em vista a aplicação dos princípios básicos comuns definidos pela Comissão Europeia, o fomento da cooperação inter-institucional, horizontal e vertical, e a difusão das melhores práticas.

O capítulo seguinte, da autoria do ACIDI, I.P., apresenta **As Grandes Linhas da Política de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal**.

O Instituto para as Políticas Migratórias (MPI), sediado em Wasghington, tem colaborado com o trabalho desenvolvido pela UE, nomeadamente no quadro das Presidências. No seguimento desta colaboração, inclui-se aqui um texto de autoria colectiva de cinco especialistas, Michael Fix, Laureen Laglagaron, Margie McHugh, Will Somerville e Hiroyuki Tanaka. O capítulo, como o próprio título indica **Reflexões sobre a Integração de Imigrantes: Uma Perspectiva dos Estados Unidos da América**, alarga a comparação dos contextos da UE e de Portugal aos Estados Unidos da América. Os autores salientam que, apesar de diferenças substanciais em matéria de políticas de imigração e integração de imigrantes, os dois continentes partilham tendências e semelhanças importantes. O volume fecha assim com a indicação de alguns elementos que têm contribuído positivamente para boas práticas de integração nos EUA e que podem ser, porventura, relevantes para a UE e Portugal, no contexto de uma análise cuidadosa dos respectivos contextos.

Análise qualitativa global

Distribuição sectorial

A distribuição das iniciativas segundo a área de intervenção principal revela uma concentração importante em quatro sectores: informação, acolhimento e media; cultura, sensibilização cívica, lazer e desporto; educação e sensibilização, e formação profissional e emprego (Quadro I).

Quadro I – Iniciativas Segundo a Distribuição pelos Sectores de Actuação

	Actividade Principal		Actuação Complementar		Total	
	Nº	%	Nº	%*	Nº	%*
Informação, Acolhimento e Media	51	21,0	93	38,3	144	59,3
Cultura, Sensibilização Cívica, Actividades Recreativas e Desporto	56	23,0	58	23,9	114	46,9
Educação e Sensibilização em Contexto Escolar	51	21,0	43	17,7	94	38,7
Formação Profissional e Emprego	30	12,3	59	24,3	89	36,6
Saúde	20	8,2	35	14,4	55	22,6
Habituação e Serviços Sociais	9	3,7	44	18,1	53	21,8
Apoio Jurídico e Registo de Cidadãos Europeus	9	3,7	22	9,1	31	12,8
Sector Financeiro	5	2,1	1	0,4	6	2,5
Iniciativas integradas	12	4,9	0	0,0	12	4,9
Total	243	100,0	--	--	--	--

* Percentagens relativas ao total de iniciativas (243)

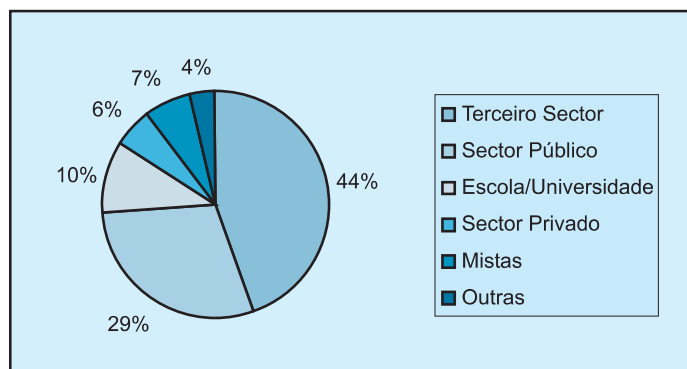
Se consideramos também as actividades complementares ou secundárias, estes sectores destacam-se ainda mais, sobretudo o primeiro, dado que mais de metade das iniciativas inventariadas prestam esse tipo de serviços. Os projectos que trabalham nas áreas da cultura, sensibilização cívica, desporto e lazer, constituem, respectivamente, o primeiro ou o segundo conjunto mais numeroso, conforme se tenha apenas em conta a função mais relevante, ou se incluam também as actividades subsidiárias. As respostas sociais, de natureza educativa, estão presentes em 38,7% das iniciativas descritas neste estudo, e as do emprego e formação profissional em 36,6%. Contudo, pela ordem indicada, estes valores baixam para 21% e 12% dos casos quando se considera somente a actividade principal (Quadro I).

As iniciativas nos domínios da saúde, habitação e serviços sociais, aconselhamento jurídico, sector financeiro, bem como os projectos integrados, têm uma frequência relativa muito menor, particularmente quando se considera apenas a actividade principal (Quadro I).

Entidades e fontes de financiamento

A maioria das iniciativas reunidas neste projecto tem como entidade promotora uma instituição do terceiro sector (44%). Destacam-se a este respeito, as associações e ONG, garantindo respectivamente 19,8% e 14,0% das iniciativas, sendo seguidas pelas IPSS, que asseguram 6,2% dos projectos, e, por último, as organizações de carácter religioso (4,5%). O sector público distingue-se igualmente em termos de peso relativo (29%). Nesse sector são as autarquias as entidades que mais iniciativas promovem na integração e acolhimento local dos imigrantes - isoladamente promovem 24,3% das iniciativas reunidas neste projecto. As escolas e universidades são responsáveis por 25 iniciativas, o que se traduz numa importância relativa de cerca de 10%. Já o sector privado tem um peso reduzido, dinamizando apenas 6% do total (Fig. I).

Fig. I – Iniciativas Segundo o Tipo de Entidade Promotora (%)



Já em termos de fontes de financiamento, o Estado surge como o principal financiador, suportando sozinho cerca de 21,7% das iniciativas reunidas neste projecto e 12,2% em parceria com outras entidades. Considerando outros tipos de financiamento público, as autarquias assumem também uma importância considerável, custeando isoladas 15,8% das iniciativas com resposta válida (a que se junta um pouco mais de 5% em co-financiamento). No total, mais de metade das iniciativas que revelaram a sua fonte de financiamento (cerca de 57%) dependem de alguma forma de financiamento público (Estado, autarquias ou UE). O orçamento da instituição é a fonte de financiamento de cerca de 17% das iniciativas e 12% das respostas vão no sentido de uma ausência de financiamento. O sector privado contribui com uma importância relativa muito reduzida, financiando isoladamente apenas 6 iniciativas (2,7% das respostas válidas) e co-financiando outros 10 projectos (o que representa 4,5% das respostas válidas). Resta acrescentar que 9,1% das iniciativas não indicaram qual a sua fonte de financiamento.

Quadro II – Iniciativas Segundo a Fonte de Financiamento

Fontes de financiamento	Nº	%	% Resp. Válidas
Nenhuma	26	10,7	11,8
Orçamento da instituição	37	15,2	16,7
Autarquia	35	14,4	15,8
Privado	6	2,5	2,7
UE	10	4,1	4,5
Fundação	7	2,9	3,2
Fundação / EQUAL	1	0,4	0,5
Estado	48	19,8	21,7
Estado/Autarquia	7	2,9	3,2
Estado/Privado	4	1,6	1,8
Estado/UE	6	2,5	2,7
Estado/Orçamento da instituição	10	4,1	4,5
Autarquia/Privado	4	1,6	1,8
Autarquia/UE	1	0,4	0,5
Privado/Orçamento da instituição	2	0,8	0,9
Orçamento da instituição/Fundação	1	0,4	0,5
Mais do que 2 fontes	13	5,3	5,9
Outras	3	1,62	1,84
Total de respostas	221	90,9	100,0
NS/NR (Não sabe/não responde)	22	9,1	--
Total	243	100,0	--

*Distribuição Geográfica e Grupos-alvo**

Relativamente à incidência geográfica das iniciativas reunidas neste projecto, verificou-se uma maior concentração de projectos na Região de Lisboa e Vale do Tejo (47,9% das iniciativas que deram respostas válidas à questão). A oferta de iniciativas acaba por reflectir assim os próprios padrões de dispersão territorial dos imigrantes pelo país, pois a região de Lisboa e Vale do Tejo corresponde igualmente à área do País onde as populações imigrantes têm, claramente, um peso mais acentuado. Respeitando esta lógica de concentração da população, verificou-se igualmente existir uma dicotomia litoral-interior na distribuição das iniciativas, observando-se uma maior concentração de projectos nas áreas litorais (Norte Litoral, Centro Litoral e Algarve). que contrasta com um número significativamente inferior nas regiões do interior do País do Alentejo. Entre as iniciativas identificadas deve realçar-se ainda a existência de 15 cuja actuação abarca a totalidade do território português.

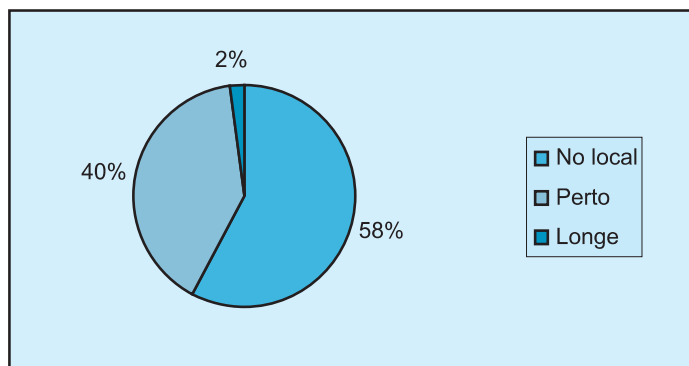
* No território de Portugal continental, consideraram-se sete agrupamentos de distritos: 1. Norte Litoral (Viana do Castelo, Braga e Porto); 2. Trás-os -Montes (Vila Real e Bragança); 3. Centro Litoral (Aveiro, Coimbra e Leiria); 4. Centro Interior (Viseu, Guarda e Castelo Branco); 5. Lisboa e Vale do Tejo (Lisboa, Santarém e Setúbal); 6. Alentejo (Portalegre, Évora e Beja); 7. Algarve (Faro).

Quadro III - Iniciativas Segundo a Incidência Geográfica

Região	Nº	%	% Resp. Válidas
Norte Litoral	31	12,8	12,9
Trás-os-Montes	2	0,8	0,8
Centro Litoral	27	11,1	11,3
Centro Interior	5	2,1	2,1
Lisboa e Vale do Tejo	115	47,3	47,9
Alentejo	8	3,3	3,3
Algarve	23	9,5	9,6
Regiões Autónomas	10	4,1	4,2
País inteiro	15	6,2	6,3
Outros	4	1,6	1,7
Total de Respostas	240	98,8	100,0
NS/NR (Não sabe/não responde)	3	1,2	--
Total	243	100,0	--

Atendendo à proximidade das iniciativas ao local de residência dos imigrantes, verifica-se que o grau de acessibilidade destas aos utentes é bastante elevada, estando apenas 2% das iniciativas que responderam a esta questão (ou seja, 4 projectos) implantadas longe dos locais de residência do seu público-alvo imigrante. Em contrapartida, 58% das respostas indicam que a localização das iniciativas é coincidente com as áreas de residência dos imigrantes a que se destinam e 40% têm lugar em a distâncias entre os dois locais consideradas pequenas. A taxa de não respostas a esta questão tem, no entanto, um peso relativamente substantivo: 23,9%.

Fig. II – Iniciativas Segundo a Proximidade ao Local de Residência dos Imigrantes (%)



Relativamente aos públicos-alvo a que se destinam e/ou recorrem as diversas iniciativas, destacam-se os imigrantes do continente africano, particularmente oriundos dos PALOP (abrangidos por cerca de 62% das iniciativas) e o continente Europeu, com maior relevo de cidadãos da Europa de Leste e ex-União Soviética (60,5%), mas tendo também importância a União Europeia, tanto através dos cidadãos dos novos estados membros (presentes em 24,3% das iniciativas) como da UE-15 (10,3%). Finalmente, 13,2% das iniciativas abrange imigrantes de outros países da Ásia, 10,7% do Sudeste asiático e 7,4% da China.

Quadro IV – Iniciativas Segundo a Origem dos Imigrantes nos seus Públicos-Alvo

Grupos de Imigrantes abrangidos pelas Iniciativas	Nº Iniciativas	% Iniciativas	% Respostas válidas
PALOP	150	61,7	73,9
Europa do Leste e ex-URSS	147	60,5	72,4
América Latina	122	50,2	60,1
Outros países da UE	59	24,3	29,1
Outros países da Ásia	32	13,2	15,8
Sudeste asiático	26	10,7	12,8
UE 15	25	10,3	12,3
Outros África	22	9,1	10,8
China	18	7,4	8,9
África do Norte	10	4,1	4,9
América do Norte	3	1,2	1,5
Outros	13	5,3	6,4

Línguas disponíveis

Como resposta a esta variedade de origens, no geral, é possível encontrar entre as iniciativas a utilização de um conjunto também bastante diversificado de línguas. Com efeito, para além do português (presente em 99% das iniciativas que responderam à questão), há 17 outras línguas nas quais pelo menos uma iniciativa disponibiliza os seus serviços. O inglês e o francês são os idiomas estrangeiros mais utilizados pelas iniciativas (respectivamente, 41,5% e 32,5% das iniciativas com respostas válidas). No entanto, as línguas da Europa de Leste (russo, ucraniano, romeno, polaco, húngaro, moldavo e búlgaro), o crioulo (15,6% das iniciativas com respostas válidas) e outras línguas da UE-15 (espanhol, alemão, italiano e holandês) são também línguas relativamente frequentes. Há ainda nove iniciativas que utilizam chinês, seis que recorrem a árabe e duas a pulaar (língua falada por comunidades Fulas da África Ocidental).

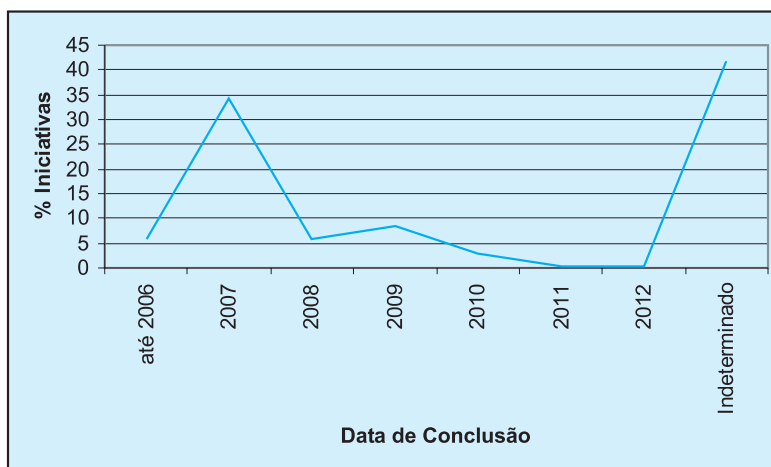
Quadro V – Iniciativas Segundo as Línguas em que os Serviços Estão Disponíveis

	Nº de Respostas	% de Respostas	% Iniciativas com Resposta Válida
Português	210	39,8	99,1
Inglês	88	16,7	41,5
Francês	69	13,1	32,5
Russo	40	7,6	18,9
Crioulo	33	6,3	15,6
Espanhol	24	4,5	11,3
Ucraniano	13	2,5	6,1
Alemão	10	1,9	4,7
Chinês	9	1,7	4,2
Romeno	9	1,7	4,2
Árabe	6	1,1	2,8
Italiano	5	0,9	2,4
Polaco	3	0,6	1,4
Húngaro	2	0,4	0,9
Moldavo	2	0,4	0,9
Holandês	2	0,4	0,9
Pulaar	2	0,4	0,9
Búlgaro	1	0,2	0,5
Total	528	100,0	-

Duração das iniciativas e financiamento

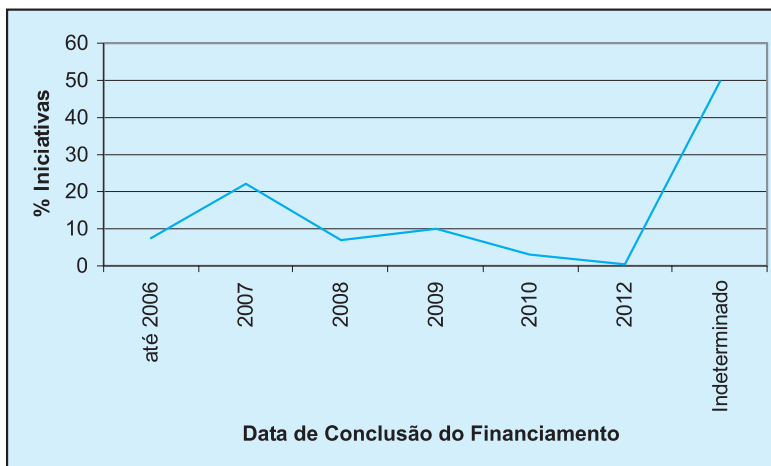
Verificamos que a duração das iniciativas e/ou do seu financiamento apresenta algumas limitações. Até ao final do corrente ano, cerca de 40% das iniciativas aqui em análise terão sido concluídas e apenas duas (1%) se vão prolongar para lá de 2010 (Fig. III).

Fig. III – Datas de Conclusão das Iniciativas (%)



A análise das datas de fim do financiamento revela que, até ao final de 2007, cerca de 30% das iniciativas com respostas válidas terá esgotado o seu financiamento, e que apenas uma tem garantia de financiamento para lá de 2010 (6, ou seja, 3,7% das iniciativas com respostas válidas se incluirmos também o ano de 2010). Todavia, importa ter em atenção que o peso de indeterminados, quer em relação à data de conclusão (90 iniciativas, ou seja, 41,7% das respostas válidas relativas), quer em relação ao final do financiamento (81 iniciativas, ou seja 50,0% das respostas válidas), compromete de alguma forma a possibilidade de tirar conclusões sobre a estrutura de percentagens atrás apresentadas (Fig. IV). A estes junta-se uma taxa de não respostas de 11,1%, para a primeira variável, e de 33,3%, para a segunda.

Fig. IV – Datas de Conclusão do Financiamento (%)



Parcerias

Frequentemente, estas iniciativas decorrem em parceria com entidades bastante diversas. São comuns as iniciativas que decorrem em parceria com instituições do terceiro sector – a título de exemplo, podemos afirmar que 43,6% dos projectos têm parcerias com associações ou ONG e 39,4% com associações de imigrantes. As parcerias com organismos públicos centrais, com actuação em diversos domínios, têm igualmente uma importância muito significativa. Assim, 38,8% das iniciativas decorrem em colaboração com o ACIDI, I.P. (nomeadamente através de CLAll), 26,6% com o Ministério da Educação (e/ou serviços dependentes), 18,1% com o Ministério da Saúde (e/ou serviços dependentes), 14,4 % com o Ministério do Trabalho e Segurança Social (e/ou serviços dependentes), 13,8% com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), 11,2% com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, entre várias outras entidades da Administração Central. Também as autarquias têm uma importância considerável na formação destas parcerias, detectando-se 58 iniciativas desenvolvidas em parceria com câmaras municipais (30,9% das iniciativas) e 29 com juntas de freguesia (15,4%).

Quadro VI – Iniciativas Segundo as Articulações Estabelecidas

	Nº de Respostas	% de Respostas	% de Iniciativas com Resposta Válida
ACIDI, I.P./CNAI/CLAII	73	10,9	38,8
Associação de imigrantes	74	11,0	39,4
Associação outra/ONG	82	12,2	43,6
IEFP	26	3,9	13,8
Entidade empregadora/Empresas	32	4,8	17,0
IPSS	26	3,9	13,8
Câmara Municipal	58	8,7	30,9
Ministério da Educação (incluindo escolas, DRE)	50	7,5	26,6
SEF	21	3,1	11,2
Embaixadas	11	1,6	5,9
Inspecção Geral do Trabalho	4	0,6	2,1
Ministério da Justiça	5	0,7	2,7
OIM	5	0,7	2,7
CIDM	4	0,6	2,1
CITE	1	0,1	0,5
Ministério da Saúde (incluindo hospitais, centros de saúde, ARS)	34	5,1	18,1
Juntas de freguesia	29	4,3	15,4
Ordem dos Advogados/1 advogado	3	0,4	1,6
Ministério do Trabalho e Segurança Social	27	4,0	14,4
Instituto Português da Juventude	4	0,6	2,1
Fundações	5	0,7	2,7
Rede social local	41	6,1	21,8
Parceria transnacional (Redes europeias)	3	0,4	1,6
Instituição religiosa	18	2,7	9,6
INATEL	1	0,1	0,5
Faculdades de Medicina e Ordem dos Médicos	2	0,3	1,1
Parceria transnacional (América Latina)	1	0,1	0,5
FCT	2	0,3	1,1
Parceria transnacional (Ministério Educação Roménia)	1	0,1	0,5
Centro Norte-Sul Conselho da Europa	1	0,1	0,5
Universidades	3	0,4	1,6
Forças de segurança (PSP/PJ)	6	0,9	3,2
IPAD	1	0,1	0,5
CEAS/ISCTE	1	0,1	0,5
DGACCP (MNE)	1	0,1	0,5
CIG	1	0,1	0,5
Banco Alimentar	3	0,4	1,6
Entidades de protecção de menores	2	0,3	1,1
IDCT	1	0,1	0,5
Instituições financeiras	2	0,3	1,1
CESIS	1	0,1	0,5
Sindicatos	1	0,1	0,5
Meios de comunicação	3	0,4	1,6
Total	670	100,0	-

Obstáculos

A escassez de recursos materiais é o obstáculo mais indicado pelas entidades promotoras das iniciativas (56,2%), seguido pela carência de recursos humanos ou da falta de qualificação destes (39,5%). Os obstáculos detectados não se limitam a estes aspectos, sendo bastante variados. Com efeito, outros problemas que parecem ter também importância para as diversas iniciativas são as dificuldades de trabalhar em rede com parceiros (13,6% da iniciativas), a incompatibilidade de horários (11,7%), a burocracia (10,5%), as barreiras linguísticas e a divulgação das actividades (ambas com 9,3%), a falta ou desadequação do espaço disponível (8%), as questões de logística e problemas de transportes (6,8%) e a falta de interesse do público-alvo (6,2%).

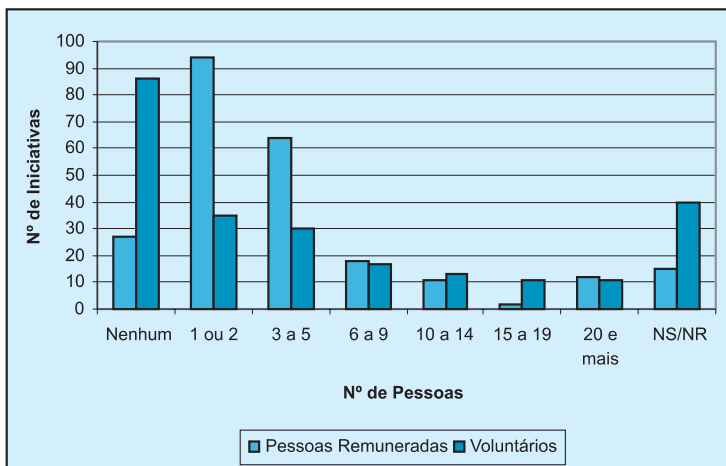
Quadro VII – Iniciativas Segundo os Obstáculos Encontrados

Obstáculos	Nº de Respostas	% de Respostas	% de Iniciativas com Resposta Válida
Escassez de recursos materiais	91	28,5	56,2
Escassez/formação de recursos humanos	64	20,1	39,5
Dificuldades dos parceiros em trabalhar em rede	22	6,9	13,6
Incompatibilidade de horários	19	6,0	11,7
Burocracia	17	5,3	10,5
Barreiras linguísticas	15	4,7	9,3
Divulgação das actividades	15	4,7	9,3
Falta ou desadequação do espaço disponível	13	4,1	8,0
Questões de logística e problemas de transporte	11	3,4	6,8
Falta de interesse do público - alvo	10	3,1	6,2
Dificuldade de mobilização (famílias, empresas, comunidade)	9	2,8	5,6
Atraso na data de aprovação do Projecto/ financiamento	9	2,8	5,6
Regulação restritiva da legislação sobre imigração	8	2,5	4,9
Falta de acesso a informação actualizada	5	1,6	3,1
Inelegibilidade financeira das entidades parceiras	2	0,6	1,2
Público-alvo reduzido	2	0,6	1,2
Varição de tempo de internamento	2	0,6	1,2
Dificuldades de aprendizagem	2	0,6	1,2
Dificuldades de resposta do mercado de trabalho	2	0,6	1,2
Compatibilização dos interesses de imigrantes e autóctones	1	0,3	0,6
Total	319	100,0	-

Recursos Humanos

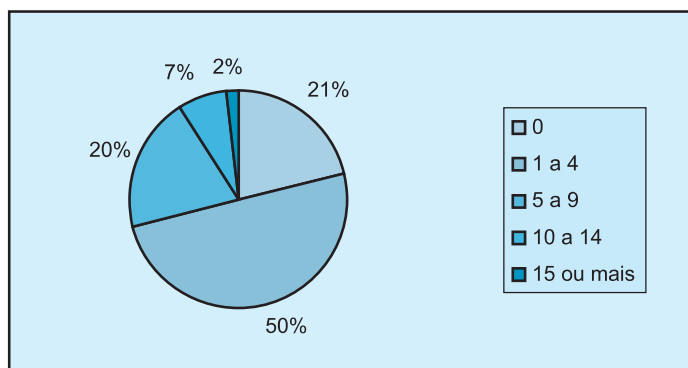
Relativamente ao volume de indivíduos que trabalham nas iniciativas, verificou-se que a maioria delas não tem um número muito alto de funcionários (41,2% das respostas indicam uma ou duas pessoas remuneradas e, 28,1%, três a cinco). Os valores obtidos indicam ainda que é inferior a 20% o peso de respostas válidas que apontam para a existência de seis ou mais funcionários, e que são minoritárias as iniciativas que não têm pessoas remuneradas (apenas 27 iniciativas, o que se traduz em 11,8% das respostas válidas). Já o recurso a trabalho voluntário é muito menos frequente, sendo claramente superior o número de iniciativas que não ocupa qualquer voluntário (42,4% das respostas válidas) e sendo apenas de 25,6% a frequência relativa dos projectos, com respostas válidas, que envolvem mais de cinco voluntários. A taxa de não respostas é de 6,2% para o volume de pessoal remunerado e de 16,5% para o número de voluntários.

Figura V – Iniciativas Segundo o Número de Trabalhadores Remunerados e de Voluntários (Nº)



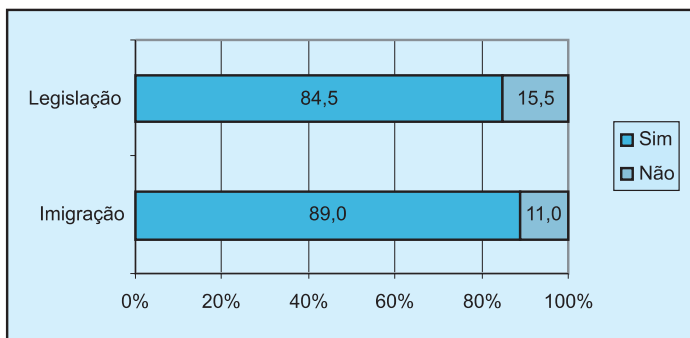
Na generalidade das iniciativas, os técnicos envolvidos frequentaram acções de formação. Com efeito, em metade dos casos que responderam a esta questão os técnicos assistiram, em média, a entre uma a quatro acções de formação neste período de tempo, e cerca de 9% frequentaram mais de dez acções de formação. Um pouco menos de um quarto das respostas (21%), no entanto, são de iniciativas cujos técnicos não frequentaram nenhuma acção de formação. Resta acrescentar que 66 projectos (27%) não responderam à questão.

Figura VI - Iniciativas Segundo o Número de Acções de Formação Frequentadas pelos Técnicos nos Últimos 2 Anos (%)



De qualquer modo, o nível de conhecimentos dos técnicos sobre a temática da imigração em geral e sobre a legislação que regula a entrada e permanência destes fluxos populacionais pode ser considerado positivo, havendo respectivamente 89,0% e 84,5% de iniciativas com respostas válidas às questões cuja maioria dos técnicos dispõe de conhecimentos nestas matérias. As taxas de não resposta às perguntas foram de 6,6%, no caso da temática imigração, e de 9,5%, relativamente ao quadro legal.

Figura VII - Iniciativas Segundo o Conhecimento dos Técnicos sobre Imigração e o Quadro Legal que a Regula (%)

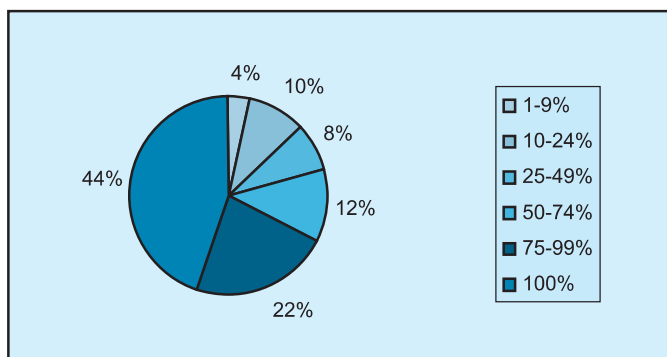


Do mesmo modo, o grau de instrução dos técnicos que trabalham nas distintas iniciativas aqui reunidas é igualmente considerável, sendo possível, por exemplo, identificar licenciados em 90,9% dos projectos com respostas válidas e, pelo contrário, tendo um peso residual (apenas 5 respostas) os casos que indicaram ter ao seu serviço técnicos com níveis de escolaridade equivalentes ou inferiores ao 3º ciclo do ensino básico.

Utentes

Para a maior parte das iniciativas, a importância das populações imigrantes entre os respectivos públicos-alvo é muito acentuada. Efectivamente, 66% das respostas (133 iniciativas) indicaram um peso relativo destas populações igual ou superior a 75% e, para 89 destes casos (45%) o seu público-alvo é, na verdade, constituído integralmente por imigrantes. Por outro lado, apenas em 22% das respostas válidas, os imigrantes não são a população mais importante enquanto destinatários das suas actividades. No total, 45 iniciativas não responderam à questão, o que se traduz numa taxa de não respostas de 18,5%.

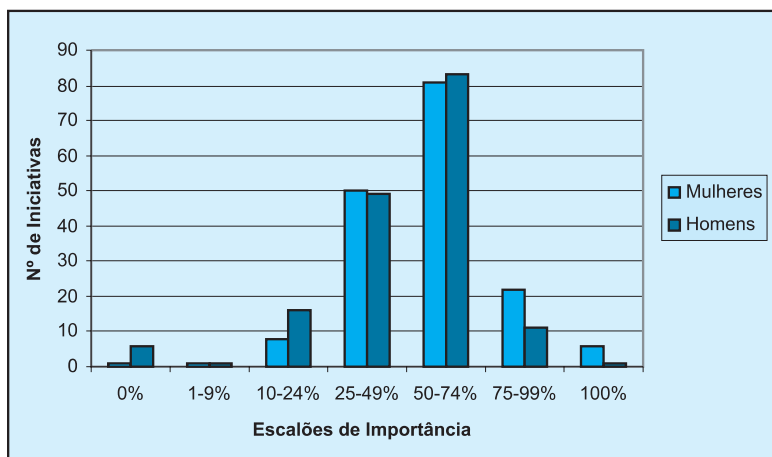
Figura VIII - Iniciativas Segundo a Importância dos Imigrantes nos Respectivos Públicos-alvo (%)



Esta situação, em larga medida, satisfaz ou supera as expectativas da esmagadora maioria das iniciativas relativamente à presença de imigrantes nas actividades desenvolvidas, verificando-se que mais de metade das iniciativas que responderam a esta questão (61%) atende uma proporção de imigrantes equivalente ao esperado e, para cerca de 32% das restantes, as expectativas foram inclusivamente superadas. A taxa de não resposta a esta questão foi de 20,6%.

Analisando a importância da presença de homens e de mulheres nos públicos-alvo dos serviços prestados pelas iniciativas, verifica-se uma maior proporção de serviços destinados exclusivamente a mulheres, ou onde estas têm uma importância muito elevada (representam entre 75 e 99% do público-alvo). Assim sendo, naturalmente, há também uma maior proporção de iniciativas onde a importância relativa dos homens não supera os 24% (Fig. IX). Não obstante, há que realçar para ambos os sexos que estas situações são minoritárias, sendo predominantes as iniciativas onde os dois sexos estão representados com uma importância relativa aproximada nos respectivos públicos-alvo. Deste modo, observa-se que em cerca de metade das respostas válidas, o peso dos homens e das mulheres no público-alvo das iniciativas se situa no intervalo compreendido entre 50 e 74% (47,9% no caso das mulheres e 49,7% no caso dos homens). Relativamente ao peso das não respostas(30%), é importante assinalar que a pergunta não se aplicava a algumas actividades, como por exemplo, no caso de eventos abertos ao público, em que seria impossível determinar o número de imigrantes, a sua distribuição por género, ou os seus países de origem.

Figura IX – Iniciativas Segundo a Importância de Homens e de Mulheres no Total de Beneficiários (Nº)



INTRODUÇÃO

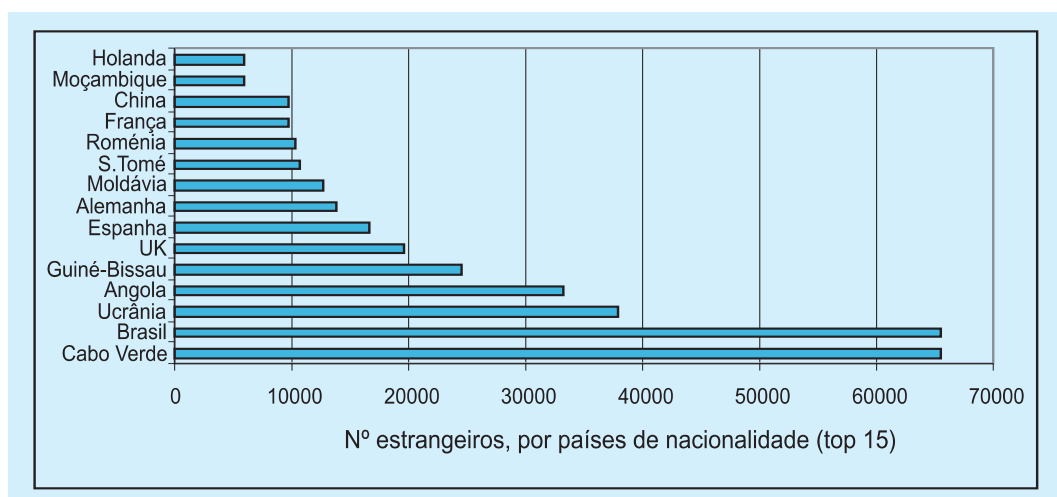
Tendências recentes da imigração para Portugal

Tradicionalmente um país de emigração, Portugal transformou-se, nas últimas décadas, num país em que o número de cidadãos europeus e de países terceiros que se estabeleceram em Portugal supera largamente o dos portugueses que continuam a emigrar. Por isso, o aumento do número de habitantes registado entre 1991 e 2001 (488970), num contexto de quebra acentuada do crescimento natural, deveu-se, em larga medida, ao saldo migratório (+404747).

Entre 1998 e 2006 o número de estrangeiros registados em Portugal aumentou para mais do dobro, representando, no final de 2006, cerca de 4% da população residente e 9% da população activa do país. A par do crescimento dos fluxos migratórios, a partir de finais dos anos noventa do século passado, registou-se também um alargamento progressivo da área de recrutamento e uma diversificação dos processos migratórios dos imigrantes que procuram emprego em Portugal e dos familiares que os acompanham ou que a eles se juntam mais tarde. Deste modo, em Dezembro de 2006, os registos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras contabilizavam 409185 indivíduos, de mais de 150 nacionalidades, dos quais 79774 (19,5%) eram cidadãos de outros países da UE 25 e 80,5% de países terceiros ou dos Estados-Membros da UE não abrangidos pelo regime transitório das migrações de trabalhadores.

As comunidades mais antigas, originárias dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), que representavam, em 1997, 60,1% do total de cidadãos não comunitários em situação regular, em 2006 viram o seu peso reduzido para 45,5%, em virtude do crescimento das novas vagas migratórias provenientes do Brasil, da Europa de Leste e ex-URSS. Deste modo, nessa data, como pode ver-se na figura X, o número de brasileiros era equiparável ao de cabo-verdianos (19,9% dos estrangeiros de fora da UE 25), seguindo-se os ucranianos (11,5%), angolanos (10,1%), guineenses (7,4%), moldavos (3,8%), são-tomenses (3,3%), romenos (3,1%) e chineses (2,9%).

Fig. X – Principais Nacionalidades dos Estrangeiros Residentes em Portugal, em Situação Regular, em 2006



Fonte: SEF, 2007

Os residentes dos países da União Europeia (incluindo os trabalhadores dos novos Estados-Membros, abrangidos pelo respectivo regime transitório), apesar de actualmente representarem uma fracção do total de residentes não nacionais inferior à que registavam em 1997, quando analisados de forma desagregada, por países, verifica-se que o Reino Unido, Espanha, Alemanha, França e Holanda ainda se incluem entre os 15 principais países de origem dos imigrantes estabelecidos em Portugal (Fig. X).

O padrão espacial da distribuição da população de nacionalidade estrangeira caracteriza-se ainda por uma forte polarização das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, particularmente da primeira, e do Algarve, apesar de as últimas vagas migratórias estarem mais dispersas pelo território nacional. No final de 2006, mais de metade dos imigrantes documentados residiam nos distritos de Lisboa e Setúbal; 13,7% em Faro e 6,4% no Porto. Fora destas áreas, salientam-se ainda os restantes distritos litorais do território do continente (Aveiro, Coimbra, Braga e Leiria) e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Quadro VIII). No interior do país, a presença de estrangeiros é ainda relativamente escassa, apesar de, a partir de 2000, ter registado taxas de crescimento relativamente elevadas, nomeadamente de imigrantes provenientes da Europa de Leste e do Brasil.

Quadro VIII – População Estrangeira, em Situação Legal, por Distrito de Residência, em 2006

Distrito	Nº	%
Aveiro	16362	4,0
Beja	3593	0,9
Braga	7451	1,8
Bragança	1350	0,3
Castelo Branco	2581	0,6
Coimbra	12577	3,1
Évora	3777	0,9
Faro	56134	13,7
Guarda	2154	0,5
Leiria	11879	2,9
Lisboa	189222	46,2
Portalegre	2564	0,6
Porto	26228	6,4
Santarém	10469	2,6
Setúbal	42927	10,5
Viana do Castelo	2961	0,7
Vila Real	1818	0,4
Viseu	3924	1,0
Madeira	4480	1,1
Açores	6734	1,6
TOTAL	409185	100,0

Fonte: SEF

Outra característica da imigração contemporânea para Portugal é a presença de um elevado número de imigrantes sem autorização para residir e trabalhar em Portugal. Tal como em Espanha, Itália ou Grécia, a passagem por uma fase de irregularidade faz parte das histórias migratórias de uma elevada percentagem dos imigrantes que actualmente vivem em Portugal.

Efectivamente, o número total de estrangeiros que legalizaram a sua situação nas regularizações extraordinárias de 1992/93, 1996 e que obtiveram uma autorização de permanência, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 4/2001 de 10 de Janeiro, equivalem a 78,3% dos imigrantes de fora da UE 25, registados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em Dezembro de 2006. Desconhece-se o número actual de estrangeiros indocumentados. Contudo, segundo uma estimativa da OCDE (SOPEMI-OECD, 2006¹), em 2005 haveria 185000 imigrantes não autorizados. Além disso, os resultados de inquéritos a diversos grupos de imigrantes (Fonseca, et al., 2005²; Fonseca, et al. 2004³; Baganha, et al, 2004⁴), bem como informações divulgadas por Associações e Organizações Não Governamentais de apoio às comunidades imigradas, confirmam também que haverá uma elevada percentagem de imigrantes em situação ilegal, nomeadamente brasileiros.

Apesar do forte crescimento da imigração económica, desde meados dos anos oitenta do século passado, a politização da imigração em Portugal é uma construção recente, sendo apenas a partir da segunda metade dos anos 90 que se institucionaliza a política de integração. Vários factores concorrem para que a política de imigração e de integração dos imigrantes tenha, a partir dessa altura, uma relevância crescente na agenda política e no debate público nacional: as obrigações decorrentes da integração europeia; o aumento da imigração clandestina, a crescente visibilidade dos imigrantes e minorias étnicas pobres, sobretudo nas periferias da Área Metropolitana de Lisboa e o desenvolvimento de associações e de ONG promotoras da defesa dos direitos dos imigrantes.

Enquadramento europeu das políticas de integração

A União Europeia não tem competência legal específica em matéria de políticas de integração de imigrantes, cabendo aos Estados-Membros a responsabilidade pela definição das políticas de integração. Apesar disso, a UE tem competências em domínios essenciais para a inclusão dos cidadãos de países terceiros nas sociedades de acolhimento, tais como a regulação do direito à reunificação familiar (Directiva 2003/86/CE do Conselho, de 22 de Setembro de 2003); iniciativas orientadas para minorias étnicas, como a EQUAL e estratégias globais para o emprego, saúde, educação e inclusão social (Spencer, 2006)⁵.

O Conselho Europeu de Tampere, de Outubro de 1999, representa um marco fundamental na definição das bases de uma política comum de integração, reconhecendo a importância da equiparação dos direitos e deveres dos cidadãos de países terceiros aos dos cidadãos europeus, para promover a coesão económica e social em todo o território da União. Na sequência dessa reunião, a Comissão Europeia, na comunicação ao Conselho e ao Parlamento, em Novembro de 2000, definiu o conceito de integração como “um processo de dois sentidos que envolve a adaptação, tanto da parte do imigrante, como da sociedade de acolhimento” (COM, 2000, 757). Além disso, equacionou uma série de princípios para o desenvolvimento de um estatuto jurídico comum, concedido aos cidadãos de países terceiros que residam legalmente num Estado-Membro, incluindo um conjunto comum de direitos e obrigações essenciais que garantam o respeito pelas diferenças culturais e condições de trabalho e de acesso à habitação e aos serviços públicos, numa base de igualdade com os cidadãos nacionais, embora diferenciada em função do tempo de permanência no país de acolhimento. No mesmo documento, a Comissão apresenta ainda o conceito de cidadania civil, concedido aos residentes de longa duração, não naturalizados, que inclui também a atribuição de um conjunto de direitos cívicos e políticos.

¹ OCDE-SOPEMI (2007) – *International Migration Outlook*, SOPEMI-OECD, Paris.

² Fonseca, M. L.; Ormond, M.; Malheiros, J.; Patrício, M.; Martins, F. (2005) – *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*, Lisboa, ACIME, Observatório da Imigração Nº 15.

³ Fonseca, M.L.; Alegria, J., Nunes, A. (2004) - “Immigration to Medium Sized Cities and Rural Areas: The case of Eastern Europeans in the Évora Region (Southern Portugal)”, in, Baganha, M. I.; Fonseca, M. L. (eds) (2004) - *New waves: migration from Eastern to Southern Europe*, Fundação Luso-Americana, Lisboa, pp. 91-118.

⁴ Baganha; M. I.; Marques, J. C.; Góis, P. (2004) – “The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal”. In: Baganha, M. I.; Fonseca, M. L. (Ed.) – *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Luso- American Foundation, Lisbon, pp. 23-39.

⁵ Spencer, S. (2006) – “The Challenge of Integration in Europe”, in: Papademetriou, Demetrios (Ed.) – *Europe and Its Immigrants in the 21st Century: A New Deal or a Continuing Dialogue of the Deaf?*, MPI – Migration Policy Institute & Luso-American Foundation, pp. 1-52.

Seguindo as propostas da Comissão, em 2000, o Conselho adoptou um conjunto de medidas anti-discriminação, incluindo uma directiva sobre a discriminação racial e étnica (2000/43/CE) e outra que estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na actividade profissional (Directiva, 2000/78/CE) e, ainda, um programa de acção comunitária contra a discriminação.

Defendendo uma abordagem global e integrada das políticas de imigração e integração, numa comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu, relativa a um mecanismo de coordenação aberto da política comunitária em matéria de imigração - COM(2001) 387, a Comissão salienta a responsabilidade partilhada da integração dos imigrantes, sublinhando que, apesar de o sucesso da integração dos imigrantes depender, em grande medida, das políticas de imigração e integração, a sociedade civil tem um papel essencial no acolhimento dos imigrantes recém-chegados e na integração dos cidadãos estrangeiros, nomeadamente a nível local, onde as medidas de integração têm de ser executadas:

“A concepção de estratégias de integração adequadas é da competência dos Estados-Membros, tendo as autoridades e outros intervenientes a nível local e municipal um papel muito importante a desempenhar. Face ao aumento da proporção de estrangeiros na população dos Estados-Membros e à perspectiva da continuação desta tendência, é mais do que nunca necessário envidar esforços coordenados e constantes para assegurar a inserção social dos migrantes”.

COM(2001) 387

Esta abordagem horizontal exige um elevado esforço de coordenação a nível nacional e local, devendo os Estados-Membros elaborar planos de acção anuais em que fazem o balanço da implementação das directivas europeias e apresentam propostas de aplicação dessas orientações para o ano seguinte. A Comissão reserva para si um papel importante ao nível do acompanhamento e avaliação da política comum, da promoção da cooperação entre governos e outros actores relevantes, através da troca de informações e da identificação e intercâmbio das melhores práticas, especialmente a nível local, e do desenvolvimento de orientações ou padrões comuns de medidas de integração. Para facilitar a troca de informações e intercâmbio de práticas de integração nos diferentes Estados-Membros e reforçar a coordenação das políticas, ao nível nacional e comunitário, foi estabelecida, em Março de 2003, uma rede de Pontos de Contacto Nacionais.

O Conselho Europeu de Salónica, no final da Presidência Grega, em Junho de 2003, relevou a importância dos Pontos de Contacto Nacionais e reconheceu a necessidade de desenvolver uma estratégia alargada e multidimensional para promover a integração dos imigrantes legais, aproximando os seus direitos na esfera do emprego, actividades económicas, educação e aprendizagem da língua, saúde e serviços sociais, habitação e equipamentos urbanos, cultura e participação cívica, devendo ter em conta características e necessidades específicas de distintos grupos de imigrantes.

As conclusões de Salónica referem ainda que, apesar de a integração permanecer, em primeira instância, como uma responsabilidade dos Estados-Membros, considera-se que as políticas de integração devem enquadrar-se num referencial europeu comum, que tenha em conta a diversidade legal, política, económica, social e cultural de cada país (Spencer, op. cit., 2006). Nesta conformidade, a Comissão foi convidada a elaborar um relatório anual sobre migrações e integração na Europa.

O primeiro relatório, apresentado em 2004, foi efectuado com base em relatórios dos Pontos de Contacto Nacionais para a integração, bem como dos Planos de Acção Nacionais para o Emprego e dos Planos de Acção Nacionais para a Inclusão Social. Inclui uma síntese das tendências da imigração, analisa e discute as normas nacionais e europeias respeitantes à admissão e integração dos imigrantes, e enuncia um conjunto de reflexões sobre a evolução da política migratória comum.

O relatório refere que muitos países não efectuaram ainda análises aprofundadas das razões pelas quais os imigrantes apresentam maior risco de pobreza e exclusão social, condições de habitação precárias e elevados níveis de segregação residencial. A Comissão considera que “é difícil determinar se se verificaram progressos na elaboração de estratégias globais de integração a nível nacional”, embora reconheça uma

maior consciencialização da necessidade de uma abordagem transversal da problemática da imigração e de incentivar a cooperação entre as autoridades nacionais, regionais e locais, bem como com os parceiros sociais, ONG e associações de imigrantes.

No domínio da integração, a Comissão sublinha a necessidade de desenvolver políticas de integração globais, incluindo a problemática da imigração em diferentes domínios de intervenção política, promovendo medidas anti-discriminação e criando programas e instrumentos específicos, por forma a garantir que as necessidades dos imigrantes sejam devidamente incorporadas em todas as políticas da UE que os afectam (Comissão Europeia, COM (2004) 508).

No seguimento destas deliberações, em Novembro de 2004, foi lançado o *Primeiro Manual de Integração para Decisores Políticos e Profissionais* (Niessen & Schibel, 2004). Este Manual baseou-se nas conclusões de uma série de seminários técnicos realizados em Copenhaga, Londres e Lisboa, organizados pelos ministérios responsáveis pela integração em diferentes países. Enumera um conjunto de boas práticas e lições extraídas das experiências dos Estados-Membros no domínio da implementação de programas de introdução de imigrantes e refugiados recém-chegados e da participação cívica dos cidadãos de países terceiros, e apresenta indicadores para medir e comparar a integração dos imigrantes e monitorizar a implementação das políticas em programas de acção. Referindo-se ao papel relevante das parcerias entre diferentes níveis de governo, parceiros sociais, ONG e associações de imigrantes na implementação das políticas de integração, sustenta a necessidade de uma maior influência das instituições locais no processo de decisão, ao nível da concepção das políticas e da criação dos instrumentos e medidas adequados para as executar:

“Enquanto que a prioridade do governo central é garantir a qualidade dos serviços fornecidos pelos municípios, fazendo depender a atribuição de financiamentos dos resultados alcançados, por exemplo, discute-se que o que é realmente necessário é uma maior influência no processo decisório, de modo a que o quadro nacional de regulamentos possa fazer do nível local não apenas um agente, mas lhe permita também o acesso à esfera de concepção das políticas”.

Niessen & Schibel, 2004, p. 26⁶

Apesar desta referência, importa salientar que o Manual não discute, de forma aprofundada, o papel dos municípios e dos parceiros sociais de base local, na integração dos imigrantes, referindo apenas alguns exemplos de programas de introdução, de iniciativa municipal. Além disso, ao nível dos Pontos de Contacto Nacionais, os participantes nas discussões dos seminários técnicos para preparação do Manual de Integração, tanto na primeira como na segunda edição, apresentada em Maio de 2007⁷, representam sobretudo instituições de âmbito nacional e tratam fundamentalmente do quadro de referência nacional das políticas de cada um dos Estados-Membros (Bosswick e Heckman, 2006)⁸.

A Presidência Holandesa (Julho a Dezembro de 2004) deu continuidade à agenda da integração, tendo em vista a obtenção de consensos relativamente à definição de um conjunto de princípios comuns que serviriam de base à adopção de objectivos específicos e ao estabelecimento de metas a atingir nos domínios mais relevantes. Numa época marcada por uma elevada preocupação com as questões da segurança, o Conselho aprovou, em Novembro de 2004, o chamado “Programa de Haia”⁹, composto por princípios básicos comuns, posteriormente desenvolvidos na Comunicação da Comissão sobre a “Agenda Comum para a Integração”¹⁰, em que são feitas propostas de medidas concretas, ao nível europeu e nacional, para os pôr em prática. Os onze princípios aprovados são os seguintes:

⁶ Schibel, Y; Niessen, J. (2004) – *Manual de Integração para Decisores Políticos e Profissionais*. Primeira Edição, Comissão Europeia, Direcção-Geral da Justiça, Liberdade e Segurança, Bruxelas.

⁷ Schibel, Y; Niessen, J. (2007) – *Manual de Integração para Decisores Políticos e Profissionais*. Segunda Edição, Comissão Europeia, Direcção-Geral da Justiça, Liberdade e Segurança, Bruxelas.

⁸ Bosswick, W. e Heckman, F. (2006) – *Integration of migrants: contribution of local and regional authorities*, Dublin, European Foundation for the improvement of living and Working Conditions, CLIP network. <http://www.eurofound.eu.int/pubdocs/2006722/en/1/ef0622.en.pdf> (Visto em Setembro de 2007).

⁹ Documento 16054/04 da Reunião do Conselho da Justiça e Assuntos Internos, Bruxelas, 19 de Novembro de 2004.

¹⁰ Comissão das Comunidades Europeias – *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Agenda Comum para a Integração. Enquadramento para a integração de nacionais de países terceiros na União Europeia*, COM (2005) 389 final, Bruxelas, 1/9/2005.

1. A integração é um processo dinâmico e bidireccional de adaptação mútua de todos os imigrantes e residentes nos Estados-Membro.
2. A integração implica o respeito pelos valores fundamentais da União Europeia.
3. O emprego é um elemento essencial no processo de integração, sendo fundamental para a participação dos imigrantes, para o contributo que eles prestam à sociedade de acolhimento e para tornar visível esse contributo.
4. O conhecimento básico da língua, da história e das instituições da sociedade de acolhimento é indispensável para a integração; proporcionar aos imigrantes a possibilidade de adquirir esse conhecimento básico é essencial para lograr uma integração bem sucedida.
5. Os esforços na educação são cruciais para preparar os imigrantes, em especial os seus descendentes, para serem participantes mais activos e com maior êxito na sociedade.
6. O acesso às instituições, aos bens e aos serviços públicos e privados, por parte dos imigrantes, numa base de igualdade face aos cidadãos nacionais e de forma não discriminatória, é um fundamento essencial para uma melhor integração.
7. A interacção frequente entre imigrantes e cidadãos dos Estados-Membros é um mecanismo fundamental para a integração. Os fóruns onde participem uns e outros, o diálogo intercultural, a formação sobre imigração e culturas imigrantes, assim como o fomento das condições de vida em ambientes urbanos incrementam as interacções entre imigrantes e cidadãos dos Estados-Membros.
8. A prática de diversas culturas e religiões é uma garantia da Carta dos Direitos Fundamentais que deve ser salvaguardada, salvo em caso de incompatibilidade com outros direitos europeus invioláveis ou com a legislação nacional.
9. A participação de imigrantes no processo democrático e na elaboração de políticas e medidas de integração, especialmente a nível local, apoia a sua integração.
10. A inclusão de políticas e de medidas de integração em todos os domínios políticos e níveis de governo e de serviços públicos pertinentes é um ponto a ter em consideração na formulação e na implementação de políticas públicas.
11. É preciso definir objectivos claros, desenvolver indicadores e mecanismos de avaliação para ajustar a política, avaliar os progressos em termos de integração e tornar mais eficaz o sistema de intercâmbio de informações.

Estes princípios básicos comuns enfatizam a importância do emprego, conhecimentos da língua e da cultura da sociedade de acolhimento, educação e condições de vida ambiente em ambientes urbanos. Contudo, apesar da abertura expressa no paradigma da abordagem bidireccional, na Directiva sobre o Estatuto dos Residentes de Longa Duração, prevalece um conceito de integração restritivo e linear, conferindo aos Estados-Membros direitos discricionários para impor requisitos específicos, nomeadamente, a obrigatoriedade de aprovação num teste de integração. Além disso, são raras as iniciativas estruturais orientadas para a população do país de acolhimento, tendo em vista a sua adaptação à diversidade e a promoção de interacções positivas entre diferentes grupos étnicos e sociais.

Para apoiar as políticas de integração dos Estados-Membros, a União Europeia dispõe de vários instrumentos financeiros:

- A partir de 2003, a Comissão tem co-financiado, no âmbito das acções preparatórias para a integração dos cidadãos de países terceiros (INTI), projectos de integração transnacionais que promovam a cooperação entre os governos, autoridades regionais e locais e outros parceiros relevantes para

este efeito. No âmbito do programa-quadro “Solidariedade e gestão dos fluxos migratórios” para o período 2007-2013, foi criado o Fundo Europeu para a Integração dos nacionais de países terceiros para impulsionar os esforços dos Estados-Membros destinados a permitir aos imigrantes satisfazer as condições de residência e para facilitar a sua integração nas sociedades europeias, em conformidade com os princípios básicos da integração. Os imigrantes recém-chegados constituem o principal grupo-alvo das iniciativas financiadas por este instrumento financeiro. Além disso, apoia também o desenvolvimento de mecanismos de monitorização e avaliação das políticas de integração, bem como a difusão das melhores práticas.

- No quadro do Fundo Social Europeu (FSE), a Iniciativa Comunitária EQUAL co-financiou um vasto número de projectos inovadores para combater a discriminação dos imigrantes no mercado de trabalho, sendo que o reforço da taxa de emprego dos imigrantes é uma prioridade do (FSE) para o período 2007-2013. Além disso, o programa PROGRESS (2007-2013) apoia também iniciativas que promovam a aplicação dos princípios da não discriminação e de igualdade entre homens e mulheres.
- No âmbito dos instrumentos de política regional, especialmente para as áreas urbanas, a Iniciativa Comunitária URBAN II co-financiou programas de inclusão social em áreas carenciadas, com elevado número de imigrantes e o programa URBACT apoiou o desenvolvimento da cooperação entre cidades que se confrontam com o aumento do número de imigrantes e a diversificação das suas origens geográficas e étnicas. No período 2007-2013, a continuação do intercâmbio de experiências entre cidades, no domínio da imigração e integração, será assegurada pelo programa URBACT II.

Na Comunicação sobre a Agenda Comum para a Integração, a Comissão sublinha a importância dos Pontos de Contacto Nacionais, para a aplicação dos princípios básicos comuns, para o intercâmbio de informações e boas práticas, e para a identificação de domínios de intervenção prioritários, ao nível nacional e europeu. Em 2007, foi produzida a segunda edição do Manual de Boas Práticas, estando prevista uma terceira edição em 2009.

A segunda edição do Manual trata de três aspectos enunciados nos princípios básicos comuns: promoção da integração dos imigrantes, através da elaboração de políticas e da prestação de serviços que tenham em conta as suas necessidades particulares; práticas e dispositivos eficazes para promover o acesso à habitação nas áreas urbanas, e a integração económica, através do emprego por conta e outrem e do trabalho independente. Finalmente, no último capítulo discutem-se aspectos relacionados com o desenvolvimento de parcerias e formas de governância da integração a nível local, articuladas com instrumentos e medidas de base nacional e europeia.

Em conformidade com o Programa de Haia, a Comissão está também a promover a criação, até 2008, de um sítio web, de acesso alargado, para facilitar a troca de informações e a cooperação transnacional entre os actores relevantes no domínio da integração, à escala europeia, nacional, regional e local.

No plano da cooperação transnacional, ao nível local, foi lançado, em 2006, o projecto INTI-Cities e foi criada a Rede Europeia de Cidades para Políticas Locais de Integração de Imigrantes (CLIP), de que Lisboa faz parte. O projecto INTI-Cities é uma iniciativa conjunta da Comissão Europeia e da rede EUROCITIES e consiste numa série de conferências de alto-nível para promover a cooperação horizontal e vertical entre instituições públicas, empresas privadas, sociedade civil e associações de imigrantes¹¹. A rede CLIP foi promovida pelo Congresso de Autoridades Regionais e Locais do Conselho da Europa, a cidade de Estugarda e a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, com o objectivo de avaliar as práticas de integração nas cidades que fazem parte da rede, identificar as melhores práticas e, a partir delas, elaborar directrizes políticas e sobre a transferibilidade das boas práticas.

¹¹ A primeira conferência, intitulada, “Integrating Cities” teve lugar em Roterdão, em Outubro de 2006, e a segunda, em Milão, em 5 e 6 de Novembro de 2007.

As conclusões do Conselho de Junho de 2007, durante a Presidência Alemã, relevam a importância do diálogo intercultural e sensibilização e o envolvimento da sociedade em geral na promoção da inclusão social dos imigrantes nos territórios de acolhimento. A abordagem global da imigração, na tripla vertente da regulação dos fluxos, inclusão social dos imigrantes e promoção do diálogo e da cooperação com os países de origem, constitui também um tema central da agenda da Presidência Portuguesa da União Europeia. No domínio da integração, destaca-se a realização da conferência “Health and Migration in the UE: Better health for all in an inclusive society”, que teve lugar em Lisboa, em 27 e 28 de Outubro de 2007. Esta conferência, que contou com a participação de decisores políticos, investigadores, profissionais de saúde, ONG, teve como principal objectivo trocar informações sobre as condições de acesso e o estado de saúde dos imigrantes nos Estados-Membros, trocar informações e conhecimentos sobre as melhores práticas, tendo em vista a definição de políticas de saúde mais inclusivas e que contribuam para a melhorias das condições de saúde dos imigrantes e da população em geral.

No domínio do benchmarking das políticas e práticas de integração, além das duas edições do Manual de Boas Práticas de Integração, a Comissão tem patrocinado, em parceria com outras instituições, a construção de indicadores e de índices comuns para avaliar as políticas de integração dos imigrantes nos Estados-membros, bem como da sua evolução ao longo do tempo, baseados nas melhores práticas.

Em 2005 foi publicada a edição piloto do Migrant Integration Policy Index (Índice de Políticas de Integração de Migrantes), assim como o European Civic Citizenship and Inclusion Index (Índice Europeu de Cidadania Cívica e Inclusão Social), calculado para os países da UE 15¹². Em 16 de Outubro de 2007, foi apresentada, em Lisboa, a primeira edição do MIPEX, comparando as políticas de integração, em 27 países europeus e no Canadá¹³.

1.3. Portugal no contexto das políticas de integração na Europa: resultados do MIPEX

O MIPEX é um índice composto por mais de 140 indicadores de políticas, baseados nas melhores práticas, respeitantes a seis vertentes (acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, residência de longa duração, participação política, aquisição de nacionalidade e antidiscriminação), em 28 países: 25 Estados-Membros da União Europeia¹⁴, Noruega, Suíça e Canadá.

Além do índice global de integração de cada país, relativo ao conjunto das seis vertentes das políticas de integração atrás indicadas, o MIPEX foi ainda calculado para cada sector individualmente. Embora seja extremamente difícil fazer uma avaliação quantitativa das políticas de integração, nomeadamente porque as normas relativas a cada uma das áreas de políticas consideradas no MIPEX não têm o mesmo nível de impacto na vida dos imigrantes, este índice constitui um instrumento importante de monitorização e avaliação das políticas nos diferentes Estados-Membros da UE, permitindo fazer comparações entre países, em cada momento de referência, analisar as tendências evolutivas gerais e identificar os factores que estão na origem de percursos evolutivos convergentes ou divergentes, relativamente aos princípios básicos em que se fundam as melhores práticas.

Os resultados obtidos estão sintetizados na figura 2. Nela pode constatar-se que as políticas de integração nos 25 países da UE têm ainda um longo caminho a percorrer para se aproximarem das melhores práticas, obtendo apenas um índice de 53%. Os valores mais elevados do MIPEX, para o conjunto da UE 25, correspondem às políticas de residência de longa duração (59%), seguidas da antidiscriminação e do reagrupamento familiar, com 58 e 57%, respectivamente. A pior classificação cabe à aquisição de nacionalidade e às políticas para a participação política, ambas com um índice de 43%.

¹² Andrew Geddes, A.; Niessen, J. et al. (2005) - *European Civic Citizenship and Inclusion Index 2004*, British Council, Brussels.

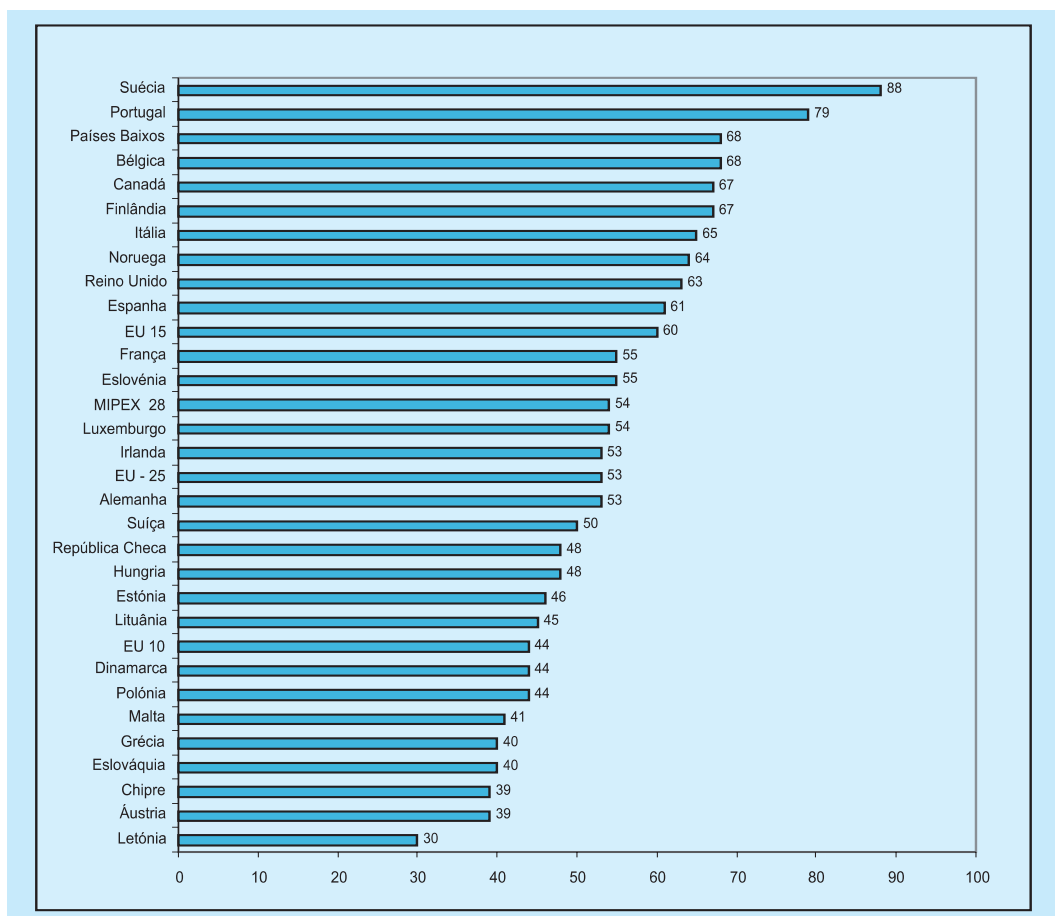
¹³ Niessen, J.; Hudleston, T.; Citron, L.; Geddes, A.; Jacobs, D. (2007) – *Índice de Políticas de Integração de Migrantes*, Lisboa, British Council e Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁴ Os 25 países da UE incluídos no MIPEX são: Áustria, Bélgica, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia e Reino Unido.

A Suécia é o país que regista o melhor resultado nas seis vertentes das políticas de integração consideradas, tendo atingido as melhores práticas em todos os indicadores de acesso ao mercado de trabalho e obtendo, nas restantes áreas de política, valores considerados favoráveis para a integração dos imigrantes (Fig. X).

No universo dos 28 países estudados, somente nove, entre os quais Portugal, os países nórdicos, Bélgica, Canadá, Itália, Espanha e Reino Unido, obtiveram índices de integração parcialmente favoráveis (60 a 79%). As políticas menos favoráveis verificam-se na Letónia, Chipre, Áustria, Grécia e Eslováquia, com índices compreendidos entre 30 e 40% (Fig. XI).

Fig. XI – Resultados do MIPEX, por países e áreas de políticas de integração



Fonte: MIPEX, 2007, p.3.

Portugal, ocupa a segunda posição na hierarquia global, com um índice de 79%. O acesso ao mercado de trabalho é a vertente que obtém a pontuação mais elevada (90%), sendo o estatuto de residente de longa duração e a aquisição de nacionalidade, as vertentes políticas com a pior classificação no conjunto das seis analisadas (Quadro IX; Fig. XII). Como pode ver-se na figura 3, o normativo legal que regula a integração de cidadãos nacionais de países terceiros em Portugal, não é muito distante das práticas mais favoráveis observadas no conjunto dos 28 países incluídos no MIPEX, afastando-se muito do país a que corresponde o quadro jurídico mais desfavorável (Letónia).

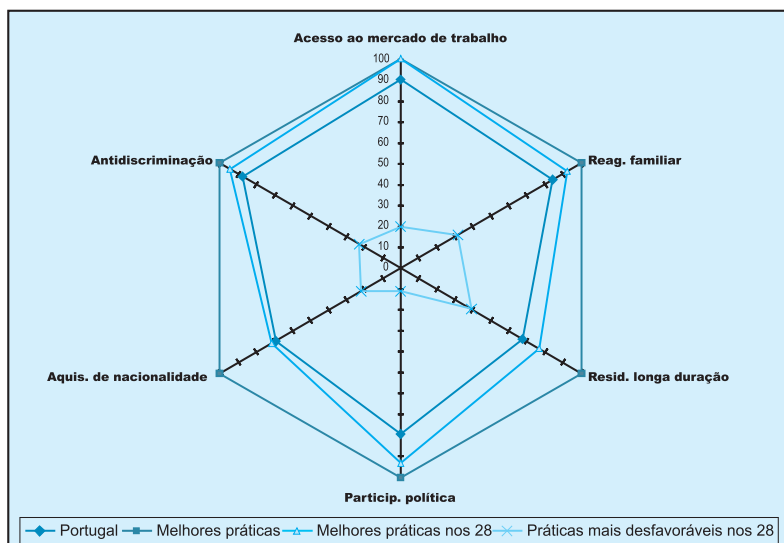
Quadro IX - Posição de Portugal no MIPEX: panorâmica geral

Área de política	MIPEX	Posição no conjunto dos 28 países
<i>Acesso ao mercado de trabalho</i>	90 (favorável)	2
<i>Reagrupamento familiar</i>	84 (favorável)	2
<i>Residência de longa duração</i>	67 (Ligeiramente favorável)	5 (4 no conjunto da UE 25)
<i>Participação política</i>	79 (Ligeiramente favorável)	6 (5 no conjunto da UE 25)
<i>Aquisição de nacionalidade</i>	69 (Ligeiramente favorável)	3
<i>Antidiscriminação</i>	87 (favorável)	2
<i>Resultado global</i>	79 (Ligeiramente favorável)	2

Numa análise mais desagregada dos diferentes aspectos de cada domínio de políticas, verifica-se que o país já atingiu as melhores práticas nas condições de elegibilidade e direitos associadas ao reagrupamento familiar, segurança no emprego e direitos conexos, liberdades políticas e políticas de implementação da participação política e dupla nacionalidade. As situações mais desfavoráveis prendem-se com os direitos eleitorais (índice de 33%), dado que apenas os cidadãos dos países que assinaram acordos de reciprocidade com Portugal são elegíveis para exercer o direito de voto em eleições autárquicas e somente os residentes de quatro países podem candidatar-se e ser eleitos em eleições autárquicas e os brasileiros podem votar em eleições nacionais. A segurança do estatuto da nacionalidade integra-se também no conjunto das normas ligeiramente desfavoráveis (40%). Nos restantes aspectos analisados no MIPEX, distinguem-se três sub-conjuntos de normas a que correspondem outros tantos tipos de situações: favoráveis, ligeiramente favoráveis, e a meio caminho das melhores práticas. O primeiro grupo (índices com valores compreendidos entre 80 e 99%) integra a elegibilidade e integração no mercado de trabalho, segurança do estatuto, nos casos de reagrupamento familiar, condições para aquisição de nacionalidade e medidas de implementação da lei antidiscriminação; o segundo (60-79%) engloba a elegibilidade e as condições de aquisição da residência de longa duração¹⁵; os órgãos consultivos de participação política, a elegibilidade para aquisição da nacionalidade e as políticas de igualdade. Finalmente, a segurança do estatuto de residente de longa duração e as condições de aquisição do reagrupamento familiar colocam-se a meio caminho das melhores práticas.

¹⁵ A nova lei da imigração (Lei nº 23/2007 de 4 de Julho) permitiu melhorar as condições de elegibilidade para o estatuto de residente de longa duração, aplicando o período de residência por 5 anos aos cidadãos de todos os países terceiros e não apenas aos dos PALOP.

Fig. XII – MIPEX: Posição de Portugal, comparativamente, às melhores práticas e às práticas mais desfavoráveis nos 28 países considerados



Fonte: Niessen, et. al., op. cit., 2007, pp. 146

Além de Portugal se situar numa posição globalmente favorável, no contexto das políticas de integração de imigrantes observadas nos Estados-Membros da UE, deve relevar-se o facto de os portugueses revelarem uma atitude positiva perante a imigração: 69,3% apoiam a igualdade de direitos sociais dos imigrantes e 72,2% defendem o direito ao reagrupamento familiar, apesar de apenas 45,2% considerarem que os estrangeiros devam adquirir com facilidade a nacionalidade portuguesa.

Em Portugal, tal como noutros países da Europa do Sul em que a imigração é um fenómeno ainda relativamente recente, o debate político da integração dos imigrantes tem-se centrado muito no acolhimento dos recém-chegados e na satisfação de necessidades imediatas, como sejam o acesso ao emprego, à habitação, educação, saúde e outros serviços sociais. Os direitos culturais, identidades étnicas e a participação nas instituições políticas, contrariamente ao que se verifica nos Estados-Membros de imigração mais antiga, têm tido menos relevo na mobilização das Associações e ONG que representam os interesses dos imigrantes, nos debates entre os partidos políticos e na opinião pública nacional (Gedes, 2006)¹⁶. Esta circunstância, associada ao facto de Portugal ser, tradicionalmente, um país de emigração, e de a imigração até meados dos anos noventa reflectir, em grande medida, as ligações históricas e culturais com as antigas colónias, criou condições favoráveis para o estabelecimento de um quadro jurídico que procura equiparar os direitos económicos e sociais dos residentes estrangeiros aos dos portugueses, sem que se tivessem desenvolvido movimentos anti-imigrantes, como aconteceu noutros Estados-Membros.

Em síntese, é importante sublinhar o facto de Portugal ser, a seguir à Suécia, o país que mais se aproxima das leis que configuram as melhores práticas de integração de imigrantes. Contudo, o MIPEX permitiu também verificar que, apesar das melhorias introduzidas em alterações legislativas recentes, nomeadamente da lei da nacionalidade, subsistem alguns aspectos, já mencionados anteriormente, com índices menos favoráveis e que importa melhorar. Como também já referimos, o MIPEX é um instrumento de avaliação e monitorização do enquadramento jurídico da imigração legal, pelo que não pode ser confundido com um índice de integração dos imigrantes nos países onde residem. Ou seja, analisa as leis e não a forma como são aplicadas no quotidiano. Além disso, importa ter presente que o alvo das políticas de integração

¹⁶ Gedes, A. (2006) – *The Politics of Migration and Immigration in Europe*, London, Sage Publications.

é constituído pelos residentes de países terceiros em situação regular. Deste modo, considerando o elevado número de imigrantes que se encontram em Portugal em situação irregular, bem como em Espanha, Itália e Grécia, as políticas para promover a inclusão social dos residentes de países terceiros não podem desligar-se da problemática da imigração irregular.

Portugal, tal como os parceiros da Europa do Sul, tem respondido a esta questão com sucessivos programas de regularização. Contudo, a prevalência de um elevado grau de informalização de alguns sectores económicos intensivos em mão-de-obra, com baixos salários e pouco atractivos para os trabalhadores nacionais, como sejam a construção civil, os serviços domésticos e algumas actividades ligadas ao turismo, hotelaria e restauração, criam oportunidades de emprego para os trabalhadores estrangeiros, mesmo para os que se encontram em situação irregular.

A regularização dos trabalhadores indocumentados faz emergir a economia informal e integra-os no mercado formal de emprego. Contudo, alguns destes sectores de actividade são difíceis de regular porque a combinação entre informalidade económica e irregularidade da força de trabalho pode ser vantajosa, para os empresários, por causa do trade-off entre menores custos do trabalho informal (salários, impostos e contribuições para a segurança social) e, para os imigrantes, porque lhes proporciona melhores oportunidades de emprego e salários do que teriam no país de origem. Assim sendo, as regularizações só poderão ser eficazes se se criarem mecanismos efectivos de combate ao emprego clandestino combinados com uma regulação eficaz da imigração, que permita abastecer as necessidades do mercado de trabalho através de canais legais. De outro modo, alimentam a impressão de que existem mecanismos de regularização permanente e estimulam a entrada de mais imigrantes irregulares, com a expectativa de poderem legalizar a sua situação dentro de um prazo relativamente curto (Gedes, op. cit. 2006).

1.4. Integração dos imigrantes em Portugal: debates e instrumentos de política

A integração é um processo que envolve a adaptação mútua entre os imigrantes e a população autóctone, implicando uma responsabilidade partilhada que, para além do governo, central e local, envolve muitos outros actores, incluindo os próprios imigrantes e seus familiares, ONG, associações, sindicatos, meios de comunicação social, etc.

A análise de diferentes indicadores mostra que a maioria dos imigrantes e seus descendentes são afectados por situações de desvantagem relativamente à população dos países de acolhimento. No caso português, vários indicadores põem em evidência essa desigualdade no domínio do emprego, condições de habitação, acesso à educação, saúde e outros aspectos da vida social.

Os cidadãos de países terceiros registam uma taxa de desemprego mais elevada do que a dos portugueses, apresentam uma estrutura profissional em que predominam as actividades de baixa qualificação e menores salários; têm piores condições de habitação, estando sobre-representados nos alojamentos sobrelotados, em barracas e outras habitações sem condições de habitabilidade, localizadas em bairros degradados, ou de realojamento com fortes carências de equipamentos e má imagem social e, conseqüentemente, apresentam maior risco de pobreza e exclusão social (Entre outros, Baganha, et al., 2002¹⁷; Fonseca, et al., op. cit. 2005; Fonseca, et al. 2002¹⁸; Malheiros, et al., 2007¹⁹; Pires, 2003²⁰; Peixoto, 2002²¹).

¹⁷ Baganha, M. I.; Ferrão, J.; Malheiros, J. (Coords.) (2002) - *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*. Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional (Estudos e Análises, 14).

¹⁸ Fonseca, M. L.; Malheiros, J.M.; Esteves, A.; Caldeira, M.J. (2002) - *Immigrants in Lisbon: routes of integration*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (E.P.R.U. n.º 56).

¹⁹ Malheiros, J. ; Mendes, M. (Coord.) (2007) - *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, ACIME, Observatório da Imigração, nº 22.

²⁰ Pires, R. P. (2003) - *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Celta, Oeiras.

²¹ Peixoto, J. (2002) "Os mercados da imigração: modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, Nº 11, MSST/DEPP, pp. 57-68.

A discussão em torno dos requisitos para a integração dos imigrantes e a obrigatoriedade de frequentar programas de introdução nalguns Estados-Membros da UE não tiveram ainda grande eco em largos sectores da sociedade portuguesa. O problema da língua só começou a ganhar importância após a chegada de elevados contingentes de europeus de Leste, dado que, até então, a imigração de países terceiros era predominantemente constituída por cidadãos originários dos Países de Língua Portuguesa (PALOP e Brasil). Por outro lado, o crescimento do número de crianças e jovens descendentes de imigrantes, associado à reunificação familiar e ao crescimento natural das comunidades mais antigas, fez com que muitas escolas se confrontassem pela primeira vez com necessidades educativas especiais das crianças de origem imigrante. Finalmente, o debate em torno da segurança/criminalização das chamadas “segundas gerações” tem vindo a ganhar destaque no debate público actual, sobretudo porque o aumento de certas formas de criminalidade juvenil nas periferias urbanas é muitas vezes associado, por alguns órgãos de comunicação social, aos jovens de origem étnica africana, residentes nos bairros degradados da periferia de Lisboa (Malheiros, Fonseca, Silva, 2005²²).

Para fazer face a estas questões e pôr em prática os princípios comuns da política de integração da UE, além da produção de instrumentos legais que garantam a igualdade de direitos sociais entre estrangeiros e nacionais e de combate à discriminação dos imigrantes e seus descendentes, em 2002, foi criado, através do Decreto-Lei nº 251/2002, de 22 de Novembro, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), transformando um cargo individual (Alto-Comissário) num organismo interdepartamental de apoio e consulta do Governo em matérias de imigração e minorias étnicas.

O ACIME desenvolveu uma Rede Nacional de Informação ao Imigrante, que inclui a publicação de um boletim mensal, brochuras informativas, um call centre, que proporciona informações em diversas línguas, e a difusão de informações através de um sítio Internet (www.acidi.gov.pt). Além disso, criou também um sistema Nacional de Apoio ao Imigrante, que inclui dois Centros Nacionais (CNAI), um em Lisboa e outro no Porto, ambos em funcionamento desde 2004, e patrocinou uma vasta rede de centros locais de atendimento (CLAI²³), dispersa por todo o país. Nestes centros, os imigrantes, seja qual for o seu estatuto legal, podem obter informação sobre os direitos que a legislação portuguesa lhes confere, processos de regularização, reagrupamento familiar, condições de acesso ao emprego, serviços de educação, saúde, segurança social, etc. Os CNAI congregam ainda uma série de serviços que se relacionam com a imigração (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Inspeção-Geral do Trabalho, Ministério da Saúde e Ministério da Educação e Conservatória dos Registos Centrais do Ministério da Justiça), bem como gabinetes de apoio para tratar de problemas específicos, dinamizados pelo ACIME e desenvolvidos em parceria com outras instituições da Administração Pública, ONG e associações de Imigrantes.

No âmbito do ACIME foi também criado o Observatório da Imigração, composto por um coordenador, nomeado pelo Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, e uma rede de centros de investigação universitários. O Observatório promove o debate público e o desenvolvimento de estudos sobre os imigrantes e as minorias étnicas residentes em Portugal.

O ACIME, apoiado pelos estudos efectuados pelo Observatório da Imigração e em colaboração com os parceiros sociais, as instituições de solidariedade social, as Associações de Imigrantes e outras entidades públicas ou privadas, tem tido também um papel relevante na promoção dos direitos humanos e da tolerância como valor universal. Neste âmbito, releva-se um discurso positivo da imigração, pondo em evidência o seu contributo para a revitalização demográfica, económica e o enriquecimento cultural da sociedade portuguesa, bem como a criação do Prémio - Jornalismo pela Tolerância. Contudo, deve salientar-se que o discurso positivo do ACIME nem sempre tem tido correspondência, no discurso e nas práticas quotidianas, de alguns dirigentes e funcionários de departamentos públicos de diferentes sectores de actividade, pelo que importa desenvolver mecanismos de interacção positiva entre os imigrantes e a sociedade de acolhimento e implementar medidas de igualdade e antidiscriminação.

²² Malheiros, J.; Fonseca, M. L.; Silva, S. (2005) - “Portugal: Migration Country Report 2005”. In Niessen, J.; Schibel, Y.; Cressida Thompson (Eds.) – *Current Immigration Debates in Europe*. Brussels, Migration Policy Group, pp. 225-257.

²³ Os Centros Locais de Apoio ao Imigrante foram recentemente transformados em Centros Locais de Apoio à Integração do Imigrante – CLAI.

Em Maio de 2007, o ACIME foi transformado num Instituto Público, (Instituto para a Integração e o Diálogo Intercultural - ACIDI, I. P), resultante da fusão do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, da estrutura de apoio técnico à coordenação do Programa Escolhas, da Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões e do Secretariado Entreculturas. Foi-lhe atribuída como missão, “colaborar na concepção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais, relevantes para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como promover o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões” (Decreto-Lei nº 167/2007, de 3 de Maio).

No plano da implementação das políticas de integração, deve ainda referir-se a elaboração de um Plano para Integração de Imigrantes, a partir de um trabalho conjunto de todos os ministérios, com contributos da sociedade civil, recolhidos durante o período de discussão pública. O Plano inclui 122 medidas para melhorar o acolhimento dos recém-chegados, o acesso ao emprego, educação e formação profissional, habitação, cuidados de saúde, apoiar o financiamento das associações, os mecanismos de implementação da antidiscriminação e as políticas de igualdade (Resolução do Conselho de Ministros n. 63-A/2007, de 3 de Maio). O Plano prevê ainda a criação de uma Rede de Pontos Focais de Acompanhamento, coordenada pelo Alto-Comissário para a Imigração e o Diálogo Intercultural e constituída por dois representantes de cada ministério, que deverá apresentar ao COCAI relatórios anuais de execução das medidas nele previstas.

Como já referimos, a integração é um processo e não um fim, envolvendo a interacção entre imigrantes e autóctones e a adaptação das instituições sociais à diversidade sócio-cultural dos novos residentes. Por conseguinte, a construção de uma sociedade coesa na sua diversidade, não é apenas uma responsabilidade dos diferentes órgãos do governo, central ou local, implicando o envolvimento e a cooperação, horizontal e vertical, entre instituições diversas. Deste modo, como referimos anteriormente, a Comissão Europeia, na Agenda Comum para a Integração, recomenda aos Estados-Membros que desenvolvam instrumentos de coordenação e cooperação entre diferentes instituições públicas, privadas e da sociedade civil, com responsabilidades de intervenção ao nível nacional, regional e local. Além disso, incentiva a criação de mecanismos de monitorização e avaliação que permitam melhorar, de forma sistemática e continuada, o processo de decisão e a implementação das políticas, com base nas lições da experiência das melhores práticas e na identificação das normas, instrumentos e processos que podem ser melhorados.

O mapeamento das iniciativas apresentadas neste trabalho, desenvolvidas em Portugal, por diferentes instituições e redes de parceiros, com o objectivo de contribuir para inclusão social dos imigrantes e minorias étnicas e para o processo de construção de uma sociedade coesa e plural, enquadra-se nesta linha de orientações. Importa, contudo, esclarecer que não se trata de um exercício de avaliação, com base nos critérios habitualmente considerados nas análises de benchmarking para avaliar os projectos e o desempenho das instituições promotoras, tendo em conta a sua relevância, eficiência, eficácia, sustentabilidade e impactos que geram. Pretende-se apenas efectuar um levantamento, tão alargado quanto possível, dos múltiplos actores e iniciativas em diferentes sectores de actividade, dispersas pelo território nacional, que, na perspectiva das entidades que as promovem, configuram exemplos de casos bem sucedidos e susceptíveis de aplicação por outras instituições e noutros lugares. Além disso, a sua divulgação contribuirá também para promover o intercâmbio de experiências e o estabelecimento de parcerias interinstitucionais, horizontais e verticais, ao nível local, articuladas com instrumentos e medidas de integração de base nacional e europeia. No entanto, deve referir-se que a troca de experiências não pretende levar à uniformização das respostas porque os contextos são distintos, mas apenas dar a conhecer iniciativas que podem ser inspiradoras para outros stakeholders.

INFORMAÇÃO, ACOLHIMENTO E MEDIA

Após a chegada a um novo país, os imigrantes são confrontados com a difícil tarefa de compreensão das estruturas política, social, cultural e económica da sociedade de acolhimento e de nela encontrar um lugar. A integração, que pode ser definida como o processo através do qual os imigrantes se estabelecem numa sociedade¹, não é apenas da responsabilidade dos próprios imigrantes, sendo partilhada com um vasto leque de actores, que incluem as comunidades locais, as instituições sociais e o governo do país anfitrião. Um acolhimento bem sucedido e o subsequente processo de integração exigem a divulgação de informações, bem como apoio específico aos imigrantes em determinadas áreas-chave. Estas áreas têm âmbitos diversos, abrangendo questões gerais, organizativas e administrativas, apoio na compreensão e utilização do sistema de segurança social, do sistema jurídico-político, incluindo a cidadania e os direitos concedidos, o funcionamento do mercado de trabalho, sistema fiscal, serviços de saúde, mercado de habitação, normas sociais, educação, entre outras.

A diversidade das necessidades sentidas pelos imigrantes recém-chegados reflecte-se no carácter abrangente das iniciativas incluídas neste sector e na natureza pluri-sectorial de algumas delas. Além disso, considerando que o processo de integração é bidireccional, a informação tem o duplo papel de dar a conhecer aos imigrantes as normas de funcionamento e os valores da sociedade de acolhimento e, simultaneamente, promover o diálogo intercultural, sensibilizar a população autóctone para as questões relacionadas com a imigração e a diversidade, e dar-lhes a conhecer as culturas dos novos residentes.

Enquadramento do Sector

Entre as iniciativas inventariadas através do questionário, contam-se 51 que podem ser classificadas como predominantemente prestadoras de serviços informativos. Além disso, existem ainda 93 com intervenção neste domínio, embora esta não seja a sua actividade principal, pelo que as respectivas fichas descritivas são apresentadas noutros capítulos. Assim, no conjunto, contabilizam-se 144 projectos que prestam serviços nesta área, independentemente de constituírem o foco principal da sua esfera de intervenção, ou terem um papel subsidiário. Estes resultados reflectem o esforço de um grande número de instituições, sobretudo de base local, para dar resposta à procura deste tipo de serviços, gerada pelo elevado crescimento da imigração para Portugal, a partir de finais dos anos noventa do século passado, bem como pela diversificação dos países de origem e pela dispersão pelo território nacional, dos imigrantes das novas vagas.

Entidades e fontes de financiamento

Reflectindo a média transversal a todos os sectores, 52% das iniciativas que prestam serviços informativos são promovidas pelo terceiro sector (ONG, IPSS, associações de imigrantes e organizações de carácter religioso) e 28% pelas câmaras municipais. Salientam-se ainda oito, cerca de 6%, do sector privado (Quadro X).

¹ Penninx, R. (2003) Integration: The Role of Communities, Institutions and the State, <http://www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=168>

Quadro 1.1 – Tipo de Entidade promotora das iniciativas

Tipo de entidade	Nº	%
Sector público nacional	2	1,4
Sector público regional	2	1,4
Sector público local	40	27,8
Terceiro Sector	75	52,1
Sector privado	8	5,6
Escola	1	0,7
Universidades	1	0,7
Mistas (2 ou + instituições)	10	6,9
Outras	5	3,5
Total	144	100,0

O Estado financia um pouco mais de um quarto das iniciativas com resposta válida a esta questão, às quais se juntam outros 16% que englobam projectos financiados em parceria com outras entidades. A seguir ao Estado, 18% das iniciativas são financiados pelas autarquias (que co-financiam ainda outros 4,5%). No total, cerca de 66% das iniciativas com resposta válida depende de alguma forma de financiamento público (Estado, autarquias ou UE), o que é ligeiramente superior à média geral dos sectores (cerca de 57%). Por sua vez, 15% dependem do respectivo orçamento institucional e, reflectindo a situação geral dos restantes sectores, apenas 7,5% são financiadas pelo sector privado, incluindo os co-financiamentos com outras entidades.

Quadro 1.2 – Iniciativas Segundo a Fonte de Financiamento

Fontes de financiamento	Nº	%	% Resp. Válidas
Nenhuma	9	6,3	6,7
Orçamento da instituição	20	13,9	14,9
Autarquia	24	16,7	17,9
Estado	35	24,3	26,1
UE	6	4,2	4,5
Privado	2	1,4	1,5
Fundação	4	2,8	3,0
Estado e Orçamento Instituição Promotora	10	6,9	7,5
Estado e Autarquia	4	2,8	3,0
Estado e UE	3	2,1	2,2
Estado e Privado	4	2,8	3,0
Autarquia e UE	-	-	-
Autarquia e Privado	2	1,4	1,5
Privado e Orçamento Instituição Promotora	2	1,4	1,5
Três ou mais fontes	7	4,9	5,2
Outras	2	1,4	1,5
Total de Respostas	134	93,1	100,0
NS/NR	10	6,9	-
Total	144	100,0	-

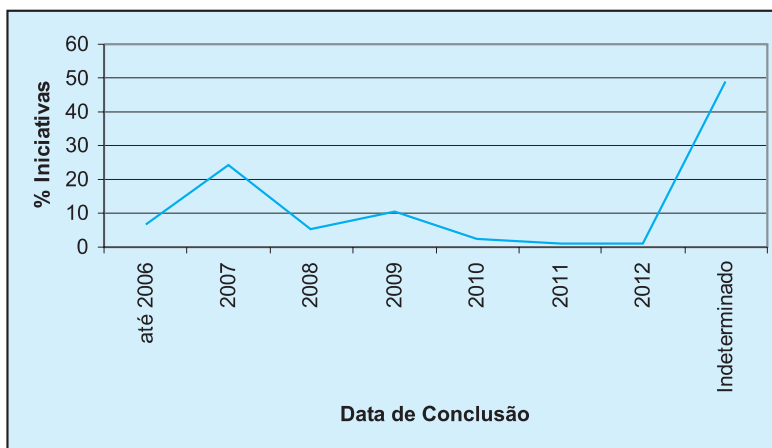
Distribuição geográfica e grupos-alvo

A distribuição geográfica das iniciativas corresponde em grande medida aos padrões nacionais de residência de imigrantes e ao quadro global apresentado na introdução. Relativamente aos grupos de imigrantes beneficiários deste sector, 61% das iniciativas oferece os seus serviços a imigrantes dos PALOP, 57% trabalha com imigrantes da Europa de Leste e ex-União Soviética (principalmente ucranianos, moldavos e russos), quase 55% com latino-americanos (na sua maioria brasileiros) e quase 24% com imigrantes dos novos Estados-Membros da UE (principalmente romenos). Por sua vez, 14% apoiam imigrantes de outros países da Ásia (principalmente timorenses), 12% apoia indivíduos do Sudeste asiático (predominantemente indianos e paquistaneses) e, um menor número de iniciativas, entre 8 e 12%, cidadãos de outros países da África (na sua maioria oriundos do Gana e do Senegal) e residentes da UE-15. Apenas 7 iniciativas (5%) dos serviços abrangem a comunidade chinesa.

Data de Conclusão das iniciativas e financiamento

Considerando a data de conclusão das iniciativas como um indicador da sustentabilidade dos sectores, esta parece ligeiramente superior neste sector do que na média geral, tendo chegado ao seu termo, até ao final de 2007, 31% das iniciativas deste agrupamento com resposta válida a esta questão, em contraste com a média do conjunto dos sectores de 40%. Por sua vez, cerca de 16% terminarão entre 2008 e o final de 2009, e 4% decorrerá até ao período compreendido entre 2010 e 2012. Por outro lado, encontramos uma larga percentagem de projectos – quase metade - que não possui uma data de fim determinada².

Fig. 1.1 Percentagem de Iniciativas Segundo as Datas de Conclusão



Em termos de financiamento, cerca de metade das iniciativas que deram respostas válidas não tem fim previsto. Contudo, 29% esgotou ou terá esgotado a respectiva fonte de receita orçamental até ao final de 2007, 17% entre esta data e 2009, enquanto apenas 4% têm financiamento assegurado para um período que varia entre 2010 e 2012. Importa ainda referir que 24% dos projectos desta área não responderam à questão, pelo que as percentagens atrás indicadas se reportam apenas a três quartos das iniciativas deste sector.

Parcerias

Existe um considerável nível de articulação entre as entidades promotoras de serviços informativos e outras instituições que prestam apoio a imigrantes. Reproduzindo o quadro global, por constituírem uma grande parcela do total de projectos inventariados neste trabalho, as redes de parceria envolvem sobretudo instituições do terceiro sector e do sector público. Cerca de metade das iniciativas trabalham com ONG e outras associações, 41% com associações de imigrantes e 17% com IPSS. A cooperação com a Administração

² A percentagem de não respostas a esta questão foi de 9%.

Pública salienta-se pelo facto de 44% das intervenções envolverem o ACIDI, I.P./CNAI, 31% Câmaras Municipais, cerca de um quarto o Ministério da Educação (e subunidades deste), 22% o Ministério da Saúde (e subunidades deste), 20% a Rede Social Local, 19% o Ministério do Trabalho e Segurança Social (e subunidades deste), e 15% as Juntas de Freguesia. Observa-se ainda que 22% dos projectos referem relações de cooperação com entidades do sector privado, ou seja, um valor superior à média geral, que se situa nos 17%.

Obstáculos

Os obstáculos referidos com maior frequência reflectem também a média dos sectores e relacionam-se com a escassez de recursos materiais (58%) e de recursos humanos (42%). Foram ainda mencionados problemas mais residuais, nomeadamente dificuldades em estabelecer parcerias para trabalho em rede (15%) e uma pesada carga burocrática (10%). Estas proporções foram calculadas com base numa taxa de respostas de apenas 70%.

Recursos Humanos

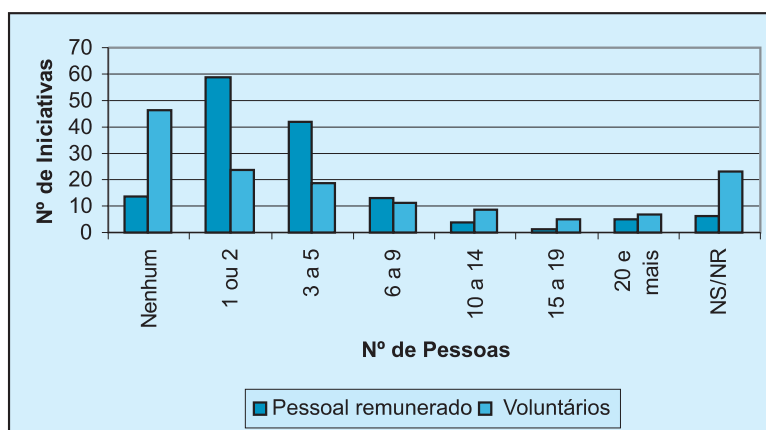
O volume dos recursos humanos constitui uma limitação importante, uma vez que 10% das iniciativas não têm pessoas remuneradas ao seu serviço e 73% têm cinco ou menos funcionários, 12%, entre seis e catorze trabalhadores assalariados e, as restantes, quinze ou mais (Fig. 1.2)

De uma forma geral, os técnicos estão familiarizados com as questões relacionadas com a imigração e a legislação que define os direitos concedidos aos estrangeiros residentes em Portugal, possuindo ainda níveis de instrução elevados: 90% dos projectos que responderam a esta questão (83% do total) indicam empregarem trabalhadores com licenciatura.

Em termos de formação especializada, 14% das iniciativas que responderam a esta questão afirmaram que os seus funcionários não receberam qualquer formação neste domínio nos últimos dois anos, enquanto 52% declararam que o pessoal ao serviço frequentou entre uma e quatro acções de formação e, os restantes, mais de cinco, sendo a taxa de não respostas a esta pergunta de 23%.

À semelhança dos vários sectores, revela-se aqui uma fraqueza genérica, no sentido em que quase 40% das iniciativas não têm voluntários, 36% têm menos de cinco e apenas as restantes dispõem de seis ou mais.

Fig. 1.2 Iniciativas Segundo o Número de Trabalhadores Remunerados e de Voluntários



Utentes

Os imigrantes e os seus descendentes constituem o principal grupo-alvo das iniciativas incluídas neste sector. Efectivamente, considerando as respostas a esta questão (80%), observa-se que 43% das iniciativas

indicaram que os imigrantes representam a totalidade dos seus utentes; para 37% dos casos, o seu peso situa-se entre 50 e 99%. Pelo contrário, em apenas 4 casos (3%) as populações imigrantes correspondem a menos de 10% dos beneficiários das iniciativas.

Estes resultados vão, de uma maneira geral, ao encontro das expectativas iniciais dos promotores das iniciativas, observando-se que a percentagem de imigrantes, no total de utentes é inferior às expectativas em apenas 8% dos projectos com resposta válida, sendo equivalente ao previsto em mais de metade e, superior, em mais de um terço das situações.

Meios de difusão da informação

A facilidade de acesso à informação é um factor essencial para a integração dos imigrantes recém-chegados. Deste modo, a par de uma rede de locais específicos onde os imigrantes possam obter, com facilidade e sem custos, as informações básicas de que necessitam para se instalar em Portugal, é também importante que haja outros canais de difusão, oral e escrita. Os resultados apurados relativamente a este aspecto permitiram concluir que, de um modo geral, a disseminação da informação constitui uma preocupação presente na maioria das iniciativas deste sector. Por conseguinte, no conjunto dos projectos com respostas válidas (75%), 85% difundiu informação em suporte de papel, 70% utilizou a Internet e 60%, fê-lo através de contacto pessoal, telefónico ou através de sessões de informação. Para além disso, 16% prestaram informação via telefone, mas, desta feita, tendo o utilizador pago os custos da chamada.

Descrição das Iniciativas

As iniciativas que se descrevem a seguir têm como principal sector de actuação a área da informação, entendida de um modo lato, e agruparam-se segundo os objectivos e o tipo de actividades desenvolvidas. Assim, o grupo A reúne fundamentalmente serviços de prestação de informações junto de imigrantes, como sejam informações gerais sobre acesso a vários sectores, áreas mais específicas de informação, reencaminhamento para as entidades competentes, e ainda a dinamização da participação do próprio imigrante na sociedade de acolhimento. Estes serviços são assegurados por câmaras municipais e associações, por vezes em parceria com o ACIDI, I.P., casos em que se constitui um CLAI (Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante) ou um CNAI (Centro Nacional de Apoio ao Imigrante). O grupo B apresenta encontros e estudos relativos à imigração, e ainda iniciativas promotoras de políticas de integração. Por último, o grupo C reúne iniciativas relativas a meios de comunicação social e portais de organizações na Internet.

A) Acolhimento, Informação e Reencaminhamento

Iniciativa: Gabinete do Imigrante e Minorias Étnicas
Entidade(s): CM Setúbal - Div. Inclusão Social
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Setúbal
Data: Junho 2006 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: 90 % da população-alvo
Objectivo: Informar, apoiar, encaminhar e comunicar com população/actores locais.
Modo de funcionamento: Embora o serviço se destine aos imigrantes residentes no Concelho de Setúbal, recorre a este imigrantes de outros Concelhos, quer presencialmente, quer por atendimento telefónico. Os objectivos do GIME/SEI, além dos já referidos, são: 1) Encaminhamento - o contacto privilegiado e articulado com instituições públicas e privadas e com os vários serviços da Câmara Municipal de Setúbal, permite ao SEI fazer encaminhamento directo de casos nas diferentes áreas; 2) Apoio -No âmbito das suas competências, a CMS, através do SEI, apoia técnica, logística e financeiramente actividades ou grupos formalmente constituídos. Apesar das dificuldades da sua constituição, esta rede de parcerias com todas as entidades locais e centrais que se relacionam e trabalham com as comunidades migrantes de uma forma efectiva e eficaz permite uma comunicação fluida e actualizada entre os imigrantes, os seus representantes e as várias entidades que se movem nesta área, permitindo a sinalização rápida de problemas, e tornando a sua resolução num processo concertado.

Iniciativa: SPIN - *Serviço de Proximidade e Informação*

Entidade(s): CM Loures - Gab. Assuntos Religiosos e Sociais Específicos, e ACIDI, I.P.

Outros sectores envolvidos: Aconselhamento Jurídico, Associativismo

Localização: Região - LVT Concelho - Loures

Data: Junho 2005 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Informar e formar as populações imigrantes nos seus locais de habitação, reunião e trabalho, sobre os seus direitos e deveres, nomeadamente a base legal que os sustém, desburocratizando a relação com a administração.

Modo de funcionamento: Este programa divide-se em três acções principais: Projecto 1-Sessões de Informação (proximidade ao local de trabalho), co-organizadas com empresas, ONGs, IPSS, e têm como objectivo informar sobre a Lei da Nacionalidade e a Lei de Imigração, auscultando os próprios nas suas dúvidas e questões, dando-lhes resposta imediata e, baseada numa metodologia pro-activa, levar à discussão e interacção entre todos. Esta acção acontece, sobretudo, nos espaços de trabalho e/ou apoio às populações imigrantes, durante as horas de trabalho dos próprios e disponibilizados para o efeito pelas entidades patronais. Projecto 2-Formação para Dirigentes Associativos (proximidade ao local de reunião), esta acção visa informar e formar os dirigentes das associações de imigrantes do Concelho de Loures, fornecendo-lhes ferramentas e conhecimentos adequados à obtenção de capacidades técnicas para o desenvolvimento de projectos e procura de apoios. Projecto 3-CLAll Itinerante (proximidade ao local de residência) visa estender os serviços de atendimento, informação e orientação aos locais de habitação das populações, nomeadamente aqueles que se encontram mais afastados e carenciados desta informação. Também fornecem a indicação das freguesias de intervenção e o número de participantes nos projectos 1 e 2.

Iniciativa: GAI - *Gabinete de Apoio a Imigrantes*

Entidade(s): AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Aconselhamento Jurídico

Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa

Data: Julho 2007 - Dezembro 2008

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Fortalecer o exercício efectivo dos direitos de cidadania por pessoas imigrantes, durante 18 meses, na região de Lisboa.

Modo de funcionamento: O GAI desenvolve, neste momento, as suas actividades em dois espaços distintos: Delegação Regional de Lisboa do Instituto Português da Juventude e na Rua do Salitre, 139, 2º em Lisboa. Daí a centralidade relativamente ao acesso pelas comunidades imigrantes. O GAI actua através de apoio essencialmente jurídico e humano, prestado por advogados/as voluntários/as da região de Lisboa. Entende-se aqui o voluntariado como factor de participação activa da sociedade civil no processo de inclusão de imigrantes. São dois os elementos inovadores deste projecto: 1) o tipo de voluntariado exercido corresponde a uma actividade legalmente enquadrada, orientada por um coordenador e no quadro de um programa específico onde se prevê, além de um curso sobre voluntariado, uma vertente de formação contínua, tendo em vista a melhoria do serviço prestado aos utentes do GAI. 2) Enquadra-se no programa integrado "Núcleo de Apoio a Imigrantes", que providencia além do apoio jurídico e humano, aulas de Português para Estrangeiros e apoio técnico na concepção, gestão e avaliação de projectos artísticos da iniciativa de imigrantes em Portugal.

Iniciativa: *Serviço de Apoio a Imigrantes*
Entidade(s): CM Grândola
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Grândola
Data: Julho 2003 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Humanizar a imigração no Concelho de Grândola
Modo de funcionamento: O serviço funciona nas instalações da CM Grândola. Note-se que a imigração não tem grande expressão no Município de Grândola , pois é sobretudo temporária.

Iniciativa: *Núcleo de Informação e Apoio ao Imigrante*
Entidade(s): Cercipeniche
Outros sectores envolvidos: Saúde, Emprego, Serviços Sociais
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Peniche
Data: Agosto 1987 - Setembro 2006
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 90 % da população-alvo
Objectivo: Apoiar públicos desfavorecidos, criar um espaço onde o imigrante possa encontrar uma resposta adequada para as suas dúvidas e problemas.
Modo de funcionamento: Para além de atendimentos e encaminhamentos, o Núcleo dinamiza ainda as seguintes actividades: 1) Iniciativa fiscalidade (resultante de um protocolo de cooperação técnico-científica com a Escola superior de Tecnologia do Mar, que tem como objectivo proporcionar apoio à população imigrante em assuntos relacionados com o IRS, nomeadamente o preenchimento das declarações de impostos). 2) Apoio à saúde, destinada a imigrantes que não possuem médico de família e que é prestado a título voluntário por um médico de clínica geral.

Iniciativa: *Apoio ao Imigrante*
Entidade(s): Junta de Freguesia da Ericeira
Outros sectores envolvidos: Emprego, Habitação, Serviços Sociais
Localização: Região - LVT Concelho - Mafra
Data: 2002 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Proporcionar apoio na procura de informação, emprego e habitação e realizar campanhas em género.
Modo de funcionamento: Encaminhamentos para Espaço Jovem/UNIVA, ACIDI, I.P., SEF, Segurança Social,

Iniciativa: *Apoio a Imigrantes*
Entidade(s): Associação de Apoio ao Imigrante de S. Bernardo
Outros sectores envolvidos: Ensino, Aconselhamento Jurídico, Emprego
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Aveiro
Data: - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Ajudar os imigrantes a integrarem-se na sociedade portuguesa .
Modo de funcionamento: Disponibilização de informações sobre todos os assuntos referentes à imigração e consultas com advogados. Aulas de língua e cultura portuguesas, Apoio escolar em matemática, em horário pós-laboral.

Iniciativa: *Aconselhamento/Reencaminhamento Informal*

Entidade(s): Associação Filhos e Amigos de Bachil

Outros sectores envolvidos:

Localização: Região – LVT Concelho - Barreiro

Data: Junho 2005 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Nenhuma

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Aconselhar/orientar outros imigrantes sobre procedimentos administrativos simples que surgem na vida quotidiana e reencaminhá-los para os serviços formais adequados.

Modo de funcionamento: O espaço da Associação é disponibilizado pela CM do Barreiro. Está em estudo a possibilidade de capacitação em informática dos membros da direcção e o estabelecimento de um protocolo de parceria com colectividade Os Franceses para formar um grupo de danças tradicionais da Guiné-Bissau com artistas residentes cá.

Iniciativa: *Atendimento e Encaminhamento da População Imigrante*

Entidade(s): ACIRMA - Associação da Comunidade Imigrante Romena e Moldava do Alentejo

Outros sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Cultura/Sensibilização, Formação Profissional, Habitação, Emprego

Localização: Região - Alentejo Concelho - Moura

Data: Janeiro 2006 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 75 % da população-alvo

Objectivo: Contribuir para a integração da população imigrante, concedendo apoio em áreas relevantes como a saúde, segurança social, emprego ou educação

Modo de funcionamento: Defender direitos e interesses específicos dos imigrantes e seus descendentes, em tudo quanto respeite à sua valorização; desenvolver a cooperação e a solidariedade entre os seus associados na base da realização de iniciativas relativas à problemática da imigração e à promoção da igualdade e cidadania; promover e estimular as capacidades próprias, culturais e sociais das comunidades de imigrantes e seus descendentes, propor acções de prevenção de actos de entidades públicas ou privadas que constituam discriminação racial; estabelecer intercâmbios com associações congéneres estrangeiras e promover acções comuns de informação e formação com vista à promoção sócio-profissional dos imigrantes.

Iniciativa: *Gabinete de Apoio ao Cidadão*

Entidade(s): Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar

Outros sectores envolvidos: Ensino, Formação Profissional, Emprego

Localização: Região - Algarve Concelho - S. Brás de Alportel

Data: Janeiro 2007 - Dezembro 2007

Fonte de financiamento: Nenhuma

Percentagem de imigrantes: 5 % da população-alvo

Objectivo: Proporcionar à população carenciada e iletrada do concelho um espaço onde podem encontrar apoio gratuito na resolução das exigências dos serviços, principalmente ao nível burocrático.

Modo de funcionamento: Os cursos ministrados de Educação e Formação de Adultos têm como objectivos elevar os níveis de habilitação escolar e qualificações profissionais que potenciem as suas condições de empregabilidade. Este gabinete surge como evolução do Gabinete de Apoio ao Idoso, sendo que, com o apoio das entidades parceiras, alargou o atendimento à população em geral.

Iniciativa: *Apoio ao Imigrante*
Entidade(s): Associação Parceiros da Amizade
Outros sectores envolvidos: Ensino, Aconselhamento Jurídico, Serviços Sociais
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Aveiro
Data: Julho 2006 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Nenhuma
Percentagem de imigrantes: 75 % da população-alvo
Objectivo: Promover o bem-estar social, tanto dos imigrantes, como da população em geral.
Modo de funcionamento: Pelo facto da associação estar criada há pouco tempo, as actividades centram-se sobretudo no convívio, nos encontros interculturais e na criação de bem-estar, quer dos imigrantes, quer dos cidadãos em geral. Após ter as instalações próprias, será possível realizar mais actividades, centradas na área do social, justiça, saúde e formação.

Iniciativa: *Gabinete de Apoio Social*
Entidade(s): Serviço Jesuíta aos Refugiados
Outros sectores envolvidos: Serviços Sociais
Localização: Região - País inteiro Concelho - País inteiro
Data: 2003 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado/Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Dar resposta imediata às situações de emergência social de imigrantes, refugiados e deslocados à força.
Modo de funcionamento: O GAS pretende dar resposta às situações mais dramáticas do processo de integração de imigrantes. A problemática com que se trabalha tem essencialmente a ver com situações de sem-abrigo; problemas de dependências crónicas; problemas psiquiátricos e problemas de saúde. Durante o ano de 2006 foram acompanhados no GAS 205 utentes, com as mais diversificadas situações problemáticas.

Iniciativa: *Gabinete de Apoio ao Imigrante*
Entidade(s): Associação Luso Caboverdeana de Sintra
Outros sectores envolvidos: Participação Política, Aconselhamento Jurídico, Serviços Sociais
Localização: Região - LVT Concelho - Sintra
Data: 2004 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Apoiar os imigrantes para uma permanência legal em Portugal, encaminhamento e acompanhamento de casos sociais.
Modo de funcionamento: O programa é desenvolvido no espaço da Associação e sempre que se justificar desloca-se a localidades para sessões de esclarecimentos. Este programa tem a função de orientar os imigrantes no sentido de obter e manter a sua situação regularizada em Portugal, lhes orientar nas suas dificuldades sociais colocando-os em contacto com as instituições mediante as suas necessidades, apoiar as instituições na resolução de problemas sociais com os imigrantes, nomeadamente da imigração, acções informais de sensibilização sobre a questão da regularização.

Iniciativa: *Centro de Acolhimento e Integração*

Entidade(s): Associação C.A.P.E.L.A.

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Aconselhamento Jurídico, Serviços Sociais

Localização: Região - LVT Concelho - Sintra

Data: Abril 2004 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia/Estado

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Facilitar o processo de integração dos emigrantes, através do conhecimento básico das leis portuguesas, da compreensão da cultura e sociedade de acolhimento.

Modo de funcionamento: Em termos anuais, a C.A.P.E.L.A. faz 6000 atendimentos, dos quais 2000 são presenciais.

Iniciativa: *Agência para a Vida Local*

Entidade(s): CM Valongo

Outros sectores envolvidos:

Localização: Região – Norte Litoral Concelho - Porto

Data: 203 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 13,5 % da população-alvo

Objectivo: Promover a igualdade de oportunidades e de género, a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, e a cidadania activa e inclusiva.

Modo de funcionamento: Trata-se de um serviço inteiramente gratuito, que concentra um conjunto de soluções facilitadoras do quotidiano dos/as cidadãos/ãs, dando respostas imediatas aos seus pedidos ou procedendo ao devido encaminhamento para entidades competentes. São eles: 1) AVL Informação - Promove a organização de acções de sensibilização, seminários e conferências que sensibilizam para as áreas de actuação da AVL; 2) Clube de Emprego e 3) Formação - Presta apoio na procura activa de emprego, designadamente por via de uma estreita ligação ao Gabinete do Empresário da Autarquia e ao Centro de Emprego de Valongo. 4) Espaços Infantis Imediatos de Ermesinde e Valongo - Surgiram da necessidade de apoiar pais e adultos com responsabilidades parentais na gestão do tempo no seu quotidiano. É-lhes disponibilizado um crédito de cinco horas semanais para deixarem os/as seus/suas educandos/as ao cuidado de profissionais especializados/as, enquanto tratam de assuntos inadiáveis. 5)

Espaço Internet - Trata-se de um espaço equipado com equipamentos informáticos e promove diversos cursos de formação na área das Tecnologias da Informação e Comunicação;

6) Serviço do Cidadão e do Consumidor - Permite o esclarecimento, orientação e acompanhamento de questões ligadas à família, ao trabalho e ao consumo. 7) Banco do Tempo - Resulta de um parceria com a Associação GRAAL. Proporciona a troca de serviços, como se de um banco se tratasse, mas onde vigora a “moeda tempo”; 8) Centro Local de Apoio ao Imigrante - Fruto de uma parceria com o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (actual ACIDI, I.P.), disponibiliza uma orientação correcta e cuidadosa dos imigrantes no que diz respeito ao esclarecimento dos seus direitos e deveres, à lei da imigração, ao reagrupamento familiar, ao acesso à saúde, à educação, ao reconhecimento de habilitações e competências, à lei da nacionalidade portuguesa e ao retorno voluntário, para além do que promove oficinas de escrita e leitura do português.

Iniciativa: *Gabinete de Apoio ao Imigrante – Projecto Vias Alternativas*
Entidade(s): Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Sintra
Data: Maio 2007 Outubro 2008
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes:
Objectivo: Prestar informações sobre os direitos e deveres dos imigrantes residentes na freguesia.
Modo de funcionamento: O projecto vias alternativas actua identificando as pessoas em situação de sem abrigo na freguesia e a origem de cada situação, acompanhando e apoiando as pessoas identificadas, e oferecendo-lhes condições de vida mais dignificantes. Desenvolve várias actividades entre elas a promoção de competências pessoais e sociais com a criação do gabinete de apoio ao imigrante, entre outras. O Projecto Vias Alternativas tem como colaboradora a Associação Luso Cabo Verdiana de Sintra e envolve 12 instituições locais.

Os Centros Locais de Apoio à Integração do Imigrante constituem parcerias entre o ACIDI, I.P. e entidades locais (câmaras municipais ou associações). Como espaços de informação descentralizados e ligados à Rede Nacional de Informação ao Imigrante, os CLAII estão distribuídos por todo o país, visando proporcionar respostas locais articuladas ao nível das necessidades de acolhimento e integração das comunidades imigrantes na região (emprego, habitação, por exemplo). São disponibilizados um conjunto de folhetos temáticos em três línguas (português, inglês e russo), que resumem os pontos-chave dos temas com maior relevância para o imigrante: lei da imigração, guia de saúde para o imigrante, reagrupamento familiar, programa de retorno voluntário, ensino, entre outros. Os técnicos que estão a fazer atendimentos sociais actuam como mediadores e gestores de conflitos. Alguns CLAII, sobretudo os que se encontram sedeados em associações ou ONG, organizam também eventos culturais e de sensibilização, aulas de português e informática.

Iniciativa: *Apoio à Integração de Imigrantes*
Entidade(s): CM Vila Franca de Xira e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos: Habitação, Serviços Sociais, Emprego
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Março 2007 - Março 2008
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Modo de funcionamento: Como os restantes CLAII.

Iniciativa: *Atendimento e Acolhimento do Imigrante*
Entidade(s): CM Barreiro e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Setúbal Concelho - Barreiro
Data: Janeiro 2005 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Modo de funcionamento: Como os restantes CLAII.

Iniciativa: *Atendimento e Acolhimento de Imigrantes*
Entidade(s): CM Sintra e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos: Emprego
Localização: Região - LVT Concelho - Sintra
Data: Setembro 2007 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: -
Percentagem de imigrantes: -
Modo de funcionamento: Como os restantes CLAII. A CM de Sintra faz também o registo de cidadãos comunitários.

Iniciativa: *Acolhimento e Integração do Imigrante*

Entidade(s): CM Odivelas e ACIDI, I.P.

Outros sectores envolvidos: Formação Profissional, Aconselhamento Jurídico, Serviços Sociais

Localização: Região - LVT Concelho - Odivelas

Data: Janeiro 2004 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia/Estado

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Promover a inclusão social, ao nível da Comunidade, reforçando os laços de solidariedade e consolidando a identidade e vitalidade do tecido social.

Modo de funcionamento: Como nos restantes CLAll. Procede-se também ao registo de cidadãos comunitários.

Iniciativa: *Intervenção de Proximidade – Funcionamento de Três Pólos CLAll*

Entidade(s): CM Oeiras e ACIDI, I.P.

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Formação Profissional, Aconselhamento Jurídico

Localização: Região - LVT Concelho – Oeiras (Carnaxide, Paço de Arcos, Porto Salvo)

Data: Novembro 2006 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Facilitar uma “dinâmica de intervenção” local.

Modo de funcionamento: Como nos restantes CLAll.

Iniciativa: *Apoio ao Associativismo e Acesso à Informação*

Entidade(s): CM Azambuja e ACIDI, I.P.

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Associativismo

Localização: Região - LVT Concelho - Azambuja

Data: Setembro 2005 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 50 % da população-alvo

Objectivo: Apoiar a criação e integração da Associação de Imigrantes da Azambuja (Imigra-Acção) nas actividades da autarquia.

Modo de funcionamento: A CM apoiou a Imigra-Acção na sua criação, ou seja, em toda a fase burocrática de legalização, financiando-a em toda essa etapa. A autarquia apoia e integra a respectiva associação em diversas actividades desenvolvidas no concelho, de forma a que os imigrantes possam não só se sentirem integrados na comunidade onde residem, bem como, darem a conhecer a sua cultura, gastronomia... Algumas actividades da associação têm sido também financiadas pela autarquia e noutras ocasiões a associação tem estado isenta de pagamento. Existe um trabalho de parceria entre a associação e o CLAll, no encaminhamento e integração dos idosos do concelho.

Iniciativa: *Acolhimento e Integração de Imigrantes*
Entidade(s): Cáritas Diocesana de Viana do Castelo e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Emprego
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Viana do Castelo
Data: Março 2003 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado/Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 88 % da população-alvo
Objectivo: Informar, orientar e integrar imigrantes. Sensibilizar a opinião pública e as instituições para as questões da imigração.
Modo de funcionamento: Procura-se dar resposta aos problemas apresentados pelos imigrantes nas mais diversas áreas. A mediadora e os voluntários recebem formação contínua específica nas áreas em que trabalham. Em 2003, o CLAI veio dar continuidade ao assistencialismo que a Cáritas Diocesana desde sempre prestou à população imigrante. Tratando-se de um grupo vulnerável, as acções desenvolvem-se em torno de três eixos principais: acolhimento, integração e sensibilização. A percepção das diversas necessidades sentidas pelos imigrantes levou a ajustar e a desenvolver a actividade, tendo naturalmente surgido parcerias com instituições locais, públicas e privadas, que também trabalham nesta área da imigração. Até ao momento, organizaram-se acções diversas, como festas de Natal, caminhadas e formações, procurando-se sensibilizar a opinião pública para a tolerância e combater a exclusão social dos imigrantes.

Iniciativa: *Atendimento de Imigrantes*
Entidade(s): Cruz Vermelha Portuguesa de Vila Real de Sto. António e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Cultura/Sensibilização, Formação Profissional
Localização: Região - Algarve Concelho - Vila Real de Santo António
Data: Dezembro 2006 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado/Autarquia
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Acolher e integrar os imigrantes
Modo de funcionamento: Tem realizado inúmeras actividades de integração e acolhimento de imigrantes, nomeadamente: celebração ortodoxa, realização de jogos tradicionais entre famílias imigrantes, festa de ano novo das crianças imigrantes, entre outras. Apesar de não haver muitos atendimentos registados, o papel junto da comunidade é bastante activo. Estabeleceram-se já inúmeros contactos com empresários do ramo da restauração, hotelaria e construção civil.

Iniciativa: *Gabinete de Acção Comunitária*

Entidade(s): Centro Social Paroquial de Vera Cruz e ACIDI, I.P.

Outros sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Cultura/Sensibilização, Formação Profissional, Serviços Sociais

Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Aveiro

Data: Novembro 2001 – Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Estado/UE

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Promover a integração dos imigrantes, cidadania activa, animação sócio-cultural, multiculturalidade e integração da diferença.

Modo de funcionamento: Alguns serviços e actividades são desenvolvidos através de parcerias formais ou informais com entidades locais: o serviço de enfermagem e apoio psicológico é protocolado com a Junta de Freguesia; o Serviço de Aconselhamento Jurídico é fruto de protocolo com a delegação de Aveiro da Ordem dos Advogados e o Serviço de Mediação é protocolado com a CONSENSUS (Associação para o Desenvolvimento de Meios Alternativos de Resolução de Conflitos); recurso ao Serviço de tradução telefónica do ACIDI, I.P. quando necessário. No GAC funciona o CLAII de Aveiro desde Abril de 2003. O GAC tem desenvolvido actividades de animação comunitária potenciadoras de inclusão (festas multiculturais, visitas e locais de interesse, convívios) cujos objectivos são, para além da promoção de atitudes positivas em relação à diversidade cultural, activar o convívio e o conhecimento do património e da cultura portuguesa. Este programa tem apoiado também a constituição de associações de imigrantes e a criação de empresas junto dos imigrantes empreendedores. O GAC/CLAII é procurado também por instituições, entidades privadas (entidades empregadoras, IPSS locais) para encaminhamento de situações relativas a imigrantes ou para esclarecimento de dúvidas, nomeadamente, ao nível da legalização de trabalhadores imigrantes.

Iniciativa: *Gabinete de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas*

Entidade(s): CM Santarém

Outros sectores envolvidos: Ensino, Habitação, Desporto, Emprego

Localização: Região - LVT Concelho - Santarém

Data: Abril 2002 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Contribuir para um melhor acolhimento e integração dos imigrantes.

Modo de funcionamento: O GAIME apoia imigrantes que habitam no Concelho de Santarém e área envolvente. O Gabinete facilita a integração social, laboral e comunitária dos imigrantes e faz mediação de conflitos laborais; e fornece aconselhamento jurídico básico.

Iniciativa: *Acolhimento de Imigrantes*
Entidade(s): Casa Paroquial de São José e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Coimbra
Data: Abril 2003 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado/Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Acolher e integrar os imigrantes na comunidade local, facultando-lhes informação a vários níveis.
Modo de funcionamento: Apesar de a maioria dos imigrantes que frequentam o CLAll viver e trabalhar em Coimbra, há também aqueles que vêm de zonas mais longínquas do distrito, nomeadamente Arganil. Em Abril de 2003 foi inaugurado o Centro Local de Apoio ao Imigrante de Coimbra, funcionando nesta Paróquia de S. José, no piso inferior da Residência Paroquial. O seu objectivo primordial era ser um local de informação acerca dos diversos problemas que afectam a população imigrante em Portugal, nomeadamente aos níveis da residência, da nacionalidade, da saúde, da educação, do trabalho e da família. Destinado aos imigrantes oriundos de todos os países, o CLAll presta serviço a todos os que o procuram, independentemente da condição legal.

Iniciativa: *Atendimento e Acolhimento de Imigrantes*
Entidade(s): AMIGrante e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos: Emprego
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Leiria
Data: Abril 2003 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado/Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 88 % da população-alvo
Objectivo: Disponibilizar informação com vista a uma efectiva inclusão dos imigrantes na sociedade portuguesa.
Modo de funcionamento: Fica situado numa área central de Leiria à qual os imigrantes acedem com facilidade, principalmente quando necessitam também dos serviços do SEF. Em Abril de 2003 o Centro Local de Apoio ao Imigrante de Leiria iniciou formalmente a sua actividade. A AMIGrante-Associação de Apoio ao Cidadão Migrante foi constituída em Julho 2004, a partir da iniciativa da Diocese Leiria-Fátima e outros movimentos Católicos (MEC, Cáritas, ACI) e da Câmara Municipal de Leiria. A CML responsabilizou-se pelo espaço de funcionamento e pelas despesas logísticas, enquanto os outros sócios fundadores se responsabilizaram pelos "recursos humanos" através dos seus voluntários. A AMIGrante é uma associação não lucrativa, apartidária e, sendo embora de cunho católico, uma associação de completo respeito pela liberdade religiosa. Tem como participantes (e colaboradores voluntários) nas suas actividades cidadãos imigrantes de diversas proveniências. Para além dos serviços de informação, encaminhamento e atendimento jurídico e social, a AMIGrante tem ainda como áreas de actuação: 1) Cursos de Língua e Cultura Portuguesa- 2.ª Língua; 2) UNIVA-AMIGrante; 3) Escolinha Intercultural "Beregina" 4) Actividades culturais esporádicas, como sejam a realização anual da Festa dos Povos. O que se pretende implementar é uma maior proximidade à integração dos imigrantes, patente num papel de maior intervenção local com as instituições.

Iniciativa: *Espaço Cidadania Lisboa*
Entidade(s): CM Lisboa e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos: Saúde, Habitação, Acompanhamento Jurídico, Emprego
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: -
Fonte de financiamento: Autarquia e UE
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo:
Modo de funcionamento: Este Espaço informa sobre a legislação e a segurança social, apoia no reconhecimento de qualificações e na procura de emprego e formação profissional. O acompanhamento jurídico é realizado por um jurista.

Iniciativa: *Posto Público de Internet*
Entidade(s): Junta Freguesia de Portimão
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Algarve Concelho - Portimão
Data: 2004 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 30 % da população-alvo
Objectivo: Facultar o acesso gratuito à internet a toda a população.
Modo de funcionamento: Foi criado pela junta de freguesia em 2004, com o intuito de facultar a todos os residentes e não só, nacionais e imigrantes, um acesso à internet gratuito, incluindo a impressão de documentos até 10 folhas gratuitamente. Tem sido, portanto, mais uma componente facilitadora da integração social para os que escolheram Portugal.

Iniciativa: *Distribuição de Textos Informativos*
Entidade(s): Centro de Saúde Professor Arnaldo Sampaio
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Norte Interior Concelho - Guimarães
Data: 2007 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento:
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Informar os imigrantes sobre a nova Lei nº23/2007, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.
Modo de funcionamento: Distribuição de cópias dos textos da responsabilidade do SEF "A Nova Lei de Estrangeiros" e "A Nova Lei de Estrangeiros – Perguntas Frequentes"

Iniciativa: *Sessão de Esclarecimento sobre a Nova Lei da Nacionalidade*
Entidade(s): CM Salvaterra de Magos
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Salvaterra de Magos
Data: 11 Junho, 2007 - 12 Junho, 2007
Fonte de financiamento: Nenhuma
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Dar a conhecer a nova Lei da Nacionalidade
Modo de funcionamento: Sessão de sensibilização e esclarecimento em articulação com o ACIDI, I.P.

É importante assinalar que alguns gabinetes vocacionados para apoiar emigrantes portugueses que regressam a pós longas ausências no estrangeiro têm também assistido imigrantes, apesar de tal não fazer parte das suas funções. É o caso de:

- *Gabinete de Apoio ao Emigrante*, Câmara Municipal do Baião
- *Gabinete de Apoio ao Emigrante*, Câmara Municipal de Pinhel
- *Gabinete do Emigrante – Novas Oportunidades*, Câmara Municipal de Resende
- *Gabinete de Apoio às Comunidades Portuguesas*, Câmara Municipal de Vila Verde

Iniciativa: *Encontro Juvenil da Diáspora Africana em Portugal*

Entidade(s): Núcleo de Estudantes Africanos da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa

Outros sectores envolvidos: Juventude

Localização: Região - LVT Concelho - Almada

Data: 25 de Maio, 2007

Fonte de financiamento: Autarquia/FCT/Centro Norte-Sul Conselho da Europa

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Envolver os jovens e as organizações de juventude da diáspora africana na realização da Cimeira de Juventude África-Europa numa consulta aberta, ampla e inclusiva.

Modo de funcionamento: A iniciativa, para além de abranger comunidades aqui em Portugal, está também direccionada aos países africanos, focando sobretudo a fome, saúde/SIDA e guerra. Nesta Cimeira da Juventude, os jovens representantes de organizações juvenis africanas e europeias tiveram a oportunidade de manifestar as suas preocupações, necessidades e expectativas, definir as suas prioridades para a política de juventude e outras políticas e acções relacionadas com os jovens, assim como de elaborar recomendações endereçadas aos Chefes de Estado e de Governo; promover o debate entre as diferentes organizações da diáspora africana e a sua inserção na sociedade, promover uma reflexão acerca da inserção social e política dos imigrantes africanos na sociedade portuguesa no contexto do Ano Europeu pra a Igualdade de Oportunidades para Todos; discutir a presença da diáspora africana no seu contexto local, nacional e internacional. O evento foi organizado em torno de workshops, sessões de grupos de trabalho, e apresentação e discussão dos documentos finais contendo recomendações.

B) Encontros, estudos e iniciativas promotoras de políticas de integração

Iniciativa: *Programa Artigo 13º - Encontro Sobre Migrações*
Entidade(s): CM Loures - GARSE (Gabinete de Assuntos Religiosos e Sociais Específicos)
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Lisboa Concelho - Loures
Data: 2004 e 2006 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: N/A
Objectivo: Partilhar informações, experiências e conhecimento sobre o fenómeno da imigração em Portugal e no Concelho de Loures.
Modo de funcionamento: Pretende-se debater a realidade da imigração no concelho de Loures, através de uma troca de experiências com outras entidades, de modo a apresentarmos projectos, estudos e aprofundarmos o conhecimento sobre o fenómeno da imigração. Sendo o concelho de Loures um dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa que mais recebe populações imigrantes, temos como objectivo principal da organização deste evento desencadear reflexões e desenvolver projectos adequados às necessidades desta nova realidade intercultural. O Art.º 13.º - Encontro Sobre Migrações, teve já duas edições, uma primeira em 2004 e outra em 2006, tendo participado, cerca de quatrocentos assistentes e quarenta palestrantes. Diversas entidades têm apresentado comunicações, desde associações de imigrantes até centros de investigação de diversas universidades, passando por entidades oficiais tais como autarquias e o ACIDI, I.P.. A realização do Artigo 13.º - Encontro Sobre Migrações na actual conjuntura, em que são aprovadas novas leis sobre a imigração, reveste-se de especial importância para o Concelho de Loures, pois permite uma troca de conhecimentos e reflexão sobre as novas realidades da imigração, numa discussão profícua com investigadores e instituições públicas. Chamar-lhe Artigo 13.º é apelar à compreensão deste fenómeno a partir de uma ideia positiva do mesmo, tendo como princípios a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a própria Constituição da República Portuguesa.

Iniciativa: *Fórum de Organizações Católicas para Imigração e Asilo*
Entidade(s): Obra Católica Portuguesa de Migrações, Cáritas Portuguesa, Centro Padre Alves Correia, Serviço de Jesuítas aos Refugiados, Comissão Justiça e Paz dos Religiosos, Fundação Ajuda à Igreja que Sofre, Caplania dos Imigrantes Africanos, Coordenação Nacional dos Imigrantes Ucranianos, Liga Operária Católica (Movimento de Trabalhadores Cristãos) e Rede Espanolusa das Mulheres Vítimas de Tráfico
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Concelho -
Data: Abril 2000 -
Fonte de financiamento: Nenhuma
Percentagem de imigrantes: N/A
Objectivo: Reunir para analisar e reflectir sobre a realidade migratória; emitir pareceres; dialogar com organismos do poder central e autárquico na definição de medidas legais e sociais.
Modo de funcionamento:

Iniciativa: *Encontro Nacional de Secretariados da Pastoral da Mobilidade Humana – “Mulheres em Mobilidade: Fronteiras de Dignidade”*

Entidade(s): Obra Católica Portuguesa de Migrações

Outros sectores envolvidos: Género

Localização: Região - Alentejo Concelho - Odemira

Data: 9 de Julho, 2007 - 12 de Julho, 2007

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes: N/A

Objectivo: Conhecer melhor as problemáticas de género; acompanhar as situações de vulnerabilidade; criar e participar em respostas de parceria; consolidar as estruturas pastorais nas dioceses.

Modo de funcionamento: O local onde decorreu a formação depende da Diocese que acolhe e, dependendo da temática, contam com a participação da população migrante entre os oradores. Este encontro realiza-se anualmente há 30 anos. Através da capacitação e formação de agentes pastorais e técnicos procura-se servir melhor a população migrante e conhecer o que se passa no país. São sempre uma oportunidade de escuta e troca de conhecimentos. O tema é escolhido em função das necessidades sentidas por quem trabalha directamente com a população. Procura-se também envolver e sensibilizar as comunidades cristãs, estruturas diocesanas, congregações missionárias, movimentos eclesiais e associações, para o acolhimento, defesa dos direitos, da cultura e integração, bem estar social e espiritual dos migrantes, em espírito ecuménico e inter-religioso, no cultivar do diálogo em liberdade.

Iniciativa: *Encontro Nacional de Apoio Social ao Imigrante*

Entidade(s): Obra Católica Portuguesa de Migrações

Outros sectores envolvidos:

Localização: Região - LVT Concelho - Ourém

Data: Janeiro 2007

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes: N/A

Objectivo: Conhecer melhor as problemáticas; divulgar a Mensagem do Santo Padre para o Dia Mundial do Migrante e Refugiado; acompanhar as situações de vulnerabilidade; criar e participar em respostas de parceria.

Modo de funcionamento: Este foi o VII encontro. O tema abordado resulta quase sempre da área do interesse e da necessidade dos participantes agentes pastorais e voluntários. Procura-se também envolver e sensibilizar as comunidades cristãs, estruturas diocesanas, congregações missionárias, movimentos eclesiais e associações, para o acolhimento, defesa dos direitos, da cultura e integração, bem estar social e espiritual dos migrantes, em espírito ecuménico e inter-religioso, no cultivar do diálogo em liberdade.

Iniciativa: *Semana Nacional de Migrações - Peregrinação Internacional dos Migrantes e Refugiados*
Entidade(s): Comissão Episcopal da Mobilidade Humana e OCPM-Organização Católica Portuguesa de Migrações
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização
Localização: Região - País inteiro Concelho - País inteiro
Data: Agosto 2007
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: N/A
Objectivo: Sensibilizar para as migrações; acompanhar das comunidades portuguesas e dos missionários; dialogar entre igrejas (origem e destino dos migrantes).
Modo de funcionamento: Esta semana realiza-se há 35 anos consecutivos. O mês de Agosto tornou-se preferencial porque é altura em que a maioria dos migrantes portugueses vêm de férias, pretendendo-se promover e estimular um gesto de acolhimento por parte das paróquias a nível nacional. É um tempo de encontro e reflexão porque a OCPM convida sempre um bispo ou um cardeal de um dos países de destino dos emigrantes ou das comunidades migrantes que existem cá, propiciando um momento de reunião com os missionários e migrantes.

Iniciativa: *Estudo sobre População Imigrante Residente no Concelho de Cascais*
Entidade(s): CM Cascais
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Cascais
Data: 2004 - 2006
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes:
Objectivo: Conhecer melhor a realidade sobre a população imigrante no concelho de Cascais, para melhor poder planear a intervenção do município nesta área.
Modo de funcionamento: Por iniciativa da CMC foi adjudicado à GEOIDEIA a elaboração de um estudo sobre a população imigrante residente no concelho de Cascais. O estudo destinou-se não só a retratar a situação das comunidades imigrantes, bem como também a propor um quadro de intervenção municipal nesta área. Após a entrega do estudo, este foi apresentado publicamente num encontro (17 de Maio de 2007) subordinado ao tema “O papel das Autarquias na integração dos imigrantes”, que também serviu de fórum de discussão e de partilha de várias experiências autárquicas com reconhecido impacto na integração dos imigrantes. O estudo cobriu as áreas seguintes: Serviços de Apoio e Sistemas de Informação, Habitação e Intervenção Sócio-territorial nos Bairros, Mercado de Trabalho e Formação Profissional, Associativismo Imigrante, Juventude e Descendentes de Imigrantes, Estatuto Jurídico (e modificação do actual quadro legal).

Iniciativa: *Diagnostico de la Incidencia de la Migración y Inmigración desde Realidades Diferentes con Efectos en la Seguridad Ciudadana*
Entidade(s): CM Vila Real de Santo António
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Algarve Concelho - Vila Real de Santo António
Data: Agosto 2005 - Julho 2007
Fonte de financiamento: UE
Percentagem de imigrantes:
Objectivo: Diagnosticar e analisar a incidência do fenómeno migratório a partir das realidades participantes, em matéria de segurança pública, a fim de fortalecer as capacidades dos agentes envolvidos no tema.
Modo de funcionamento: Projecto intercontinental desenvolvido entre a América Latina e a Europa com três encontros internacionais e diversos workshops e aplicação de inquéritos ao nível local.

Iniciativa: *Imigrantes no Ensino Superior: Multilinguismo, Multiculturalidade e Integração Social*
Entidade(s): Universidade de Évora
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Emprego
Localização: Região - Alentejo Concelho -
Data: 2008 - 2011
Fonte de financiamento:
Porcentagem de imigrantes: 100% da população-alvo
Objectivo: Identificar quem são os imigrantes, e em que condições frequentam o ensino superior no Alentejo.
Modo de funcionamento: Programa de investigação e sensibilização da sociedade portuguesa para a realidade multilinguística e multicultural dos estudantes do ensino superior na região.

Iniciativa: *Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes*
Entidade(s): Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - País inteiro Concelho - País inteiro
Data: Novembro de 2006 -
Fonte de financiamento: Fundação Calouste Gulbenkian
Porcentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Promover e divulgar os Princípios Básicos Comuns para a integração de imigrantes definidos pela Comissão Europeia; facilitar a reflexão em conjunto e a articulação de esforços e de intervenções no âmbito do acolhimento e integração de imigrantes na sociedade portuguesa; identificar, divulgar e promover actuações consideradas “boas-práticas”.
Modo de funcionamento: No passado dia 21 de Novembro de 2006, no âmbito do Fórum Gulbenkian Imigração e na presença de Franco Frattini, Vice-presidente da Comissão Europeia, foi assinada a Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal. Subscreveram a Plataforma, para além da Fundação Calouste Gulbenkian, as Fundações Aga-Khan Portugal, Luso-Americana, Luso-Brasileira, Oriente, Portugal África, as Associações Empresarial de Portugal e Industrial Portuguesa, a Comissão Episcopal para a Mobilidade Humana, as Confederações dos Agricultores de Portugal, do Comércio e Serviços de Portugal, da Indústria Portuguesa, do Turismo Português, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses e a União Geral dos Trabalhadores. A esta iniciativa aderiram as Câmaras Municipais de Almada, Amadora, Faro, Lisboa, Loures, Moita, Oeiras, Porto, Santa Maria da Feira, Seixal, Sintra, Vila do Conde e Vila Franca de Xira. O Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas participa nas reuniões da Plataforma na qualidade de observador. Iniciativas em curso: A) Distinção Anual para as Melhores Práticas para distinguir as Câmaras Municipais que se tenham evidenciado pela implementação de projectos exemplares no domínio da promoção do acolhimento e da integração de imigrantes. A decisão de atribuição será da responsabilidade do Núcleo Fundador da Plataforma, com base numa proposta apresentada por um júri independente. A Distinção será entregue no próximo dia 18 de Dezembro de 2007, Dia Internacional dos Migrantes. B) Lançamento da 1ª Edição do Prémio Empreendedor Imigrante do Ano. Esta iniciativa contará com o apoio da COTEC que será responsável pela elaboração do regulamento, constituição do Júri e proposta de selecção. A entrega está prevista, igualmente, para o dia 18 de Dezembro de 2007.

Iniciativa: *Fórum Gulbenkian Imigração*

Entidade(s): Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano

Outros sectores envolvidos: Participação Política

Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa

Data: Março 2006 - Abril de 2007

Fonte de financiamento: Fundação Calouste Gulbenkian

Percentagem de imigrantes: N/A

Objectivo: Promover o conhecimento e um debate informado sobre a realidade dos fluxos migratórios e os desafios da integração dos imigrantes nas sociedades de destino.

Modo de funcionamento: Na concepção deste Fórum Gulbenkian Imigração foram tidas em conta, sobretudo, as seguintes preocupações: Abordar a temática da migração e integração nos vários níveis-global, europeu e nacional-e em todas as fileiras-admissão, integração e relação com os países de origem, procurando contribuir para uma maior visibilidade deste(s) tema(s). Promover a reflexão em torno do tema com a ajuda de especialistas nacionais e estrangeiros, e sintetizar as conclusões, as propostas e as recomendações num Caderno a apresentar na Conferência Internacional. Contribuir para uma maior sensibilização para os vários problemas associados ao fenómeno das migrações ou que dele decorrem. Organizar uma programação artística que apele à participação e envolvimento de novos actores e de novos públicos. Programa: O evento central do Fórum consistiu numa Conferência Internacional realizada em Lisboa, a 6 e 7 de Março de 2007, subordinada ao tema "Imigração: Oportunidade ou Ameaça ?", que representou o culminar de um processo de debate e de formulação de linhas de orientação e possíveis recomendações sobre as várias componentes de uma política de imigração adequada às realidades dos nossos dias, no plano internacional e no plano nacional. Ao longo de 2006 foram realizadas conferências e debates em torno de temas como as posições das Nações Unidas e da União Europeia sobre migrações e integração, as diferentes sensibilidades sobre a admissão de imigrantes e a sua integração nas sociedades de acolhimento, o papel das diásporas na ajuda ao desenvolvimento dos países de origem, o papel das Fundações na procura de novas soluções e as experiências retiradas dos projectos apoiados pela Fundação Calouste Gulbenkian nestas áreas. Para chegar da forma mais transversal possível a diversos públicos, desde os próprios imigrantes a académicos nacionais e internacionais, foi desenvolvido em paralelo um programa cultural e de animação, ligado e articulado com aqueles temas.

Iniciativa: *Observatório para as Dinâmicas Territoriais*

Entidade(s): COMOIPREL - Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada (entidade executora) e CM Moura (entidade promotora)

Outros sectores envolvidos: Ensino, Formação, Emprego

Localização: Região - Alentejo Concelho - Moura

Data: - Julho 2007

Fonte de financiamento: Estado

Percentagem de imigrantes:

Objectivo: Caracterizar as comunidades imigrantes instaladas no concelho e respectiva integração.

Modo de funcionamento: O Observatório para as Dinâmicas Territoriais é uma das acções do Projecto Sete Vidas e encerra as seguintes potencialidades: 1) Apreender os fenómenos concelhios, de carácter migratório e não só, com implicações em termos demográficos, sociais e económicos no concelho de Moura. 2) Recolher e sistematizar a informação, com possibilidade de actualização permanente em suporte digital. 3) recurso à componente prospectiva, enquanto suporte ao planeamento. Até ao momento destaca-se um levantamento da população imigrante no concelho, a realização de dois cursos para imigrantes (língua e cultura portuguesa e informática). Neste momento, está em elaboração um guia tri-lingue para a população imigrante do concelho de Moura. Estão igualmente a ser dados os primeiros passos no sentido de criar um SIG (Sistema de Informação Geográfico) social do Concelho.

C) Meios de Comunicação Social e páginas Internet

Iniciativa: *Artigos Relacionados com Imigração*

Entidade(s): *Semanário Região de Leiria*

Outros sectores envolvidos:

Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Leiria

Data:

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição/Privado

Percentagem de imigrantes:

Objectivo: Informar e contribuir para a consciencialização colectiva dos factos relacionados com a temática da imigração. Divulgar actividades e acontecimentos relacionados com o tema.

Modo de funcionamento: Através da abordagem frequente do tema da imigração nas suas edições, este semanário regional cumpre uma função social importante. Para além da vertente informativa dando a conhecer à comunidade o que se passa na região e em Portugal, enquanto país de acolhimento, artigos desta natureza funcionam como pólo de integração social e de congregação da comunidade, tornando conhecidas as actividades desempenhadas para/por este específico público. Paralelamente a esta função informativa existe também uma vertente formativa e de consciencialização colectiva sobre os problemas sociais ligados ao tema assim como a divulgação de organizações de apoio e acolhimento aos cidadãos imigrantes - contribuindo assim para o reforço do combate à exclusão social. Artigos de divulgação como "Festa de culturas promove integração" e "Abriu Centro de Apoio ao Imigrante", ou artigos informativos como "Apoio à saúde para imigrantes sem médico de família", "Emigrantes ajudam a lidar com imigrantes", e "Nerlei integra imigrantes" ilustram o contributo deste Jornal para a causa do acolhimento e integração de Imigrantes na região.

Iniciativa: *Jornal InfoBrazuca*

Entidade(s): Cláudia Jeanne do Nascimento (particular)

Outros sectores envolvidos:

Localização: Região - LVT Concelho - Setúbal e Lisboa

Data: Abril 2006 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Privado (anúncios)

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Informar, direccionar, ajudar, fazer de porta de comunicação com a comunidade, divulgar a cultura brasileira, apoio a outros.

Modo de funcionamento: Tiragem quinzenal de 3000 exemplares, distribuídos gratuitamente em bares, cafés, bibliotecas, centros comerciais, empresas de envio de dinheiro, consulado e outros.

Iniciativa: *Boletim Informativo “Mantenha”*

Entidade(s): Associação Caboverdiana de Setúbal

Outros sectores envolvidos:

Localização: Região – LVT Concelho – Setúbal

Data: Dezembro 2006 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Estado/Privado (anúncios)

Percentagem de imigrantes:

Objectivo: Difundir, sob a forma de boletim informativo as actividades da ACVS.

Modo de funcionamento: A iniciativa surgiu do Projecto ATL-Tutorial e pretende servir de suporte de divulgação das actividades da ACVS, do movimento associativo imigrante em Portugal e das instituições com quem a ACVS mantém parcerias. A edição vai passar a ter uma regularidade mensal e será normalmente de oito a doze páginas. O Boletim informativo tem uma equipa residente de três redatores e a sua Direcção é da reponsabilidade da Presidente da ACVS. Os técnicos de outros programas e os voluntários da ACVS contribuem com regularidade com artigos e peças. A colaboração pontual estende-se a académicos, juristas, personalidades da vida pública, dirigentes associativos e outros.

Assinale-se ainda que a ACVS mantém um Gabinete Consular de apoio aos serviços prestados pelo Consulado de Cabo-Verde em Setúbal, em virtude do grande número de imigrantes cabo-verdianos residentes no concelho de setúbal.

Iniciativa: *Programa de Rádio “O Mundo Aqui”*

Entidade(s): AIPA - Associação dos Imigrantes nos Açores

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização

Localização: Região - Regiões Autónomas Concelho - Açores

Data: Junho 2005 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Estado

Percentagem de imigrantes: 70 % da população-alvo

Objectivo: Contribuir para a formação de uma opinião pública positiva face ao fenómeno da imigração.

Modo de funcionamento: O propósito central do programa é potenciar o diálogo cultural entre povos e culturas, favorecendo através do conhecimento mútuo a integração dos imigrantes na sociedade açoriana. Valorizar a imigração, através de exemplos concretos de integração, mas também reforçar canais de debates sobre as dificuldades e desafios com que se deparam os imigrantes fazem parte da estrutura do programa. O diálogo cultural, a criação dos mecanismos para o exercício da cidadania, a valorização dos aspectos positivos da imigração, a criação de canais de informações constituem prâmetros essenciais no quadro de acção de integração dos cidadãos migrantes, através do programa “O Mundo Aqui”. O programa é uma iniciativa da AIPA em parceria com a DRC e RDP/Açores e é emitido todos os sábados nas antenas da RDP/Açores com a duração de 30 minutos. O programa está estruturado em quatro eixos: i) semana informativa - nesta rubrica é feita uma pequena viagem sobre os acontecimentos que marcaram a actualidade dos países da África Lusófona, Brasil e Leste Europeu, bem como a realidade nacional e regional relacionada com a imigração. ii) Tema da Semana - será introduzida semanalmente um tema para discussão, permitindo a abertura do programa à sociedade. iii) Figuras de sempre - nesta rubrica é dado a conhecer uma personalidade e o respectivo percurso aos ouvintes. Valoriza-se igualmente pessoas anónimas que no seu dia-a-dia contribuem para uma sociedade mais tolerante. iv) A divulgação da cultura dos países de origem dos imigrantes merece toda a atenção neste espaço, por forma a reforçar o relacionamento cultural entre as comunidades de imigrantes com a sociedade açoriana.

Iniciativa: *Programa de Rádio “Outros Mundos”*
Entidade(s): CM Azambuja e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização
Localização: Região - LVT Concelho - Azambuja
Data: Novembro 2005 - Julho 2006
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: 60 % da população-alvo
Objectivo: Integrar a comunidade imigrante no concelho e desmistificar os vários mitos existentes sobre a imigração, quase sempre negativos.
Modo de funcionamento: “Outros Mundos” é uma criação do CLAll da Azambuja. A emissão fazia-se na Rádio Ribatejo 92.2 FM, às sextas-feiras das 18:00 às 19:00. O programa transmitia informação sobre os direitos dos migrantes, documentação, saúde, educação, cultura. Por outro lado, procurava-se desmistificar as ideias erradas que existem sobre a imigração e dar a conhecer exemplos de sucesso de imigrantes. Entre os profissionais que colaboraram neste programa, contou-se com portugueses, mas também imigrantes de diversas origens que abordaram várias temáticas referentes não apenas a comunidades imigrantes, mas também à comunidade autóctone, dando a conhecer ambas as realidades. Utilizou-se assim a rádio como canal de aproximação entre as várias comunidades.

Iniciativa: *Concurso D. Djuta Ben David*
Entidade(s): AIPA - Associação dos Imigrantes nos Açores e Direcção Regional das Comunidades
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização
Localização: Região - Regiões Autónomas Concelho - Ponta Delgada
Data: 2005 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: N/A
Objectivo: Contribuir para a formação de uma opinião pública positiva face ao fenómeno da imigração.
Modo de funcionamento: O concurso é dirigido aos profissionais de comunicação regionais no sentido de estimular a divulgação e a partilha de exemplos positivos em torno do fenómeno da imigração e das relações interculturais. D. Djuta é natural de Cabo Verde e reside nos Açores há mais de cinquenta anos, sendo muito respeitada e acarinhada por todos. Por ser também um símbolo das comunidades de imigrantes no arquipélago resolvemos emprestar esse nome ao prémio. O segundo aspecto positivo da iniciativa, na nossa perspectiva, é a característica de o prémio não ser monetário, mas, sim, uma viagem aos países de maior proveniência dos imigrantes. Na 2ª edição, o vencedor recebeu como prémio uma viagem à Ucrânia e, nesta 3ª edição, Cabo Verde será o destino do/a vencedor(a). O terceiro aspecto do prémio é a articulação que fazemos com a a Direcção regional das Comunidades e com os órgãos de comunicação social da divulgação da iniciativa. O quarto aspecto positivo é o envolvimento das comunidades de imigrantes na iniciativa, através da participação na cerimónia de entrega dos prémios. O quinto aspecto positivo é o prémio D. Djuta Ben David contribuir para a emergência na região de abordagens positivas da imigração.

Iniciativa: *Suplemento “Rumos Cruzados”*

Entidade(s): AIPA - Associação dos Imigrantes nos Açores e Jornal *Açoriano Oriental*

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização

Localização: Região - Regiões Autónomas Concelho - Ponta Delgada

Data: Junho 2005 –

Fonte de financiamento: Estado

Percentagem de imigrantes:

Objectivo: Contribuir para a formação de uma opinião pública positiva face ao fenómeno da imigração.

Modo de funcionamento: Tiragem média mensal de 5044 exemplares, vendido com o jornal ou acessível na Internet. “Rumos Cruzados” é um suplemento de duas páginas bastante útil no fenómeno do diálogo intercultural, no reforço de canais de informação junto da sociedade açoriana e da própria comunidade de imigrantes, bem como reforço da construção de uma imagem positiva da imigração. Assim, pretende-se solicitar esta experiência, aumentando de duas para dez páginas o suplemento. O projecto resulta de uma parceria entre a Associação e o jornal *Açoriano Oriental*, que, para além de ser o jornal de referência da região, é o mais antigo do país. Com esta parceria mais facilmente concretizamos o nosso objectivo de melhorar a percepção das pessoas sobre o fenómeno da imigração e, conseqüentemente, potenciar a integração dos imigrantes na sociedade açoriana.

Iniciativa: *Portal Associações de Imigrantes em Portugal*

Entidade(s): Projecto Vamos Utopiar

Outros sectores envolvidos: Associativismo

Localização: Portugal

Data: Outubro 2005 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Estado/UE/Privado

Percentagem de imigrantes: 100%

Objectivo: Reforçar a visibilidade das associações de imigrantes, a sua capacidade de intervenção e a prática de trabalho em rede.

Modo de funcionamento: O portal está organizado em diversas áreas, abrindo com Notícias, Informações Úteis e um Calendário de eventos. Para além destas, possui uma área de Fórum também sobre eventos da actualidade, Newsletter, Anúncios (Acções Comunitárias, Educação e Alfabetização, Imobiliário, Emprego, Outros), Links - ligações a páginas de organismos nacionais e internacionais de relevo na área da imigração, e FAQ - Perguntas Mais Frequentes. Disponibiliza ainda informações sobre vários países de origem das comunidades em Portugal e dá a possibilidade de seleccionar associações de imigrantes em Portugal segundo o seu nome, comunidades que representa, área de actuação geográfica e actividades desenvolvidas. Os parceiros do Projecto Vamos Utopiar são o ACIDI, I.P., a AGP – Associação Guias de Portugal, A AMRT – Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude, o Graal, e a LUSOTEMP – Empresa de Trabalho Temporário. O ciclo de tertúlias e o portal foi inicialmente dinamizado pelo ACIDI, I.P. até ao lançamento em Janeiro de 2007, estando a dinamização a cargo da Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude a partir dessa data. Tem como patrocinador oficial o banco Millennium BCP. Registou-se uma média de 1000 utilizadores mensais desde Janeiro de 2007. <http://www.aimigrantes.org>

Iniciativa: *Página AIPA*

Entidade(s): AIPA - Associação dos Imigrantes nos Açores

Outros sectores envolvidos: Emprego

Localização: Região - Regiões Autónomas Concelho - Ponta Delgada

Data: 2004 - Sem fim previsto.

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes:

Objectivo: Reforçar as ferramentas de aproximação da AIPA junto da sociedade açoriana e fomentar uma visão positiva da imigração.

Modo de funcionamento: A Página da AIPA está estruturada nos seguintes vectores: **Informações:** sobre a AIPA-objectivos, órgãos sociais, historial, etc. **Notícias:** é a parte mais dinâmica da página, onde focamos para além dos acontecimentos regionais, nacionais e internacionais relacionados com a imigração, algumas notícias mais relevantes dos países de origem dos imigrantes. **Agenda:** é concretizada através de uma actualização diária sobre as actividades da Associação. **Fórum:** permite fomentar o debate em torno da problemática da imigração. É a parte da página que se encontra menos dinamizada. Uma das grandes novidades foi a implementação de uma newsletter digital. Durante o ano de 2006, 422 pessoas subscreveram a newsletter da AIPA, recebendo regularmente as notícias, iniciativas da associação e questões relacionadas com a imigração. Durante o ano de 2006, o webpage da AIPA teve uma média de 35 visitas por dia. <http://www.aipa-azores.com/>

As seguintes iniciativas intervêm igualmente no sector da informação, não sendo embora esse o seu sector de intervenção principal:

- *A Arte de Integrar - Estratégias de intervenção sócio-cultural num Agrupamento de Escolas da Periferia de Lisboa:* Escola Básica 2,3 Professor d'Orey da Cunha
- *A Arte pela Globalização:* Espaço t
- *A Associação e o Bairro: Serviço de Apoio à Infância/Gabinete de Apoio à Família/Realojamento:* Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude
- *Acolher e Ajudar também é Amar:* Centro Padre Alves Correia
- *Aconselhamento Jurídico:* Amnistia Internacional Portugal
- *Agualva Acolhe:* Junta Freguesia de Agualva
- *A Leste:* Associação para o Planeamento da Família
- *A Minha Escola no Combate à Discriminação:* Comunidade Internacional Bahá'í
- *Anos Ka Ti Manda:* Associação de Jardins-Escola João de Deus
- *Apoio a Imigrantes (Aulas de Português e encaminhamentos vários):* Cáritas Diocesana da Guarda
- *Apoio a Vítimas de Tortura:* CAVITOP - Centro de Apoio a Vítimas de Tortura
- *Apoio Jurídico:* Associação de Apoio ao Imigrante Árabe
- *Ao Encontro da Legalização:* Centro de Acolhimento João Paulo II
- *Atendimento de Imigrantes (e tratamento de processos):* SOLIM – Associação Solidariedade Imigrante e ACIDI, I.P.
- *Bancarização das Comunidades Imigrantes:* Millennium BCP
- *CACI - Centro de Apoio ao Conhecimento e Integração:* CM Vila Franca de Xira e ACIDI, I.P.
- *Campanha de Não Discriminação do Imigrante:* Amnistia Internacional Portugal
- *Centro de Apoio ao Conhecimento e à Integração de Coruche:* CM Coruche
- *Centro de Apoio ao Conhecimento e Integração. Portal de Emprego:* Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar
- *Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante:* CRESAÇOR - Cooperativa Regional de Economia Solidária
- *Ciberespaço da Cova da Moura:* Associação de Solidariedade Social da Cova da Moura
- *Comemoração do Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança:* CM Sintra
- *Comemorações do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos:* CM Viana do Castelo, Rede Social de Viana do Castelo, ACIDI, I.P.
- *Comunicação com os Imigrantes:* Hospital de Santo André

- *Conferência O Direito Universal ao Acesso à Prevenção, aos Tratamentos e aos Cuidados de Saúde para os Migrantes e Minorias Étnicas na Europa e em Portugal: A Perspectiva da Comunidade + Formação sobre Migrantes e Minorias Étnicas - A Situação de Portugal*: GAT
- *Consulta do Migrante*: Núcleo de Psiquiatria Transcultural do Hospital Miguel Bombarda Associação Portuguesa de Psicologia e Psiquiatria Transcultural
- *Crescer Cidadão*: Associação Nacional de Jovens para a Acção Social
- *Curso de Cidadania e de Língua Portuguesa para Imigrantes do Leste Europeu*: CVP Braga, CIVITAS Braga e ACIDI, I.P.
- *Curso de Português para Estrangeiros*: CM Vieira do Minho
- *D.A.R. à Costa - Tr@nsFormArte*: PROFORMAR: Centro de Formação de Almada Ocidental
- *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*: Instituto de Linguística Teórica e Computacional
- *Direito à Alimentação, Saúde, Habitação e Ensino*: Centro de Acolhimento João Paulo II
- *Djanné É Pinal (“Educação e Cultura”)*: Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica
- *Escolhas Saudáveis*: Associação Luso Caboverdeana de Sintra
- *Espaço Informação Mulher*: CM Sintra
- *Feira da Cidadania e Seminário de Boas Práticas de Intervenção Comunitária*: CM Lagoa
- *FIC - Competências Básicas em Tecnologia de Informação*: Socialis- Associação de Solidariedade Social
- *Fomento da Prática do Andebol*: Centro Comunitário do Alto da Loba da CM Oeiras
- *Gabinete de Apoio ao Estudante*: Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária
- *Gabinetes de Apoio ao Morador dos Bairros Municipais de Porches e de Jacinto Correia*: CM Lagoa
- *Gabinete de Consulta e Apoio ao Cidadão Estrangeiro*: Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados
- *Grupo Imigração e Saúde*: Maria Cristina Santinho e Grupo de Coordenação
- *Guichet do Migrante*: Centro de Saúde de Vale de Cambra
- *Integração pela Participação*: Casa Seis - Associação para o Desenvolvimento Comunitário
- *Mãos (Es)Forçadas: Migrações e Tráfico de Seres Humanos*: OIKOS- Cooperação e Desenvolvimento
- *Intervenção de Proximidade - CM Oeiras, Centro Comunitário Alto da Loba*
- *Mãos Seguras*: SOLIM - Associação Solidariedade Imigrante e STAD - Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares
- *Microcrédito*: Millennium BCP
- *Migrações e Desenvolvimento - A Dupla Oportunidade Norte-Sul*: INDE (Intercooperação e Desenvolvimento)
- *Noite Saudável*: Médicos do Mundo - Portugal
- *Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal - Espaço Cidadania Seixal*: CM Seixal
- *Passaporte para o Acesso à Saúde Imigrante*: Associação para o Planeamento da Família
- *Pavilhão Multiculturalidades (Exposição e Apresentação de Filme, Lançamento de Livro; Mostra Gastronómica de Produtos Regionais da Bulgária; Colóquio “Igualdade de Oportunidades para a Diversidade”)*: CM Odemira, INDE, TAIPA, Comunidade TAMERA, SOLIM, INATEL
- *PISCJA - Projecto de Inclusão Social de Crianças e Jovens do Armador*: Geração Adolescer - Associação para a Integração Psico-Social de Crianças e Jovens
- *Plano de Actividades 2007: Eventos; Apoio Psico-social e de Reinserão na Vida Activa; Apoio e Orientação Fiscal; Orientação Jurídica*: Associação Mais Brasil
- *Plano Integrado de Combate à Exclusão*: Fundação AMI
- *Ponto Imigrante - Apoio Local à Imigração*: LUSOTEMP- Empresa de Trabalho Temporário e ACIDI, I.P.
- *POSI - Criação de Espaços Públicos de Acesso à Internet*: CM Montemor-o-Velho
- *Preparação para a Vida Activa*: Centro de Acolhimento João Paulo II
- *1º Festival ImigrArte*: SOLIM - Associação Solidariedade Imigrante, CEM - Centro em Movimento, Apordoc, Cooperativa Cultural Crew Hassan, Bacalhoeiro
- *Procedimentos de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal*: Centro Hospitalar da Cova da Beira
- *Programa Migrações e Igualdade de Oportunidades*: UCCLA - União de Cidades Capitais Língua Portuguesa
- *Programa de Promoção Social dos Ciganos*: Santa Casa Misericórdia de Lisboa
- *PROGRIDE - Projecto Ser Mulher*: AMCV - Associação de Mulheres Contra a Violência
- *Projecto Agir*: Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro

- *Projecto Arnaró Proect (Intervenção de Proximidade)*: CM Faro
- *Projecto Bem-Vindos à Nossa Terra*: Serviço Jesuíta aos Refugiados
- *Projecto Clique Tic*: Associação para o Planeamento da Família
- *Projecto Dar a Mão*: PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-cultural
- *Projecto Helène de Chappotin*: Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria
- *Projecto Integrado do Bairro da Quinta da Serra*: Médicos do Mundo - Portugal
- *Projecto "Migrações e Desenvolvimento"*: Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas
- *Projecto Novos Residentes*: Banco Espírito Santo
- *Projecto "Nu Kre Bai Na Bu Onda"*: Associação de Solidariedade Social da Cova da Moura
- *Projecto Porto Escondido*: Médicos do Mundo - Portugal
- *Projecto Raízes*: Junta de Freguesia de Monte Abraão
- *Projecto "Renovar as Origens"*: Associação Integrar
- *Projecto Sabura*: Associação Cultural Moinho da Juventude
- *Projecto Távola Redonda*: Junta Freguesia de Caneças e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças e consórcio
- *Registo e Certificação de Cidadãos Europeus*: CM Cabeceiras de Basto
- *Registo e Certificação de Cidadãos Europeus*: CM Guarda
- *Registo e Certificação de Cidadãos Europeus*: CM Moura
- *Saúde Sexual e Reprodutiva em Minorias Étnicas*: Associação para o Planeamento da Família
- *Serviço de Orientação, Formação e Inserção Profissional*: Santa Casa Misericórdia de Lisboa
- *SIMM - Sensibilidade e Integração das Mulheres Migrantes no Caminho para a Igualdade de Oportunidade*: Associação de Solidariedade Internacional
- *Tradução de Documentos Informativos para Imigrantes (Saúde Materna e Infantil)*: Centro de Saúde de Sintra (todas as extensões)
- *Tu Kontas*: CM Montijo e consórcio
- *Um Dia Diferente entre Iguais*: Instituto Português da Juventude de Setúbal
- *UAVIDRE - Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica*: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- *UNIVA Kcitar (Rede UNIVA Imigrante)*: Associação de Jardins-Escola João de Deus
- *UNIVA - Percurso Activo*: Associação Luso Caboverdeana de Sintra
- *UNIVA*: Serviço Jesuítas aos Refugiados

Entre as iniciativas recebidas, algumas encontravam-se em fase de planeamento ou aguardavam financiamento, não dispondo assim dos dados necessários ao preenchimento do formulário. É o caso das seguintes iniciativas:

- *Centro de Atendimento de Imigrantes*: CM Trofa. Em fase de recolha de dados referentes à população imigrante, nomeadamente a percentagem por existente por nacionalidade, ocupação e áreas de residência. Candidatura a CLAll em curso.

CULTURA, SENSIBILIZAÇÃO CÍVICA, LAZER, DESPORTO

O sector da cultura, lazer, desporto e sensibilização cívica, pelo seu papel na promoção de actividades de desenvolvimento comunitário e no fomento do diálogo intercultural, é um elemento de extrema relevância no processo de inclusão social dos imigrantes e de difusão dos valores do respeito pela diferença e da tolerância inter-étnica.

O diálogo intercultural implica, geralmente, uma troca ampla e aberta de ideias e opiniões, entre indivíduos e grupos com diferentes origens culturais, com o objectivo de aprofundar a compreensão das diferenças de opiniões e vivências do quotidiano, aumentar a participação de todos na construção da vida social, garantir a igualdade e estimular a criatividade e a inovação social¹. Deste modo, as actividades oferecidas pelo sector da cultura, lazer e sensibilização cívica, constituem um meio importante para estabelecer a comunicação entre indivíduos, contribuindo para o conhecimento mútuo das culturas locais, da “maioria” e dos “grupos minoritários”, e para a promoção da coesão social ao nível local, regional e mesmo nacional.

O desporto e as jogos conjuntos entre crianças ou jovens, com distintas nacionalidades, filiações religiosas ou cor da pele, contribuem também para desenvolver espírito de equipa e criar laços de amizade e solidariedade que se transpõem para a esfera doméstica e pública, ajudando a fortalecer o sentido de identificação com o lugar de residência e de pertença à(s) comunidade(s) que nele habita(m) (Fonseca, 2007)². Neste sentido, o desporto é visto como um caminho possível para a inclusão social, podendo ser usado para contrariar factores que contribuem para o afastamento ou isolamento das pessoas dentro das suas comunidades - como os baixos níveis de educação, o mau estado de saúde, carências sociais, desemprego e criminalidade. É também uma forma viável de promover a coesão social, contribuindo para permear barreiras sociais, podendo ser usado como forma de chegar a pessoas consideradas difíceis de alcançar.

Enquadramento do Sector

Identificaram-se 114 iniciativas que actuam no domínio da cultura, formação cívica, sensibilização, actividades recreativas ou desporto. Contudo, em 58 situações, a intervenção nestes domínios não constitui a sua esfera de actuação principal, pelo que são apenas referidas no final do capítulo, sendo as respectivas fichas descritivas apresentadas nos capítulos correspondentes aos sectores que constituem o foco da sua acção.

Entidades e fontes de financiamento

Reflectindo o contexto geral, a maior parcela das iniciativas (45%) é promovida pelo terceiro sector (ONG, IPSS, associações e organizações de carácter religioso). Os projectos executados por autarquias têm também uma expressão elevada (22%), seguindo-se-lhes, por ordem de importância, os que são oferecidos por escolas (11%) e os desenvolvidos em parceria por duas ou mais instituições (10%). O sector privado é responsável por apenas quatro projectos (3,6% do total) e os organismos públicos, de âmbito nacional e regional, por seis (Quadro 2.1).

¹ Council of Europe/ERICarts: “Compendium of Cultural Policies and Trends in Europe”, 8th edition 2007. <<http://www.culturalpolicies.net>>

² Fonseca, M. L. (2007) - “Inserção Territorial – urbanismo, desenvolvimento regional e políticas locais de atracção”, in: Vitorino, A. (Coord.) – *Imigração: oportunidade ou ameaça?*, FCG; Fórum Gulbenkian Imigração, Lisboa, Principia, pp. 105-130.

Quadro 2.1 Tipo de Entidade promotora das iniciativas

Tipo de entidade	Nº	%
Sector público nacional	3	2.6
Sector público regional	3	2.6
Sector público local	25	21.9
Terceiro Sector	51	44.7
Sector privado	4	3.5
Escola	13	11.4
Universidades	1	0.9
Mistas (2 ou + instituições)	11	9.6
Outras	3	2.6
Total	114	100.0

À semelhança do observado para o conjunto dos sectores, as iniciativas deste domínio dependem, em larga medida, do financiamento público (Estado, autarquias e UE), verificando-se que mais de 61% recebem verbas desta proveniência. Entre estas, o Estado é o principal financiador, suportando, individualmente, os custos de 21% das iniciativas e co-financiando outros 13%. As autarquias são, depois da Administração Central, o tipo de entidade que financia maior número de projectos: 17% isoladamente, mais 9% em regime de co-financiamento, sendo estes valores, em ambos os casos, superiores à sua contribuição média para a totalidade dos sectores considerados (16% e 5%, respectivamente). Observou-se ainda que 15% dependem do orçamento das instituições promotoras e 9%, total ou parcialmente, do sector privado. Finalmente, 9% beneficiam de apoios da UE (incluindo projectos co-financiados). Deve ainda referir-se que se desconhece a natureza do financiamento de dez iniciativas (9%), para as quais não se obteve resposta a esta questão (Quadro 2.2).

Quadro 2.2 Iniciativas Segundo a Fonte de Financiamento

Fontes de financiamento	Nº	%	%resp. válidas
Nenhuma	10	8.8	9.6
Orçamento da instituição	16	14.0	15.4
Autarquia	18	15.8	17.3
Privado	3	2.6	2.9
UE	6	5.3	5.8
Fundação	1	0.9	1.0
Estado	22	19.3	21.2
Três ou mais fontes	9	7.9	8.7
Outras	2	1.8	1.9
Estado e Autarquia	5	4.4	4.8
Estado e Privado	3	2.6	2.9
Estado e UE	2	1.8	1.9
Estado e orçam. Instit. Prom.	3	2.6	2.9
Autarquia e Privado	3	2.6	2.9
Autarquia e UE	1	0.9	1.0
Privado e orçamento Inst. Prom.	-	-	-
Total de respostas	104	91.3	100.0
NS/NR	10	8.7	-
Total	114	100.0	-

Distribuição geográfica e grupos-alvo

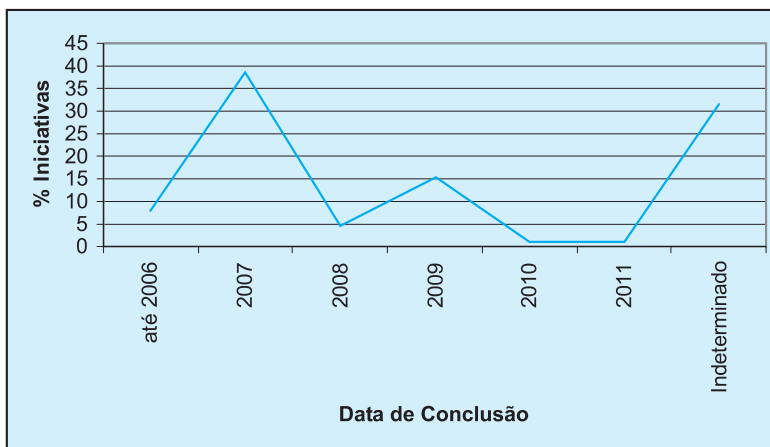
A distribuição geográfica das iniciativas corresponde, em larga medida, aos padrões nacionais de fixação dos imigrantes. Relativamente aos principais grupos abrangidos pelas actividades deste sector, observamos que 65% servem cidadãos dos PALOP, 57% trabalham com imigrantes da Europa do Leste e da ex-União Soviética (principalmente ucranianos, russos e moldavos), cerca de metade com latino-americanos (a maioria dos quais brasileiros), um quarto com imigrantes dos novos Estados da UE (designadamente romenos) e quase 10% com imigrantes dos outros países da Ásia, outros países de África e Sudeste Asiático, enquanto entre 7 e 8% trabalham com chineses e cidadãos da UE-15.

Duração das iniciativas e financiamento

Quando se toma em consideração as datas de conclusão das iniciativas e dos respectivos períodos de financiamento, verificamos que alguns dos projectos apresentados podem vir a ter problemas de sustentabilidade. Efectivamente, 46% das iniciativas terá terminado no final de 2007, sendo o valor equivalente, para a média geral, de 40%. Cerca de um quinto prolongam-se até 2009 e apenas duas têm o seu termo previsto para mais tarde. Além disso, quase um terço, referiram que têm duração indeterminada. Deve ainda acrescentar-se que 9% dos questionários correspondentes a estas iniciativas não responderam a esta questão (Fig. 2.1).

Quando se considera a previsão do fim dos períodos de financiamento, o quadro encontrado é ligeiramente mais negativo do que a média, tendo, chegado ao fim do seu período de financiamento, até ao final de 2007, mais de um terço (36%) das iniciativas (mais 6% do que a média). Até ao final de 2009, estarão mais um quarto na mesma situação (10% mais do que a média) e apenas uma iniciativa declarou que irá receber financiamento até ao fim de 2010. Sabe-se pouco sobre a sustentabilidade de 36% do sector, em virtude de as datas de conclusão dos respectivos projectos e dos períodos de financiamento não terem fim previsto ou serem indeterminados. Acresce ainda que 32% das iniciativas não responderam a esta questão.

Fig. 2.1 Percentagem de Iniciativas Segundo as Datas de Conclusão das Iniciativas



Em larga medida, a sustentabilidade deste sector pode ser afectada pela incerteza quanto às possibilidades de financiamento no futuro, expressa por 15% dos projectos que responderam a esta questão e pelo facto de 27% não terem respondido. Apesar disso, importa salientar que quase 20% afirmaram que têm garantia de financiamento público (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Ministérios) e mais de metade referiram que há possibilidades de manter os actuais financiadores. Adicionalmente, observou-se ainda que as expectativas quanto à capacidade financiadora do terceiro sector e do sector privado permanecem muito baixas: 4% dos projectos no primeiro caso e apenas um caso no segundo.

Parcerias

As iniciativas no domínio da cultura, lazer, desporto e sensibilização cívica possuem consideráveis níveis de articulação com o terceiro sector e com o sector público: 45% trabalha com ONG e outras associações (sem contar com associações de imigrantes), 41% com associações de imigrantes e 13% com IPSS, sendo raros os casos de colaboração que envolvam fundações. As parcerias com instituições públicas são também muito frequentes, salientando-se as seguintes: Câmaras Municipais (40% das instituições), Ministério da Educação e serviços dependentes (37%), ACIDI, I.P./CNAI (um terço) a Rede Social Local (um pouco mais de um quarto) e as Juntas de Freguesias (21%). Pelo contrário, há poucas relações de cooperação com o sector privado. De registar ainda que a taxa de não respostas a esta questão foi de 24%.

Obstáculos

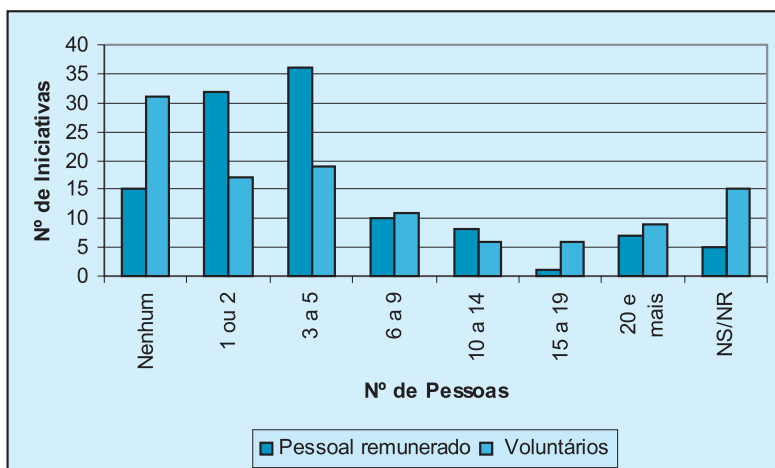
Os problemas específicos e os obstáculos encontrados pelas iniciativas neste sector coincidem, em larga medida, com os restantes sectores: mais de metade das iniciativas sofre de falta de recursos materiais, seguida pela escassez de recursos humanos, em termos de número ou de qualificação, o que se verifica em mais de 40% de iniciativas. Numa proporção ligeiramente acima da média, 18% das iniciativas experimentam dificuldades com a incompatibilidade de horários, 11% afirmam ter dificuldades em trabalhar em rede, quase 10% apontam barreiras linguísticas e 9% falta de interesse do público-alvo, questões logísticas e problemas de transporte. Importa ainda referir que a frequência relativa das não respostas foi de 27 %.

Recursos Humanos

Em termos de recursos humanos, verificou-se que 14% das iniciativas não têm funcionários remunerados (percentagem um pouco superior à média), 62% dispõem de cinco ou menos, 17%, entre seis e catorze trabalhadores assalariados e as restantes quinze e mais (Fig. 2.2).

Quase um terço das iniciativas não têm voluntários, o que é 10% inferior à média geral, 36% têm menos de cinco e as restantes têm seis ou mais (Fig. 2.2). O nível geral de escolaridade dos funcionários é elevado, dado que 90% das iniciativas contam com pelo menos um técnico licenciado (valor calculado com base numa taxa de não respostas de 18%). Todavia, o número de trabalhadores que não recebeu qualquer formação nos últimos dois anos é razoavelmente elevado, englobando quase 20% dos projectos. Por sua vez, 48% do pessoal ao serviço frequentou entre uma e quatro acções de formação e os restantes mais do que cinco (valor calculado com base numa taxa de não resposta de 26%). Observou-se ainda que, em geral, os funcionários possuem conhecimentos genéricos sobre imigração e legislação relativa à imigração.

Fig. 2.2 Número de Iniciativas Segundo o Número de Trabalhadores Remunerados e de Voluntários



Utentes

Nas iniciativas deste sector, a percentagem de utentes imigrantes é ligeiramente inferior à média geral. No entanto, se o objectivo dos projectos é fomentar as relações interculturais, este resultado pode ser interpretado como um indicador positivo. Efectivamente, 32% das iniciativas (menos cerca de 10% do que a média global) têm um público-alvo de 100% de imigrantes, 45% têm um público-alvo com uma composição que compreende entre 50 e 99% de imigrantes, enquanto 3% têm uma proporção de imigrantes inferior a 10%. Os questionários permitiram ainda concluir que a percentagem de utentes imigrantes corresponde à expectativa inicial dos promotores de mais de 60% das iniciativas deste sector, superando-a em 36% dos casos. Importa ainda assinalar que para muitos dos eventos a composição do público-alvo não podia ser especificada, por serem de entrada pública e aberta a todos.

Descrição das Iniciativas

O presente capítulo reúne iniciativas de carácter cultural em vários grupos, em função dos seus objectivos e modo de funcionamento. Assim, o grupo A inclui manifestações artísticas sobre a experiência dos imigrantes e com a participação activa dos mesmos para o benefício do público em geral; o grupo B reúne eventos comemorativos que pretendem sensibilizar para os valores de interculturalidade e tolerância através da partilha de cultura de outros países; no grupo C encontram-se iniciativas que visam sensibilizar segmentos específicos da população (crianças e jovens, professores e outros grupos profissionais); reuniram-se no grupo D iniciativas que utilizam a cultura como elemento aglutinador comunitário contra a exclusão social e, por último, no grupo E, actividades de índole desportiva.

A) Arte vivida pelos imigrantes

Iniciativa: *Histórias de Ida e Volta*

Entidade(s): CM Oeiras (Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação)

Outros sectores envolvidos:

Localização: Região - LVT Concelho - Oeiras

Data: 2004 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: -

Objectivo: Dar a conhecer o património narrativo e tradição oral dos cidadãos dos países de Leste e dos países lusófonos residentes em Oeiras.

Modo de funcionamento: O pressuposto base do projecto é o de que a integração só se torna plena se atendermos à cultura, aos costumes, às tradições destes imigrantes. Neste sentido, os contos tradicionais são um bom ponto de partida por serem simultaneamente fonte de memória e de identidade dos povos. O projecto inclui um trabalho de investigação e recolha de narrativa oral tradicional, a formação de contadores de histórias, horas do conto (quintas com contos, e sábados com contos), serões de contos e festival "ondas de conto", investindo assim na relação com o público.

Iniciativa: *Aula de Música*

Entidade(s): Associação Juvenil Pontos nos Is

Outros sectores envolvidos: Ensino, Juventude

Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto

Data: 2006 -

Fonte de financiamento: Nenhuma

Percentagem de imigrantes: 50 % da população-alvo

Objectivo: Criar e manter um grupo capaz de animar os convívios e participações.

Modo de funcionamento: O projecto iniciou-se em 2006 com cinco alunos, em regime de duas horas semanais. Recomeçou este ano lectivo com sete alunos.

Iniciativa: *RefugiActo*

Entidade(s): Conselho Português para os Refugiados

Outros sectores envolvidos:

Localização: Região - LVT Concelho - Loures

Data: Novembro 04 -

Fonte de financiamento: UE

Percentagem de imigrantes: 80 % da população-alvo

Objectivo: Proporcionar aos refugiados e imigrantes um fórum de expressão das suas vozes, através do teatro.

Modo de funcionamento: O RefugiActo tem tido colaborações diversas com várias entidades e pessoas individuais, nomeadamente na preparação dos seus textos e no apoio à divulgação do seu trabalho. A ideia de formar um grupo de teatro constituído por pessoas de diferentes proveniências e com diferentes antecedentes sócio-culturais emergiu do ensino/aprendizagem da língua portuguesa no CPR. Um dos objectivos do projecto era proporcionar aos refugiados e imigrantes um fórum onde pudessem expressar as suas vozes e que estas fossem, de algum modo, o eco de muitas outras. Foi este o ponto de partida para a concepção dos primeiros textos, com base nas muitas peripécias vividas pelos refugiados e imigrantes em Portugal. Abrindo espaço para um melhor conhecimento de si próprio e do outro, entrecruzam-se vivências, estimulam-se e aceitam-se sugestões, confrontam-se ideias, encaram-se medos e preconceitos. Os verdadeiros pilares deste desafio têm sido o respeito pela identidade individual, a amizade e a solidariedade no seio do grupo.

Iniciativa: *GAIARTE - Gabinete de Apoio a Imigrantes pela Arte*

Entidade(s): AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global

Outros sectores envolvidos:

Localização: Região - LVT Concelho - Oeiras

Data: Julho 2007 - Dezembro 2007

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes: 100%

Objectivo: Criar um espaço de oportunidades de inclusão social através da expressão artística e do diálogo intercultural.

Modo de funcionamento: Para além de promover a igualdade de oportunidades e através do reforço das culturas das diferentes comunidades imigrantes em Portugal pelo meio de iniciativas que correspondam às diversas expressões artísticas (cinema, fotografia, escultura, música, artes dramáticas, culinária, dança, literatura), pretende-se que o GAIARTE actue ao nível da promoção do diálogo intercultural através das seguintes iniciativas: 1) capacitar os/as artistas imigrantes com instrumentos de concepção de projectos (formulação, gestão e avaliação); 2) potencializar a arte como ponto de encontro entre a comunidade imigrante e a sociedade portuguesa, facilitando o espaço e canalizando esforços para que as comunidades imigrantes possam criar e dinamizar projectos do seu interesse e da sua autoria; 3) estabelecer a ligação com os outros ramos do Núcleo de Apoio a Migrantes (o Gabinete de Língua Portuguesa e o Gabinete de Apoio a Imigrantes), no sentido de capacitar para a inclusão nos planos linguísticos e jurídicos. Um elemento inovador deste projecto consiste no tipo de voluntariado aqui exercido, uma vez que corresponde a uma actividade legalmente enquadrada, orientada por um coordenador e no quadro de um programa específico onde se prevê, além de um curso sobre voluntariado, uma vertente de formação contínua, tendo em vista a melhoria do serviço prestado aos utentes do GAIARTE.

B) Eventos culturais de sensibilização e/ou convívio intercultural

Iniciativa: *Comemoração do Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança*

Entidade(s): CM Sintra e Comité Português para a UNICEF

Outros sectores envolvidos: Juventude, Informação

Localização: Região - LVT Concelho - Sintra

Data: 1999 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento:

Percentagem de imigrantes: N/A

Objectivo: Sensibilizar para os valores da cidadania responsável e diversidade da perspectiva da Convenção sobre os Direitos da Criança

Modo de funcionamento: As duas entidades promovem o Programa Cidadania, Direitos e Responsabilidades das Crianças e Valorização da Diversidade Cultural que visa introduzir a reflexão sobre estas questões nos planos de actividades de cinco instituições locais de apoio à infância localizadas em áreas geográficas de grande diversidade cultural. As actividades construídas nesse contexto resultam das sessões de formação em exercício dinamizadas pela técnica do Comité Português para a UNICEF, em colaboração com a Divisão de Saúde e Acção Social da Câmara Municipal, realizadas desde 2000. Este ano, o dia 20 de Novembro é celebrado com apresentações em palco, protagonizadas pelas crianças e profissionais das cinco instituições parceiras, alusivas ao trabalho desenvolvido no âmbito das sessões sobre as questões da cidadania, da Convenção sobre os Direitos da Criança e da diversidade. Este Programa de continuidade alicerça-se na convicção que o trabalho de promoção de uma cultura para a diversidade só poderá dar frutos se realizado o mais precocemente possível e de forma permanente, acompanhando os percursos das crianças e dos jovens. Funda-se também na ideia que, no futuro, a abordagem destas questões de acordo com uma metodologia transversal a outras áreas do conhecimento e ancorada nos quotidianos das crianças possa ser integrada nos contextos educativos institucionais.

Iniciativa: *Comemoração do Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e para o Desenvolvimento*

Entidade(s): CM Óbidos e ACIDI, I.P.

Outros sectores envolvidos: Desporto

Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Óbidos

Data: 21 de Maio, 2007

Fonte de financiamento: -

Percentagem de imigrantes: 2 % da população-alvo

Objectivo: Sensibilizar as gerações mais novas para a diversidade cultural, promovendo um espírito de interculturalidade.

Modo de funcionamento: Breve acção de formação sobre Educação Intercultural (ACIDI, I.P.) orientada para os jovens estudantes do 9º e 10º anos no concelho de Óbidos. No seu plano de actividades para 2007, o CLAIL de Óbidos estabeleceu como um dos seus objectivos a sensibilização da comunidade para a temática da imigração. Neste sentido, procurou apostar nas gerações mais novas, numa acção de formação breve, mas associada a uma data com significado simbólico, o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e para o Desenvolvimento.

Iniciativa: *Comemorações do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos*

Entidade(s): CM Viana do Castelo, Rede Social de Viana do Castelo, ACIDI, I.P.

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Viana do Castelo

Data: 26 de Julho, 2007 - 4 de Agosto, 2007

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: N/A

Objectivo: Sensibilizar comunidade em geral para a temática da imigração. Desmistificar mitos em relação aos imigrantes

Modo de funcionamento: A 3ª Edição da Feira das Associações inseriu-se nas comemorações do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos, sendo o dia 31 de Julho dedicado ao tema da Imigração. Para além dos stands representativos das associações, o CLAII de Viana do Castelo esteve presente, expondo vários artigos cedidos pela população imigrante local, bem como gastronomia para prova. À noite, decorreu na Tenda da Igualdade a sessão de formação “Mitos e Factos sobre Imigração”, promovida pelo ACIDI, I.P. Em paralelo, no palco, decorreram espectáculos de Tai-Chi e Dança Africana.

Iniciativa: *Feira da Cidadania e Seminário de Boas Práticas de Intervenção Comunitária*

Entidade(s): CM Lagoa

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - Algarve Concelho - Lagoa

Data: 30 de Maio, 2007 - 3 de Junho, 2007

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: N/A

Objectivo: Realizar uma mostra dos serviços e actividades desenvolvidas no concelho, promovendo a participação da população e uma cidadania activa.

Modo de funcionamento: O recinto de realização do evento em espaço aberto, situado em redor de um equipamento cultural, o Auditório Municipal de Lagoa, proporciona o acesso gratuito e livre à população em geral, abrangendo desta forma todas as pessoas que a ele se dirijam, permitindo o contacto com a realidade local em termos de serviços prestados e disponíveis, actividades de âmbito cultural, desportivo e recreativo, favorecendo deste forma a integração e o acesso à informação. Com vista à valorização dos recursos endógenos do concelho, da região e do próprio país, a A Feira da Cidadania pretendeu envolver os agentes locais na dinamização de actividades e na divulgação dos serviços disponíveis e prestados no concelho e região. As entidades que participaram neste evento foram: 10 IPSSs do concelho, 5 associações, Conservatório de Música de Lagoa, GNR, Centro de Novas Oportunidades, ASMAL, APAV, APF e agrupamentos de escolas do concelho. Desenvolvimento de actividades interactivas: culturais (Espectáculos de música como Orquestra de Sopros do Algarve, Coro de Idosos “Os Passarinhos”, teatro, lançamento de três livros de diferentes temáticas e públicos-alvo); desportivas (Hip-hop, Ginástica Rítmica, Dança Jazz, Taekwondo, aeróbica e actividade física para mais de 55 anos de idade, classe de capoeira, classe de trampolins); educativas (Ateliers de Fun Science/Ciência Divertida, História Infantil do ATL do Infantário “A Colmeia”, Actividades de enriquecimento curricular de inglês cantado por alunos do 1º Ciclo), e outras actividades recreativas. Por fim, o Seminário de Boas Práticas de Intervenção Comunitária procurou ser um espaço de análise e de reflexão sobre os novos papéis e responsabilidades que, no plano educativo e social, têm vindo a ser desempenhadas, constituindo-se num Fórum de divulgação de boas práticas que neste campo se têm observado. O evento realiza-se anualmente.

Iniciativa: *Pavilhão Multiculturalidades* (Exposição e apresentação de filme, lançamento de livro, mostra gastronómica de produtos regionais da Bulgária, Colóquio “Igualdade de Oportunidades para a Diversidade”)
Entidade(s): CM Odemira, INDE, TAIPA, Comunidade TAMERA, SOLIM, INATEL
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - Alentejo Concelho - Odemira
Data: 19 de Julho, 2007 - 22 de Julho, 2007
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: N/A
Objectivo: Promover a divulgação de hábitos e costumes da população imigrante
Modo de funcionamento: Todos os parceiros contribuíram para o evento, por exemplo: a comunidade TAMERA contribuiu para a animação cultural, o stand e fez uma apresentação sobre a comunidade TAMERA. A TAIPA colaborou na organização do pavilhão e num seminário sobre a comunidade imigrante. A INDE estabeleceu os contactos com a comunidade imigrante, envolvendo-os na participação do evento. A SOLIM contribuiu a partir do seu pólo em Beja.

Iniciativa: *Um Dia Diferente entre Iguais*
Entidade(s): Instituto Português da Juventude
Outros sectores envolvidos: Ensino, Juventude, Informação, Direitos Humanos
Localização: Região - LVT Concelho - Setúbal
Data: 10 de Agosto, 2007 - 12 de Agosto, 2007
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: N/A
Objectivo: Promover a partilha de experiências e a relação de cidadania e de direitos humanos entre o/as jovens e a comunidade em que estão inseridos.
Modo de funcionamento: Foram convidadas associações a nível do distrito, pelo que participou população de dentro e fora do concelho, apesar de a maioria ser de Setúbal. Entre 10 e 12 de Agosto, na Delegação de Setúbal do IPJ, decorreram várias actividades como por exemplo danças, cinema ao ar livre, colóquios sobre a Europa, trabalhos e experiências desenvolvidas por entidades do distrito e associações de imigrantes e outras, terminando no domingo, em que se festejou igualmente o Dia Internacional da Juventude.

Iniciativa: *Cem Diferenças, Sem Diferença*
Entidade(s): CM Sesimbra
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Vendas Novas
Data: 8 de Junho, 2007 - 19 de Junho, 2007
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: 70 % da população-alvo
Objectivo: Promover o conhecimento intercultural, através da realização de actividades que conduzissem ao aglutinamento de imigrantes e autóctones a fim de estimular um modelo de integração que respeite a dignidade de cada pessoa independentemente da sua origem.
Modo de funcionamento: O projecto “Cem Diferenças, Sem Diferença” teve uma intervenção essencialmente de índole cívica e cultural, comportando o seguinte programa: 8 de Junho-Espectáculo Musical com Genitho e Grupo Finka Pé; 15 de Junho-Inauguração da exposição Mãos (Es)Forçadas, da OIKOS; Espectáculo Musical com a cantora Cabo Verdiana Maria Alice; 16 de Junho-Projecção do filme *Waiting For Europe*, seguido de debate; 19 de Junho-Inauguração do Espaço Cidadania.

Iniciativa: *Festa Anual*
Entidade(s): Associação Filhos e Amigos de Bachil
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Barreiro
Data:
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Promover o convívio entre guineenses e com outros grupos e culturas.
Modo de funcionamento: A festa tem decorrido anualmente desde 2006. O local onde se realiza é rotativo entre as várias comunidades guineenses da área de Lisboa e Vale do Tejo para que estas se conheçam melhor.

Iniciativa: *Encontro das Comunidades*
Entidade(s): Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto
Outros sectores envolvidos: Associativismo
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto
Data: Janeiro 2005 - Setembro 2005
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: 50 % da população-alvo
Objectivo: Valorizar e promover a diversidade cultural na cidade do Porto. Dar resposta às necessidades das diferentes comunidades de imigrantes. Divulgar o património cultural das comunidades imigrantes. Reforçar as relações intra e inter-associativas.
Modo de funcionamento: O Encontro das Comunidades beneficia tanto as Associações de Imigrantes (obtenção de um espaço privilegiado de divulgação do seu trabalho e das suas culturas), como os cidadãos nacionais, que assim tomam contacto com as várias realidades culturais. O I Encontro das Comunidades realizou-se no dia 16 de Setembro de 2005, no Pavilhão Rosa Mota com a participação das Associações de Imigrantes e contabilizou cerca de 2000 visitantes. Esta iniciativa congregou no mesmo espaço e tempo um conjunto de experiências diversas: Seminário subordinado ao tema "Porto Multicultural" com a participação de especialistas, uma exposição de fotografias sobre o Projecto "Quem Conta Um Conto", mostra e venda de produtos gastronómicos através de um jantar volante da responsabilidade de cada comunidade e em simultâneo com animação cultural promovida por cada comunidade através de danças e músicas do Mundo. Participaram as seguintes associações de imigrantes: AACILUS - Associação de Apoio Social à Imigração para as Comunidades Sul Americanas e Africanas; AICCP - Associação Industrial e Comercial dos Chineses em Portugal; ASI - Associação de Solidariedade Internacioanal, Associação Amizade - Países de Leste; Associação de Estudantes da Guiné- Bissau; Associação dos Guineenses do Porto; Associação Juvenil Luso-Africana "Pontos nos Is"; Associação Hindu do Porto; Associação Luso-Africana dos Metodistas do Porto; Associação Mais Brasil, Associação Portugal Moçambique; Associação Reviravolta; BRASUP - Associação de Cidadãos Brasileiros na Universidade do Porto; BURBUR - Associação Cultural; ESSALAM - Associação dos Imigrantes Magrebinos e Amizade Luso-Árabe; Indico - Associação Cívica de Moçambique; Kehillah-Or-Aha-Yim - Associação Judaica Luz da Vida; SOS Racismo (Núcleo do Norte). O trabalho realizado com as comunidades imigrantes sedeadas ou com trabalho significativo no concelho do Porto é promovido pela Câmara Municipal do Porto, no âmbito do Projecto "Porto Sem Fronteiras", através da Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, estrutura responsável pela implementação das políticas sociais no Concelho.

Iniciativa: Encontro das Comunidades - Marrocos: A Cultura, os Costumes de um Povo
Entidade(s): *ESSALAM - Associação dos Imigrantes Magrebinos e Amizade Luso-Árabe*
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto
Data: 23 de Agosto, 2007
Fonte de financiamento:
Percentagem de imigrantes: N/A
Objectivo: Partilhar com Portugal vários aspectos da cultura marroquina.
Modo de funcionamento: Foram exibidos objectos representativos da arte e cultura marroquina.

Iniciativa: *Festa da Independência de Cabo Verde*
Entidade(s): Associação de Solidariedade Social da Cova da Moura
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Amadora
Data: 1 de Junho, 2007 - 7 de Junho, 2007 (anual)
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição/apoio de: CM Amadora, Junta de Freguesia Buraca, Embaixada de Cabo Verde, Associações de Imigrantes, EB1/J1 Cova da Moura
Percentagem de imigrantes: 90 % da população-alvo
Objectivo: Possibilitar a comemoração, pela população imigrante de Cabo-Verde do Bairro, de uma data importante e festiva como é a da independência do seu país e dar a conhecer a cultura cabo-verdiana.
Modo de funcionamento: Este evento é realizado todos os anos e consiste em espectáculos de diversos grupos de dança africana num espaço aberto de convívio. Participam também cabo-verdianos de áreas envolventes e convidados de outras origens (portugueses, brasileiros, guineenses, santomenses, etc.).

Iniciativa: *V Encontro dos Povos de África e IV Encontro dos Povos de Leste*
Entidade(s): Centro das Comunidades Madeirenses
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Regiões Autónomas Concelho - Funchal
Data:
Fonte de financiamento: Estado (Governo Regional da Madeira)
Percentagem de imigrantes: 80 % da população-alvo
Objectivo: Promover as culturas, tradições e costumes destes povos para a sua plena integração nesta que é agora a sua terra de acolhimento.
Modo de funcionamento: O Centro das Comunidades Madeirenses, Serviço da Secretaria Regional dos Recursos Humanos do Governo da Região Autónoma da Madeira foi criado em 1978 com o objectivo de apoiar os madeirenses residentes no estrangeiro. A partir de 2001, a Madeira passou a ser também terra de acolhimento, pelo que o CCM começou a direccionar a sua actividade também para os imigrantes, passando o seu objectivo também por ajudar no acolhimento e encaminhamento dos imigrantes visando a sua plena integração.

Iniciativa: *Riqueza da Diferença-Encontro de Culturas*
Entidade(s): Cáritas Diocesana da Guarda e CM Guarda
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Centro Interior Concelho - Guarda
Data: 2005 - 2007 (1 encontro por ano)
Fonte de financiamento: Autarquia/UE
Percentagem de imigrantes: 75 % da população-alvo
Objectivo: Consciencialização da comunidade para os problemas da imigração, através do intercâmbio de culturas, com vista a uma integração social crescente.
Modo de funcionamento: Estes Encontros são uma das acções do projecto “De Mãos Dadas”. Estes Encontros, coordenados e promovidos pela Cáritas Diocesana da Guarda em parceria com algumas entidades locais, visam promover o intercâmbio cultural a nível dos costumes, tradições, gastronomia, entre outros; proporcionar momentos lúdicos e de convívio entre culturas pela partilha de experiências e envolvimento da comunidade numa linha de integração e diálogo intercultural. Pretende-se este programa seja continuado pela instituição promotora através de um possível Centro Intercultural de carácter mais permanente que responda às necessidades dos imigrantes que nos procuram de um modo crescente. Para tal, urge encontrar os apoios certos, já que os objectivos são nobres e as comunidades assim o exigem. A Cáritas Diocesana está igualmente atenta aos imigrantes que a ela acorrem, procurando acolhê-los e dar resposta a cada caso.

Iniciativa: *Natal dos Povos*
Entidade(s): Cáritas Diocesana de Viana do Castelo e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Viana do Castelo
Data: 2002 - anualmente, sem fim previsto
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição/Estado
Percentagem de imigrantes: 90 % da população-alvo
Objectivo: Reviver e manter tradições através de uma festa de convívio de Natal com celebração ecuménica.
Modo de funcionamento: Com esta festa pretende-se proporcionar momentos de convívio às populações imigrantes. A celebração ortodoxa é especialmente destinada aos cidadãos do Leste Europeu, porém, o conjunto do evento atrai outras nacionalidades. Não existindo na área de Viana outros eventos desta natureza, notamos que se trata de um momento único de partilha multicultural. Em 2002, a Cáritas tomou a iniciativa de organizar uma Festa de Natal, atendendo especialmente ao rito ortodoxo. O evento foi acolhido com muita emoção pelos imigrantes, o que levou a instituição a repti-lo desde 2002. Em 2003, com a abertura do CLAIL em Viana, deu-se continuidade à festa, que foi sendo divulgada pelos próprios, tendo-se observado a progressiva adesão de cidadãos das mais diferentes origens. A percepção das diversas necessidades sentidas pelos imigrantes levou a Cáritas, durante o evento, a permitir o acesso a informação de interesse para os participantes e, no caso dos mais necessitados, ao donativo de roupa e calçado. A festa começa habitualmente com uma celebração do rito ortodoxo, há anos em que os participantes se vestem a rigor com trajes tradicionais, seguindo-se um lanche convívio com animação musical.

Iniciativa: *Jantar Intercultural*
Entidade(s): Cruz Vermelha Portuguesa de Braga e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Braga
Data: 6 de Janeiro, 2007
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 80 % da população-alvo
Objectivo: Promover a aproximação entre a comunidade de Leste, PALOP e a comunidade de Acolhimento, promovendo um jantar intercultural onde foi também celebrado o Natal Ortodoxo.
Modo de funcionamento: Pretendeu-se aproximar diferentes comunidades imigrantes e envolver a comunidade local representada por diferentes instituições, como Associações de Imigrantes, CM Braga, Centro Regional de Segurança Social de Braga, Agrupamento de Escolas da Vila de Prado, Junta de Freguesia de Prado, CIVITAS - Associação da Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos, dirigentes da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, bem como técnicos de outras valências desta Delegação.

Iniciativa: *II Festa dos Povos de Braga*
Entidade(s): Comissão Organizadora constituída por: Cruz Vermelha Portuguesa de Braga, Cáritas Arquidiocesana de Braga, Comissão Justiça e Paz, Pastoral da Mobilidade Humana, Grupo de Intervenção para a Escolarização da Etnia Cigana
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Braga
Data: 18 de Maio, 2007 -20 de Maio, 2007
Fonte de financiamento: Junta de Freguesia de S. Lázaro e São Victor, CM Braga, orçamento das instituições da Comissão Organizadora, Primavera Software
Percentagem de imigrantes: 80 % da população-alvo
Objectivo: Promover a partilha de usos e costumes, facilitando a interacção entre as diferentes identidades culturais, proporcionando momentos de contacto entre a comunidade de acolhimento e a população imigrante.
Modo de funcionamento: Através desta iniciativa, foi também possível envolver o voluntariado jovem da Cruz Vermela e da Cáritas no apoio às associações e comissão organizadora do evento, no que se prende com questões logisticas. Acreditando que cabe a todos (Estado e Sociedade Civil), caminhar em função do bem comum e na construção de uma sociedade mais justa, responsável e tolerante em relação a todos e a cada um de nós , independentemente da origem, credo, costumes ou cor da pele, a comissão organizadora do evento procurou promover a aproximação entre os imigrantes e a comunidade bracarense, através da partilha da diversidade, num momento de encontro e convívio entre os diferentes povos. O lema desta celebração pode ser resumido na seguinte frase: “É mais aquilo que nos UNE do que aquilo que nos separa”. O evento teve grande adesão, verificando-se num dos dias (sábado dia 19) no período da noite, uma assistência de aproximadamente 1000 pessoas.

Iniciativa: *Festival da Canção Infantil “Chaminé d’Ouro”*
Entidade(s): Junta Freguesia Portimão
Outros sectores envolvidos: Juventude
Localização: Região - Algarve Concelho - Portimão
Data: 1984 - Sem fim previsto (anual)
Fonte de financiamento: Junta de Freguesia
Percentagem de imigrantes: 30 % da população-alvo
Objectivo: Facultar às crianças um meio de participação artística e de entretenimento.
Modo de funcionamento: O festival tem lugar anualmente no auditório municipal de Portimão (capacidade para 1000 espectadores), proporcionando às crianças residentes em Portimão e não só, momentos de expressão artística e de entretenimento, que contribuem para uma maior participação e enriquecimento sócio-cultural. Dessas crianças também fazem parte os filhos de imigrantes oriundos de diversos países, cuja participação no festival veio, ainda mais, elevar o espírito de partilha cultural e participação social. É também com este espírito que se aprofunda o acolhimento e integração social da população imigrante.

Iniciativa: *Exposição Fotográfica “A Caminho”,* relativa ao percurso de um grupo de estudantes Timorenses
Entidade(s): CVP Braga e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Braga
Data: 5 de Julho, 2007 - 31 de Julho, 2009
Fonte de financiamento:
Percentagem de imigrantes: 70 % da população-alvo
Objectivo: Promover o conhecimento da cultura timorense e contribuir para o desenvolvimento de Timor.
Modo de funcionamento: Com esta exposição pretendeu-se dar a conhecer o percurso de alguns estudantes Timorenses que neste ano de 2007 terminaram os seus estudos (cursos técnico-profissionais, licenciaturas e mestrados) em território português, promovendo a reflexão nestes estudantes da importância do seu regresso ao país de origem, para que com os novos conhecimentos poderem contribuir para o desenvolvimento de Timor. Durante a exposição promove-se a venda de um livro, cujas receitas revertem para a criação de um pólo de desenvolvimento em Timor, possibilitando a estes jovens a oportunidade de operacionalizar os conhecimentos teóricos adquiridos durante a sua formação académica.

Iniciativa: *1º Festival ImigrArte*
Entidade(s): SOLIM - Associação de Solidariedade Imigrante, CEM - Centro em Movimento, Apordoc, Cooperativa Cultural Crew Hassan, Bacalhoeiro, Planeta Dança
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: 2 de Fevereiro, 2007 - 4 de Fevereiro, 2007
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: N/A
Objectivo: Partilhar diversas formas artísticas e culturais em diferentes espaços de Lisboa, encorajando o intercâmbio e o conhecimento entre a população imigrante e não imigrante, e as várias comunidades imigrantes.
Modo de funcionamento: Teve lugar em sete espaços de Lisboa, nas sedes dos vários parceiros e contou com o apoio da CM Lisboa. Incluiu exposições, workshops (dança, modelagem de barro), debates, projecção de documentários, animação para crianças, artesanato, gastronomia, música. Envolveu aproximadamente sessenta voluntários das várias organizações.

Iniciativa: *Plano de Actividades 2007: Eventos. Apoio Psico-social e de Reinsersão na Vida Activa. Apoio e Orientação Fiscal. Orientação Jurídica*

Entidade(s): Associação Mais Brasil

Outros sectores envolvidos: Saúde, Aconselhamento Jurídico, Informação, Emprego, Serviços Sociais

Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto

Data: Janeiro 2007 - Dezembro 2007

Fonte de financiamento: Estado/Privado

Percentagem de imigrantes: 90 % da população-alvo

Objectivo: Promover e facilitar a integração dos imigrantes e seus descendentes na comunidade de acolhimento.

Modo de funcionamento: Os eventos são realizados em locais de fácil acesso, de preferência no perímetro central do Porto, e são convidadas todas as comunidades imigrantes e também a comunidade de acolhimento.

C) Actividades de formação cívica de carácter cultural para públicos-alvo específicos

Iniciativa: *Projecto Bem-Vindos à Nossa Terra*

Entidade(s): Serviço Jesuíta aos Refugiados

Outros sectores envolvidos: Informação, Juventude

Localização: Região - Outros Concelho - Lisboa, Porto e Almada

Data: Julho 2006 - Março 2007

Fonte de financiamento: UE

Percentagem de imigrantes: 40 % da população-alvo

Objectivo: Sensibilizar as camadas mais jovens da sociedade (2º e 3º ciclos do Ensino Básico) para a temática das migrações e interculturalidade.

Modo de funcionamento: A inovação deste projecto reside não só no facto de se proceder a acções de sensibilização em contexto escolar, sobre a temática da imigração, mas também no uso da técnica de teatro de infiltração com uma actriz sérvia (através do seu percurso pessoal, transmite um testemunho real sobre as dificuldades e desafios pelos quais um imigrante passa). O evento final deste projecto consistiu numa gala, com a participação de crianças de diversas nacionalidades que protagonizaram a peça "A Cinderela dos Tempos Modernos". A adesão foi muito positiva, já há mais escolas a quererem a presença deste projecto. Através da aplicação de questionários aos alunos, antes e após as sessões, foi possível verificar uma mudança de atitude face ao imigrante e ao refugiado.

Iniciativa: *Promoção da Cidadania Intercultural*

Entidade(s): AMiGrante - Associação de Apoio ao Cidadão Migrante e AFS Intercultura Núcleo de Leiria

Outros sectores envolvidos:

Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Leiria

Data: Dezembro 2006 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento:

Percentagem de imigrantes: 10 % da população-alvo

Objectivo: Sensibilizar a população escolar (alunos e professores) para as questões da interculturalidade num contexto de actividades de educação não formal.

Modo de funcionamento: As didácticas utilizadas privilegiam as dinâmicas de grupo e a interacção entre participantes. Têm como princípio base que a capacidade de aprender e apreender origina melhores resultados quando se é um elemento activo no próprio processo de aprendizagem. As sessões são calendarizadas ao longo do ano lectivo, com um número e/ou uma periodicidade definida pela Escola, de modo a tratar uma sequência de temas numa perspectiva de diversidade cultural e interculturalidade (exemplos: a família, a escola, o desporto, os tempos livres, a alimentação, somos racistas?...).)

Iniciativa: *Projecto MUS-E (MUS-E/Oeiras)*

Entidade(s): Associação Menuhin Portugal

Outros sectores envolvidos: Ensino, Juventude

Localização: Região - LVT Concelho - Oeiras

Data: 1996 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Estado/Autarquia

Percentagem de imigrantes:

Objectivo: Desenvolver as áreas de expressão artística em escolas do 1º ciclo e no pré-escolar, contribuindo para a prevenção da violência, do racismo e da exclusão escolar e social, possibilitando às crianças o acesso a formas de expressão e de comunicação diversificadas.

Modo de funcionamento: O MUS-E é um projecto internacional cuja coordenação cabe à International Yehudi Menuhin Foundation. Ao constatar a existência de situações de violência, de racismo e de exclusão escolar, social e cultural, com consequências graves no abandono, absentismo e insucesso escolar de crianças muito jovens, o MUS-E propõe-se também contribuir para a prevenção e resolução desses problemas. As escolas são seleccionadas por servirem grupos desfavorecidos e com presença significativa de crianças de culturas minoritárias. As sessões regulares do MUS-E integram-se nas actividades curriculares da escola. Além dessas sessões, o MUS-E promove muitas iniciativas nas escolas e concelhos onde está inserido: organização e participação em diversos eventos escolares e comunitários, realização de animações envolvendo pais, outros familiares e alunos, realização de ateliers para professores e auxiliares de acção educativa e cooperação com instituições do Ensino Superior.

Iniciativa: *Nice - Novas ideias para uma Cidade Evoluída*

Entidade(s): CM Cascais

Outros sectores envolvidos: Juventude, Participação Política

Localização: Região - LVT Concelho - Cascais

Data: Outubro 2006 - Julho 2007

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 50 % da população-alvo

Objectivo: Renovar sentimentos de pertença e de integração em crianças, que visitam locais do espaço urbano.

Modo de funcionamento: Numa cadência quinzenal, o projecto desdobra-se numa lógica de visita/reflexão/construção do site (www.nicecascais.bizzi.pt). Um grupo de quarenta crianças, com idades entre os 6 e os 14 anos, vai visitar locais importantes que mostrem o funcionamento de uma cidade. Tenta-se estabelecer um paralelo com a realidade das crianças, transpondo as aprendizagens para a sociedade em geral e para os locais onde os participantes vivem. Tratando-se de um projecto de forte enraizamento territorial, as escolas locais foram convidadas a seleccionar os participantes (através de uma reflexão conjunta), de modo a se reverem na utilidade do projecto. A aposta na visibilidade do projecto concretiza-se na produção de cartazes após cada visita com a imagem dos participantes e com mensagens sobre o andamento do projecto. Retorno do projecto à escola: na fase final, houve uma “hora Nice” em que os restantes alunos, através de uma actividade lúdica, experimentavam a importância de ter uma opinião e qual o papel da opinião individual na cadeia da participação política. O NICE é um projecto concebido a partir da experiência de intervenção do gabinete local da Divisão de Intervenção Sócio-Territorial, em Brejos, Município de Cascais, em conjunto com algumas escolas (Escola 2+3 Matilde Rosa Araújo, Escola António Torrado, EB1 N° 1 S. Domingos de Rana e EB 1 Padre Agostinho da Silva) e outras instituições locais. Na newsletter do projecto, são incluídas imagens e opiniões dos participantes sobre o resultado destas visitas e conhecer alguns dos momentos.

Iniciativa: *Animação de Recreios*
Entidade(s): ADEPE-Associação para o Desenvolvimento de Peniche
Outros sectores envolvidos: Juventude, Direitos Humanos
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Peniche
Data: Março 2007 - Junho 2009
Fonte de financiamento: Estado (Programa Escolhas)
Porcentagem de imigrantes: 25 % da população-alvo
Objectivo: Sensibilizar através de jogos para as questões da interculturalidade. Promover o conhecimento de outros povos e culturas. Educar para a diversidade.
Modo de funcionamento: A animação de recreios tem como objectivo promover uma intervenção direccionada para as famílias de imigrantes com crianças em idade escolar, visando facilitar a sua adaptação e potenciar a interculturalidade como mecanismo de reforço pedagógico e de inclusão. Com a realização deste tipo de actividades nas e com as escolas, pretende-se promover a interculturalidade entre as crianças e os jovens filhos de imigrantes e as crianças e jovens do país de acolhimento.

Iniciativa: *Juntos na Descoberta e Aceitação da Diferença*
Entidade(s): Fundação Júlia Moreira - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Outros sectores envolvidos: Juventude, Serviços Sociais
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: 2005 - 2007
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Porcentagem de imigrantes: 15 % da população-alvo
Objectivo: Incluir fazendo da diferença um acréscimo para a contribuição de um todo, e promover a valorização das famílias das crianças.
Modo de funcionamento: O programa faz parte do projecto educativo de um estabelecimento de infância com as valências de creche e jardim de infância numa Instituição de Solidariedade. A via escolhida é viver uma experiência de humanidade, apresentando o mundo como uma pertença de todos, onde o cuidar seja uma constante. Pretende-se assim passar às crianças o incentivo à descoberta e aceitação do outro numa vivência de solidariedade, crescendo num ambiente de troca efectiva onde seja valorizada a contribuição da diferença para o todo.

Iniciativa: *"Nas minhas férias grandes eu fiz ..."*
Entidade(s): CM Vila Franca de Xira
Outros sectores envolvidos: Juventude, Serviços Sociais
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: 27 de Agosto, 2007 - 31 de Agosto, 2007
Fonte de financiamento: Autarquia
Porcentagem de imigrantes: 22 % da população-alvo
Objectivo: Contribuir para a promoção de igualdade de oportunidades.
Modo de funcionamento: As Colónias de Férias para Crianças Desfavorecidas realizam-se no Campo de Férias "Tempo de Aventura" (Cadaval) com 100 crianças dos 6 aos 12 anos, do concelho de Vila Franca de Xira. Este projecto tem como objectivos: criar as condições de melhoria de intervenção social junto das crianças; fomentar o desenvolvimento e o bem-estar da criança a nível social, cognitivo, físico e intelectual; contribuir para a aprendizagem, integração e socialização da criança; permitir o convívio e interacção com outras crianças; ajudar a desenvolver a capacidade de cooperação, transformando o egocentrismo num espírito de equipa; promover a integração sócio-cultural da população imigrante e possibilitar a descoberta de novos locais e realidades.

Iniciativa: *Mãos (Es)Forçadas: Migrações e Tráfico de Seres Humanos*
Entidade(s): OIKOS-Cooperação e Desenvolvimento
Outros sectores envolvidos: Participação Política, Informação, Direitos Humanos, Género
Localização: Região - País inteiro Concelho - País inteiro
Data: Abril 2003 - Dezembro 2006
Fonte de financiamento: Estado/UE
Percentagem de imigrantes: N/A
Objectivo: Sensibilizar e aumentar a capacidade de resposta da sociedade civil europeia para as novas causas e práticas de exploração dos trabalhadores migrantes, quer do Norte, quer do Sul do mundo.
Modo de funcionamento: As acções de formação destinam-se a supervisores locais de actividades, consistindo em cursos/seminários para diferentes grupos-alvo, como professores, estudantes, empreendedores, representantes de organizações da sociedade civil, organizações de jovens, empresariado e opinião pública; conferências internacionais. Outras componentes do programa são: Investigação e recolha das informações nos quatro países europeus da parceria (Portugal, Itália, Espanha e Reino Unido) e nos cinco pvd; Desenho e Produção de ferramentas didácticas (exposições, guias e cadernos temáticos); Sistematização dos resultados da Campanha.

Iniciativa: *Ciclo Formativo “Formar para Integrar – Migrações e Desenvolvimento”*
Entidade(s): CM Óbidos, em parceria com CM Cadaval e CM Lourinhã, Santa Casa da Misericórdia do Bombarral, ADEPE – Associação para o Desenvolvimento de Peniche/Projecto Maré Alta.
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Óbidos
Data: Abril 2007 - Outubro 2007
Fonte de financiamento: Orçamento das instituições/Estado
Percentagem de imigrantes:
Objectivo: Sensibilizar os profissionais dos diversos serviços públicos, imigrantes e população em geral para a temática da imigração.
Modo de funcionamento: Iniciativa conjunta dos serviços de apoio ao imigrante de cinco entidades da Região Oeste. Surgiu na sequência de uma reflexão conjunta das diferentes entidades envolvidas sobre a forma de acolhimento dos cidadãos imigrantes nos diversos serviços públicos (da saúde à educação, passando pela segurança social, forças de segurança, autarquias, etc.). Partindo de um objectivo comum, que era o de sensibilizar os profissionais dos mais diversos serviços públicos, imigrantes e população em geral para a temática da imigração, e com o apoio do ACIDI, I.P., desenhámos este ciclo formativo com os seus módulos de formação e formadores. Pretendeu-se dar ao ciclo um carácter “migrante”, de forma a chegarmos a um maior número de interessados. A aposta na formação junto dos técnicos dos diferentes organismos que contactam directamente com a população imigrada é um ponto de partida essencial para a melhoria do acolhimento daqueles que escolheram Portugal para viver. Entre os módulos deste ciclo conta-se o da Lei da Nacionalidade, destinado especificamente aos imigrantes, o qual ainda não foi realizado.

Iniciativa: *Campanha de Não Discriminação do Imigrante*
Entidade(s): Amnistia Internacional Portugal
Outros sectores envolvidos: Informação, Direitos Humanos
Localização: Região - País inteiro Concelho - País inteiro
Data: 2006
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: N/A
Objectivo: Sensibilizar a população em Portugal sobre os direitos dos imigrantes e combater a sua discriminação.
Modo de funcionamento: A campanha é dirigida à população em geral, tendo sido divulgada através de spots televisivos e anúncios nos meios de comunicação social, Internet outdoors e meios de transporte. Os serviços de design e impressão foram concedidos gratuitamente.

D) Comunidade e cultura

Iniciativa: *“Tu Kontas”*
Entidade(s): CM Montijo e consórcio (Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo, Casa do Povo de Canha, Centro Social S. Pedro de Afonseiro, Externato Espaço Verde, Centro de Saúde do Montijo e Cercima)
Outros sectores envolvidos: Ensino, Formação Profissional, Desporto, Juventude, Aconselhamento Jurídico, Informação
Localização: Região - LVT Concelho - Montijo
Data: Dezembro 2006 - Novembro 2009
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: 50 % da população-alvo
Objectivo: Contribuir para a melhoria da integração social de descendentes de imigrantes e seus familiares.
Modo de funcionamento: Pretende-se envolver activamente os destinatários na construção de recursos alusivos às diferentes culturas existentes no concelho, favorecendo um melhor diálogo intercultural e uma participação activa na comunidade. Considera-se fundamental a disponibilidade de informação e proximidade relacional com a comunidade imigrante, através da criação e dinamização de um Centro de Recursos Multicultural, que disponibiliza um conjunto de serviços/ respostas que passam por: 1) Um gabinete de atendimento ao imigrante, extensão do CLAI de Montijo; 2) Sessões de carácter (in)formativo sobre temáticas centrais para uma melhor integração na comunidade, dirigidas à comunidade local e a cidadãos imigrantes. 3) Curso de Português Básico e Cidadania-parceria com IEF. 4) Actividades lúdico - pedagógicas (oficinas) para crianças e jovens (dança, capoeira, teatro)-com uma abordagem intercultural: Oficina de português. 5) Formação nas novas tecnologias de informação e comunicação (espaço CID@NET). 6) Actividades sociais, culturais e desportivas (Tu Kontas Aventura). 7) Proposta de desenvolvimento de um projecto com as escolas de 1.º ciclo (A Minha Escola Inclui)- Educação Intercultural integrada nos projectos educativos de escola. 8) Dinamização de um grupo de cidadãos/ãs imigrantes motivados para a criação futura de uma associação de imigrantes no concelho, até então inexistente, com carácter intercultural. De salientar, igualmente, a estratégia de dinamização deste grupo com uma metodologia integradora de todos os contributos dos participantes, que resulta na organização conjunta de Encontros Multiculturais e outras iniciativas com o envolvimento da comunidade de acolhimento. O processo de constituição desta associação é, por si só um elemento potenciador da participação comunitária dos imigrantes no Concelho.

Iniciativa: *Projecto Sabura*

Entidade(s): Associação Cultural Moinho da Juventude

Outros sectores envolvidos: Formação Profissional, Habitação, Juventude, Informação, Emprego

Localização: Região - LVT Concelho - Amadora

Data: 2004 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição e contribuições dos visitantes

Percentagem de imigrantes: 80 % da população-alvo

Objectivo: Promover o acolhimento e integração dos imigrantes, valorizando aspectos sócio-culturais e económicos da Cova da Moura.

Modo de funcionamento: O Programa Sabura enquadra-se no âmbito da requalificação do bairro do Alto da Cova da Moura (parado há alguns meses), um projecto onde se encontram activas várias componentes que convergem para combater a má imagem do bairro e a exclusão dos seus habitantes, abrindo o bairro à comunidade envolvente e promovendo a sua integração na cidade. O projecto é desenvolvido por jovens imigrantes do bairro e tem a colaboração de estudantes e técnicos nacionais e estrangeiros, juntando diferentes experiências e olhares que permitem abordagens variadas. Em segundo lugar, Sabura promove a integração dos imigrantes que iniciarem um negócio no bairro (restaurantes, cabeleireiros, mercearias), apoiando-os na documentação e legalização, no marketing e na valorização dos seus produtos. A melhoria do serviço prestado proporciona um aumento de vendas que possibilita a criação de novos postos de trabalho para imigrantes. Investe-se igualmente na procura das capacidades e competências dos imigrantes recém-chegados ao bairro, envolvendo-os no desenvolvimento das suas capacidades no quadro do Sabura (jovens cantores de Morna, Funaná, RAP, batucadeiras, jovens que fazem graffitti). O Projecto Sabura inclui ainda visitas guiadas ao bairro como estratégia de abertura e integração dos seus moradores e outras áreas da cidade.

Iniciativa: *A Arte pela Globalização*

Entidade(s):

Outros sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Formação Profissional, Emprego, Habitação, Aconselhamento Jurídico, Informação, Serviços Sociais

Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto

Data: 1994 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Estado/Privado

Percentagem de imigrantes:

Objectivo: Integrar pessoas de várias etnias na sociedade portuguesa através da arte, com vista a promover a sua integração profissional e social.

Modo de funcionamento: Este programa é composto por por duas grandes áreas: a primeira consiste na área do ensino/ formação, e.g. pintura, russo para portugueses, jardinagem, entre outros. A outra área consiste na integração social dos imigrantes na sociedade portuguesa através dos Ateliers, formação e ajuda na procura de emprego. O projecto "A Arte pela Globalização", desenvolvido pelo Espaço t, congrega duas áreas distintas, tendo ambas a utilização da Arte como instrumento de trabalho. Na primeira tentamos incluir imigrantes a ministrar formação a grupos heterogéneos incluindo também os imigrantes. De salientar o caso do formador russo, que ministra as aulas na sua língua materna a portugueses. A segunda área tem por base a existência de Ateliers, dirigidos a toda a população, inclusivamente a imigrantes, com o objectivo de promover a sua integração na sociedade portuguesa e promover a sua auto-estima. Paralelamente a estes Ateliers, o Espaço t oferece um conjunto de recursos para promover a integração total destes indivíduos, nomeadamente: Departamento. de Emprego, Gabinete Psicológico, Departamento de Ligação à Comunidade (Acção Social), Gabinete Jurídico, Departamento de Formação e uma Linha de Urgência.

Iniciativa: *Projecto “Nu Kre Bai Na Bu Onda”*
Entidade(s): Associação de Solidariedade Social da Cova da Moura, em parceria com Associação Cultural Moinho da Juventude, Junta de Freguesia da Buraca, Associação Cultural Alkantara, EB1/J1 Cova da Moura
Outros sectores envolvidos: Ensino, Desporto, Juventude, Informação, Serviços Sociais
Localização: Região - LVT Concelho - Amadora
Data: Dezembro 2006 - Dezembro 2009 (Programa Escolhas)
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes:
Objectivo: Promover a inserção social através do trabalho de acompanhamento escolar e social, bem como a participação cívica e construção de vida.
Modo de funcionamento: Actividades desenvolvidas: Apoio Escolar, Programa de Competências Básicas, Jogos Lúdicos, Mediação Sócio-familiar, Aulas de Capoeira e Aulas de Patinagem. Trata-se de um projecto que surgiu do âmbito de uma parceria criada entre várias instituições, partindo da constatação de que se pode juntar várias sinergias e instrumentos de trabalho entre as entidades envolvidas num processo de parceria para se criar um projecto comum em prol da comunidade residente do Bairro em questão.

Iniciativa: *Projecto “Anos Ka Ti Manda”*
Entidade(s): Associação de Jardins-Escola João de Deus
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Amadora
Data: Dezembro 2007 - Dezembro 2009
Fonte de financiamento: Estado (Programa Escolhas)
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Promover a educação e formação para jovens com medidas tutelares educativas não institucionais e /ou penais.
Modo de funcionamento: O projecto visa promover a integração do jovem ao nível pessoal, escolar e familiar na comunidade com a aposta em desenvolver programas formativos e actividades de educação não formal, que lhe permita adquirir valores sociais construtivos de plena inclusão, educá-lo para o direito à cidadania, bem como contribuir para o desenvolvimento da sua personalidade de forma socialmente responsável. Consequentemente, este projecto terá como principais valências a formação cívica e a constituição formal de uma Associação de Jovens (SubiDixi). Relativamente à componente formativa, esta irá ser feita através das seguintes actividades de duração anual (que se dividem em dois níveis, o nível I que terá a duração de 6 meses e o nível II que terá a duração de 1 ano): Cachupa de Letras - que consiste num programa de motivação para a aprendizagem da escrita/leitura do português, administrado por uma técnica de linguística com conhecimentos da língua crioulo; Power-Menta - onde será aplicado um programa de competências pessoais e sociais (Pensamento Pró-Social); @Kid (Curso de competências básicas em TIC) - programa formativo, a partir do qual o jovem adquire uma Certificação de Competências Básicas em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), administrado e certificado pela Escola Superior de Educação. Adjudicado a esta actividade está a realização do curso piloto E-Skills Certification Consortium (ESCC), resultante de uma parceria internacional promovida pela CISCO, que pretende formar profissionalmente jovens maiores de 16 anos, tendo em vista a sua efectiva inserção no mercado de trabalho, enfatizando-se ainda mais a medida IV face aos nossos desafios da sociedade de informação digital e de combate aos riscos de exclusão. Outra actividade inserida na medida IV, a Net Livre que consiste em actividades lúdico-ocupacional com recurso a equipamento informático e acesso à Internet, a funcionar diariamente. O projecto contempla a continuidade de uma Associação de Jovens e respectiva legalização, com vista à autonomização destes e à promoção de ateliers (patinagem, capoeira, dança, ténis de mesa, artes circenses e/ou outros), como também a participação activa nas actividades desenvolvidas e avaliação por parte dos elementos constituintes. Neste sentido e, perante a tradição que o espaço tem junto da comunidade, mantêm-se ainda as aulas de viola, o Aprender a Brincar, destinados a crianças dos 6 aos 12 anos, pela ESE e Ludotecas João de Deus respectivamente e o Atendimento Comunitário à família dos jovens, pela OMEP-Portugal (um dos elementos de consórcio do projecto)

Iniciativa: *Escolhas Saudáveis*
Entidade(s): Associação Luso-CaboVerdiana de Sintra
Outros sectores envolvidos: Ensino, Desporto, Juventude, Informação, Emprego
Localização: Região - LVT Concelho - Sintra
Data: Janeiro 2007 - Outubro 2009
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: 80 % da população-alvo
Objectivo: Prevenir a exclusão social, a promoção da integração e redução da delinquência juvenil.
Modo de funcionamento: O programa está no interior de uma bairro de realojamento maioritariamente imigrante e numa zona de grande concentração de imigrantes. O programa consiste na acção que promove sucesso e inclusão escolar, diminui a delinquência juvenil e sensibiliza para uma maior interacção social e cultural, bem como atitudes positivas e participativas na sociedade. Realiza apoio escolar (Português, Matemática), acesso a internet, actividades artísticas e culturais (artes plásticas, dança, música, construção de brinquedos) e desportivas (futebol), espaço de ocupação de tempos livre e acções pedagógicas de orientação social e profissional.

Iniciativa: *Projecto Távola Redonda*
Entidade(s): Junta Freguesia de Caneças (entidade promotora) e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças (entidade gestora), em parceria com CM de Odivelas, Escola Secundária de Caneças, Escola B. 2,3 dos Castanheiros, Associação Comunidade Verde
Outros sectores envolvidos: Saúde, Formação Profissional, Juventude, Informação, Emprego
Localização: Região - LVT Concelho - Sintra
Data: Janeiro 2007 Outubro 2009
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: 25 % da população-alvo
Objectivo: Prevenir comportamentos de risco, do abandono e absentismo escolar e promover a inclusão social.
Modo de funcionamento: Dada a ausência de respostas eficazes para as carências sócio-económicas da população, associadas às grandes lacunas existentes na ocupação de tempos livres e de crianças e jovens em risco psico-social, considerou-se basilar a implementação de um projecto de cariz preventivo, que permita accionar medidas diferenciadas, adequadas a cada sujeito. Assim, criamos acções e/ou actividades que pretendem prevenir e/ou diminuir comportamentos de risco, aumentando, por outro lado, os factores protectores, contribuindo para a promoção de comportamentos ajustados à sociedade, para o sucesso escolar, para o sentimento de pertença e para a inserção e reconhecimento da igualdade de todos na sociedade. A população-alvo é de oitenta jovens dos 10 aos 18 anos, em situação de risco psico-social, exclusão social e provenientes de famílias sócio-economicamente desfavorecidas e quarenta membros dessas mesmas famílias. No entanto, o espaço encontra-se aberto a todos os interessados.

Iniciativa: *Apoio Comunitário, Porta Aberta*
Entidade(s): Associação Luso-CaboVerdiana de Sintra
Outros sectores envolvidos: Juventude, Desporto, Serviços Sociais
Localização: Região - LVT Concelho - Sintra
Data:
Fonte de financiamento: Estado/Autarquia
Percentagem de imigrantes: 85 % da população-alvo
Objectivo: Ocupar as crianças com actividades lúdicas e pedagógicas e dinamizar a população de forma cultural.
Modo de funcionamento: As actividades são desenvolvidas com crianças e jovens cujos pais trabalham até muito tarde e ficam entregues a si mesmos. Presta-se apoio escolar e orientação pedagógica em complemento com outro projecto. Promove-se ainda acções comunitárias com interacção entre comunidades imigrantes e de acolhimento com vista a sensibilização para a presença de diferentes culturas e a importância da multiculturalidade.

Iniciativa: *Projecto Raízes*

Entidade(s): Junta Freguesia de Monte Abraão (entidade promotora) e Casa da Guiné (entidade gestora), em parceria com Escola Básica 1/J1 de Monte Abraão, Escola Básica 2, 3, Ruy Belo, Juventude Operária de Monte Abraão, PSIJUS-Associação para a Intervenção Juspicológica, CM Sintra

Outros sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Desporto, Juventude, Emprego

Localização: Região - LVT Concelho - Sintra

Data: 2006 - 2009

Fonte de financiamento: Estado (Programa Escolhas)

Percentagem de imigrantes: 70 % da população-alvo

Objectivo: Promover a inclusão social de crianças e jovens oriundos de contextos sócio-económicos desfavorecidos e problemáticos.

Modo de funcionamento: A linha interventiva do Projecto Raízes converge para uma oferta formativa, educativa e de (re)inserção da população-alvo, maioritariamente imigrantes, no sentido de diminuir o apelo ao desvio e de situações de exclusão social. Assim, aposta na implantação de uma panóplia de actividades lúdico-pedagógicas, (multi)culturais e desportivas. Um aspecto importante do funcionamento da iniciativa são as reuniões semanais de toda a equipa técnica, um espaço essencial de reflexão para a resolução de dificuldades e obstáculos. Para além das reuniões com elementos do consórcio, afigura-se crucial efectuar reuniões com diferentes técnicos, dos quais elencamos: PETI-Programa para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Instituto de Reinserção Social, directores de turma, Centro Local de Acompanhamento ao Imigrante de Queluz, Complexo Desportivo de Monte Abraão, PSP, Olá jovem, Centro de Saúde da Lapa. A título de exemplo, salienta-se o contacto informal feito a partir da Junta de Freguesia de Monte Abraão pelo Grupo Shalom, motivado pelo conhecimento das metodologias interventivas e estratégias desenvolvidas no âmbito do Projecto Raízes.

Iniciativa: Projecto "Asas Pró-Futuro"

Entidade(s): Cruz Vermelha Portuguesa de Águeda

Sectores envolvidos: Emprego

Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Águeda

Data: 2006 - 2009

Fonte de financiamento: Estado (Programa Escolhas)

Percentagem de imigrantes: 50 % da população-alvo

Objectivo: 1) Promover a inclusão social de grupos desfavorecidos e minoritários residentes no Concelho de Águeda, em particular descendentes de imigrantes (de países de Leste e PALOP) e jovens de etnia cigana (com quem já se desenvolve um trabalho informal); 2) Desenvolver competências de cidadania neste jovens; 3) Promover a participação activa dos destinatários em todas as fases e acções do projecto, de forma a promover a sustentabilidade das actividades, fomentando para tal, dinâmicas formais e informais de jovens e dinamizando a participação das organizações locais ncluir socialmente grupos desfavorecidos e minoritários, designadamente de etnia cigana e imigrantes.

Modo de funcionamento: As actividades previstas passam por: criação de Bolsa de Emprego; acções de informação sobre acesso ao Ensino Superior; integração de jovens em estágios profissionais, no 1º emprego e no RVCC; dinamização de espaços e actividades lúdicas e ocupacionais (música, dança, teatro, desporto); organização de workshops e acções de sensibilização e formação organizados pelos jovens e dirigidos aos jovens, famílias e comunidade; envolvimento em projectos colectivos da comunidade (voluntariado jovem e apoio a IPSSS); workshop de artesanato, música e dança popular; pequena história das diferenças culturais; semana intercultural, visitas de estudo; escola de pais; gabinete de mediação familiar, entre outras. Este projecto interrelaciona-se com o Centro Comunitário "Porta Aberta" da Cruz Vermelha de Águeda, espaço aberto à comunidade, com um gabinete de atendimento e acompanhamento psicossocial (apoio alimentar, apoio económico, psicológico), balneários, lavandaria e alojamento temporário para passantes e sem abrigo, alguns dos quais são imigrantes.

Iniciativa: *Projecto Arnaró Proect (Intervenção de Proximidade)*

Entidade(s): CM Faro

Outros sectores envolvidos: Saúde, Aconselhamento Jurídico, Associativismo

Localização: Região - Algarve Concelho - Faro

Data: 2004 - 2006

Fonte de financiamento:

Percentagem de imigrantes: 80 % da população-alvo

Objectivo: Promover a "Qualidade" do acolhimento através da sensibilização da sociedade dominante para aspectos culturais específicos da comunidade imigrante do Leste europeu.

Modo de funcionamento: Face à realidade social, a Câmara Municipal de Faro, através da Divisão de Acção Social e através da Intervenção de Proximidade proporcionada pelo Projecto Arnaró Proect, promoveu a melhor integração da comunidade imigrante do Leste europeu através da valorização das suas culturas, tradições, crenças e valores. Este Projecto adoptou um papel de mediação entre a população imigrante e a comunidade acolhedora, estabelecendo, deste modo, um elo de ligação com vista à prevenção e resolução de conflitos sócio-culturais. A mediação entre estas duas comunidades assume-se, assim, como principal estratégia no sentido de alicerçar relações e minimizar fragilidades existentes no quotidiano desta comunidade a residir no concelho de Faro, nomeadamente em situações ocorridas ao nível da educação, da saúde e da justiça. A intervenção de proximidade realizada no âmbito deste Projecto: 1) A realização de actividades nas escolas EB 1 do concelho, cujo objectivo consistiu na valorização dos aspectos da cultura dos países de Leste, na oportunidade dos alunos aprenderem a cultura dos seus colegas, na promoção da integração das crianças de diferentes países, na criação de um espaço de reflexão partindo da literatura infantil, concretizando-se numa aprendizagem intercultural e principalmente na aceitação das diferenças e as similaridades entre povos. 2) A mediação de situações relacionadas com a saúde, nomeadamente no Serviço de Urgências do Hospital Distrital de Faro e no Centro de Saúde de Faro. 3) A mediação de conflitos relacionados com a justiça e os direitos da população imigrante, nomeadamente junto dos Tribunais, PSP e GNR. Considera-se que as actividades de maior expressão no seio de ambas as comunidades (a de Leste e a acolhedora) consistiram na realização de quatro Mostras Culturais, na edição da publicação *À Descoberta da Cultura de Leste, Moldávia, Ucrânia e Rússia*, bem como no apoio à criação de uma associação, a saber a Associação dos Ucrânicos do Algarve. Importa ainda salientar que o Projecto Arnaró Proect proporcionou o reconhecimento que cada indivíduo em particular trouxe, nomeadamente características pessoais, culturais, histórias de vida que são uma contribuição valiosa para se perspectivarem novas actividades e principalmente para avaliarem as boas práticas aplicadas no seio do trabalho realizado por este Serviço.

Iniciativa: *Intervenção de Proximidade - Centro Comunitário Alto da Loba*

Entidade(s): CM Oeiras e ACIDI, I.P.

Outros sectores envolvidos: Desporto, Informação

Localização: Região - LVT Concelho - Oeiras

Data: Março 1999 -

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes:

Objectivo: Promover projectos ou acções de âmbito comunitário dirigidos a grupos em situação de desvantagem sócio-económica, de forma a facilitar a integração e participação dos indivíduos e famílias.

Modo de funcionamento: Em conformidade com os seus objectivos o Centro Comunitário actua nas seguintes vertentes: Apoio Psico-social a indivíduos e famílias no âmbito da acção social, educação, formação profissional e emprego. Promoção do desenvolvimento harmonioso de crianças e adolescentes através da mediação escola-família e do apoio a alunos e famílias ao longo do percurso educativo. Mediação Familiar junto de casais em vias de separação ou divórcio com vista ao estabelecimento de acordos de guarda conjunta para a preservação das figuras paternas. Apoio à conciliação entre a vida familiar e a actividade profissional através da organização de actividades lúdico-pedagógicas e desportivas para crianças e adolescentes. Espaço Internet para a familiarização, utilização e desenvolvimento de competências na área das TIC. Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes para informação, aconselhamento e orientação de imigrantes no processo de adaptação à comunidade. Promoção de iniciativas para a disseminação de conhecimentos e práticas relacionadas como desenvolvimento humano.

Iniciativa: *Projecto O Espaço, Desafios e Oportunidades*
Entidade(s): Grupo de Aeromodelismo “Os Caças”
Outros sectores envolvidos: Informação, Ensino, Desporto
Localização: Região - LVT Concelho - Sintra
Data: 2006 - 2009
Fonte de financiamento: Estado (Programa Escolhas)
Percentagem de imigrantes: 85 % da população-alvo
Objectivo: Promover a inclusão social e a promoção do sucesso escolar de crianças e jovens de contextos sócio-económicos vulneráveis.
Modo de funcionamento: Os objectivos são concretizados através de actividades lúdico-pedagógicas interdisciplinares com o currículo escolar, através da aprendizagem significativa, em detrimento da aprendizagem clássica por “memorização”. Procura-se, deste modo, promover o desenvolvimento adequado dos alunos, impulsionando a integração plena e eficaz destes como cidadãos activos na escola e sociedade. Estes objectivos assentam num novo conceito de escola baseado no ensino e aprendizagem experimental das ciências e tecnologia.

Iniciativa: *Um Amigo Hoje... Um futuro Amanhã-Projecto Piloto*
Entidade(s): PSP Lisboa
Outros sectores envolvidos: Ensino, Desporto, Juventude
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa e Sintra
Data: 2005 - 2007
Fonte de financiamento: Nenhuma
Percentagem de imigrantes: 80 % da população-alvo
Objectivo: Procurar novos métodos de intervenção formativa junto dos jovens que permitam num futuro próximo tornar a PSP numa referência formativa com eficácia reconhecida.
Modo de funcionamento: Programa composto por dois vectores de intervenção: uma componente de investigação e análise social dos comportamentos juvenis, complementada com uma base interventiva directa junto dos jovens, através de um acompanhamento constante nos espaços vivenciais destes, abrangendo espaços relacionais como a Escola, o Bairro, a Família, o Grupo. De intervenção directa e acção formativa constante procurou acompanhar os jovens nos seus itinerários formativos, seja na escola, no bairro, na associação, transmitindo-lhe valores e regras cívicas que, interiorizadas, sirvam instintivamente de regulador comportamental. De intervenção junto dos jovens de origens migrantes a transmissão dos direitos inerentes à sua condição imigrante ou ascendência migrante, é efectuada no quadro formativo de proximidade e na transmissão do respeito que os valores originários devem ter, do seu sentido e dimensão, sendo por vezes canalizados para as instituições com funções específicas o acompanhamento e enquadramento de algumas situações sinalizadas. O Projecto Piloto “Um Amigo Hoje... Um Futuro Amanhã” é essencialmente um projecto dinâmico de formação cívica e social de jovens e, simultaneamente, de investigação que permita à PSP uma recolha constante de conhecimentos que parametrizados, avaliados e analisados, representa um instrumento precioso de avaliação constantes. Estes conhecimentos, estruturados segundo metodologias científicas e pedagógicas em conteúdos formativos, possibilitarão a formação constante dos seus elementos integrados nos projectos especiais de Proximidade e Escola Segura, proporcionando-lhes quadros formativos e aquisição de saberes válidos permitindo assim uma maior interacção e uma adaptação da intervenção policial formativa e social adaptada a cada contexto específico. Pelos objectivos definidos nesta primeira fase, o projecto incidiu nos bairros degradados do Concelho da Amadora, numa série de actividades recreativas, formativas e lúdicas, onde predominavam as origens imigrantes dos jovens envolvidos, em experiências vivenciais que serão para alguns seguramente inesquecíveis. Da pista de gelo, à ida ao cinema, praia, Jardim Zoológico, bairros antigos de Lisboa ou à Escola Prática de Polícia (Torres Novas), a receptividade destes jovens oriundos destes contextos específicos de risco e carências sociais foi sem dúvida um exemplo.

Iniciativa: *Migrações e Desenvolvimento: A Dupla Oportunidade Norte-Sul*

Entidade(s): INDE (Intercooperação e Desenvolvimento)

Outros sectores envolvidos: Ensino, Formação Profissional, Juventude, Informação

Localização: Região - País inteiro Concelho - País inteiro (com maior incidência: Lisboa, Odemira)

Data: Janeiro 2005 - Abril 2010

Fonte de financiamento: Autarquia/Estado/UE/Privado (Santander Totta)

Percentagem de imigrantes: 50 % da população-alvo

Objectivo: Reforçar o Migrante enquanto actor de desenvolvimento e ponte entre o país de origem e de acolhimento. Difundir estratégias de apoio ao desenvolvimento dos dois espaços.

Modo de funcionamento: O programa compreende acções de sensibilização (debates, tertúlias, workshops, exposições, cadernos temáticos) junto dos principais actores das migrações em Portugal (associações de imigrantes, técnicos de ONGs) e da sociedade de acolhimento. Este programa lança bases para iniciativas concretas de apoio ao desenvolvimento nos territórios de origem, dando a conhecer boas práticas internacionais. O trabalho desenvolvido com as diásporas em Portugal, que inclui a sensibilização para o potencial das remessas no apoio a projectos colectivos, como a construção de escolas, de hospitais, etc. é prova do esforço de fazer do Migrante um pólo central nestes processos. Paralelamente, a INDE assegura o ensino de língua portuguesa a estrangeiros (no Alentejo), assim como colabora com a DGACCP num plano de formação a técnicos e profissionais das Migrações. O programa está articulado com outras acções da INDE: Equal E-Change (inserção profissional), acesso da diáspora timorense aos media on-line, trabalho social em bairros.

Iniciativa: *PISCJA - Projecto de Inclusão Social de Crianças e Jovens do Armador*

Entidade(s): Geração Adolescer – Associação para a Integração Psicossocial de Crianças e Jovens

Outros sectores envolvidos: Juventude, Informação, Emprego

Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa

Data: 2006 - 2009

Fonte de financiamento: Estado (Programa Escolhas)

Percentagem de imigrantes: 70 % da população-alvo

Objectivo: Promover a integração escolar, social, profissional e comunitária de crianças, jovens e famílias.

Modo de funcionamento: O Projecto intervém num Espaço Jovem localizado no Bairro do Armador e em três escolas do 1º Ciclo na Freguesia de Marvila. A caracterização sócio-económica da população do bairro do Armador é marcadamente baixa em termos económicos e culturais, o que, a par das escassas infraestruturas de apoio no bairro, propicia situações de desestruturação familiar e de ruptura com a escola, conduzindo a população mais jovem a uma vivência marginal. A grande heterogeneidade de etnias que caracteriza esta população contribui igualmente para a existência de desenraizamento sócio-cultural. Torna-se, portanto, importante intervir ao nível do sistema familiar, privilegiando as crianças e os jovens, disponibilizando recursos alternativos que possibilitem o seu desenvolvimento equilibrado com vista a uma integração sócio-educativa e cultural, uma vez que no bairro estão diagnosticadas várias problemáticas.

Iniciativa: *Projecto “Migrações e Desenvolvimento”*
Entidade(s): Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa e Vale do Tejo
Data: Fevereiro 2002 - Dezembro 2007
Fonte de financiamento: UE
Percentagem de imigrantes: 70 % da população-alvo
Objectivo: Promover uma cultura de convivência de diálogo intercultural através da responsabilidade partilhada.
Modo de funcionamento: Os “Espaços Cidadania” dinamizam um conjunto de valências que contribuem para uma adequada e completa integração dos públicos-alvo. Neste sentido contam com o funcionamento de um CLAIL e uma UNIVA. O Projecto concebeu e implementou uma prática designada de “Pactos Territoriais para o Diálogo Intercultural”, que funcionam como plataformas de intervenção integrada. Os Pactos assentam na existência de “Espaços Cidadania” onde são dinamizadas as valências: Informação, Regularização da situação migratória, Apoio jurídico, Formação, Emprego e Provedoria Social. Estes “Espaços” visam dar uma resposta que vá além da dimensão meramente informativa dos CLAILS e existem nos municípios do Seixal, Sesimbra e, a partir de 31/10/07, no Barreiro. Está ainda em curso a disseminação na Moita, Montijo e Lisboa. A implementação dos Pactos é assegurada através de: 1) Formação na área da “Cidadania e Diversidade Cultural nas Práticas Profissionais”, para qual foi concebido um Referencial que deu origem à formação de 208 agentes, a uma bolsa de 28 formadores e a um guia do formador; 2) Um Guia de Recursos para a Cidadania; 3) Um Argumentário: “Benefícios da não discriminação e diversidade nas empresas”.

Iniciativa: *Conselho Municipal das Comunidades do Porto*
Entidade(s): Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto e CM Porto
Outros sectores envolvidos: Associativismo, Serviços Sociais
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto
Data: Junho 2005 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Promover a cooperação entre a autarquia e as comunidades estrangeiras sedeadas e/ou com representação estável e actividade significativa no concelho do Porto.
Modo de funcionamento: O Conselho Municipal das Comunidades do Porto (CMCP) é um órgão consultivo que surge de uma parceria entre a Câmara Municipal do Porto e a Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, no âmbito das políticas sociais de integração das comunidades imigrantes. A filosofia e os instrumentos associados à criação deste conselho foram, desde o início do processo discutidos e construídos com os representantes das diferentes comunidades. Estatutariamente, integram também o CMCP, com o estatuto de observadores, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, e a Associação Consular do Porto. A dinâmica do trabalho realizado através da FDSP no âmbito do Projecto “Porto Sem Fronteiras”, nomeadamente a realização do Projecto “Quem Conta Um Conto”, Encontro das Comunidades, Cooperação Institucional através do apoio infraestrutural e logístico, apoio de iniciativas específicas das próprias Associações de imigrantes, contribuiu para o envolvimento das comunidades.

E) Actividades Desportivas

Iniciativa: *Fomento da Prática do Andebol*

Entidade(s): Centro Comunitário do Alto da Loba - CM Oeiras

Outros sectores envolvidos: Saúde, Juventude, Informação

Localização: Região - LVT Concelho - Oeiras (Bairros Municipais do Alto da Loba e do Bugio)

Data: 1999 -

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 65 % da população-alvo

Objectivo: Prevenir comportamentos de risco e apoiar as famílias através de actividades sócio-desportivas de ocupação dos tempos livres como instrumento útil para o envolvimento de crianças e jovens, suas famílias e comunidade, e para a melhoria da imagem dos moradores dos respectivos bairros.

Modo de funcionamento: Verificou-se uma grande adesão das crianças e jovens, tendo-se constatado um aumento do número de participantes ao longo dos anos, que se traduziu na existência de escalões Bambis a Juvenis Femininos. Os resultados alcançados produziram um impacto muito positivo junto da comunidade e, sobretudo, ao nível do sucesso escolar dos atletas. São também vários os jovens que, voluntariamente, têm apoiado as deslocações da equipa para a vigilância e maior segurança ds deslocações dos atletas, revelando capacidades para se tornarem monitores da modalidade. Mais recentemente as famílias revelam maior empenho e interesse no acompanhamento e envolvimento nas actividades e no reconhecimento dos benefícios inerentes à prática desportiva. Se inicialmente a equipa era composta por imigrantes de segunda geração, de Cabo Verde e Guiné-Bissau, actualmente integra atletas de diferentes origens étnicas, cuidando-se do apoio à organização e regularização de processos documentais e escolares, essenciais para o exercício da cidadania.

Iniciativa: *Maratona Multicultural*

Entidade(s): CM Lagoa, em parceria com Centro de Apoio Social de Porches e Centro de Apoio Social de Carvoeiro

Outros sectores envolvidos:

Localização: Região - Algarve Concelho - Lagoa

Data: 25 de Março, 2006 e 1 de Maio, 2007

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 10 % da população-alvo

Objectivo: Promover o estreitamento de relações locais e comunitárias através da prática desportiva, como forma de aceitação e inclusão das comunidades, independentemente das características individuais dos seus membros.

Modo de funcionamento: Com o desenvolvimento desta actividade desportiva de Futsal, pretendeu-se promover o entrosamento de diversas equipas dos concelhos de Lagoa e Portimão, Silves e Albufeira com uma equipa constituída por elementos residentes no Bairro Municipal de Porches, com indivíduos de origem cigana e africana. Pretende-se proporcionar uma maior abertura do espaço residencial (Bairro Municipal) de forma a quebrar os estereótipos e estigmas sociais associados aos Bairros Sociais e aos agregados familiares das populações residentes nestes locais.

Iniciativa: *Atletismo*

Entidade(s): Associação Cabo-Verdiana do Algarve

Outros sectores envolvidos:

Localização: Região - Algarve Concelho - Portimão

Data: 1998 - Sem fim previsto (evento anual)

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 40 % da população-alvo

Objectivo: Contribuir para a integração social das crianças e jovens através da promoção do desporto.

Modo de funcionamento: Prova de atletismo em que participaram vários clubes desportivos da região.

Iniciativa: *SemprAndar - XIV Prémio de Atletismo de S. Pedro*
Entidade(s): SemprAndar por Caminhos de S. Pedro
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Figueira da Foz
Data: 8 de Julho, 2007
Fonte de financiamento: Autarquia/Privado
Percentagem de imigrantes: N/A
Objectivo: Promover o Desporto, a Confraternidade e Solidariedade. Atletismo popular, aberto a toda a comunidade, sem quaisquer discriminações.
Modo de funcionamento: A organização do “SemprAndar por Caminhos de S. Pedro” contou com o apoio conjunto de todas as colectividades de S. Pedro, Figueira da Foz, em número de vinte e duas. Do programa constou essencialmente: 1) Prova de Caminhada (3000 m), promovendo os conceitos de Solidariedade Social, Confraternidade, Desporto e Convívio, aberta a toda a comunidade residente e não residente na área de intervenção. 2) Provas diversas de Atletismo de Estrada, no âmbito do desporto para federados e não federados e ainda de cariz popular, aberta a toda a comunidade. Participaram cerca de trezentos atletas provenientes de várias regiões fora do concelho da Figueira da Foz, contando com a participação de vinte e duas associações/colectividades. A população residente é tradicionalmente receptiva às minorias, incluindo imigrantes, e emigrantes portugueses.

Iniciativa: *Caminhada Comemorativa do Dia Mundial da Diversidade Cultural*
Entidade(s): CM Viana Castelo, Cáritas Diocesana de Viana do Castelo e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Viana do Castelo
Data: 20 de Maio, 2007
Fonte de financiamento:
Percentagem de imigrantes: 20 % da população-alvo
Objectivo: Promover o respeito pela diversidade cultural que nos rodeia, a aproximação entre os imigrantes e a comunidade vianense e a promoção de estilos de vida saudáveis.
Modo de funcionamento: Inserida no Programa Domingos Saudáveis, promovida pelo Gabinete Cidade Saudável da Câmara Municipal.

Iniciativa: *Rios de Adrenalina*
Entidade(s): Junta de Freguesia de Portimão
Outros sectores envolvidos: Juventude
Localização: Região - Algarve Concelho - Portimão
Data: 2007 - Sem fim previsto (evento a realizar anualmente)
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Facilitar a integração de filhos de imigrantes na sociedade que os acolhe.
Modo de funcionamento: Faculta-se às crianças, filhos de imigrantes, a actividade desportiva de remo e vela, gratuitamente.

As seguintes iniciativas possuem também uma componente de intervenção no domínio da cultura e sensibilização cívica, embora esta não constitua a componente predominante:

- *A Arte de Integrar-Estratégias de Intervenção Sócio-cultural num Agrupamento de Escolas da Periferia de Lisboa*: Escola Básica 2,3, Prof. d’Orey da Cunha
- *A Associação e o Bairro: Serviço de Apoio à Infância/Gabinete de Apoio à Família/Realojamento*: Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude
- *A Leste*: Associação para o Planeamento da Família
- *A Minha Escola no Combate à Discriminação*: Comunidade Internacional Bahá’í
- *Acolhimento e Apoio aos Imigrantes*: Secretariado Diocesano das Migrações
- *Acolhimento e Integração de Imigrantes*: Cáritas Diocesana de Viana do Castelo e ACIDI, I.P.
- *Agualva Acolhe*: Junta Freguesia da Agualva
- *Apoio ao Associativismo e Acesso à Informação*: CM Azambuja e ACIDI, I.P.
- *Atendimento de Imigrantes (e tratamento de processos)*: SOLIM-Associação Solidariedade Imigrante e ACIDI, I.P.
- *Atendimento de Imigrantes*: Cruz Vermelha Portuguesa Vila Real de Sto. António e ACIDI, I.P.
- *Atendimento e Encaminhamento da População Imigrante*: ACIRMA - Associação da Comunidade Imigrante Romena e Moldava do Alentejo
- *Aulas de Língua e Cultura Portuguesas e Língua e Cultura Ucrainiana, Interculturalidade e Círculo Experimental de Matemática*: Escola Básica nº2 Leiria e AMIGRante
- *Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante*: CRESAÇOR - Cooperativa Regional de Economia Solidária
- *Centro S. Pedro Claver*: Leigos para o Desenvolvimento
- *Clube Europeu e Clube do Japão*: Escola Secundária Dr João Carlos Celestino Gomes
- *Clube Multicultural*: Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Vendas Novas
- *Comunicação com os Imigrantes*: Hospital de Santo André
- *Conferência: O Direito Universal ao Acesso à Prevenção, aos Tratamentos e aos Cuidados de Saúde para os Migrantes e Minorias Étnicas na Europa e em Portugal*: a Perspectiva da Comunidade, e Formação sobre Migrantes e Minorias Étnicas - a Situação de Portugal: GAT
- *Curso de Cidadania e de Língua Portuguesa para Imigrantes do Leste Europeu*: Cruz Vermelha Portuguesa de Braga, CIVITAS de Braga e ACIDI, I.P.
- *Curso de Língua Portuguesa para Estrangeiros*: CM Angra do Heroísmo, em parceria com a Direcção Geral das Comunidades e a Direcção Regional da Educação dos Açores
- *D.A.R. à Costa-Tr@nsFormArte*: PROFORMAR - Centro de Formação de Almada Ocidental
- *Djanné É Pinal (“Educação e Cultura”)*: Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica
- *Educar para a Multiculturalidade*: Escola Básica 1/JI do Carvalhal
- *Gabinete de Acção Comunitária*: Centro Social Paroquial de Vera Cruz e ACIDI, I.P.
- *Gabinete de Apoio ao Estudante*: Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária
- *Gabinete de Língua Portuguesa - “Criando Letras de Inclusão”*: AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global
- *Gabinetes de Apoio ao Morador dos Bairros Municipais de Porches e de Jacinto Correia*: CM Lagoa
- *GAI - Gabinete de Apoio a Imigrantes*: AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global
- *Humanus CAM*: Associação Humanidades, APF - Associação para o Planeamento da Família, CIG - Comissão para a Igualdade de Género, Hospital Júlio de Matos, Perfil-Psicologia e Trabalho, Lda; e SCMA - Santa Casa da Misericórdia de Albufeira
- *Imigrantes no Ensino Superior - Multilinguismo, Multiculturalidade e Integração Social*: Universidade de Évora
- *Incluindo*: COMOIPREL - Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada e ACIDI, I.P.
- *InfoBrazuca*: Particular Cláudia Jeanne do Nascimento
- *Integração de Profissionais de Saúde*: Centro Hospitalar do Baixo Alentejo
- *Integração pela Participação*: Casa Seis - Associação para o Desenvolvimento Comunitário
- *Integração Social do Estrangeiro*: Associação de Defesa dos Direitos Humanos
- *Integro*: Escola Secundária de Vila Real de Santo António
- *Jornal Escolar*: Agrupamento Vertical de Escolas de Santa Marta de Penaguião
- *O Mundo na Nossa Escola*: Escola Secundária com 3º Ciclo Ensino Básico Henriques Nogueira

- *Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal - Espaço Cidadania Seixal*: CM Seixal
- *Plural (Nós e os Outros)*: Escola Secundária Miguel Torga
- *Português para Estrangeiros*: Agrupamento de Escolas Josefa d'Óbidos
- *Prémio de Realização da Fundação Jack Petchey*: Escola Básica Integrada de Ferreiras
- *Programa de Rádio "O Mundo Aqui"*: AIPA - Associação dos Imigrantes nos Açores
- *Programa de Rádio "Outros Mundos"*: CM Azambuja e ACIDI, I.P.
- *Programa Sócrates Comenius 1 - Projecto PACE*: Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes
- *Projecto Agir*: Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
- *Projecto Dar a Mão*: PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-cultural
- *Projecto Geração/Oportunidade*: CM Amadora, Fundação Calouste Gulbenkian, ACIDI, I.P. e parceiros operacionais no terreno
- *Projecto Helène de Chappotin*: Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria
- *Projecto "Nós e o Mundo"*: Escola Secundária de Albufeira
- *Projecto Pedagógico "Vamos Conhecer, Conhecendo-nos"*: Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão
- *"Quanto Melhor Nos Conhecermos, Melhor Nos Compreendemos"*: Escola Básica 2º e 3º Ciclos Poeta Bernardo Passos
- *Reencontros*: Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão
- *Saúde Sexual e Reprodutiva em Minorias Étnicas*: Associação para o Planeamento da Família
- *Semana de Línguas e Culturas*: COMOIPREL - Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada e ACIDI, I.P.
- *Solidariedade Social*: Cáritas Diocesana Viana do Castelo e ACIDI, I.P.
- *Suplemento "Rumos Cruzados"*: AIPA e Jornal Açoriano Oriental
- *Um Sol e Muitas Culturas*: Escola Básica 2º e 3º Ciclos João Afonso
- *Várias Culturas, Uma Escola*: Escola Básica 2, 3 Manuel da Maia

As iniciativas que se seguem intervêm igualmente no sector do Desporto:

- *Aqualva Acolhe*: Junta de Freguesia da Aqualva
- *Gabinete de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas*: CM Santarém
- *Gabinetes de Apoio ao Morador dos Bairros Municipais de Porches e de Jacinto Correia*: CM Lagoa
- *Humanus CAM*: Associação Humanidades, APF - Associação para o Planeamento da Família, CIG - Comissão para a Igualdade de Género, Hospital Júlio de Matos, Perfil-Psicologia e Trabalho, Ltd. e SCMA-Santa Casa da Misericórdia de Albufeira
- *Plano Integrado de Combate à Exclusão*: Fundação AMI
- *Projecto "Renovar as Origens"*: Associação Integrar
- *Projecto Dar a Mão*: PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural
- *UNIVA - Percurso Activo*: Associação Luso Caboverdeana de Sintra

Entre as iniciativas recebidas, algumas encontravam-se em fase de planeamento, aguardavam financiamento, ou acabavam de ter início, não dispondo assim dos dados necessários ao preenchimento do formulário. É o caso das seguintes iniciativas:

- *AMPLIARTE – Cultura e Intervenção Social* (Outubro 2007 - Março 2008): Companhia de Actores (Grupo de Teatro e Associação Cultural). O projecto tem por objectivo contribuir para a transformação de atitudes e comportamentos, envolvendo questões de ética e cidadania.
- *Protocolo TE-ATO e AMIGrante* (Agosto 2007): TE-ATO - Grupo de Teatro de Leiria e AMIGrante. O protocolo tem por objectivo que os associados da AMIGrante disponham de um preço substancialmente mais reduzido aquando da aquisição do ingresso para os espectáculos na Sala Jaime Salazar Sampaio, que possam integrar actividades regulares da Companhia e contribuir para encenar textos de autores dos seus países de origem.

- *Encontro de Associações de Imigrantes em Aveiro* (16, 17 de Novembro): CM Aveiro. O evento integra as celebrações do Dia Internacional da Tolerância, incluindo entre as actividades uma exposição, um colóquio, workshops e um fórum.
- *Iniciativa de Integração dos Imigrantes - Projecto de Intervenção Comunitário*: CM Beja. Tem por objectivo impulsionar a integração sócio-profissional e a educação intercultural.

Foram igualmente recepcionados formulários relativos a iniciativas que tiveram início há mais de dois anos e os quais, quando referentes a uma área geográfica, tipo de projecto, ou entidade já sobre-representada no levantamento, se optou por não detalhar, devendo, embora ser mencionados:

- *Iniciativa “Putos Ki Ata Cria”*(2005-2006): Associação Juvenil Laços de Rua. O objectivo era envolver jovens, na sua maioria imigrantes e/ou descendentes, na procura de respostas para as inquietudes e necessidades dos próprios jovens, visando uma mudança da estrutura social. O projecto foi escolhido para representar Portugal na Semana Europeia da Juventude em Bruxelas, em 2007, tendo sido reconhecida e premiada como um dos melhores projectos europeus desenvolvido no âmbito do programa comunitário Juventude - Iniciativas Jovens. Estão em estudo possibilidades de financiamento.
- *Projecto Viver Melhor*(2001-2003): CM Leiria, dirigia-se à população do Bairro de Sá Carneiro (residentes maioritariamente dos PALOP), tendo em vista a promoção da sua participação no exercício da cidadania através das suas potencialidades multiculturais e intergeracionais.
- *Curso de Mediadores Sócio-Culturais do Projecto “Semear para (A)Colher”*(2003): MAPS - Movimento de Apoio à Problemática da Sida. A iniciativa pretendeu qualificar agentes que garantam o necessário processo de mediação entre a sociedade/instituições de acolhimento e a população imigrante, minorias étnicas e culturais.
- *Projecto “Quem Conta um Conto”* (2005): Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, promovido em conjunto com as comunidades imigrantes da cidade do Porto. Teve como objectivo identificar, recolher e divulgar contos significativos do património cultural destas comunidades e da cultura portuguesa através da produção de e apresentação de serões de carácter educativo, recreativo e performativo. Cada comunidade apresentou quatro vezes o mesmo conto de forma regular nos espaços nobres da cidade, como estratégia de divulgação e cobertura do acesso dos vários públicos.

ENSINO E SENSIBILIZAÇÃO

A Educação, em moldes institucionais e não-institucionais, desempenha um papel vital na integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento. Tal como as investigações do Projecto PISA¹ demonstraram, os filhos de imigrantes têm, em média, piores resultados escolares do que os estudantes autóctones em quase todos os países europeus, apontando para a necessidade de intervenção nesta área. Com efeito, a escola foi reconhecida como um dos agentes mais importantes de socialização e, tanto o sucesso escolar, como o conhecimento da língua, são pré-requisitos cruciais da integração sócio-económica de imigrantes e dos seus descendentes.

O quadro legal educativo nacional tem procurado acompanhar as mudanças na população estudantil, tendo a Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação trabalhado neste sentido desde 2003, publicando em Julho de 2005 o Documento Orientador de Português Língua Não Materna no Currículo Nacional, dotado de “carácter de obrigatoriedade.” No Despacho Normativo nº 7/2006, a DGIDC estabelece, para o ensino básico, aspectos como algumas atribuições dos docentes, das escolas e da própria DGIDC. O Despacho Normativo nº 30/2007 alarga o âmbito de actuação dos professores ao ensino secundário, esclarecendo-se posteriormente no Ofício-Circular nº23/DSEE7DES/07 (de 22 de Maio de 2007) aspectos como a “utilização da carga horária relativa ao Estudo Acompanhado” e “às áreas Curriculares não Disciplinares (Estudo Acompanhado, Área de Projecto, Formação Cívica)”². Por conseguinte, embora o Ministério da Educação não atribua fundos específicos ou exclusivos para tais actividades, reconhece as acções como parte da carga horária dos professores, decidida pelos conselhos directivos das escolas de acordo com directivas ministeriais.

Enquadramento do Sector

No conjunto das acções inventariadas, identificaram-se 51 que são principalmente educacionais, em contexto da sala de aula, as quais são descritas abaixo. Identificaram-se igualmente 43 iniciativas operando no sector educacional, de forma secundária, e transversalmente com outras áreas de actuação. Assim, no conjunto, contabilizam-se 94 projectos, que prestam serviços nesta área, independentemente de constituírem o foco principal da sua esfera de intervenção, ou terem um papel subsidiário, sendo o terceiro sector com maior número de actividades, a seguir à informação e à área da cultura e sensibilização.

Entidades e fontes de financiamento

Relativamente às entidades promotoras das diversas iniciativas deste sector, verificamos que 39%³ das iniciativas são promovidos pelo o terceiro sector (ONG, IPSS, Associações e organizações de carácter religioso). Em seguida surgem as escolas públicas, que merecem um lugar de destaque no presente capítulo, com cerca de um quarto das acções, e o sector público local (17%). Identificaram-se ainda 7 iniciativas promovidas por organismos públicos da Administração Central e Regional (7.5%) e apenas duas são de iniciativa privada (2%).

¹ O PISA (Project for International Student Assessment) foi lançado em 1997 pela OCDE no sentido de monitorizar, de forma regular e numa perspectiva comparativa a nível internacional, os resultados dos sistemas educativos em termos de desempenho dos alunos.

² Até 2006, os professores do ensino secundário desenvolviam estas actividades por acréscimo à sua carga horária lectiva normal, como parte da carga horária não lectiva. Actualmente esse tempo é contabilizado no horário lectivo. Não estão previstas mudanças de directivas neste sentido nos próximos anos.

³ As percentagens foram calculadas relativamente ao total de respostas a esta questão. As não respostas representam 8% das iniciativas inventariadas neste sector.

Quadro 3.1 Tipo de Entidade promotora das iniciativas

Tipo de entidade	Nº	%
Sector público nacional	3	3,2
Sector público regional	4	4,3
Sector público local	16	17,0
Terceiro Sector	37	39,4
Sector privado	2	2,1
Escola	23	24,5
Universidades	1	1,1
Mistas (2 ou + instituições)	4	4,3
Outras	4	4,3
Total	94	100,0

Por conseguinte, uma vasta maioria do financiamento para estes projectos provém do Estado, que financia 28% das iniciativas deste sector, às quais se juntam outros 12% em parceria com outras entidades. Tomando em consideração todas as formas de financiamento público (Estado, autarquias e UE), verificamos que a metade dos projectos dependentes, de alguma forma, de financiamento público, é ligeiramente inferior ao observado para a média dos sectores (que se situa nos 57%). Existe um pequeno número de iniciativas financiadas pelas autarquias (3.5%, a que se juntam mais 8% em parceria com outras entidades) e, algumas, também em número reduzido, financiadas pelo sector privado (3%, e mais 5% em conjunto com o sector público).

Quadro 3.2 Fontes de Financiamento

Fontes de financiamento	Nº	%	% Respostas Válidas
Nenhuma	21,0	22,3	24,4
Orçamento da instituição	13,0	13,8	15,1
Autarquia	3,0	3,2	3,5
Privado	3,0	3,2	3,5
UE	3,0	3,2	3,5
Fundação	4,0	4,3	4,7
Estado	24,0	25,5	27,9
Três ou mais fontes	1,0	1,1	1,2
Outras	1,0	1,1	1,2
Estado e Autarquia	4,0	4,3	4,7
Estado e Privado	1,0	1,1	1,2
Estado e UE	3,0	3,2	3,5
Estado e Orçam. Instit. Prom.	2,0	2,1	2,3
Autarquia e Privado	3,0	3,2	3,5
Autarquia e UE	-	-	-
Privado e orçamento Inst. Prom.	-	-	-
Total de repostas	86	91.5	100.0
NS/NR	8	8,5	-
Total	94	100,0	-

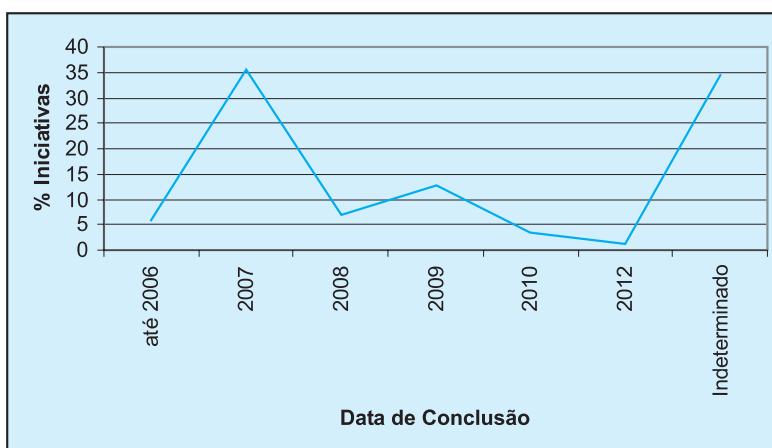
Distribuição geográfica e grupos-alvo

Tal como foi mencionado anteriormente, a distribuição geográfica das iniciativas corresponde, em larga medida, ao padrão nacional de fixação dos imigrantes. Relativamente aos grupos abrangidos por este sector, a maior parte dos casos, mais concretamente 70%, é constituído pelas que servem populações originárias da Europa de Leste e da ex-União Soviética. Este resultado reflecte a maior proporção de imigrantes que não dominam a língua portuguesa entre estes grupos, e o facto do objectivo mais frequente dos projectos ser a formação linguística. Por sua vez, 64% das iniciativas trabalham com imigrantes dos PALOP, 54% com Latino-americanos (a grande maioria dos quais é brasileira), e 35% com cidadãos dos novos Estados que aderiram à UE (maioritariamente romenos). Entre 10 e 20% das iniciativas trabalham com imigrantes da UE-15, de Outros Países da Ásia, de Outros Países da África, China e Sudeste Asiático.

Datas de conclusão e financiamento

As características dos projectos apresentados indicam que alguns deles podem vir a ter problemas de sustentabilidade. Até ao final de 2007, o financiamento de mais de 40% das iniciativas que responderam a esta questão, terá terminado; 35% não tem uma data final determinada e apenas um quarto se estenderá entre 2008 e 2012 (a percentagem de não respostas, neste caso, supera os 7%). Importa ainda ter em atenção que uma parte importante destas intervenções são desenvolvidas nas escolas do ensino básico e secundário. Por conseguinte, é expectável a continuação desta prática.

Fig. 3.1 Percentagem de Iniciativas Segundo as Datas de Conclusão



Das restantes iniciativas (que deram respostas válidas), 21% terá esgotado o seu financiamento até ao final de 2007 e outros 26% até ao final de 2009, existindo apenas 5% de casos em que se estende até ao período compreendido entre 2010 e 2012. É importante salientar ainda que cerca de 40% das iniciativas não responderam a esta pergunta.

Parcerias

As acções incluídas neste sector, compreendem, em larga medida, parcerias estabelecidas com o terceiro sector,⁴ estando mais de metade articuladas com ONG e outras associações, e mais de um terço com

⁴ Deve notar-se que estas percentagens foram calculadas a partir do número de respostas a esta questão, ou seja, apenas 68% do total.

associações de imigrantes. De seguida, surgem as parcerias com organismos públicos: quase 40% dos projectos trabalham com o Ministério da Educação (ou subdivisões deste), 38% com Câmaras Municipais, 38% com o ACIDI, I.P./CLAII, mais de um quarto articula-se com as Redes Sociais, um quarto com Juntas de Freguesia, 23% com o Ministério da Saúde (ou subdivisões deste) e 20% com o Ministério do Trabalho e da Segurança Social, apenas mencionando os mais significativos.

Obstáculos

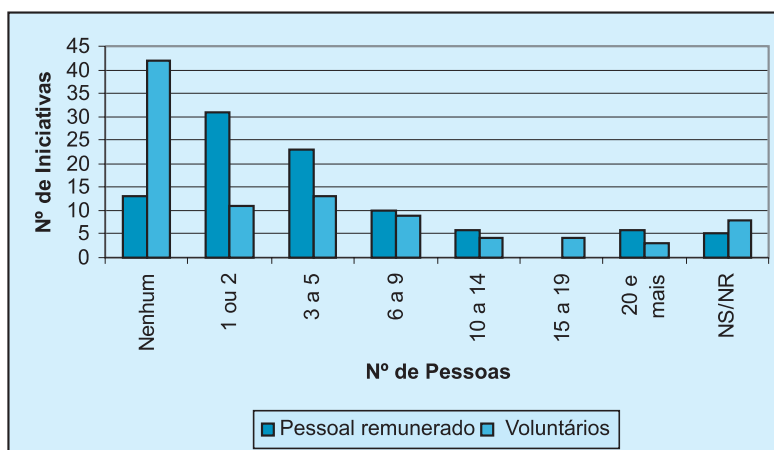
O obstáculo mais comum, enfrentado por quase 54% das iniciativas deste sector, é a escassez de recursos materiais, seguido pela falta de recursos humanos, apontada por quase 40% dos projectos. No caso das escolas, esta situação relaciona-se com o facto de, desde o ano transacto, o Ministério da Educação ter passado a considerar o apoio escolar no ensino secundário como integrante do horário lectivo dos professores. Um número menor de iniciativas mencionou a incompatibilidade de horários (19%), falta ou desadequação do espaço disponível (13%), burocracia (10%), barreiras linguísticas (10%), dificuldades dos parceiros em trabalhar em rede (8%) e dificuldades em envolver todas as partes (famílias, empresas, comunidade, etc.) (8%).

Recursos Humanos

A escassez de pessoal encontra-se porventura relacionada com o facto de quase metade das iniciativas do sector não ter voluntários a trabalhar nos respectivos projectos, e de 28% terem cinco ou menos voluntários e apenas as restantes disporem de seis ou mais. Na verdade, 15% das iniciativas não têm pessoas remuneradas ao seu serviço e 61% têm cinco ou menos funcionários, 18% entre seis e quatorze trabalhadores assalariados e as restantes quinze e mais.

Entre as iniciativas que dispõem de pessoal remunerado, mais de 90% têm funcionários com diplomas de ensino superior. Por outro lado, apesar da esmagadora maioria das iniciativas inventariadas neste sector ter declarado que os seus técnicos possuem conhecimentos tanto em imigração em geral, como na legislação relativa à imigração, quase um terço afirmou que os seus funcionários não frequentaram acções de formação nos últimos dois anos. Por sua vez, 49% declaram que o pessoal ao serviço frequentou entre uma e quatro acções de formação e os restantes mais de cinco (a taxa de não respostas foi superior a 25%).

Fig. 3.2 Iniciativas Segundo o Número de Trabalhadores Remunerados e de Voluntários



Público-alvo

Os imigrantes abrangem uma parte muito elevada do público-alvo destas iniciativas, verificando-se que mais de metade tem um público-alvo de 100% de imigrantes, ou seja uma proporção superior à observada para o conjunto dos sectores, enquanto 30% possui um público-alvo compreendido entre 50 e 99%. No entanto, globalmente quase todas as iniciativas declararam que a percentagem de imigrantes que recorre aos seus serviços é superior ou equivalente à que era esperada.

Tal como foi mencionado anteriormente, a distribuição geográfica das iniciativas corresponde, em larga medida, ao padrão nacional de fixação dos imigrantes. Relativamente aos grupos abrangidos por este sector, a maior parte dos casos, mais concretamente 70%, é constituído pelas iniciativas que servem populações originárias da Europa de Leste e da ex-União Soviética. Este resultado reflecte a maior proporção de imigrantes que não dominam a língua portuguesa entre estes grupos. Por sua vez, 64% das iniciativas trabalham com imigrantes dos PALOP, 54% com Latino-americanos (a grande maioria dos quais é brasileira), e 35% com cidadãos dos novos Estados que aderiram à UE (maioritariamente romenos). Entre 10 e 20% das iniciativas trabalham com imigrantes da UE-15, de outros países da Ásia, de outros países da África, China e Sudeste asiático.

Descrição das Iniciativas

De modo a fornecer um panorama mais preciso e informativo sobre as iniciativas recolhidas cujo principal domínio de intervenção é a educação, segue-se uma síntese dos dados de cada iniciativa. Estas foram divididas em vários grupos, de acordo com as suas características e objectivos. No grupo A figuram as aulas de português e apoio escolar dado em escolas públicas, em cumprimento do Projecto Português Língua Não Materna, colocado estrategicamente no início. Em virtude de a fonte de financiamento neste caso ser uniformemente o Ministério da Educação, optou-se por não a declarar, excepto no caso da última actividade, no âmbito do projecto comunitário Comenius 1, seguindo-se o mesmo princípio relativamente ao objectivo. Note-se que a extensão das actividades de apoio escolar de Português Língua não Materna varia de escola para escola em função dos recursos humanos e perfil da população escolar, tendo algumas escolas conseguido proceder apenas à fase do diagnóstico durante o ano lectivo 2006-07. No grupo B incluem-se aulas de Português do ensino extra-curricular e extra-escolar, realizadas pelo ensino público, ONG e associações de imigrantes, por vezes em parceria com o ACIDI, I.P.. No grupo C reúnem-se iniciativas que visam a integração dos imigrantes e seus descendentes através de educação na sua língua materna, como romeno e ucraniano. Por fim, no grupo D figuram actividades de sensibilização para a interculturalidade e de intervenção sócio-cultural em contexto escolar.

A) Aulas de Português e Apoio Escolar em Escolas Públicas

Iniciativa: *Projecto Educativo Português Língua Não Materna*

Entidade(s): Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, Ministério da Educação

Localização: Região - País inteiro Concelho - País inteiro

Data: Anos lectivos 2006-07 e 2007-08 - Sem fim previsto

Percentagem de imigrantes: N/A

Objectivo: Desenvolver competências linguísticas para facilitar o acesso ao currículo e a integração dos alunos do ensino básico e secundário no sistema educativo.

Modo de funcionamento: A implementação é feita junto das escolas, através das Direcções Regionais de Educação, com monitorização da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular. Os Despachos Normativos de 2006 estabelecem os “princípios de actuação e as normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação das actividades curriculares e extracurriculares específicas, a desenvolver pelas escolas e agrupamentos de escolas no domínio do ensino da língua portuguesa como língua não materna”. A medida prevê a aplicação de testes diagnósticos (modelos disponíveis na DGIDC) que estabelecem o nível de proficiência na Língua (iniciação, intermédio, avançado), a partir do qual o aluno é integrado no grupo de nível correspondente, sendo-lhe disponibilizado, tanto ao nível da turma como de outras actividades, o apoio adequado. Cada grupo é coordenado por um professor de língua portuguesa. É de referir que está prevista a produção de um documento de orientação pedagógica sobre as “competências essenciais em Português Língua Não Materna” para professores e alunos.

Iniciativa: *Aulas de Português para Estrangeiros*

Entidade(s): Agrupamento Vertical de Paderne

Outros sectores envolvidos: Juventude

Localização: Região - Algarve Concelho - Albufeira

Data: Setembro 2006 – Junho 2007

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Modo de funcionamento: Ensino da Língua Portuguesa a imigrantes de diferentes faixas etárias. Por exemplo, esta escola é pioneira nas aulas de português para estrangeiros no ensino anterior ao básico (treina-se a oralidade das crianças de 5 anos).

Iniciativa: *Português Língua Não Materna*

Entidade(s): Escola Secundária 3 de Vila Verde

Outros sectores envolvidos: Juventude

Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Vila Verde

Data: Setembro 2005 - Sem fim previsto

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Iniciativa: *Português - Língua Não Materna*

Entidade(s): Escola Básica Rainha D. Leonor Lencastre

Outros sectores envolvidos: Juventude

Localização: Região - LVT Concelho - Sintra

Data: 2006/07 - Sem fim previsto

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Iniciativa: *Oficina de Língua Portuguesa*
Entidade(s): Escola Básica 2,3 de Vialonga
Outros sectores envolvidos: Juventude
Localização: Região - LVT Concelho - Vila Franca de Xira
Data: 2006/07 - 2008/2009
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Iniciativa: *Proficiência Linguística*
Entidade(s): Escola Básica 2,3 Professor António Lopes
Outros sectores envolvidos: Juventude
Localização: Região - LVT Concelho - Salvaterra de Magos
Data: 2005/06 - Sem fim previsto
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Iniciativa: *Programa Português Língua Não Materna*
Entidade(s): Agrupamento Vertical de Escolas de Armamar
Outros sectores envolvidos: Juventude
Localização: Região - Centro Interior Concelho - Armamar
Data: 2006/07
Percentagem de imigrantes:

Iniciativa: *Integro*
Entidade(s): Escola Secundária de Vila Real de Santo António
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude
Localização: Região - Algarve Concelho - Vila Real de Santo António
Data: 2006/07 - Sem fim previsto
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Modo de funcionamento: Curso intensivo (português/educação cívica e história de Portugal) antes e durante os primeiros meses do período lectivo, acompanhado de uma integração progressiva do aluno na turma/escola e apoiado por um tutor (professor) e pela figura de um padrinho/madrinha (um par da mesma turma). A escola oferece aos pais desses alunos e a outros imigrantes quase gratuitamente (5€ cada) três cursos de 50 horas de Português Língua Não Materna, designados Acções Saber +. É também local de exame para obter nacionalidade portuguesa.

Iniciativa: *Ensino do Português como Língua Não Materna*
Entidade(s): Escola Secundária Dona Luísa de Gusmão
Outros sectores envolvidos: Juventude
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: 2006/2007
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Iniciativa: *Curso de Português para Imigrantes*
Entidade(s): Escola Secundária de Coruche e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos: Juventude
Localização: Região - LVT Concelho - Coruche
Data: Abril 2007 -
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Iniciativa: *Programa Sócrates Comenius 1 (Projecto PACE)*
Entidade(s): Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude
Localização: Região - Algarve Concelho - Portimão
Data: 2005/06 - 2007/08
Percentagem de imigrantes: 33 % da população-alvo
Modo de funcionamento: Organização de aulas de português para alunos estrangeiros; utilização experimental do portfolio europeu de línguas; realização de reuniões com pais de alunos estrangeiros para informação sobre o sistema de ensino português. O projecto visa a elaboração de quadros de referência de competências europeias em diversas áreas disciplinares, de modo a mais facilmente permitir a mobilidade transnacional de alunos na Europa. Para além da integração de alunos oriundos de outros sistemas de ensino e backgrounds étnicos e culturais, o projecto visa, ainda, o desenvolvimento de estratégias que permitam encontrar respostas eficazes para a integração de alunos com dificuldades de aprendizagem ou deficiência para a prevenção de fenómenos como o bullying. Através do desenvolvimento de sentimentos de identidade e pertença, pretende-se, em suma, concorrer para a construção de uma escola onde igualdade de oportunidades, equidade e justiça se assumam como princípios educativos angulares. Através da troca de experiências e de informação entre as escolas parceiras, desenham-se, implementam-se e avaliam-se estratégias de gestão e organização, bem como abordagens pedagógicas, com especial destaque para a utilização das tecnologias de informação e comunicação. Por último, o projecto visa ainda o reforço da cooperação com a comunidade local e em particular com as comunidades imigrantes.

B) Aulas de Português: Ensino Extra-Curricular e Extra-Escolar

Iniciativa: *Curso de Formação Extra-Escolar: Português para Estrangeiros*
Entidade(s): Escola Secundária Dona Luísa de Gusmão
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Abril 2007 - Julho 2007
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Contribuir para a integração dos imigrantes na realidade portuguesa.
Modo de funcionamento: O programa funciona com duas turmas, ambas em nível de iniciação. Dá-se a conhecer aspectos de carácter sócio-cultural relevantes da vida e do quotidiano portugueses, desenvolvem-se competências linguísticas e comunicativas básicas, técnicas e estratégias indispensáveis a uma aprendizagem mais autónoma (utilização de dicionários, organização de glossários, entre outros.)

Iniciativa: *Curso de Português para Estrangeiros*
Entidade(s): Escola Secundária Garcia da Horta
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região – Norte Litoral Concelho - Porto
Data: Outubro - Junho
Fonte de financiamento: Nenhuma
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: proporcionar a todos os alunos estrangeiros o acesso a uma cultura europeia comum e um sentimento de pertença, através do ensino da Língua Portuguesa.
Modo de funcionamento: Cursos de Iniciação, Intermédio e Avançado, leccionados em regime de voluntariado. A Escola Secundária Garcia de Orta e alguns professores de Inglês e Português estão empenhados na implementação de um projecto que visa a continuação dos Cursos de Português para Estrangeiros. Acrescem razões que se prendem directamente com a especificidade desta escola: 1) população interna: professores, alunos e funcionários interessados em desenvolverem relações culturais com estrangeiros, estabelecendo “pontes” e acolhendo imigrantes, alunos da Intercultura e do programa Sócrates no nosso pequeno mundo que é a Escola e no nosso médio mundo que é Portugal; 1) população externa: a ESGO recebe, anualmente, imensos pedidos e há 3 anos que já tem a funcionar os cursos acima referidos. Surgiram vários contactos e pedidos para a continuação destes cursos em 2006/07; estes cursos estão anunciados na Internet, no portal do ACIDI, I.P.; no âmbito deste projecto, impõe-se a oficialização destes Cursos, tornando-se a 1ª Escola Secundária do Ensino Público a fazê-lo no Porto e não entrando em competição com a Faculdade de Letras do Porto, uma vez que, para já, nós não podemos oferecer cursos intensivos; por outro lado existe um verdadeiro alfobre de alunos estrangeiros dispersos na zona do grande Porto, que não podem matricular-se, ou por razões financeiras ou por impossibilidade de tempo disponível, nos Cursos Anuais ou de Verão, da Universidade do Porto.

Iniciativa: *Português para Estrangeiros*
Entidade(s): Agrupamento de Escolas Josefa d’Óbidos
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Formação Profissional, Juventude
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Óbidos
Data: Janeiro 2007 - Junho 2007
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Contribuir para a integração socioprofissional da comunidade imigrante residente no concelho.
Modo de funcionamento: A iniciação ao estudo da Língua Portuguesa, decorreu de Janeiro a Junho de 2007, num total de 80 horas de formação, duas vezes por semana, das 20 às 21.30 horas, para dezanove imigrantes, de várias nacionalidades, com a média etária situada entre os 30 e os 50 anos. As actividades decorreram em grupo e individualmente, tendo em conta o nível de conhecimentos de Português diagnosticado pelo formador no início do curso e partindo sempre dos contextos sócio-profissionais vividos pelo diferentes elementos, bem como dos seus interesses e expectativas. O plano de formação incluiu algumas actividades complementares (visita a Biblioteca Municipal, visitas culturais - castelo, passeio de barco, convento, museu e participação no colóquio “pequenos empresários de sucesso”).

Iniciativa: *Cursos de Português para Imigrantes*
Entidade(s): Coordenação Educativa de Bragança
Outros sectores envolvidos: Formação Profissional
Localização: Região - Norte Interior Concelho - Bragança
Data: Outubro 2007 - Julho 2008
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Inserir socialmente, facilitar a aprendizagem da língua, com pedagogias adequadas, incluindo recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação.
Modo de funcionamento: Constituição de grupos de acordo com os níveis linguísticos Inicial, Intermédio, Avançado em horários felxíveis, com recurso a ensino individualizado e materiais de apoio diversificado, com vista a preparar para a Prova de Língua Portuguesa. Foi efectuado um teste diagnóstico de 21 participantes, 11 dos quais vão ser certificados pelo Centro Novas Oportunidades. Para além de aulas de língua e história/cultura portuguesa, são ministrados cursos de Tecnologias de Informação e Comunicação. No final, é atribuído um certificado por horas de formação ou Certificado de RVCC de competências de 1º, 2º ou 3º ciclos.

Iniciativa: *Cursos de Português para Estrangeiros*
Entidade(s): Serviço de Jesuítas aos Refugiados e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Outubro 2007 - Julho 2008
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição/Estado
Modo de funcionamento: Neste CLAIL, funcionam, para além dos cursos de Língua Portuguesa, a Informação ao Imigrante, o Atendimento Jurídico, o Microcrédito e o Apoio ao Retorno Voluntário.
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Fornecer ao imigrantes ferramentas para a sua integração, que a aprendizagem da língua do país de acolhimento.

Iniciativa: *Cursos livres para Imigrantes: Língua Portuguesa, Informática e Empreendedorismo*
Entidade(s): Direcção Regional das Comunidades dos Açores
Outros sectores envolvidos: Formação profissional
Localização: Região - Regiões Autónomas Concelho - Açores
Data: Maio 07 - Julho 07
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Promover a integração na comunidade; inserir culturalmente os cidadãos; incentivar a participação cívica e social dos cidadãos imigrantes.

Iniciativa: *Educação Extra Escolar. Curso de Língua Portuguesa para Estrangeiros*
Entidade(s): Direcção Regional da Educação dos Açores
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Regiões Autónomas Concelho - Açores
Data: -
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Promover o domínio da Língua portuguesa, no que se refere à leitura, escrita e oralidade.
Modo de funcionamento: Os cursos são compostos por três níveis cada um (160 horas cada). Funcionam com um mínimo de 15 e máximo de 25 formandos. Os que completem com sucesso serão certificados pela DRE. Este programa surgiu pela necessidade de incluir os imigrantes no meio social, económico e laboral. A língua constitui um óbice a essa inclusão e o que se pretende é desenvolver nos imigrantes competências de comunicação que lhes permitam sentirem-se autónomos em termos da gestão do seu quotidiano. Por outro lado, pretende-se ainda que conheçam e experienciem a participação em eventos culturais e sociais promovidos pelas populações e entidades que lhes estão próximas.

Iniciativa: *Curso de Língua Portuguesa para Estrangeiros*
Entidade(s): CM Angra do Heroísmo, em parceria com a Direcção Geral das Comunidades e a Direcção Regional da Educação dos Açores
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização
Localização: Região - Regiões Autónomas Concelho - Angra do Heroísmo
Data: Novembro 2005 - Julho 2006
Fonte de financiamento:
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Proporcionar aos imigrantes locais - curso de língua portuguesa. – “Viver Cultura”.
Modo de funcionamento: O “Curso Viver Cultura”, para imigrantes, pós-laboral com 480 horas, em parceria com a Autarquia de Angra do Heroísmo, a Secretaria Regional das Comunidades e Secretaria Regional da Educação, foi um curso acessível aos formandos e visava melhorar e enriquecer o seu vocabulário já adquirido, e a sua cultura geral sobre a região em que escolheram viver. Componentes como o Estatuto Político-administrativo da Região, poder autárquico, vertente religiosa (festividades do Espírito Santo) e cultural (Danças e bailinhos de Carnaval, Teatro, cinema musica, exposições, Literatura, ect.). Foram a tónica do curso possibilitando aos formandos a interacção com a comunidade local, e proporcionando-lhes actividades diferentes.

Iniciativa: Ensino de Línguas (Português para Estrangeiros)
Entidade(s): Centro de Línguas e Informática da Costa do Sol
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Cascais
Data: 2004 - 2010
Fonte de financiamento: Privado
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Preparar os imigrantes através do ensino de Português para estrangeiros em situações de procura de emprego, aquisição de nacionalidade mas também para activos que pretendem dominar melhor o português.

Iniciativa: *Gabinete de Língua Portuguesa – “Criando Letras de Inclusão”*
Entidade(s): AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Julho 2007 - Dezembro 2008
Fonte de financiamento:
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Promover a integração social de imigrantes através do desenvolvimento de competências a nível linguístico, social e intercultural
Modo de funcionamento: A Associação identifica como dois os elementos inovadores deste projecto: o tipo de voluntariado exercido é orientado por um coordenador pedagógico e no quadro de um programa específico onde se prevê uma vertente de formação contínua; enquadra-se no programa integrado “Núcleo de Apoio a Migrantes”. Disponibiliza formação de formadores em Língua Portuguesa para estrangeiros ou de Língua Portuguesa como Língua Segunda

Iniciativa: *Cursos de Português como Segunda Língua, Acções Saber +*
Entidade(s): MAPS - Movimento de Apoio à Problemática da Sida
Outros sectores envolvidos: Saúde, Formação Profissional
Localização: Região - Algarve Concelho - Faro
Data: Outubro 2006 - Março 2007
Fonte de financiamento:
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Permitir a aquisição de saberes e desenvolvimento de competências no domínio da língua portuguesa, de modo a possibilitar uma melhoria da situação profissional, pessoal e social dos formandos.
Modo de funcionamento: As acções são desenvolvidas em três níveis distintos: iniciação, aprofundamento e consolidação. A estrutura da formação é decretada a nível nacional e fornece um manual de base para formadores e formandos.

Iniciativa: *Apoio a Imigrantes (Aulas de Português e Encaminhamentos Vários)*
Entidade(s): Cáritas Diocesana da Guarda
Outros sectores envolvidos: Saúde, Habitação, Aconselhamento Jurídico, Informação, Emprego, Serviços Sociais
Localização: Região - Centro Interior Concelho - Guarda
Data: 2002 - 2007
Fonte de financiamento:
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Integrar, a nível linguístico e logístico, os imigrantes que nos abordam.

Iniciativa: *Curso de Português para Imigrantes*
Entidade(s): CM Cantanhede
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Cantanhede
Data: Março 2007 - Junho 2007
Fonte de financiamento:
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Ensinar a língua portuguesa, no sentido de melhorar a integração social, cultural e profissional dos imigrantes e preparar para a prova de língua portuguesa.
Modo de funcionamento: Visando o melhor aproveitamento das aulas tem sido muito importante o contributo de algumas voluntárias que acompanham os filhos dos casais imigrantes enquanto estes frequentam o curso (babysitting), desenvolvendo com as crianças actividades lúdicas em ateliers de animação.

Iniciativa: *Curso de Português para Estrangeiros*
Entidade(s): CM Vieira do Minho
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Vieira do Minho
Data: Setembro 2007 - Novembro 2007
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Integrar os imigrantes residentes na comunidade local e informá-los sobre a Nova Lei da Nacionalidade.

Iniciativa: *Português para Todos*
Entidade(s): CM Alenquer/Juntas de Freguesia de Triana e Carregado
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Alenquer
Data: Julho 2007 -
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Desenvolver competências ao nível do Português Europeu falado e escrito.
Modo de funcionamento: O projecto tem como destinatários toda a população de origem estrangeira residente no município, send que são realizadas sessões com um máximo de 10 alunos por grupo nas juntas de freguesia próximas do local de residencia dos mesmos. É realizada uma sessão semanal com a duração de 90 minutos, visando promover a aquisição e desenvolvimento de competências ao nível do Português Europeu falado e escrito. Considera-se uma boa prática, por ser a língua um dos factores mais importantes ao nível da integração de imigrantes no concelho.

Iniciativa: *Acompanhamento Escolar de Filhos de Imigrantes*
Entidade(s): Associação Juvenil Pontos nos Is
Outros sectores envolvidos: Juventude
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto
Data: 1998 -
Percentagem de imigrantes: 90 % da população-alvo
Objectivo: Colmatar dificuldades de aprendizagem e integração motivadas pelas diferenças da língua e do raciocínio matemático.
Modo de funcionamento: Os utilizadores trabalham em classes individuais ou no máximo de três, esclarecendo dúvidas, que em geral têm origem no domínio da língua, duas horas por semana, a partir do momento em que os próprios ou os pais reconhecem as dificuldades. É muito variável o tempo de permanência, pois o acompanhamento termina a partir do momento em em que conseguem “caminhar pelo seu pé”, regressando por vezes muito tempo mais tarde, com dificuldades de outro nível. Tem sido bem sucedido no combate ao insucesso escolar.

Iniciativa: *Aulas de Línguas*
Entidade(s): SOLIM - Associação Solidariedade Imigrante
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: - Sem fim previsto
Percentagem de imigrantes:
Objectivo: Proporcionar aulas de várias línguas (estrangeiras e português para estrangeiros) e convivência intercultural.
Modo de funcionamento: Todas as aulas são dadas por voluntários, por vezes estagiários. São leccionadas várias línguas (estrangeiras e português para estrangeiros), mas as aulas mais procuradas são as de Informática.

Iniciativa: *Cursos de Português*
Entidade(s): Associação de Imigrantes Magrebinos e Amizade Luso-Árabe ESSALAM
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto
Data: 2006 - 2007
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Permitir uma melhor integração dos imigrantes magrebinos através da aprendizagem da língua portuguesa.
Modo de funcionamento: Em 2006, as aulas decorrem em parceria com Acção Humanista na sede da Essalam até ao seu encerramento, e este ano têm lugar na Associação Terra Vivente. A Essalam deu também aulas de árabe, em 2006.

Iniciativa: *Djanné É Pinal ("Educação e Cultura")*
Entidade(s): Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Informação; Género, Serviços Sociais
Localização: Região - LVT Concelho - Amadora
Data: 2002 - Sem fim previsto
Percentagem de imigrantes: 95 % da população-alvo
Objectivo: Apoiar a Integração dos Imigrantes na sociedade portuguesa, por meio de aulas de várias línguas e culturas.

Iniciativa: *Centro S. Pedro Claver*
Entidade(s): Leigos para o Desenvolvimento
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Formação Profissional
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: 1993 - Sem fim previsto
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Promover através do ensino a integração dos imigrantes prevenindo fenómenos de exclusão social, procurando estar cada vez mais próximo das comunidades que escolheram Portugal.
Modo de funcionamento: Foi criado na sequência do lançamento de um programa de apoio escolar em regime de explicações, com o objectivo de contribuir para a diminuição do insucesso escolar dos estudantes africanos. Após dez anos de funcionamento, foi necessário o Centro adaptar-se a uma nova realidade, uma vez que surgiram outros imigrantes que deveriam ser integrados (no sentido de evitar que entrassem num processo de exclusão escolar e social). São ministradas explicações de 10º, 11º, 12º e ensino superior; cursos de português (nomeadamente para estrangeiros para estudantes ou trabalhadores) e informática. Fazem-se visitas de estudo, para que os imigrantes conheçam e compreendam a cultura e a história portuguesa.

Iniciativa: *Curso de Português Língua Segunda*
Entidade(s): Escola Secundária Luís de Freitas Branco
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Oeiras
Data: 2007 - 2008
Percentagem de imigrantes:
Objectivo: a) Melhorar os níveis de proficiência linguística de adultos e jovens adultos que, embora integrados no mercado de trabalho e falando Português, não dominam a norma culta europeia, sendo por isso discriminados; b) promover actividades interculturais incentivadoras do convívio com os alunos portugueses e estrangeiros que frequentam o Ensino Nocturno nesta escola.

Iniciativa: *Projecto PLS “Vamos Aprender a Língua Portuguesa”*
Entidade(s): Escola EB1 Quinta do Alçada - Agrupamento de Escolas de Marrazes
Outros sectores envolvidos: Juventude
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Leiria
Data: 2002 - Sem fim previsto
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Integrar no sistema de ensino e na sociedade os alunos imigrantes.
Modo de funcionamento: A Associação de pais da escola, APEQA, tem sido um dos maiores parceiros e impulsionadores deste Projecto, tendo inclusivé tomado iniciativas de apoio social aos alunos imigrantes no que toca à frequência de ATL gratuitamente. Também acolheram e promoveram o funcionamento da Escola Ucrâniana. Um dos aspectos de maior relevância no Projecto Curricular desta escola é a “Gala da Primavera”, espectáculo para as famílias dos alunos, com a participação de toda a comunidade educativa, coadjuvada pelos animadores do Mus-e. Nesta Gala são testemunhados momentos que revelam a integração de todos os alunos que frequentam a EB1 de Quinta do Alçada.

Iniciativa: *Integração Social dos Estrangeiros (Aulas de Língua e Cultura Portuguesa para Estrangeiros)*
Entidade(s): Associação Defesa Direitos Humanos
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Direitos Humanos
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data:
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Reforçar a integração social da população estrangeira residente em Lisboa, através da disseminação da História, Língua, Cultura e Literatura portuguesas
Modo de funcionamento: É feita uma avaliação preliminar do nível de português dos participantes residentes no Concelho de Lisboa, para se desenvolver um curso de aperfeiçoamento linguístico. São organizadas visitas a monumentos e outros locais de interesse cultural. As sessões são organizadas uma vez por mês, mediante um número mínimo de inscrições. As entidades envolvidas divulgam as actividades, recepcionam as inscrições para as mesmas, cedem o espaço e facilitam material.

C) Educação na Língua Materna de Grupos-Alvo Específicos

Iniciativa: *Projecto Educativo para os Alunos de Língua Romena nas Escolas Portuguesas*
Entidade(s): Centro de Estudos Multiculturais
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Outubro 2005 - Junho 2007
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Integrar escolar e socialmente os filhos dos imigrantes através da educação bilingue/bicultural, assentando na cooperação entre o professor do projecto e os professores portugueses, promovendo-se igualdade efectiva e valorização da diferença linguístico-cultural.
Modo de funcionamento: O projecto parte do princípio pioneiro de que se deve acolher os alunos filhos de imigrantes nas escolas com um professor que tenha a mesma língua materna que eles e que possa servir como referência cultural que suavize a ruptura e lhes transmita confiança, promovendo a sua integração, a justiça educativa e a interculturalidade. Tem três pilares fundamentais de actuação: 1) ensino do português como língua não materna (tendo por língua de referência a língua materna dos alunos); 2) manutenção e desenvolvimento das raízes linguísticas e culturais dos alunos, de forma a evitar o esquecimento progressivo da língua materna e a assimilação cultural negativa; 3) apoio linguístico às outras disciplinas do plano curricular, estabelecendo a ponte entre os alunos e os professores portugueses e resolvendo dúvidas nas matérias que dependem de uma explicação linguística. O projecto prevê ainda a formação de novos professores de língua materna romena que possam assegurar, no futuro, a continuidade e o alargamento do mesmo.

Iniciativa: *Aulas de Língua e Cultura Portuguesas e Língua e Cultura Ucrainiana, Interculturalidade e Círculo Experimental de Matemática*

Entidade(s): Escola Básica nº2 Leiria e AMIGrante

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização

Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Leiria

Data: 2002 - Sem fim previsto

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Facilitar a inclusão na sociedade portuguesa e promover a interculturalidade

Modo de funcionamento: A constatação da necessidade apoio na aprendizagem da língua portuguesa, por parte de cidadãos estrangeiros, como forma de inclusão na sociedade portuguesa, conduziu à disponibilização para o ensino desta por parte dos voluntários do Movimento de Educadores Católicos. Esta actividade esteve na origem da fundação da AMIGrante. Actualmente, para além da língua e cultura portuguesa, a AMIGrante promove também o ensino da Língua e Cultura Ucrainianas com a colaboração da Escola nº2 Leiria. Entende-se que ambas as disciplinas contribuem com sucesso para facilitar a inclusão na sociedade portuguesa e promover a interculturalidade.

D) Actividades de sensibilização e intervenção sócio-cultural em contexto escolar

As iniciativas que se seguem têm por objectivo geral sensibilizar a população estudantil para os valores de tolerância da diferença e interculturalidade, por vezes fazendo-se apelo também à participação dos pais.

Iniciativa: *“Quanto Melhor nos Conhecermos, Melhor nos Compreendemos”*

Entidade(s): Escola Básica 2 e 3 Ciclos Poeta Bernardo Passos

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude

Localização: Região - Algarve Concelho - S. Brás de Alportel

Data: Setembro 2006 - Julho 2009

Percentagem de imigrantes: 10 % da população-alvo

Objectivo: Integrar, dinamizar e rentabilizar diferenças sócio-culturais, étnicas e raciais

Modo de funcionamento: As iniciativas destinam-se aos estudantes e encarregados do concelho. Medidas de compensação de língua portuguesa para a população estudantil estrangeira; selecção de materiais didácticos promotores da igualdade entre os povos; atitude pedagógica que constitua exemplo de conduta pedagógica cívica; educação para a cidadania valorizando os direitos humanos; festival intercultural, encontro de culturas, animação, música, exposições, dança, jogos tradicionais, gastronomia, história, ciência e língua.

Iniciativa: *Plural (Nós e os Outros)*
Entidade(s): Escola Secundária Miguel Torga, Monte Abraão
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude
Localização: Região - LVT Concelho - Sintra
Data: 2006 - 2009
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Promover o diálogo intercultural, construir práticas pedagógicas multiculturais, desenvolver actividades e projectos no âmbito do Português como Língua não Materna e promover a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso de todos os alunos
Modo de funcionamento: A crescente diversidade étnico-cultural da população escolar torna premente a necessidade de dar respostas pedagógicas que promovam uma maior igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso de todos os alunos. Assim sendo, segundo os mentores do projecto, a escola deverá ser um espaço que vise desenvolver, quer nos grupos minoritários, quer nos maioritários, a compreensão das diversas culturas nas sociedades modernas, os processos de aculturação, o respeito pelas origens e patrimónios ancestrais, a capacidade de comunicar entre pessoas e culturas diferentes. A educação intercultural articula-se necessariamente com a educação para a cidadania, e, assim sendo, as áreas não curriculares - Formação Cívica e Área de Projecto, em interacção com o Projecto Curricular de Turma, poderão ser espaços promotores da coesão social, da aceitação da diversidade cultural, da igualdade de oportunidades e equidade, preocupação ecológica, entre outros, de modo a que a Escola seja um espaço capaz de incluir as diferenças culturais pondo-as em diálogo. Plano de Acção da leitura, expressão dramática e expressão corporal, criação de grupos de divulgação cultural, gastronomia e artesanato.

Iniciativa: *Apoio aos Alunos Oriundos de Países Estrangeiros*
Entidade(s): Escola Secundária de Rocha Peixoto
Outros sectores envolvidos: Juventude
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Póvoa de Varzim
Data: 2006/07 - Sem fim previsto
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Envolver o aluno no sistema educativo português; promover as relações interpessoais e interculturais
Modo de funcionamento: Este projecto procura a participação das famílias, visando a integração dos alunos (principalmente), procurando estabelecer pontes com outras entidades facilitadoras dessa integração, nomeadamente a Câmara Municipal. Os professores e tutores acabam por desempenhar informalmente o papel de mediadores culturais. Esta escola tem ainda um núcleo de apoio educativo e um serviço de psicologia e orientação.

Iniciativa: *Clube Multicultural*
Entidade(s): Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Vendas Novas
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude
Localização: Região - Alentejo Concelho - Vendas Novas
Data: 2005/06 - Sem fim previsto
Percentagem de imigrantes: 80 % da população-alvo
Objectivo: Viabilizar a integração de alunos estrangeiros na escola/comunidade e divulgar e valorizar diferentes realidades culturais.
Modo de funcionamento: As actividades do clube desenvolveram-se em articulação com as actividades do Departamento de Línguas Estrangeiras.

Iniciativa: *Incluindo*
Entidade(s): COMOIPREL - Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização
Localização: Região - Alentejo Concelho - Moura
Data: 1 de Junho de 2007
Percentagem de imigrantes: N/A
Objectivo: Sensibilizar para a Integração e não discriminação da população imigrante nos meios escolares e na sociedade em geral.
Modo de funcionamento: Esta iniciativa enquadrava-se na 2ª edição da campanha “Todos diferentes, todos iguais”. As actividades: testemunhos prestados pelos oradores, muitos deles imigrantes; visionamento do documentário sobre xenofobia “Lisboetas”, de Sérgio Tréfaut, e apresentação de trabalhos de reflexão sobre o mesmo, de alunos da COMOIPREL; encenação de testemunhos de vítimas de discriminação (Técnicos de Turismo); visionamento de vídeo dos alunos de Mecânica; apresentação de slides sobre os conceitos de xenofobia e racismo (Técnicos de Informática); coffee break com bolo baiano (Técnicos de Restauração); 12 bandeiras em dois placares pintados (Técnicos de Jardinagem).

Iniciativa: *Curso de Cidadania e de Língua Portuguesa para Imigrantes do Leste Europeu*
Entidade(s): CVP Braga, CIVITAS Braga e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Informação
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Braga
Data: Maio 2007 - Maio 2008
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Facilitar a integração dos imigrantes na comunidade, através do ensino da Língua e Cultura portuguesas
Modo de funcionamento: O facto da acção ter lugar na escola, instituição oficial da comunidade, valoriza e favorece a integração, tal como as cerimónias de entrega de diplomas onde os imigrantes se fazem acompanhar pela família. Trata-se de uma acção que se pauta por aspectos práticos (interpretação de documentos e impressos, redacção de cartas, declarações, etc.) e também por dar a conhecer aos formandos um pouco da história da cidade de Braga, das Instituições que a compõem e a função de cada uma delas.

Iniciativa: *A Minha Escola no Combate à Discriminação*
Entidade(s): Comunidade Internacional Bahá'í
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude, Informação
Localização: Região - Regiões Autónomas Concelho - Ribeira Brava
Data: Setembro 2006 - Junho 2007
Percentagem de imigrantes: 40 % da população-alvo
Objectivo: Contribuir para a eliminação de todos os preconceitos; colaborar com outras instituições na defesa da unidade de todos os homens independentemente da sua origem, raça, classe ou cor; contribuir para que a Religião seja motivo de amor e de unidade entre os homens.
Modo de funcionamento: Desde 1998, primeiro em Câmara de Lobos, depois no Funchal, em S. Vicente e Ribeira Brava, a Comunidade Bahá'í desenvolve actividades periódicas de interculturalidade, em colaboração com as Entidades Oficiais. Em Outubro/Novembro do presente ano participaram nas actividades de encerramento do Ano Europeu da Igualdade e Oportunidades para Todos, em colaboração com outras instituições (privadas e oficiais). Através de: a) acções de sensibilização destinada a alunos; b) exposição de panfletos e cartazes sob os lemas: “A Terra é um Só País”, “Conceito Bahá'í da Igualdade” e “Unidade na Diversidade”.

Iniciativa: *A Arte de Integrar - Estratégias de Intervenção Sócio-cultural num Agrupamento de Escolas da Periferia de Lisboa*

Entidade(s): Escola Básica 2,3, Prof. Pedro d'Orey da Cunha

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude, Informação

Localização: Região - LVT Concelho - Amadora

Data: Outubro 2004 - Julho 2009

Percentagem de imigrantes: 60 % da população-alvo

Objectivo: Facilitar a integração escolar e social dos alunos e suas famílias. Promover o diálogo intercultural. Valorizar a diversidade cultural.

Modo de funcionamento: O programa baseia-se em estratégias integradas de intervenção. Desde o ano 2004, que o projecto Escola Mais, financiado pelo Programa Escolhas/ ACIDI, I.P., desenvolve no Agrupamento actividades que procuram promover social e culturalmente as populações. As actividades relacionadas como a Língua Portuguesa procuram que os alunos cuja língua materna não é o português possam encontrar apoio, dentro e fora das salas de aula, para mais rapidamente poderem adquirir a ferramenta crucial para o exercício da cidadania.. A mediação sócio-cultural revelou-se da maior importância porque permitiu uma maior comunicação entre as comunidades migrantes/ família/ escola. A valorização cultural foi enfatizada sempre que os alunos participaram em actividades relacionadas com as suas experiências de vida. Existem no Agrupamento actividades que permitem a aquisição de competências nas TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) e também actividades lúdicas de modo a envolver os pais na vida dos seus educandos e na comunidade de acolhimento. O Centro de Recursos tem sido uma mais valia neste apoio aos jovens. No último ano lectivo o Agrupamento concorreu ao projecto TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária) 2ª geração de modo a poder dotar de alguns benefícios para colmatar as necessidades humanas e materiais do nosso Agrupamento de Escolas. O reforço de técnicos especializados ao nível da mediação sócio-cultural, do desporto e da informática veio permitir não só uma maior inserção dos alunos e suas famílias nas actividades da escola, mas também incrementar essas mesmas actividades. O corpo docente, graças à sua estabilidade adquiriu já uma sensibilidade própria que facilita o acolhimento dos jovens migrantes ou descendentes.

Iniciativa: *O Mundo na Nossa Escola*

Entidade(s): Escola Secundária com 3º Ciclo Ensino Básico Henriques Nogueira

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude

Localização: Região - LVT Concelho - Torres Vedras

Data: Setembro 06 - Julho 08

Percentagem de imigrantes: 90 % da população-alvo

Objectivo: Disponibilizar acompanhamento pedagógico, linguístico e sócio-cultural a alunos imigrantes, visando uma integração harmoniosa na comunidade

Modo de funcionamento: O grau de adesão dos destinatários é muito diverso, conforme o grau de integração, o tempo de permanência e as dificuldades sentidas. A escola tem oferta própria para alunos do secundário. Também disponibiliza reforço de acompanhamento/integração/aprendizagem aos alunos de iniciação, através das equipas das salas de estudo e biblioteca. O programa que abrange actividades lectivas e não lectivas, dentro e fora da escola, visa: fornecer aos jovens imigrantes alunos da escola uma boa formação em Língua Portuguesa, como forma de acesso ao currículo e de integração pessoal, social e cultural; sensibilizar e formar os professores para práticas facilitadoras da integração académica e da socialização dos alunos que têm português como língua não materna; valorizar as línguas e as culturas de origem dos alunos, reforçando o sentimento de pertença, convocar toda a comunidade escolar e o meio envolvente para a compreensão e valorização da presença imigrante. O objectivo é também não afastar os alunos estrangeiros dos seus países de origem, através da promoção da língua e literatura dos seus países.

Iniciativa: *Prémio de Realização da Fundação Jack Petchey*

Entidade(s): Escola Básica Integrada de Ferreiras

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude

Localização: Região - Algarve Concelho - Albufeira

Data: 1 Março de 2007 - 31 de Março de 2007

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Premiar um aluno de nacionalidade estrangeira pelo seu aproveitamento e participação na comunidade escolar.

Modo de funcionamento: Premeia-se mensalmente um aluno do 2º ou 3º ciclos com base em critérios de excelência, desde o aproveitamento a comportamentos de solidariedade, respeito, cooperação, participação e iniciativa. A escola decidiu que o prémio seria destinado a um aluno estrangeiro, de modo a premiar o esforço de 22 alunos estrangeiros (entre 50 alunos imigrantes). A aluna premiada recebeu um diploma e definiu onde deveriam ser gastos os 450€ (para necessidades materiais da escola).

Iniciativa: *Um Sol e Muitas Culturas*

Entidade(s): Escola Básica 2º e 3º Ciclos João Afonso

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude

Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Aveiro

Data: 11 Junho - 22 Junho

Percentagem de imigrantes: 6 % da população-alvo

Objectivo: Fomentar atitudes de respeito e valorização da diversidade, tornando explícitas as diferentes culturas presentes na escola; criar hábitos de participação e de cooperação dos encarregados de educação dos alunos estrangeiros.

Modo de funcionamento: Este projecto inscreveu-se no processo de dinamização da biblioteca escolar e no âmbito da promoção e valorização das diferentes culturas presentes na nossa escola. Actividades: elaboração de cartazes com fotografias dos alunos, mapa do mundo com destaque especial dos países de origem e de algumas das suas características geográficas; exposição de objectos do quotidiano, produtos alimentares, jogos; audição de música de diferentes origens; exposição de atlas e de livros com histórias, lendas e tradições dos países; leitura voluntária e individual das histórias, sessões de leitura dinamizadas por professores e alunos. Desejava-se fazer também um levantamento das disponibilidades, saberes e experiências dos encarregados de educação de forma a enriquecer o trabalho e contribuir para o sucesso desta iniciativa, mas não houve resposta por parte dos pais.

Iniciativa: *Jornal Escolar*

Entidade(s): Agrupamento Vertical de Escolas de Santa Marta de Penaguião

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude

Localização: Região - Trás-os-Montes Concelho - Santa Marta de Penaguião

Data: Maio 2007 - Junho 2007

Percentagem de imigrantes:

Objectivo: Dar a conhecer os diversos países de origem dos imigrantes, promovendo a sua integração em Portugal

Modo de funcionamento: Participação dos alunos e pais imigrantes, bem como da comunidade imigrante em geral.

Iniciativa: *Clube Europeu e Clube do Japão*
Entidade(s): Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Ílhavo
Data: 2006/2007
Percentagem de imigrantes:
Objectivo: Dar a conhecer o ambiente cultural dos imigrantes, conhecer para inculturar
Modo de funcionamento: Trata-se de um programa muito simples, no âmbito das actividades de complemento curricular dos alunos.

Iniciativa: *Várias Culturas, Uma Escola*
Entidade(s): Escola Básica 2, 3 Manuel da Maia
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: 2006/07
Percentagem de imigrantes: 80 % da população-alvo
Objectivo: Facilitar o processo de integração dos alunos na instituição escolar através de uma estrutura de apoio
Modo de funcionamento: Criar mediadores entre os alunos estrangeiros com a finalidade destes ajudarem na integração de outros novos alunos estrangeiros. Este projecto pretendeu criar um clube para ajudar a integração dos alunos estrangeiros. Para tal, pediu-se a colaboração tanto de outros alunos estrangeiros, como de alunos portugueses. Com este projecto tentou-se também que os alunos desenvolvessem e aprendessem a Língua Portuguesa e suas regras.

Iniciativa: *Educar para a Multiculturalidade*
Entidade(s): Escola Básica 1/JI do Carvalhal - Mindelo
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Vila do Conde
Data: 2006/2007
Percentagem de imigrantes: 15 % da população-alvo
Objectivo: Favorecer o enriquecimento cultural e global das crianças, promovendo a troca e a partilha de saberes, costumes e tradições.
Modo de funcionamento: Os projectos curriculares de turma "educar para a multiculturalidade" foram elaborados por existirem crianças provenientes de outros contextos sociais e culturais. Pretende-se contribuir para a criação de uma escola para todos, onde se promovam valores como o respeito mútuo e a tolerância. A sala de aula constitui-se como meio privilegiado para difundir valores de integração social e de respeito pela diversidade, no sentido de promover as noções de direitos e deveres, o reconhecimento do afecto no processo educativo, a divulgação dos direitos da criança e o reconhecimento do saber estar e saber ser em comunidade.

Iniciativa: *Projecto “Nós e o Mundo”*
Entidade(s): Escola Secundária de Albufeira
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude
Localização: Região - Algarve Concelho - Albufeira
Data: Julho 2005 - Sem fim previsto
Percentagem de imigrantes: 20 % da população-alvo
Objectivo: Promover valores como o multiculturalismo e a integração dos alunos no meio escolar, através de apoios específicos e de actividades que reforçam o convívio e enraizam a aceitação da diferença (de origens, religiões, raças etnias).
Modo de funcionamento: Áreas de intervenção: acompanhamento de alunos com problemas de integração, levantamento de alunos de origem estrangeira, actividades de formação para professores, actividades de motivação para a integração de minorias, iniciativas em colaboração com a autarquia. Apoio aos alunos participantes; convívios entre todos os elementos da escola, sessões de divulgação de aspectos culturais em diversas áreas, sessões com convidados, intercâmbios escolares, visitas de estudo.

Iniciativa: *Semana de Línguas e Culturas*
Entidade(s): COMOIPREL Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude
Localização: Região - Alentejo Concelho - Moura
Data: Maio 2006
Percentagem de imigrantes: 85 % da população-alvo
Objectivo: Sensibilizar para a universalidade linguística e cultural, numa perspectiva intercultural e multicultural.
Modo de funcionamento: A COMOIPREL disponibiliza ainda apoio à procura de emprego, de alojamento, informações sobre saúde, sendo o seu principal domínio de intervenção o ensino, dado que é uma cooperativa de ensino. A maior parte das actividades organizadas têm lugar em horário pós-laboral e num regime de voluntariado (a remuneração dos técnicos é feita por meio de outros projectos). Decorreu na Escola Profissional de Moura (EPM), uma semana de Línguas e culturas no cumprimento do plano de actividade do estagiário de português-francês. A ideia surgiu da confrontação entre as diversas realidades e culturas existentes no espaço físico da EPM. Depois da contratação, no ano passado, de uma professora professora brasileira, a EPM acolheu este ano uma Assistente de Línguas romena e seis alunos provenientes de S. Tomé e Príncipe. Este foi o mote para a realização desta iniciativa. A discussão da semana foi pautada pela temática da “Interculturalidade”. A dinâmica própria dos participantes, desde os alunos da escola (o público-alvo) aos intervenientes, oradores e/ou actores culturais, deu a esta iniciativa um ritmo muito próprio resultante da interacção entre pessoas, mentalidades e culturas.

Iniciativa: *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*

Entidade(s): Instituto de Linguística Teórica e Computacional

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa

Data: Março 2003 - Maio 2012

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Conhecer as dificuldades dos alunos imigrantes na aprendizagem do português; criar duas turmas bilingues.

Modo de funcionamento: Este projecto de investigação contribui para caracterizar a diversidade linguística na escola, ao disponibilizar na internet produções em português de alunos imigrantes, criar materiais pedagógicos e ao fazer recomendações ao ME sobre a integração desses alunos. Cria linhas de orientação e materiais para melhorar a competência linguística em português dos alunos que têm outras línguas maternas e sensibiliza os professores para a riqueza do multilinguismo e da diversidade linguística, trabalhando com as línguas cabo-verdiano, guzerate, mandarim e ucraniano. Com base nas conclusões do projecto, foi aprovado um novo projecto (criação de turmas bilingues) que tem como objectivos: proporcionar em sala de aula a aprendizagem do mandarim e do crioulo de Cabo-Verde, a par do ensino do português; contribuir para o desenvolvimento linguístico, cognitivo e cultural dos alunos imigrantes, contribuir para a sua integração escolar e desenvolver práticas de ensino bilingue no contexto da legislação portuguesa.

Actuam igualmente no domínio da intervenção educativa formal ou da sensibilização para a multiculturalidade e interculturalidade as iniciativas seguintes:

- *A Associação e o Bairro - Serviço de Apoio à Infância/Gabinete de Apoio à Família/Realojamento:* Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude
- *Ações Desenvolvidas na Área da Educação:* CM Sintra
- *Acolhimento e Apoio aos Imigrantes:* Secretariado Diocesano das Migrações
- *Agualva Acolhe:* Junta Freguesia da Agualva
- *Anos Ki Ta Manda:* Associação de Jardins-Escola João de Deus
- *Apoio a Imigrantes:* Associação de Apoio ao Imigrante de S. Bernardo
- *Apoio ao Imigrante:* Associação Parceiros da Amizade
- *Atendimento de Imigrantes:* Cruz Vermelha Portuguesa Vila Real de Sto. António e ACIDI, I.P.
- *Atendimento e Encaminhamento da População Imigrante:* Associação da Comunidade Imigrante Romena e Moldava do Alentejo
- *Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos Oriundos dos Municípios de Angoche e Praia para Frequência de Estabelecimento de Ensino Superior Privado:* CM Figueira da Foz
- *Aula de Música:* Associação Juvenil Pontos nos Is
- *Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante:* CRESAÇOR - Cooperativa Regional de Economia Solidária
- *Centro de Apoio ao Conhecimento e Integração. Portal de Emprego:* Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar
- *Centro Pedro Arrupe:* Serviço de Jesuítas aos Refugiados
- *D.A.R. à Costa - Tr@nsFormArte:* PROFORMAR - Centro de Formação de Almada Ocidental
- *Escolhas Saudáveis:* Associação Luso Caboverdeana de Sintra
- *Espaço-Emprego:* Junta Freguesia de Monte Abraão
- *A Arte pela Globalização:* Espaço t
- *FIC-Módulo Cursos de Língua Portuguesa e Cidadania:* Socialis-Associação de Solidariedade Social
- *Formar para Inserir:* CM Oeiras e Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento
- *Gabinete de Acção Comunitária (GAC/CLAII de Aveiro):* Centro Social Paroquial de Vera Cruz e ACIDI, I.P.
- *Gabinete de Apoio ao Cidadão:* Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar
- *Gabinete de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas:* CM Santarém
- *Incluindo:* COMOIPREL - Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada e ACIDI, I.P.

- *Integração de Profissionais de Saúde*: Centro Hospitalar do Baixo Alentejo
- *Integração pela Participação*: Casa Seis-Associação para o Desenvolvimento Comunitário
- *Migrações e Desenvolvimento - A Dupla Oportunidade Norte-Sul*: INDE (Intercooperação e Desenvolvimento)
- *Observatório para as Dinâmicas Territoriais*: COMOIPREL - Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, CM Moura
- *Pacto territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal - Espaço Cidadania Seixal*: CM Seixal
- *Plano Integrado de Combate à Exclusão*: Fundação AMI
- *Ponto Imigrante- Apoio Local à Imigração*: LUSOTEMP-Empresa de Trabalho Temporário e ACIDI, I.P.
- *POSI - Criação de Espaços Públicos de Acesso à Internet*: CM Montemor-o-Velho
- *Programa de Promoção Social dos Ciganos*: Santa Casa Misericórdia de Lisboa
- *Projecto “Nu Kre Bai Na Bu Onda”*: Associação de Solidariedade Social da Cova da Moura
- *Projecto “Renovar as Origens”*: Associação Integrar
- *Projecto Agir*: Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
- *Projecto de Apoio à Equivalência de Habilitações Académicas e Profissionais de Enfermeiros Imigrantes*: Serviço de Jesuíta aos Refugiados, Hospital Amadora-Sintra, Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil, Fundação Calouste Gulbenkian
- *Projecto de Apoio à Profissionalização de Médicos Imigrantes*: Serviço Jesuíta aos Refugiados, Fundação Calouste Gulbenkian
- *Projecto MUS-E (MUS-E/Oeiras)*: Associação Menuhin Portugal
- *Projecto Raízes*: Junta Freguesia de Monte Abraão
- *SIMM - Sensibilidade e Integração das Mulheres Migrantes no Caminho para a Igualdade de Oportunidade*: Associação de Solidariedade Internacional
- *Tu Kontas*: CM Montijo e consórcio (Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo, Casa do Povo de Canha, Centro Social S. Pedro de Afonseiro, Externato Espaço Verde, Centro de Saúde do Montijo e Cercima)
- *Um Amigo Hoje...Um Futuro Amanhã*: PSP Lisboa
- *Um Dia Diferente entre Iguais*: Instituto Português da Juventude
- *UNIVA- DAR Oportunidades*: União da Associação de Pais Agrupamento Vertical Escolas Caparica

Refira-se ainda que acabam de ter início as iniciativas seguintes:

- *Clube Multiculturas (2007/2008)*: na Escola Secundária João Gonçalves Zarco, em Matosinhos, cujo objectivo é melhorar o desempenho do Português Língua Não Materna, favorecer a troca de ideias e de experiências dos alunos de várias nacionalidades e, ainda, fazer do Clube um centro de exposição permanente sobre os vários clubes intervenientes.
- *Curso de Português para Imigrantes (Outubro-Dezembro 2007)*: Empresa Terra da Perfeição, em Albufeira. O objectivo é compreender e falar minimamente a língua portuguesa, para ajuda profissional do imigrante. É cobrado o pagamento de 120 €.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

Os princípios básicos comuns para a integração, incluídos no chamado “Programa de Haia”, atrás referido, consideram que o emprego é um elemento fundamental no processo de integração. Efectivamente, além de os rendimentos do trabalho serem a principal e, frequentemente, única fonte de rendimento dos imigrantes e suas famílias, a participação dos estrangeiros no mercado de emprego representa um contributo de grande relevância para a sociedade de acolhimento. Contudo, a evidência empírica tem demonstrado que, de uma maneira geral, em todos os países da UE, a taxa de desemprego dos imigrantes tende a ser consideravelmente mais elevada do que a dos cidadãos nacionais¹, uma situação que muitas vezes prevalece, pelo menos em parte, mesmo com a concessão da cidadania.

A imigração corresponde também, muitas vezes, a um processo de mobilidade profissional descendente, por razões que se prendem com uma multiplicidade de factores onde se incluem motivos como o desconhecimento da língua, dificuldade de obter o reconhecimento das suas competências profissionais e habilitações escolares, impedimentos legais para aceder a determinadas profissões e ainda atitudes discriminatórias, com base no género, raça, etnicidade, ou qualquer outro estigma social associado a indivíduos ou grupos particulares. Este capítulo apresenta iniciativas que trabalham para ajudar a superar muitas das barreiras que este processo implica.

Enquadramento do Sector

Identificaram-se 30 iniciativas, com actividade principal no domínio do emprego e formação profissional. Além disso, há ainda mais 59, cujas fichas descritivas são apresentadas noutros capítulos, por esta não ser a sua esfera de intervenção mais relevante.

Entidades e fontes de financiamento

Mais de metade das 89 iniciativas relacionadas com o emprego e a formação profissional são promovidas pelo terceiro sector (ONG, IPSS, Associações e as organizações de carácter religioso), representando uma parcela superior à média global em acerca de dez pontos percentuais (Quadro 4.1). Em seguida, destacam-se as autarquias, com 23%, e, sucessivamente, as que são desenvolvidas em regime de parceria, por duas ou mais entidades (7%). Apenas 2 (2%) são promovidas pelo sector privado, proporção que é inferior à média de todos os sectores (6%).

Quadro 4.1 Tipo de Entidade promotora das iniciativas

Tipo de entidade	Nº	%
Sector público nacional	2	2.2
Sector público regional	3	3.4
Sector público local	20	22.5
Terceiro Sector	50	56.1
Sector privado	2	2.2
Escola	1	1.1
Universidades	1	1.1
Mistas (2 ou + instituições)	6	6.7
Outras	4	4.5
Total	89	100.0

¹ Werner H (2003), The Integration of Immigrants into the Labour Markets of the UE. Institute for Employment Research of the Federal Employment Services, Germany.

O Estado suporta financeiramente 30% das iniciativas, às quais se somam mais 20% em parceria com outras entidades, o que representa uma dependência dos organismos da Administração Central superior à que se verifica para o conjunto dos projectos apresentados neste estudo (respectivamente, 22% e 12,5%).

O predomínio do financiamento público neste sector, comparativamente à média geral (57%), é ainda mais acentuado quando se somam todas as suas formas (Estado, autarquias e UE), abrangendo quase 70% do número total de projectos (Quadro 4.2). A seguir ao Estado, a fonte mais frequente provém do orçamento da instituição promotora (11%), seguindo-se as autarquias, que asseguram o pagamento da totalidade das despesas de oito iniciativas (9%) e compartilham os custos de outras tantas. O sector privado tem uma expressão reduzida, custeando integralmente três iniciativas (3,5%) e apoiando parcialmente mais seis (7%).

Quadro 4.2 Iniciativas Segundo Fontes de Financiamento

Fontes de financiamento	Nº	%	% Respostas Válidas
Nenhuma	5	5.6	5.8
Orçamento da instituição	9	10.1	10.5
Autarquia	8	9.0	9.3
Privado	3	3.4	3.5
UE	5	5.6	5.8
Fundação	3	3.4	3.5
Estado	26	29.2	30.2
Três ou mais fontes	4	4.5	4.7
Outras	2	2.2	2.3
Estado e Autarquia	5	5.6	5.8
Estado e Privado	2	2.2	2.3
Estado e UE	5	5.6	5.8
Estado e orçam. instit. prom.	5	5.6	5.8
Autarquia e Privado	3	3.4	3.5
Autarquia e UE	-	-	-
Privado e orçamento instit. prom.	1	1.1	1.2
Total de respostas	86	96.6	100.0
NS/NR	3	3.4	-
Total	89	100.0	-

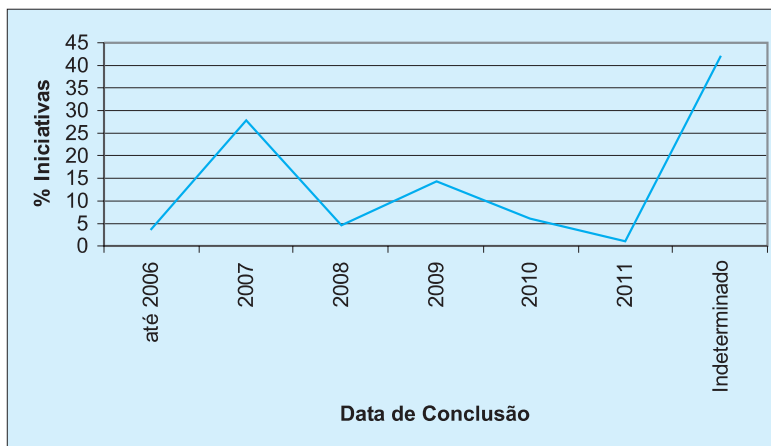
Distribuição geográfica e grupos-alvo

A distribuição geográfica das iniciativas corresponde, em larga medida, ao padrão nacional de fixação dos imigrantes. No que se refere aos grupos beneficiários destas intervenções, observa-se que quase 70% apoiam cidadãos dos PALOP; 63% trabalham com latino-americanos (na maioria brasileiros), uma percentagem quase equivalente com imigrantes da Europa de Leste e da ex-União Soviética (principalmente ucranianos, moldavos e russos) e, 27%, com residentes dos novos países da UE (principalmente romenos). Verifica-se ainda que, entre 10 e 15%, dos projectos têm utentes do Sudeste asiático (nomeadamente, indianos e paquistaneses), de outros países da Ásia (principalmente timorenses) e de outros países de África, sobretudo do Gana e Senegal.

Data de Conclusão e Financiamento

Relativamente à data do termo dos projectos e do período de financiamento dos mesmos, os indicadores de que dispomos indicam que este sector se apresenta ligeiramente melhor posicionado do que o total geral. Com efeito, tendo por base uma taxa de respostas de 93%, apurou-se que 31% das intervenções terão terminado até ao final de 2007, em contraste com os 40% da média geral; além disso, mais 19% terão o seu termo antes do final de 2009, e 7% das iniciativas prolongam-se até 2010 e 2011. Contudo, importa sublinhar que, à semelhança do que se verifica noutros sectores, há uma elevada percentagem de projectos, 42%, de duração indeterminada.

Fig. 4.1 Percentagem de Iniciativas Segundo as Datas de Conclusão



Parcerias

A articulação entre as entidades promotoras das iniciativas neste domínio e outras instituições é mais forte com os organismos do terceiro sector e do sector público. Deste modo, perto de metade das iniciativas trabalham com ONG ou outras associações, 34% com associações de imigrantes e 21% com IPSS. Em termos de sector público, cerca de 50% coopera com o ACIDI, I.P./CNAI/CLAI; 29%, com Câmaras Municipais; um quarto com o Ministério da Educação (e unidades dependentes) e o IEFP; 23%, com a Rede Social Local e o Ministério da Educação (e unidades dependentes); 22%, com o Ministério da Saúde (e subunidades no terreno) e 21%, com o Ministério do Trabalho e da Segurança Social e Juntas de Freguesia.

Deve relevar-se ainda que este agrupamento difere dos outros, na medida em que 33% das iniciativas envolvem parcerias com entidades empregadoras/empresas, sendo que a percentagem equivalente para o conjunto dos sectores se fica pelos 17%. Apesar disso, este é um aspecto que pode ser ainda reforçado, de modo a melhorar os impactos da formação profissional na empregabilidade e no desempenho profissional dos trabalhadores imigrantes, bem como na eficiência global do mercado de trabalho.

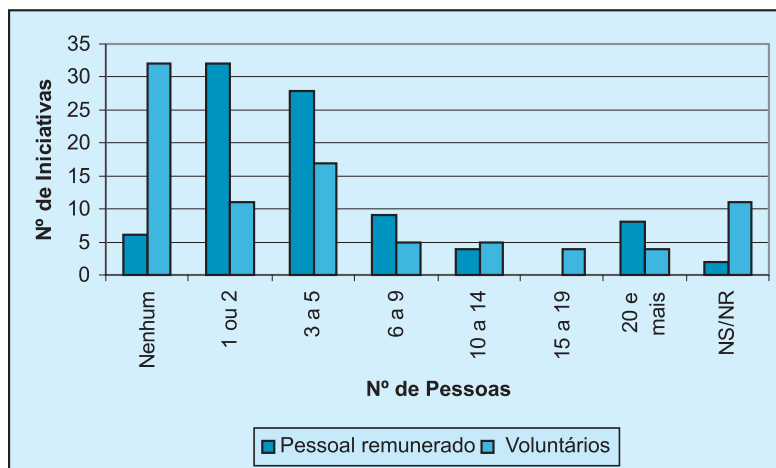
Obstáculos

Os obstáculos referidos com maior frequência são a falta de recursos materiais (58%, valor próximo da média global), e a escassez de recursos humanos (51%, proporção 10% superior à média), seguidos por dificuldades de trabalho em rede (15%), burocracia (15%) e divulgação das actividades (13%). De registar ainda que apenas 70% das iniciativas indicaram obstáculos ao seu funcionamento.

Recursos Humanos

Em termos de recursos humanos, observa-se que 7% das iniciativas não têm pessoal remunerado, o que é ligeiramente inferior à média dos sectores (12%); 69% têm cinco ou menos funcionários pagos; 15%, entre seis e catorze pessoas e as restantes quinze e mais. Entre as iniciativas que têm pessoal remunerado, o grau de conhecimentos relacionados com a imigração e a legislação na área dos direitos dos imigrantes e das condições de entrada, permanência e expulsão do território nacional, parece ser elevado, tal como os níveis de educação geral, tendo mais de 90% do pessoal uma licenciatura (com base numa taxa de não resposta de 22%). Reflectindo uma fragilidade que se pode considerar transversal a todos os sectores, mais de 40% das iniciativas não têm voluntários e 36% têm menos de cinco. Deste modo, será recomendável a criação de programas de voluntariado que possam reforçar este sector.

Fig. 4.2 Iniciativas Segundo o Número de Trabalhadores Remunerados e de Voluntários



Em termos de formação especializada, 12% das iniciativas afirmaram que o seu pessoal não tinha participado em qualquer acção de formação nos últimos dois anos. No entanto, entre as outras iniciativas com respostas válidas, 60% referiram que os respectivos técnicos frequentaram entre uma e quatro acções de formação e, as restantes, cinco ou mais. De registar ainda que a taxa de não respostas a esta questão foi de 22%.

Público-alvo

Estas iniciativas destinam-se fundamentalmente a apoiar a população imigrante. Efectivamente, 38% dos projectos deste sector, em contraste com 45% para o total geral, têm um público-alvo totalmente constituído por imigrantes; em 42% dos casos, os residentes estrangeiros e os seus descendentes representam entre 50 e 99% dos utentes e, em 16% das situações, entre 10 e 50%, ao passo que em menos de 4% o público-alvo é composto por menos de 10% de imigrantes. A taxa de não respostas a esta pergunta foi de 11%.

Estes resultados correspondem, em larga medida, às expectativas dos promotores das iniciativas: o número de beneficiários imigrantes é igual em quase 60%, superior em mais de um terço e inferior ao esperado em 8% dos casos. De referir ainda que 53% dos projectos oferecem acções de formação durante o período pós-laboral, 28% no período de trabalho e, as restantes (11%), em ambos os períodos.

Descrição das Iniciativas

As iniciativas que se seguem encontram-se divididas em cinco agregados principais, organizados conforme a sua esfera de actuação primordial e princípios orientadores: A) formação e acesso às novas Tecnologias de Informação; B) formação profissional e educação não formal; C) encaminhamento e disponibilização de

formação profissional, bem como de informação, apoio e orientação na procura de emprego; D) formação e colocação dos imigrantes no mercado de trabalho e sensibilização de potenciais empregadores para o contributo destes; E) promoção da igualdade de oportunidades e inserção social/profissional das mulheres.

A) Formação e Acesso às novas Tecnologias de Informação

Iniciativa: *Projecto Clique Tic*

Entidade(s): Associação para o Planeamento da Família

Outros sectores envolvidos: Saúde, Informação

Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto

Data: Novembro 2003 - Dezembro 2007

Fonte de financiamento: Estado

Percentagem de imigrantes: 70 % da população-alvo

Objectivo: Promover a inclusão pela capacitação das pessoas para trabalhar na área das novas tecnologias.

Modo de funcionamento: Os cursos de formação em Word e Internet apresentam-se como veículo para o desenvolvimento de relações interpessoais, concorrendo para a igualdade de acesso às oportunidades. Ao ser facilitada formação e informação, agiliza-se a integração sócio-profissional dos imigrantes.

Iniciativa: *FIC – Módulo de Competências Básicas em Tecnologia de Informação*

Entidade(s): Socialis-Associação de Solidariedade Social e ACIDI, I.P.

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto

Data: Janeiro 2005 - Março 2007

Fonte de financiamento: Estado

Percentagem de imigrantes: 40 % da população-alvo

Objectivo: Formar e desenvolver competências básicas em tecnologias de informação para a população em geral.

Modo de funcionamento: Formação de 12 horas que incluem Introdução ao Windows, Word e Internet. Para estas aulas, a Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação forneceu uma instrutora credenciada. Foram igualmente entregues manuais de formação e, no final, diplomas de certificação.

O CLAIL da Maia está sedado na Socialis, pelo que o técnico do CLAIL participa nas reuniões de todas as actividades da Associação e faz a divulgação das actividades desta junto da população imigrante. Partiu da instituição a sensibilidade para contratar técnicos da área da psicologia para um maior apoio e acompanhamento dos imigrantes.

Iniciativa: *Ciberespaço da Cova da Moura*

Entidade(s): Associação de Solidariedade Social da Cova da Moura

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - LVT Concelho - Amadora

Data: Março 2004 - Dezembro 2007

Fonte de financiamento: Estado

Percentagem de imigrantes: 90 % da população-alvo

Objectivo: Formar e aumentar as competências das crianças/jovens/adultos e idosos do Bairro Alto da Cova da Moura e das áreas envolventes ao nível das TIC, de forma a aumentar o número de pessoas e condições de acesso à Informática e à Internet.

Modo de funcionamento: Criação de um Ciberespaço no Bairro Alto da Cova da Moura, no âmbito da candidatura ao Programa POS_Conhecimento. O espaço encontra-se aberto durante o dia e a toda a comunidade, onde é dada formação com certificação e para fazer uso pessoal e acesso à Internet. Muitos jovens utilizam este espaço para fazer trabalhos escolares, pois não dispõem de um computador.

Iniciativa: POSI - Criação de Espaços Públicos de Acesso à Internet

Entidade(s): CM Montemor-o-Velho

Outros sectores envolvidos: Informação, Ensino

Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Montemor-o-Velho

Data: Janeiro 2001 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Estado

Percentagem de imigrantes: 35 % da população-alvo

Objectivo: Combater a exclusão informática e operacionalizar a sociedade para a informação, interligando-a com o gosto pela cultura e pesquisa científica.

Modo de funcionamento: Pelo reconhecimento da necessidade de se desenvolverem competências que suportem o progresso e a expansão da sociedade da informação, tanto através de programas de formação avançada, como de projectos de investigação e desenvolvimento, desenvolvem-se neste eixo três linhas de acção - a disponibilização de sistemas de certificação de competências, a concessão de bolsas de formação avançada e o aumento da capacidade de investigação e inovação nas tecnologias da informação e da comunicação e noutras áreas específicas que também suportam a sociedade da informação, inclusivamente do âmbito das ciências sociais e humanas.

B) Formação Profissional e Educação Não Formal

Iniciativa: D.A.R. à Costa - Tr@nsFormArte

Entidade(s): PROFORMAR - Centro de Formação de Almada Ocidental

Outros sectores envolvidos: Informação, Ensino, Saúde, Cultura/Sensibilização, Juventude

Localização: Região - LVT Concelho - Almada

Data: 2006 - 2009

Fonte de financiamento: Estado

Percentagem de imigrantes: 80 % da população-alvo

Objectivo: Dinamizar um projecto com vertentes formais e não formais de âmbito educativo, formativo, psicossocial e cultural, promovendo o desenvolvimento local, de modo persistente, reflectido e dedicado, visando a inclusão escolar, profissional, familiar e comunitária de crianças, jovens, adultos e respectivas famílias, de contextos sócio-económicos desfavorecidos e problemáticos.

Modo de funcionamento: O projecto D.A.R. à Costa - T@nsFormArte tem como missão redimensionar o indivíduo como pessoa-recurso, na Arte de (se) transformar, nas vertentes psico-social, comunicacional, relacional, tecnológica e artística, construindo competências em Literacia, Numeracia, TICs, Cidadania e Profissionalidade, Criatividade e Inovação.

Iniciativa: Projecto Geração/Oportunidade

Entidade(s): CM Amadora, Fundação Calouste Gulbenkian, ACIDI, I.P. e parceiros no terreno

Outros sectores envolvidos: Saúde, Cultura/Sensibilização, Juventude, Aconselhamento Jurídico

Localização: Região - LVT Concelho - Amadora

Data: Outubro 2005 - Dezembro 2007

Fonte de financiamento: Autarquia/Fundação Calouste Gulbenkian/UE

Percentagem de imigrantes: 63 % da população-alvo

Objectivo: Prevenir o absentismo e abandono escolar e outros factores de exclusão social e envolver crianças/jovens em percursos de educação, formação e emprego que lhes proporcionem oportunidades de vida mais aliciantes.

Modo de funcionamento: O Projecto abrange não apenas residentes no bairro de realojamento do Casal da Boba, mas também alunos das escolas do Bairro. O Projecto assenta numa rede abrangente e diversificada de parceiros instalados no bairro, munidos de equipamentos sócio-culturais e escolares. O projecto pretende combater factores de exclusão e auto-exclusão em domínios tão vastos como na escolarização, formação, empregabilidade, ocupação de tempos livres, assim como, na saúde, mediação com os residentes (equipas de mediadores) e na prevenção de comportamentos desviantes.

Iniciativa: *Projecto “Renovar as Origens”*
Entidade(s): Associação Integrar
Outros sectores envolvidos: Ensino, Desporto, Juventude, Informação, Serviços Sociais
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Coimbra
Data: Dezembro 2006 - Novembro 2009
Fonte de financiamento: Estado (Programa Escolhas)
Percentagem de imigrantes: 35 % da população-alvo
Objectivo: Promover a inserção e a integração social e escolar das crianças e jovens descendentes de imigrantes ou minorias étnicas; proporcionar a melhoria da sua qualidade de vida; promover a aquisição de competências básicas potenciadoras da inclusão social, formativa ou profissional dos destinatários.
Modo de funcionamento: Este projecto vem dar continuidade ao trabalho levado a cabo no âmbito do Projecto Origens, em que se deu prioridade à aquisição de competências. No Projecto “Renovar as Origens” esta não deixa de ser uma preocupação, mas o enfoque recai sobre a aplicação dos conhecimentos adquiridos pela via da inserção formativa ou profissional. As actividades planeadas são: animação comunitária; gabinete de apoio e mediação; programa pré-profissional/formação; actividade de suporte à funcionalidade; formação ao nível das TIC; apoio à inclusão escolar; promoção motivação e acompanhamento e promoção da higiene pessoal. Actualmente há uma turma de cinco imigrantes romenos a frequentar aulas de português.

C) Encaminhamento e disponibilização de formação profissional, bem como de informação escolar/profissional, apoio e orientação na procura de emprego

Dentro deste grupo encontram-se os CACI, Centros de Apoio ao Conhecimento e Integração, cujo objectivo é promover a inclusão social e o desenvolvimento comunitário de todos os cidadãos de forma descentralizada, contextualizada, partilhada e tecnicamente qualificada. Os CACI são estruturas locais de apoio à população no processo de integração biopsicossocial e profissional, proporcionando mais e melhores condições de acesso à empregabilidade. Integra-se aqui a população à procura do primeiro emprego, desempregada, em risco de desemprego e também os excluídos ou em risco de exclusão, independentemente das qualificações escolares e profissionais. Os CACI estão, por conseguinte, vocacionados para aumentar o empowerment e as competências pessoais, técnicas e sociais da população alvo, através da orientação escolar/profissional de um técnico. É fornecido atendimento personalizado e adequado às necessidades do utente, bem como um acesso fácil, útil e gratuito a todo o tipo de informação e serviços de emprego, formação, voluntariado, estágios e cidadania, pelo recurso ao Portal de Emprego totalmente gratuito, tanto para os candidatos como para as entidades empregadoras/formadoras. Nos CACI é possível obter orientações importantes sobre técnicas de procura e criação de emprego, elaboração e áreas para colocação do CV dos candidatos, cartas de candidatura, preparação para entrevistas, conhecimento e participação em várias actividades (encontros temáticos, workshops, entre outros).

Iniciativa: *Centro de Apoio ao Conhecimento e Integração*
Entidade(s): CM Vila Franca de Xira
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - LVT Concelho - Vila Franca de Xira
Data: Outubro 2006 - Dezembro 2007
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: .

Iniciativa: *Centro de Apoio ao Conhecimento e à Integração de Coruche*

Entidade(s): CM Coruche

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - LVT Concelho - Coruche

Data: Janeiro 2006 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 5 % da população-alvo

Iniciativa: *Centro de Apoio ao Conhecimento e Integração-Portal de Emprego*

Entidade(s): Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar - ANJAF

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - Algarve Concelho - S. Brás de Alportel

Data: 2007

Fonte de financiamento: UE

Percentagem de imigrantes: 13 % da população-alvo

Objectivo: Apoiar a população do Concelho de São Brás de Alportel e concelhos limítrofes no acesso à vida activa.

Modo de funcionamento: A ANJAF disponibiliza também cursos de formação contínua onde a comunidade pode inscrever-se e manifestar o seu interesse em desenvolver conhecimentos numa área específica.

Iniciativa: *Crescer Cidadão*

Entidade(s): Associação Nacional de Jovens para a Acção Social

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Aveiro

Data: Julho 2005 - Junho 2006

Fonte de financiamento: UE

Percentagem de imigrantes: 15 % da população-alvo

Objectivo: Incentivar à utilização do Portal de Emprego como uma mais valia, apoiar a população no acesso à vida activa.

Iniciativa: *Espaço-Emprego*

Entidade(s): Junta Freguesia de Monte Abraão

Outros sectores envolvidos: Ensino, Aconselhamento Jurídico

Localização: Região - LVT Concelho - Sintra

Data: 2006 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia/Privado

Percentagem de imigrantes: 70 % da população-alvo

Objectivo: Informar a população sobre oportunidades de emprego, formação profissional e apoiar na elaboração de cartas de apresentação e curriculum vitae.

Modo de funcionamento: No âmbito da intervenção efectivada no Espaço-Emprego, foi estabelecida uma parceria com o Centro de Estudos de Queluz, entidade que lecciona os cursos de inglês e português para estrangeiros. Os utentes acompanhados no Espaço-Emprego foram encaminhados para o Centro de Emprego, integrados em Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, empresas de trabalho temporário, Junta de Freguesia enquanto entidade empregadora, articulação directa com entidades privadas para contrato laboral.

Iniciativa: *Preparação para a Vida Activa*
Entidade(s): Centro de Acolhimento João Paulo II
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Coimbra
Data: Janeiro 2007 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 85 % da população-alvo
Objectivo: Apoiar e preparar cada indivíduo para a inserção no mercado de trabalho.
Modo de funcionamento: A preparação para a vida activa passa por um apoio à elaboração de cv, de cartas de candidaturas, preparação para entrevistas, consulta diária de jornais, contactos com empregadores, acompanhamento do processo de inserção na vida activa através de informação profissional e legislação laboral, bem como por uma interacção com os agentes locais e informação sobre formação profissional (cursos e estágios). Apoiar ainda nos processos de conflitos laborais, accionando os mecanismos necessários sempre que as regras do contrato não sejam observadas pelas empresas, por forma a promover a defesa dos direitos do trabalhador imigrante.

Iniciativa: *Centro Novas Oportunidades*
Entidade(s): Santa Casa Misericórdia de Lisboa
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Janeiro 2004 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: UE
Percentagem de imigrantes: 20 % da população-alvo
Objectivo: Orientar os adultos com qualificação escolar (ensino secundário) para o percurso educativo/formativo/RVCC mais adequado com vista ao aumento da sua qualificação escolar.
Modo de funcionamento: No que respeita à educação e formação de adultos, em especial, o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de competências, vem reforçar a visão positiva de uma prática integradora relativamente à qualificação escolar, na medida em que, a metodologia que sustenta o processo de reconhecimento - História de Vida - assenta na desocultação de competências através da exploração das experiências pessoais, profissionais e sociais vividas por cada um (um processo individualizado, dinâmico e constante adaptação), respeitando sempre os valores culturais do candidato.

Iniciativa: *Serviço de Orientação, Formação e Inserção Profissional*
Entidade(s): Santa Casa Misericórdia de Lisboa
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: 1994 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado/UE
Percentagem de imigrantes: 31 % da população-alvo
Objectivo: Intervir em três domínios: acolhimento e informação, orientação e aconselhamento, e educação/formação.
Modo de funcionamento: 1) Acolhimento e Informação: apoio individualizado, desenvolvimento da participação e da motivação de adultos para se mobilizarem em torno de projectos pessoais de vida; acesso à informação organizada e actualizada de ofertas de formação e emprego disponíveis, promovidas pela SCML e por outros operadores de formação e/ou emprego na área da Grande Lisboa. 2) Orientação e Aconselhamento: promoção de um processo de auto-conhecimento, tornando claro, quais os interesses, atitudes e valores, que estão na base da definição de um projecto pessoal. 3) Educação/Formação: conjunto diversificado e complementar de ofertas de formação, em várias modalidades e níveis, que permitam fazer opções de percursos com base no reconhecimento e validação das competências adquiridas.

Iniciativa: *Programa Migrações e Igualdade de Oportunidades*
Entidade(s): UCCLA - União de Cidades Capitais Língua Portuguesa
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Janeiro 2000 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado/UE/Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 84 % da população-alvo
Objectivo: Promover a cidadania e a igualdade de oportunidades pelo acesso à informação, emprego, formação e educação. Afirmar o papel das migrações no desenvolvimento das sociedades.
Modo de funcionamento: Segundo a UCCLA, o trabalho desenvolvido com todas estas pessoas não se esgotou na procura de emprego, educação, formação e melhoria das condições de empregabilidade. As questões trabalhadas constituíram-se enquanto capacidade de cidadania e igualdade de oportunidades. Ao reconhecer a riqueza intrínseca de todas as histórias transmitidas na primeira pessoa, pretende-se também partilhar a experiência da diversidade cultural e a vivência da igualdade e justiça social com a sociedade civil portuguesa. Por esse motivo, há o cuidado de apresentar estudos e experiências de trabalho, bem como de trabalhar em rede com entidades e pessoas. O princípio orientador de base é que as migrações constituem uma mais-valia no desenvolvimento das sociedades.

Iniciativa: *UNIVA- DAR Oportunidades*
Entidade(s): União da Associação de Pais do Agrupamento Vertical de Escolas da Caparica
Outros sectores envolvidos: Ensino, Serviços Sociais
Localização: Região - LVT Concelho - Almada
Data: 2007 - 2010
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: 70 % da população-alvo
Objectivo: Contribuir para: a) acolhimento, informação e orientação profissional e ou escolar aos jovens, visando a sua integração na vida activa, apoiando-os na definição do percurso formativo e profissional; b) colocação de jovens e o acompanhamento da sua inserção na vida activa; c) apoio à frequência de estágios e cursos de formação profissional e a promoção de outras formas de contacto com o mercado de trabalho; d) recolha e divulgação de ofertas de emprego e de formação profissional e a promoção de contactos regulares com as empresas e outras entidades situadas no mundo do trabalho.
Modo de funcionamento: A UNIVA procura prestar serviço de acolhimento, informação e orientação profissional a toda a comunidade, em especial a jovens e adultos, no sentido de facilitar a resolução dos seus problemas de inserção ou reinserção profissional, em cooperação com os centros de emprego e outros centros de novas oportunidades. Organizam-se, paralelamente, cursos de matemática, TIC, iniciação de inglês e de técnicas de procura de emprego, bem como se auxilia na elaboração de CV, cartas de apresentação e preparação de entrevistas. Verifica-se a necessidade de melhorar a articulação funcional entre escolas, outras instituições de formação, empresas, com o intuito de criar uma bolsa de formação para diferentes faixas etárias da população.

Iniciativa: *UNIVA Kcitar (Rede UNIVA Imigrante)*
Entidade(s): Associação de Jardins-Escola João de Deus
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - LVT Concelho - Amadora
Data: Março 2007 - Março 2010
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: 90 % da população-alvo
Objectivo: Inserir na Vida Activa (Emprego e Formação Profissional) e apoiar na regularização da documentação dos imigrantes, seus descendentes e minorias étnicas.
Modo de funcionamento: Os serviços disponibilizados na área do Emprego passam pela divulgação de ofertas de emprego, encaminhamento para entrevistas e para o Centro de Emprego, formação a nível de técnicas de procura de emprego, disponibilização de telefone para contactos relativos a emprego através de um acompanhamento dos utentes, informação sobre direitos dos trabalhadores e apoio nas queixas contra entidades empregadoras que não cumpram a legislação laboral em vigor, por razões de discriminação racial ou outra. Presta ainda informação ao nível das leis de imigração e pedidos de nacionalidade portuguesa em articulação com o CNAI e encaminhamentos para serviços competentes.

Iniciativa: *UNIVA - Percurso Activo*
Entidade(s): Associação Luso-CaboVerdiana de Sintra
Outros sectores envolvidos: Informação, Juventude
Localização: Região - LVT Concelho - Sintra
Data: Abril 2007 - Abril 2009
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: 80 % da população-alvo
Objectivo: Apoiar a população local na procura de uma solução ocupacional, profissional ou formativa.
Modo de funcionamento: O projecto prevê ajudar a encontrar uma solução ocupacional para jovens que abandonaram precocemente o sistema de ensino, ajudar as pessoas a melhorarem a sua condição de empregabilidade, encaminhando-os para acções de formação e ajudando-os a terem colocações através do IEFP ou directamente nas empresas.

Iniciativa: *UNIVA*
Entidade(s): Serviço Jesuíta aos Refugiados
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - País inteiro Concelho - País inteiro
Data: Abril 2007 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Apoiar jovens e adultos imigrantes na resolução dos seus problemas de inserção ou reinserção profissional.
Modo de funcionamento: A UNIVA resulta da parceria entre o IEFP e o ACIDI, I.P. e visa contribuir para a diminuição de barreiras e facilitar a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho e à formação. Através da UNIVA os imigrantes têm apoio na procura de emprego, são informados acerca dos locais onde podem procurar emprego, podendo, ainda, consultar jornais, aprender a analisar e a responder aos anúncios de emprego, a elaborar cartas de apresentação, de candidatura, na elaboração de um currículo e na preparação para uma entrevista de emprego. No funcionamento da UNIVA destaca-se a relação que se tem estabelecido entre imigrantes e empregadores, pois a ajuda dos empregadores dá resposta à procura de trabalho pelos imigrantes e, desta forma, promove a sua integração.

Iniciativa: Gabinete de Apoio ao Estudante
Entidade(s): Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária
Outros sectores envolvidos: Informação, Cultura/Sensibilização, Juventude, Habitação, Serviços Sociais
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: 2007 - 2009
Fonte de financiamento: Estado/Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Contribuir para uma integração digna e estável dos estudantes africanos a nível académico, social, cultural e pessoal; facilitar a integração profissional dos estudantes lusófonos em Portugal e o retorno aos seus países de origem; promover e valorizar o diálogo intercultural através do incentivo ao intercâmbio pessoal e cultural entre estudantes.
Modo de funcionamento: Acompanhamento individualizado nas várias dimensões da vida do estudante, procurando com estes, numa abordagem capacitadora e respeitadora da sua dignidade, soluções para os seus problemas. Através de uma Unidade de Inserção na Vida Activa na sede do ISU, procede-se ao apoio dos estudantes na sua inserção profissional, ajudando-os a responder a anúncios de emprego, a elaborar CV e cartas de apresentação, bem como a preparar o estudante para uma entrevista de emprego. Paralelamente, sensibiliza-se os empregadores para a qualificação alcançada pelos estudantes, suas competências e potencialidades no emprego. Realizam-se ainda acções/cursos de formação em voluntariado, cidadania e empregabilidade. A divulgação do gabinete é feita junto das entidades congregadoras dos estudantes, como associações de estudantes das universidades e dos países, associações de imigrantes, embaixadas, universidades, entidades bolsieras, residências universitárias, e entidades para as quais o GAE reencaminha os estudantes, numa perspectiva de complementaridade e de trabalho em rede, no caso de o ISU não conseguir responder às necessidades/problemas identificados pelos estudantes.

Iniciativa: *Acolhimento e Inscrições para Emprego*
Entidade(s): IEFP - Centro de Emprego de Sintra
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - LVT Concelho - Sintra
Data:
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes:
Objectivo: Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego; reforçar a educação e qualificação da população.
Modo de funcionamento: O Centro apoia na procura de emprego, informa sobre estágios profissionais, disponibiliza informações gerais aos cidadãos estrangeiros e entidades patronais, em matéria de legislação laboral, nomeadamente no que toca à contratação de estrangeiros e trâmites legais a cumprir para regularização das situações contributivas, entre outras.

Iniciativa: *Apresentações Quinzenais*
Entidade(s): Junta Freguesia de Portimão
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Algarve Concelho - Portimão
Data: Janeiro 2007 - 2010
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: 15 % da população-alvo
Objectivo: Facultar um espaço informatizado para as apresentações quinzenais, no âmbito do novo quadro legal para a prestação de subsídio de desemprego, enquadrado pelo protocolo assinado com o IEFP.
Modo de funcionamento: A protecção no desemprego é um dos pilares do sistema de protecção social e o enquadramento legal que o rege foi recentemente alterado, no sentido desta prestação social reflectir a alteração de funcionamento dos mercados e os desafios que são colocados aos sistemas de protecção social. Neste âmbito, o cumprimento do dever de procura activa e a obrigação de apresentação quinzenal, são duas das componentes necessárias para integração no mercado de trabalho, dos beneficiários da prestação. Nesse sentido a Junta de Freguesia de Portimão foi chamada a aceitar o desafio, através de um serviço célere que compreende dois momentos: a apresentação quinzenal e a facultação de propostas de trabalhos existentes no mercado de emprego local e não só, existentes nos meios de comunicação social e no netEmprego.

D) Qualificação e colocação dos imigrantes no mercado de trabalho e sensibilização dos potenciais empregadores para o contributo e mais valias destes

Iniciativa: *Ponto Imigrante-Apoio Local à Imigração*
Entidade(s): LUSOTEMP-Empresa de Trabalho Temporário e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos: Ensino, Habitação, Informação, Aconselhamento Jurídico
Localização: Região - LVT Concelho - Oeiras
Data: Novembro 2006 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Privado
Percentagem de imigrantes: 95 % da população-alvo
Objectivo: Integrar social e profissionalmente os imigrantes, através da empregabilidade, qualificação, competitividade e responsabilidade social.
Modo de funcionamento: Cursos de língua portuguesa e estrangeiras, segurança e higiene no trabalho, hotelaria e restauração. Para além da LUSOTEMP ser uma entidade empregadora de imigrantes, apoia e acompanha os candidatos na procura de emprego e encaminha os mesmos para centros de empregos e UNIVAS, entre outros. Prestam-se informações relativas a processos de regularização, nacionalidade, reagrupamento familiar, emprego, formação profissional e saúde, com acompanhamento jurídico e reencaminhamento das situações caso seja necessário. A LUSOTEMP considera como factores estratégicos de sucesso para uma empresa a forte preocupação na humanização das relações, o respeito pela diversidade de culturas e a integração de imigrantes, sendo este um pressuposto elementar na busca da competitividade e excelência das empresas.

Iniciativa: *FIC - Formar, Integrar e Competir*
Entidade(s): Walker Consultores e parceiros
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Outros Concelho - Norte e Centro do país
Data: Novembro 2005 - Dezembro 2007
Fonte de financiamento: Estado/UE
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Integrar em termos sociais e laborais os imigrantes do Leste europeu no mercado de trabalho português e, paralelamente, reforçar a competitividade das empresas portuguesas, utilizando mão-de-obra qualificada disponível.
Como funciona a iniciativa: A Walker Consultores, sediada no Porto, coordena o projecto, sendo que as suas atribuições incluem a escolha das entidades parceiras com base nas áreas de competência e localização geográfica e a disponibilização profissional, através de uma bolsa de emprego, dos imigrantes formados. Paralelamente aos cursos de formação, o FIC actua na área da sensibilização de empregadores em Portugal. As entidades especificamente protocoladas são a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o Banco Espírito Santo, a Associação Nacional de Direito ao Crédito, o ACIDI, I.P. e Universidade de Évora (Gabinete Mendeliev), entre outros parceiros como associações empresariais/comerciais e instituições de solidariedade social.

Iniciativa: *FIC: Formar, Integrar e Competir – Módulo Língua Portuguesa e Cidadania*
Entidade(s): Socialis-Associação de Solidariedade Social e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto
Data: Abril 2006 - Dezembro 2007 (renovável)
Fonte de financiamento: Estado/UE
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Promover a integração empresarial de imigrantes de Leste, ministrando cursos de Língua Portuguesa e Cidadania
Modo de funcionamento: São desenvolvidas três medidas: 1) formação em Língua Portuguesa e Cidadania (processo de Balanço de Competências e teste de diagnóstico para avaliar o nível linguístico); 2) reorientação profissional (após a sua certificação em Língua Portuguesa e feito o levantamento/reconhecimento de competências pessoais e profissionais, estes imigrantes são inseridos numa bolsa de emprego); 3) sensibilização de empresas para a mais valia do trabalho dos imigrantes.

E) Promoção da igualdade de oportunidades e inserção social/profissional das mulheres

Iniciativa: *Formar para Inserir*

Entidade(s): CM Oeiras e Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento

Outros sectores envolvidos: Ensino, Género

Localização: Região - LVT Concelho - Oeiras

Data: Outubro 2007 - Novembro 2007

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes:

Objectivo: Motivar, informar e formar as mulheres ciganas e imigrantes, com dificuldades de inserção social e profissional, tendo em vista a sua (re)inserção na vida quotidiana.

Modo de funcionamento: As actividades organizadas no Bairro dos Navegadores permitem, não apenas definir os centros de interesse, mas também visualizar as representações que têm dos diferentes aspectos da vida quotidiana. Esta acção de formação foi pensada porque as mulheres (quer as adultas quer as jovens, muitas delas com responsabilidades familiares e desempregadas ou com trabalhos precários) são um dos grupos relativamente ao qual estão diagnosticadas necessidades de reforçar conhecimentos e capacidades para conseguir autonomia financeira e inserção social. Esta formação pretende abranger questões que promovam uma melhor capacidade de gerir o dia-a-dia de uma forma mais confiante e pró-activa, ajudando a enfrentar os pequenos/grandes problemas que as rotinas de organização pessoal, da casa e da família impõem. São, ainda, abordados aspectos relacionados com a leitura e escrita criativas, a cidadania e empregabilidade.

Iniciativa: *Espaço Informação Mulher*

Entidade(s): CM Sintra

Outros sectores envolvidos: Informação, Direitos Humanos, Género

Localização: Região - LVT Concelho - Sintra

Data: 1996 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 50 % da população-alvo

Objectivo: Contribuir para a promoção das mulheres e a igualdade entre géneros

Modo de funcionamento: As principais áreas de intervenção passam pelo encaminhamento para formação e ofertas de emprego e o atendimento/acompanhamento em psicologia em caso de ocorrência de violência doméstica. De uma forma geral, quase 50% dos utentes são imigrantes dos PALOP e do Brasil, pelo que o Serviço procura responder a necessidades específicas desta população, como o encaminhamento das situações de regularização da permanência e de pedidos de habitação.

Iniciativa: *Mãos Seguras*

Entidade(s): SOLIM - Associação Solidariedade Imigrante e STAD –Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares

Outros sectores envolvidos: Informação, Género

Localização:

Data: Julho 2006 - Abril 2007

Fonte de financiamento: Fundação

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Conhecer melhor a situação de mulheres imigrantes em serviço doméstico e influenciar as políticas de trabalho governamentais.

Modo de funcionamento: Estudo “Mãos Seguras” foi levado a cabo em parceria com o STAD (Sindicato de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Domésticas). O CESIS fez a parte estatística, com base nos 184 formulários recolhidos. Paralelamente, tinham lugar reuniões com as mulheres imigrantes em serviço doméstico para falar dos problemas que surgiam e como podiam ser resolvidos.

Iniciativa: *Programa de Promoção Social dos Ciganos*

Entidade(s): Santa Casa Misericórdia de Lisboa

Outros sectores envolvidos: Informação, Ensino, Saúde

Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa

Data: - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes: 28 % da população-alvo

Objectivo: Promover a integração sócio-económica da comunidade cigana e outras minorias étnicas.

Modo de funcionamento: Este programa disponibiliza disciplinas tão variadas como Viver em Português, Matemática, Tecnologias da Informação e Comunicação, Ciências Físicas e Naturais, Segurança e Higiene no Trabalho, Formação Cívica, Língua Estrangeira e Desenho, entre outras. Os domínios dos cursos de formação profissional vão desde carpintaria, pastelaria, costura a cozinha. O PPSCiganos atribui entre outras regalias, uma bolsa de formação e o passe social para os formandos se deslocarem para o Centro Multicultural de Formação. Finalizado o percurso formativo, por vezes surgem dificuldades ao nível da colocação imediata dos formandos no mercado de trabalho. Este obstáculo é ultrapassado através do acompanhamento após a formação a cargo dos técnicos de serviço social do PPSC. No caso específico dos imigrantes, o PPSCiganos aceita as inscrições possuindo documentação temporária, acompanhando o processo do formando tendo em vista a sua legalização, factor esse essencial numa possível colocação profissional. Além dos planos curriculares já descritos é desenvolvida a área de formação denominada Pré-Profissionalização, destinada aos mais jovens (12 aos 15 anos). Nesta área de formação específica, os formandos desenvolvem competências, ao mesmo tempo que fazem a sua adaptação ao espaço de formação, às regras de funcionamento e nas relações com os demais formandos e formadores. Este percurso tem como objectivo central a transição dos formandos para os cursos de formação profissional mencionados anteriormente. Na área da saúde presta-se apoio psicológico e informativo a imigrantes documentados e indocumentados.

As seguintes iniciativas actuam também no sector da Formação Profissional:

- *A Arte pela Globalização:* Espaço t
- *Acolher e Ajudar Também é Amar:* Centro Padre Alves Correia
- *Acolhimento e Integração do Imigrante:* CM Odivelas e ACIDI, I.P.
- *Agência para a Vida Local:* CM Valongo
- *Aqualva Acolhe:* Junta Freguesia de Aqualva
- *ANOS KI TA MANDA:* Associação de Jardins-Escola João de Deus
- *Apoio a Imigrantes:* Cáritas Diocesana da Guarda
- *Apoio à Integração de Imigrantes:* CM Vila Franca de Xira e ACIDI, I.P.
- *Atendimento de Imigrantes:* Cruz Vermelha Portuguesa de Vila Real de Sto. António e ACIDI, I.P.
- *Atendimento e Encaminhamento da População Imigrante:* Associação da Comunidade Imigrante Romena e Moldava do Alentejo
- *Aulas de Línguas:* SOLIM- Associação Solidariedade Imigrante
- *Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante:* CRESAÇOR - Cooperativa Regional de Economia Solidária
- *Centro Pedro Arrupe:* Serviço Jesuíta aos Refugiados
- *Centro S. Pedro Claver:* Leigos para o Desenvolvimento
- *Ciclo Formativo "Formar para Integrar - Migrações e Interterritorialidade":* CM Óbidos
- *Consulta do Migrante:* Núcleo de Psiquiatria Transcultural do Hospital Miguel Bombarda e Associação Portuguesa de Psicologia e Psiquiatria Transcultural
- *Curso de Português para Imigrantes:* Coordenação Educativa de Bragança
- *Cursos de Português como Segunda Língua, Acções Saber +:* MAPS - Movimento de Apoio à Problemática da Sida
- *Cursos Livres para Imigrantes - Língua Portuguesa, Informática e Empreendedorismo:* Direcção Regional das Comunidades dos Açores
- *Gabinete de Acção Comunitária (GAC/CLAII de Aveiro):* Centro Social Paroquial de Vera Cruz e ACIDI, I.P.

- *Gabinete de Apoio ao Cidadão*: Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar
- *Grupo Imigração e Saúde*: Maria Cristina Santinho e Grupo de Coordenação
- *Humanus CAM*: Associação Humanidades, APF - Associação para o Planeamento da Família, CIG – Comissão para a Igualdade de Género, Hospital Júlio de Matos, Perfil - Psicologia e Trabalho, Lda, e SCMA – Santa Casa da Misericórdia de Albufeira
- *Integração de Profissionais de Saúde*: Centro Hospitalar do Baixo Alentejo
- *Integração pela Participação*: Casa Seis - Associação para o Desenvolvimento Comunitário
- *Intervenção de Proximidade - Funcionamento de Três Pólos CLAll*: CM Oeiras e ACIDI, I.P.
- *Migrações e Desenvolvimento: A Dupla Oportunidade Norte-Sul*: INDE (Intercooperação e Desenvolvimento)
- *Observatório para as Dinâmicas Territoriais*: COMOIPREL - Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, CM Moura
- *Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal - Espaço Cidadania Seixal*: CM Seixal
- *Plano Integrado de Combate à Exclusão*: Fundação AMI
- *Português para Estrangeiros*: Agrupamento de Escolas Josefa d’Óbidos
- *PROGRIDE - Projecto Ser Mulher*: AMCV - Associação de Mulheres Contra a Violência
- *Projecto “Migrações e Desenvolvimento”*: Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas
- *Projecto Agir*: Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
- *Projecto de Apoio à Equivalência de Habilitações Académicas e Profissionais de Enfermeiros Imigrantes*: JRS – Serviço Jesuíta aos Refugiados, Hospital Fernando Fonseca Amadora-Sintra, Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil, Fundação Calouste Gulbenkian
- *Projecto de Apoio à Profissionalização de Médicos Imigrantes*: Fundação Gulbenkian e Serviço Jesuíta aos Refugiados
- *Projecto Sabura*: Associação Cultural Moinho da Juventude
- *Projecto Távola Redonda*: Junta Freguesia de Caneças, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças e consórcio
- *SPIN - Serviço de Proximidade e Informação*: CM Loures - Gabinete Assuntos Religiosos e Sociais Específicos
- *Tu Kontas*: CM Montijo e consórcio
- *Um Dia Diferente entre Iguais*: Instituto Português da Juventude de Setúbal

As seguintes iniciativas actuam também no sector do Emprego:

- *A Arte pela Globalização*: Espaço t
- *A Associação e o Bairro: Serviço de Apoio à Infância/Gabinete de Apoio à Família/ Realojamento*: Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude
- *Acolher e Ajudar Também É Amar*: Centro Padre Alves Correia
- *Acolhimento e Apoio aos Imigrantes*: Secretariado Diocesano das Migrações
- *Acolhimento e Integração de Imigrantes*: Cáritas Diocesana Viana do Castelo e ACIDI, I.P.
- *Agência para a Vida Local*: CM Valongo
- *Agualva Acolhe*: Junta Freguesia de Agualva
- *Anos Ka Ti Manda*: Associação de Jardins-Escola João de Deus
- *Apoio a Imigrantes*: Associação de Apoio ao Imigrante de S. Bernardo
- *Apoio a Imigrantes(Aulas de Português e Encaminhamentos Vários)*: Cáritas Diocesana da Guarda
- *Apoio à Integração de Imigrantes*: CM Vila Franca de Xira e ACIDI, I.P.
- *Apoio ao Imigrante*: Junta Freguesia da Ericeira
- *Apoio aos Sem-Abrigo*: Associação dos Albergues Nocturnos do Porto
- *Atendimento e Acolhimento de Imigrantes*: AMIGrante e ACIDI, I.P.
- *Atendimento e Acolhimento de Imigrantes*: CM Sintra e ACIDI, I.P.
- *Atendimento e Encaminhamento da População Imigrante*: Associação da Comunidade Imigrante Romena e Moldava do Alentejo
- *Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante*: CRESAÇOR - Cooperativa Regional de Economia Solidária
- *Centro de Alojamento Temporário “Farol”*: Cáritas Diocesana de Coimbra

- *Centro Pedro Arrupe*: JRS - Serviço Jesuíta aos Refugiados
- *Escolhas Saudáveis*: Associação Luso Caboverdeana de Sintra
- *Espaço Cidadania Lisboa*: ACIDI, I.P. e CM Lisboa
- *Fomento da Prática do Andebol*: CM Oeiras - Centro Comunitário do Alto da Loba
- *Gabinete de Apoio ao Cidadão*: Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar
- *Gabinete de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas*: CM Santarém
- *Humanus CAM*: Associação Humanidades, APF - Associação para o Planeamento da Família, CIG - Comissão para a Igualdade das Mulheres, Hospital Júlio de Matos, Perfil - Psicologia e Trabalho, Lda. e SCMA – Santa Casa da Misericórdia de Albufeira
- *Imigrantes no Ensino Superior: Multilinguismo, Multiculturalidade e Integração Social*: Universidade de Évora
- *Integração de Profissionais de Saúde*: Centro Hospitalar do Baixo Alentejo
- *Integração pela Participação*: Casa Seis - Associação para o Desenvolvimento Comunitário
- *Núcleo de Informação e Apoio ao Imigrante*: Cercipeniche
- *Observatório para as Dinâmicas Territoriais*: COMOIPREL - Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, CM Moura
- *Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal - Espaço Cidadania Seixal*: CM Seixal
- *PISCJA - Projecto de Inclusão Social de Crianças e Jovens do Armador*: Geração Adolescer - Associação para a Integração Psico-Social de Crianças e Jovens
- *Plano de Actividades 2007: Eventos; Apoio Psico-Social e de Reinserção na Vida Activa; Apoio e Orientação Fiscal; Orientação Jurídica*: Associação Mais Brasil
- *Plano Integrado de Combate à Exclusão*: Fundação AMI
- *Portal AIPA*: AIPA - Associação dos Imigrantes nos Açores
- *PROGRIDE - Projecto Ser Mulher*: MCV - Associação de Mulheres Contra a Violência
- *Projecto "Asas Pró Futuro"*: Cruz Vermelha Portuguesa de Águeda
- *Projecto "Migrações e Desenvolvimento"*: Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas
- *Projecto Agir*: Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
- *Projecto de Apoio à Equivalência de Habilitações Académicas e Profissionais de Enfermeiros Imigrantes*: SJR – Serviço Jesuíta aos Refugiados, Hospital Fernando Fonseca Amadora-Sintra, Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil, Fundação Calouste Gulbenkian
- *Projecto de Apoio à Profissionalização de Médicos Imigrantes*: Fundação Calouste Gulbenkian e JRS - Serviço Jesuíta aos Refugiados
- *Projecto Helène de Chappotin*: Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria
- *Projecto O Espaço, Desafios e Oportunidades*: Grupo de Aeromodelismo "Os Caças"
- *Projecto Porto Escondido*: Médicos do Mundo – Portugal
- *Projecto Raízes*: Junta de Freguesia de Monte Abraão
- *Projecto Sabura*: Associação Cultural Moinho da Juventude
- *Projecto Távola Redonda*: Junta Freguesia de Caneças, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças e consórcio
- *SIMM - Sensibilidade e Integração das Mulheres Migrantes no Caminho para a Igualdade de Oportunidade*: Associação de Solidariedade Internacional
- *Solidariedade Social*: Cáritas Diocesana Viana do Castelo e ACIDI, I.P.

SAÚDE

Apesar de tradicionalmente sofrer de falta de destaque nos estudos sobre migrações e no debate público, a temática da saúde dos imigrantes tem-se tornado uma questão progressivamente mais importante na agenda política da UE e de cada um dos seus Estados-Membros.

A saúde e a integração podem ser vistos como tendo uma relação dialéctica: se por um lado, a integração é imperativa para a prestação efectiva de cuidados de saúde, por outro, os imigrantes com problemas de saúde deparam-se potencialmente com um processo de integração dificultado devido ao risco de estigmatização. Importa referir, ainda, que este grupo poderá estar exposto a uma maior vulnerabilidade no que toca a doenças e problemas de saúde, dado o impacto das diferenças do meio ambiente físico e social, das culturas e hábitos, das barreiras linguísticas, das diferenças nos sistemas administrativos e legais, entre outros. Assim, o acesso aos serviços sociais e o estado de saúde destas populações tornam-se fundamentais indicadores de integração.

Este capítulo apresenta iniciativas com uma ampla variedade de objectivos, mas com o mesmo fim subjacente, que é o de promover a integração dos imigrantes através da melhoria das práticas e condições de acesso aos serviços de saúde, minimizando as potenciais barreiras legislativas, estruturais, organizativas, económicas, culturais e linguísticas. Em suma, estas iniciativas possibilitam a passagem de uma abordagem da saúde como um sistema não só disponível, mas, sobretudo, acessível aos imigrantes.

Enquadramento do Sector

Neste sector incluem-se 20 iniciativas, cuja actuação se relaciona principalmente com a área da saúde. Existem ainda mais 35 com uma acção relevante neste domínio, embora secundária, no conjunto das actividades que desenvolvem. Assim, em termos globais, referenciaram-se 55 iniciativas, independentemente de a saúde constituir ou não o foco principal da sua intervenção.

Entidades e fontes de financiamento

Quase dois terços (60%) das iniciativas são promovidos pelo terceiro sector (ONG, IPSS, Associações e organizações de carácter religioso), indicando que a percentagem representada pelo conjunto das instituições do terceiro sector é superior à média global, quase 16 pontos percentuais. As câmaras municipais são responsáveis pela execução de oito projectos (15%), embora tenham aqui um peso inferior ao que exercem na globalidade das iniciativas (24%). Identificaram-se ainda duas iniciativas promovidas por entidades do sector privado, quatro por organismos públicos da Administração Central e Regional, uma por um estabelecimento de ensino e apenas duas, em regime de parceria, com duas ou mais instituições e três situações não especificadas (Quadro 5.1).

Quadro 5.1 Tipo de Entidade Promotora das Iniciativas

Tipo de entidade	Nº	%
Sector público nacional	2	3.6
Sector público regional	2	3.6
Sector público local	8	14.5
Terceiro Sector	33	60.0
Sector privado	2	3.6
Escola	1	1.8
Universidades	-	-
Mistas (2 ou mais instituições)	4	7.3
Outras	3	5.5
Total	55	100.0

O Estado, principal financiador deste sector, suporta quase um terço das iniciativas individualmente e 26% em parceria com outras entidades, o que, quando comparado com os 22% e 12% encontrados, respectivamente, para a globalidade dos sectores e , torna evidente a maior dependência estatal, em termos de financiamento, do sector da saúde. Para além disso, considerando o Estado, autarquias e UE, verificamos que 64% das iniciativas dependem, de alguma forma, de financiamento público. No entanto, o peso do Estado é apenas ligeiramente superior ao observado para a média dos sectores (que se situa nos 57%), pois a contribuição das autarquias é aqui menos relevante (2%, aos quais se juntam outros 8% em regime de co-financiamento) do que na média dos sectores (15% e 6%, pela ordem indicada). Por outro lado, no domínio da saúde há uma maior percentagem de iniciativas financiadas pelo sector privado do que para o conjunto dos sectores, mais concretamente 17% e 7%, incluindo as situações de co-financiamento (Quadro 5.2).

Quadro 5.2 Iniciativas Segundo Fonte de Financiamento

Fontes de financiamento	Nº	%	% Respostas Válidas
Nenhuma	2	3.6	3.8
Orçamento da instituição	7	12.7	13.2
Autarquia	1	1.8	1.9
Privado	2	3.6	3.8
UE	2	3.6	3.8
Fundação	1	1.8	1.9
Estado	17	30.9	32.1
Três ou mais fontes	3	5.5	5.7
Outras	1	1.8	1.9
Estado e Autarquia	3	5.5	5.7
Estado e Privado	4	7.3	7.5
Estado e UE	2	3.6	3.8
Estado e orçam. Instit. Prom.	5	9.1	9.4
Autarquia e Privado	1	1.8	1.9
Autarquia e UE	-	-	-
Privado e orçamento Inst. Prom.	2	3.6	3.8
Total de respostas	53	96,4	100
NS/NR	2	3,6	-
Total	55	100	-

Distribuição geográfica e grupos-alvo

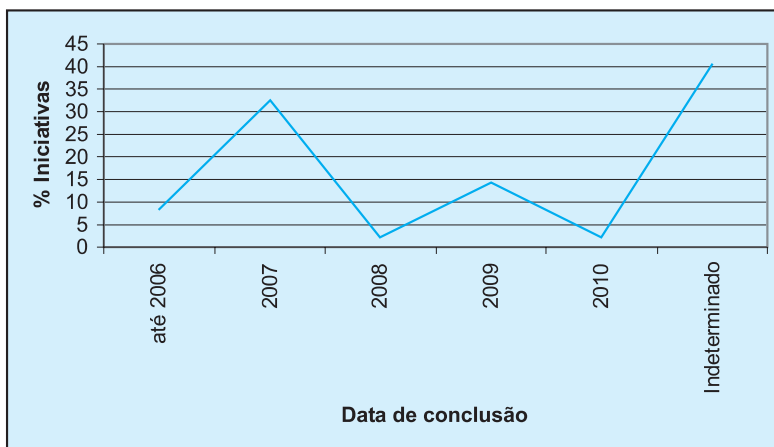
A distribuição geográfica das iniciativas corresponde, em larga medida, ao padrão nacional de estabelecimento dos imigrantes, localizando-se, mais de metade, na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Relativamente aos utentes, verifica-se que mais de três quartos das iniciativas abrangem imigrantes oriundos dos PALOP, 71% trabalham com imigrantes da Europa de Leste e ex-URSS (principalmente ucranianos e russos) e quase 60% com latino-americanos (a maioria brasileiros). Em menores proporções, 15% trabalham com imigrantes dos novos Estados da UE (designadamente romenos) e outros 10% com imigrantes de outros países da Ásia, outros países de África e do Sudeste Asiático, enquanto apenas uma iniciativa trabalha com a comunidade chinesa.

Datas de conclusão e Financiamento

Verificamos que dos projectos apresentados, 40% das iniciativas estarão concluídas até ao final de 2007, 16% até ao final de 2009, enquanto apenas uma se estenderá até 2010. Os restantes 40% não têm data de conclusão definida (percentagens calculadas excluindo as situações de não-resposta, que representam 12% do total).

Fig. 5.1 Percentagem de Iniciativas Segundo as Datas de Conclusão



Parcerias

Reflectindo a situação dos outros sectores, existe um elevado número de parcerias que envolvem instituições do terceiro sector e também do sector público. Mais de metade das iniciativas estão articuladas com ONG e outras associações, proporção que é quase 10% superior à média, e quase um terço trabalha com associações de imigrantes. Relativamente às parcerias com o sector público, quase 40% trabalha com o ACIDI, I.P./CNAI/CLAI ou com a respectiva câmara municipal. Dado o âmbito das iniciativas, 38%, ou seja, mais do dobro da proporção para o conjunto dos sectores, articula-se com o Ministério da Saúde (e unidades dependentes), 28% com o Ministério da Educação (e unidades dependentes) e, quase um quarto, com a Rede Social, isto mencionando apenas as parcerias mais significativas.

Obstáculos

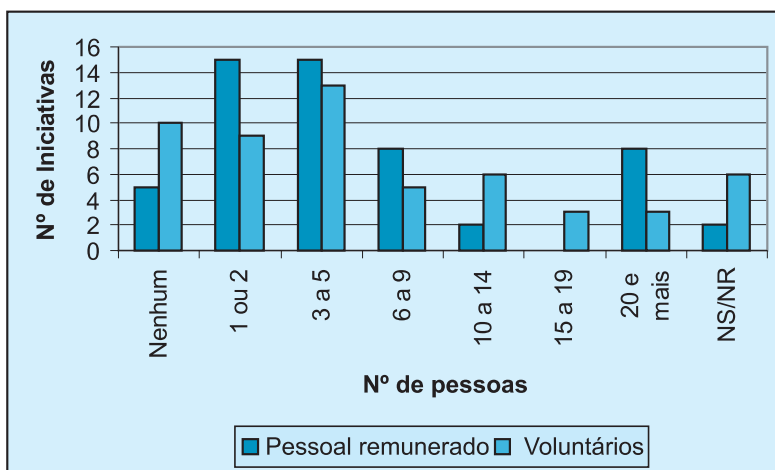
Os problemas específicos encontrados pelas iniciativas deste sector reflectem fortemente a situação geral, sofrendo, quase 60%, da falta de recursos materiais e, perto de 40%, da escassez de recursos humanos especializados. No entanto, 17% menciona barreiras linguísticas, proporção que é mais elevada do que a

média geral. Foram detectados ainda outros problemas mais residuais, relativos ao espaço disponível, à burocracia, à divulgação das actividades e à falta de interesse do público-alvo. Deve ainda salientar-se que 24% das iniciativas não responderam a esta questão, pelo que as dificuldades atrás indicadas se reportam apenas a três quartos das iniciativas com actividades relacionadas com a saúde.

Recursos Humanos

Em termos do volume de pessoal ao serviço, 9% das iniciativas não têm funcionários remunerados; 57% têm cinco ou menos funcionários, 19%, entre seis e catorze pessoas e, as restantes, quinze ou mais. Não obstante, um claro ponto forte deste sector é o facto de contar com uma participação do trabalho voluntário superior à média geral dos sectores: 80% das iniciativas dispõem de ajuda de voluntários, sendo a média transversal aos sectores de 58%.

Fig. 5.2 Número de Iniciativas Segundo o Número de Pessoas Remuneradas e de Voluntários



As habilitações escolares do pessoal remunerado acompanham a tendência observada para o total das iniciativas inventariadas, apesar de a percentagem de diplomados pelo ensino superior ser ligeiramente inferior à média: 87% e 91%, respectivamente. De igual modo, para uma taxa de respostas de 84%, observa-se que 90% das instituições afirmam que os seus técnicos possuem conhecimentos genéricos no domínio da imigração, bem como no domínio legislativo relacionado com a imigração. Importa ainda referir que 90% afirmou que os seus funcionários frequentaram acções de formação nos últimos dois anos, o que é mais elevado comparativamente aos 78% de média para os vários sectores. Por sua vez, 52% (24 iniciativas) declararam que o pessoal ao serviço frequentou entre uma e quatro acções de formação, havendo ainda 37% (17 iniciativas), cujos funcionários participaram em cinco ou mais. A percentagem de não respostas a esta pergunta foi de 16%.

Utentes

Os imigrantes abrangem uma parte muito elevada do público-alvo destas iniciativas. Assim, 40% das iniciativas servem exclusivamente imigrantes. Estes representam entre 50 e 99% em mais de 40% dos casos apresentados e, menos de 10%, em apenas 2% das situações. Estes resultados são concordantes com as expectativas iniciais de 60% das entidades promotoras e superiores ao previsto nas restantes situações.

Sendo o acesso à saúde um direito garantido a todos os imigrantes, independentemente do seu estatuto legal, é interessante notar que 86% das instituições declararam que trabalham com imigrantes indocumentados. Contudo, deve salientar-se que mais de um terço (36%), não responderam a esta pergunta.

Descrição das Iniciativas

As iniciativas que actuam predominantemente no sector da saúde podem, *grosso modo*, ser agrupadas em cinco grandes categorias, de acordo com os objectivos e tipos de actuação. Assim, o primeiro grupo (A) espelha as adaptações e procedimentos internos implementados pelas instituições de saúde, com o intuito de satisfazer as necessidades específicas dos imigrantes; o segundo grupo (B) reúne as iniciativas que tiveram por base o reconhecimento das qualificações dos migrantes enquanto profissionais de saúde e consecutiva integração no mercado de trabalho; o terceiro grupo (C) compila as iniciativas de carácter predominantemente informativo; o quarto grupo (D) refere-se às iniciativas que actuam essencialmente na área da saúde mental dos migrantes, ao abrigo do reconhecimento da necessidade de uma perspectiva multi e intercultural no acompanhamento psicológico deste grupo-alvo, e o quinto e último grupo (E) descreve intervenções que passam pelo acesso imediato e prestação de cuidados de saúde aos migrantes. Assinale-se que, de um modo geral, se omitiram os objectivos individuais de cada iniciativa, quando são comuns à iniciativas e serviços reunidos na categoria em que se encontram.

A) Procedimentos e adaptações das instituições de saúde às necessidades dos imigrantes

Iniciativa: *Comunicação com os Imigrantes*
Entidade(s): Hospital de Santo André
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Leiria
Data: 2000 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: 3 % da população-alvo
Objectivo: Melhorar a comunicação com os imigrantes de forma a que estes possam participar activamente no seu processo de tratamento/reabilitação.
Modo de funcionamento: A actividade teve origem na necessidade de colmatar as dificuldades de comunicação entre os profissionais da instituição hospitalar e os imigrantes que a ela recorrem. Pretende-se que o hospital disponha de competências que promovam a melhoria das interrelações entre profissionais de saúde e as comunidades imigrantes, colaborando na sua integração através do seu adequado acolhimento, tratamento, reabilitação e encaminhamento após a alta. Nessa medida, a criação de uma bolsa de tradutores e a disponibilização de informação na área da saúde e da legislação traduzida em diversas línguas tem vindo a revelar-se uma actividade do maior interesse para todos os envolvidos.

Iniciativa: *Guichet do Migrante*
Entidade(s): Centro de Saúde de Vale de Cambra
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Vale de Cambra
Data: Julho 2007 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 70 % da população-alvo
Objectivo: Acolher e integrar os migrantes (emigrantes e imigrantes) que se dirigem ao Centro de Saúde.
Modo de funcionamento: Está em elaboração um manual para migrantes e a tradução do folheto com informação básica está a ser feita para e por migrantes locais. Este Guichet pretende que os utentes quando se dirigem pela primeira vez ao Centro de Saúde tenham um atendimento personalizado, sendo bem acolhidos e tendo uma resposta para todas as suas questões.

Iniciativa: *Procedimentos de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal*

Entidade(s): Centro Hospitalar Cova da Beira

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - Centro Interior Concelho - Covilhã

Data: Dezembro 2005 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Implementar procedimentos adequados à integração e acolhimento do utente imigrante.

Modo de funcionamento: Tratando-se de procedimentos a implementar, são distribuídos na instituição por e-mail, encontram-se acessíveis em suporte informático (através da intranet da instituição), sendo também dada formação quando se verifica necessário. É também facultada informação nos manuais de acolhimento de novos colaboradores. No que diz respeito ao utente, assim que se verificam as suas necessidades específicas (linguagem, culto, alimentação, entre outras), os procedimentos são accionados, sendo que imediatamente o utente toma conhecimento deles, através dos profissionais indicados para o efeito. Como tal, foram desenvolvidos procedimentos que visam 1) divulgar as diversas formas existentes no hospital para conhecimento dos doentes e familiares sobre os serviços disponíveis na instituição; 2) assegurar os direitos e deveres dos doentes e suas famílias (Guia dos Direitos do Doente em espanhol, inglês, francês e português); 3) normalizar o procedimento para diminuição das barreiras linguísticas, culturais e outras, no acesso e prestação de serviços; 4) proporcionar ao doente/utente a possibilidade de ser acompanhado pelo seu responsável de culto no CHCB, podendo ser no quarto, na capela, ou em outro lugar reservado, que esteja disponível e o utente pretenda; 5) Proporcionar ao doente/utente serviços de tradução/interprete (podendo através das embaixadas fazer qualquer tradução), bem como o contacto com as embaixadas/consulados, por forma a que seja possível um adequado acompanhamento do utente imigrante, durante a sua permanência na instituição e após a sua saída do Hospital. Os procedimentos acima referidos, foram desenvolvidos no sentido de dar resposta a estas necessidades e proporcionar elevada qualidade nos cuidados de saúde prestados, assegurando simultaneamente a missão da instituição: "prestar cuidados de saúde, com eficiência, qualidade, em tempo útil e a custos socialmente comportáveis, à população da sua área de influência e a todos os cidadãos em geral." É numa cultura orientadora de cuidados personalizados e de excelência, em ambiente humanizado, que assenta toda a actividade prestada pelo Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE.

Iniciativa: *Tradução de Documentos Informativos para Imigrantes (Saúde Materna e Infantil)*

Entidade(s): Centro de Saúde de Sintra (todas as extensões)

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - LVT Concelho - Sintra

Data: Abril 2007 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Estado/Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Proporcionar informações sobre saúde e doença no âmbito da Saúde Infantil e da Saúde Materna.

Modo de funcionamento: O programa pretende melhorar a acessibilidade dos pais, mães, grávidas e crianças aos cuidados primários. Serão distribuídos vários folhetos informativos, similares aos já existentes e utilizados [em português], mas traduzidos para maior acessibilidade dos imigrantes, sem recorrer a maior dispêndio de tempo ou de recursos. O programa proposto, em colaboração com o ACIDI, I.P. (tradução de documentos), visa melhorar a acessibilidade dos imigrantes nos cuidados primários, nomeadamente Saúde Materna e Infantil, visto serem os programas mais utilizados e onde a evidência demonstra maior dificuldade de comunicação nos conselhos e informação oferecidos à população. Trata-se de um programa de fácil implementação, já que só depende de um gesto do pessoal clínico, pouco dispendioso em tempo, já que não requer tempo específico, e que facilitará a comunicação e o acesso à informação. Ainda só estão disponíveis as brochuras em russo.

B) Integração de profissionais de saúde imigrantes no Serviço Nacional de Saúde

Iniciativa: *Integração de Profissionais de Saúde*

Entidade(s): Centro Hospitalar do Baixo Alentejo

Outros sectores envolvidos: Ensino, Cultura/Sensibilização, Formação Profissional, Emprego

Localização: Região - Alentejo Concelho - Beja

Data: -

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição/Estado

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Inserir os imigrantes com qualificações reconhecidas como profissionais de saúde no hospital.

Modo de funcionamento: As vagas para o hospital são disponibilizadas nas Bolsas de Emprego Público. A actividade deste centro hospitalar na área da imigração assenta sobretudo ao nível da contratação de profissionais de saúde na área clínica (medicina e enfermagem), procedendo no início ao seu acolhimento e integração na instituição (cursos de português, entre outros). Na sua actividade assistencial atende todos os utentes que recorram à instituição, articulando com instituições de apoio aos imigrantes sempre que a situação de um imigrante assim o exija, como forma de reintegrar e assegurar apoio após saída do hospital. Na promoção de medidas anti-racismo ou anti discriminação, tem a participação directa no projecto "P'lo Sonho é que Vamos" com a realização de tertúlias mensais para população cigana, formação de profissionais de saúde e realização de um estágio – mediador cigano.

Iniciativa: *Projecto de Apoio à Profissionalização de Médicos Imigrantes*

Entidade(s): Serviço de Jesuítas aos Refugiados e Fundação Calouste Gulbenkian

Outros sectores envolvidos: Ensino, Formação Profissional, Emprego, Serviços Sociais

Localização: Região - País inteiro Concelho - País inteiro

Data: 2002 - 2005

Fonte de financiamento: Fundação Calouste Gulbenkian

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Criar as condições necessárias para que 120 médicos imigrantes pudessem exercer a sua profissão em Portugal, contribuindo não só para a sua integração na nossa sociedade, como para colmatar carências resultantes da falta de profissionais qualificados de nacionalidade portuguesa.

Modo de funcionamento: Os imigrantes candidatos tinham que realizar a formação específica e respectivos exames nas Faculdades de Medicina de Lisboa, Porto e Coimbra. Foram concedidos os seguintes apoios: comparticipação das despesas de tradução de documentos e respectiva autenticação; comparticipação dos emolumentos com todo o processo de equivalência e inscrição da ordem dos médicos; bolsa de estágio (após este terminar, é atribuído um subsídio de instalação com vista à integração profissional); comparticipação de material didáctico, apoios ao nível dos cursos de português vocacionados para médicos. Está previsto um novo projecto por 18 meses, para o qual o SJR conta já com cerca de 170 pré-inscrições.

Iniciativa: *Projecto de Apoio à Equivalência de Habilitações Académicas e Profissionais de Enfermeiros Imigrantes*
Entidade(s): Serviço de Jesuítas aos Refugiados, Hospital Amadora-Sintra, Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil e Fundação Calouste Gulbenkian
Outros sectores envolvidos: Ensino, Formação Profissional, Emprego, Serviços Sociais
Localização: Região - País inteiro Concelho - País inteiro
Data: 2005 - 2007
Fonte de financiamento: Fundação Calouste Gulbenkian/UE
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Criar condições institucionais, técnicas, académicas e económicas para que 59 enfermeiros imigrantes possam exercer a profissão em Portugal, contribuindo assim não só para facilitar a sua integração na sociedade, mas também para colmatar carências resultantes da falta de profissionais de enfermagem em Portugal.
Modo de funcionamento: Os imigrantes candidatos tinham que realizar a formação específica e respectivos exames nas Escolas de Enfermagem em Lisboa, Porto e Évora. Privilegiou-se não só a partilha e aprendizagem mútua, mas também o empowerment dos actores envolvidos. Actividades: selecção dos candidatos; mobilização e sensibilização de actores chave no processo de equivalência e integração; aulas de português técnico; formação complementar; desenvolvimento de uma parceria transnacional. Foi dada particular atenção ao acompanhamento individualizado dos beneficiários, a nível pedagógico e social. Foram concedidos os seguintes apoios: comparticipação despesas de tradução de documentos e respectiva autenticação; comparticipação dos emolumentos com todo o processo de equivalência e inscrição da ordem dos médicos; bolsa de estágio; comparticipação de material didáctico; apoios ao nível de cursos de português vocacionados para técnicos de saúde.

C) Promoção da Saúde através da informação

Iniciativa: *Saúde Sexual e Reprodutiva em Minorias Étnicas*
Entidade(s): Associação para o Planeamento da Família
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Informação
Localização: Região - Algarve Concelho - Loulé
Data: Maio 2004 - Maio 2006
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Promover, sensibilizar e aumentar os recursos informativos sobre Saúde Sexual e Reprodutiva junto das comunidades imigrantes.
Modo de funcionamento: Especial enfoque junto das mulheres oriundas dos PALOP e dos Países do Leste europeu, em idade reprodutiva, para e pela identificação de necessidades específicas. Tem-se como missão aumentar os recursos informativos em matéria de direitos e saúde sexual e reprodutiva adaptados a este público-alvo. Atendimento e aconselhamento personalizado, com disponibilização de métodos contraceptivos.

Iniciativa: *Projecto Integrado do Bairro da Quinta da Serra*
Entidade(s): Médicos do Mundo - Portugal
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - LVT Concelho - Loures
Data: Julho 2005 - Dezembro 2007
Fonte de financiamento: Estado
Porcentagem de imigrantes: 97 % da população-alvo
Objectivo: Diminuir a propagação do VIH/SIDA, Tuberculose e Infecções sexualmente transmissíveis nesta comunidade; Capacitar a população para gerir a sua própria saúde.
Modo de funcionamento: Com este projecto pretende-se assegurar a informação adequada à comunidade no que diz respeito aos seus Direitos à Assistência Médica. Ao capacitar esta população, os MdM ambicionam proporcionar aos indivíduos a possibilidade de se assumirem como sujeitos activos e responsáveis pela adopção de comportamentos preventivos e de se tornarem beneficiários informados. Levantar e conhecer os problemas do SNS para depois sensibilizar as suas estruturas para a particularidade do caso dos migrantes, permitindo a melhoria do acesso da população migrante aos serviços.

Iniciativa: *Conferências: O Direito Universal ao Acesso à Prevenção, aos Tratamentos e aos Cuidados de Saúde para os Migrantes e Minorias Étnicas na Europa e em Portugal: A Perspectiva da Comunidade + Formação sobre Migrantes e Minorias Étnicas: A Situação de Portugal*
Entidade(s): GAT - Grupo Português de Activistas sobre Tratamentos de VIH/Sida
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Informação
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Janeiro 2007 - Dezembro 2007
Fonte de financiamento: Estado/Privado
Porcentagem de imigrantes: 70 % da população-alvo
Objectivo: Envolver as comunidades mais vulneráveis na defesa do direito ao acesso à saúde e à prevenção do VIH/SIDA.
Modo de funcionamento: O GAT promove o trabalho em rede, organizando reuniões terapêuticas frequentes sobre os tratamentos para o VIH/SIDA e pondo em contacto as populações mais vulneráveis com a indústria farmacêutica, os médicos e investigadores e os juristas com formação na matéria. No ano presente, o GAT dedica os seus esforços a apoiar as associações e instituições que trabalham em migrações e sobre o VIH/SIDA a fazerem representar a sua voz e os seus direitos durante a Presidência Portuguesa da UE.

Iniciativa: *A Leste*
Entidade(s): Associação para o Planeamento da Família
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Informação
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Março 2006 - Dezembro 2007
Fonte de financiamento: Estado
Porcentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Promover a saúde sexual e reprodutiva dos imigrantes de Leste europeu, nomeadamente no que respeita à prevenção do VIH/SIDA.
Modo de funcionamento: Estratégias de intervenção: 1) troca de informação; 2) partilha de boas práticas entre associações de direitos humanos e instituições de apoio ao imigrante; 3) utilização das novas tecnologias de informação para criação de redes de apoio entre Associações; 4) organização de sessões de esclarecimento contraceptivo para técnicos das associações e professores de língua portuguesa para estrangeiros; 5) workshops a técnicos de saúde e administrativos dos centros de saúde; 6) produção e distribuição do filme "Vox Pop Imigrante" e 7) entrega gratuita de preservativos

Iniciativa: *Passaporte para o Acesso à Saúde Imigrante*
Entidade(s): Associação para o Planeamento da Família
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Em fase de implementação
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Promover o acesso à saúde sexual e reprodutiva dos imigrantes de Leste, nomeadamente no que respeita à prevenção do VIH/SIDA e ao exercício dos seus direitos.
Modo de funcionamento: O “passaporte” é um dos materiais que está a ser desenvolvido no âmbito do projecto A Leste. Consiste numa brochura com informação útil acerca do acesso à saúde para imigrantes que, em termos de imagem, se assemelha a um passaporte (formato familiar a um imigrante; chama a atenção). Conteúdos: dá informação relativa ao direito legal dos imigrantes no acesso à saúde, questões práticas (tais como os serviços que têm que pagar). Oferece igualmente breves informações relativas à prevenção do VIH/SIDA e a questões relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva. Pretende ser um “guia de bolso” para a saúde. Será traduzido em várias línguas numa perspectiva de inclusão dos imigrantes que não falam português. Este material encontra-se ainda em fase de produção mas estará disponível até Dezembro 2007.

Iniciativa: *GIS - Grupo Imigração e Saúde*
Entidade(s): Maria Cristina Santinho e Grupo de Coordenação
Outros sectores envolvidos: Formação Profissional, Informação
Localização: Região - País inteiro Concelho - País inteiro
Data: 2006 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Nenhuma
Percentagem de imigrantes:
Objectivo: Colocar em Rede toda a informação e conhecimento de vários sectores sobre Imigração e Saúde.
Modo de funcionamento: Esta iniciativa pretende facilitar a todos os interessados informação e documentação na internet (trabalho em rede), bem como colocar em contacto experiências profissionais que contribuam para um melhor acesso dos imigrantes à saúde (seminários). Ambiciona colocar em diálogo tanto os imigrantes, como investigadores das ciências sociais, estudantes graduados, mas também universidades, autarquias, associações de imigrantes e ONG, numa perspectiva transdisciplinar e aberta. Contam já com mais de 100 membros das mais diversas áreas: antropólogos, sociólogos, psicólogos, médicos, enfermeiros, jornalistas, juristas, economistas, entre outros, bem como algumas autarquias, associações de imigrantes e ONG. Os membros recebem quase diariamente e-mails com diversas informações, como por exemplo, pedidos de informação sobre assuntos específicos, projectos em curso, financiamentos disponíveis, investigação realizada nesta área, divulgação de seminários e congressos.

D) Apoio psicológico a imigrantes

Iniciativa: *Apoio a Vítimas de Tortura*
Entidade(s): CAVITOP - Centro de Apoio a Vítimas de Tortura
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: 2003 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Apoiar psiquiátrica e psicologicamente as vítimas de tortura, dotando-as de informação e prestando-lhes cuidados de saúde.
Modo de funcionamento: Presta serviços médicos, de apoio psicológico e de informação a imigrantes documentados, indocumentados e a reclusos

Iniciativa: *Consulta do Migrante*
Entidade(s): Núcleo de Psiquiatria Transcultural do Hospital Miguel Bombarda e Associação Portuguesa de Psicologia e Psiquiatria Transcultural
Outros sectores envolvidos: Formação Profissional, Informação
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Julho 2004 - Dezembro 2007
Fonte de financiamento: Estado
Porcentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Oferecer uma Consulta de Saúde Mental e Psiquiatria dirigida à população migrante adulta em situação de sofrimento psíquico associado ao processo de migração ou portadora de doença mental.
Modo de funcionamento: Facilidade de acesso aos cuidados na área de saúde mental, sem listas de espera para situações em que aspectos transculturais requeiram uma intervenção especializada. Foi elaborado um modelo dinâmico de consulta adaptado à realidade institucional e à especificidade das necessidades dos migrantes de Portugal que permite oferecer uma resposta rápida e adequada. Para além de Consultas Médicas de Psiquiatria, são realizadas Psicoterapias e Avaliações Psicológicas, quando indicado, e são prestados Cuidados de Enfermagem. Paralelamente, disponibiliza-se informação sobre instituições que possam dar resposta adequada a questões relacionadas com aspectos sociais, jurídicos, administrativos, entre outros. O programa contempla ainda as vertentes de Formação e Consultadoria a Técnicos de saúde. A APPPT publica uma revista anual de divulgação científica na área de transculturalidade, de distribuição gratuita, na qual tem sido divulgada a Consulta do Migrante.

E) Acções diversas junto dos imigrantes

Iniciativa: *Reencontros*
Entidade(s): Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão
Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude
Localização: Região - LVT Concelho - Cascais
Data: -
Fonte de financiamento: Privado
Porcentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Proporcionar às crianças que são utentes do Serviço de Reabilitação Pediátrica e Desenvolvimento, uma viagem para o reencontro com familiares (pais, avós e irmãos) que vivem em Cabo Verde e dos quais estão afastados por doença.
Modo de funcionamento: Este projecto surgiu pela consciencialização da saudade que as crianças exprimiram, quando internadas no SRPD, dos familiares, dos cheiros da sua terra, dos sabores da comida. Organizaram-se duas viagens (uma em cada ano lectivo) com a duração de oito dias, sendo o grupo acompanhado por um médico e uma educadora. No primeiro ano houve uma enfermeira voluntária que integrou a equipa. As crianças, ao chegarem a Cabo-Verde eram integradas na família, sendo supervisionadas pelos acompanhantes do serviço.

Iniciativa: *Projecto Pedagógico “Vamos Conhecer, Conhecendo-nos”*

Entidade(s): Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Juventude

Localização: Região - LVT Concelho - Cascais

Data: 2005 - 2008

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes:

Objectivo: Integrar as crianças internadas originárias de diferentes meios culturais.

Modo de funcionamento: Estes projectos surgiram da necessidade, sentida no Serviço de Reabilitação Pediátrica e Desenvolvimento, de integrar cada criança que chega ao internamento retirada do seu meio ambiente que em conjunto com os que a rodeiam vai partilhar experiências, conhecer novas culturas, valores, referências e rotinas. Os Educadores consideram que respeitar é conhecer, compreender e agir, dando a todos (educadores e educandos) a possibilidade de aceder a novos universos culturais. Valorizando a tradição /cultura de cada uma das crianças, explorando-a de diferentes maneiras, acreditam estar a contribuir para a constituição de uma auto-imagem positiva que é fulcral para que haja sucesso na integração. Em 2005/2006 o projecto pedagógico denominou-se “Cada Terra tem seu uso, cada roca com seu fuso”. Foi realizado durante o ano lectivo correspondente e tinha como objectivo alertar para os problemas ambientais que são universais e que não devem ser olhados como problemas de uma só cultura/país. Tendo a reciclagem como linha orientadora da acção, foram feitos jogos, comidas, fabricou-se artesanato e feiras. No ano 2006/2007 tendo como veículo o mesmo tipo de actividades, o tema foi “Vamos Conhecer, Conhecendo-nos” e os problemas do ambiente continuaram presentes com enfoque na reutilização. Foi dado espaço à criatividade, imaginação, sentido estético para a construção de jogos, brinquedos, instrumentos musicais e artesanato, pois estes profissionais defendem que a capacidade de reutilizar e disfuncionalizar materiais e objectos transformando-os em Arte é Nato(artesanato). No ano 2007/2008 propõem-se outras experiências através da vivência e exploração dos sentidos de forma a facilitar o conhecimento do “outro”. O projecto denomina-se “Vamos viver os Sentidos”, em que se tenciona manter a preocupação pela defesa do meio ambiente.

Iniciativa: *Projecto Dar a Mão*

Entidade(s): PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Habitação, Informação, Serviços Sociais

Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa

Data: Janeiro 2006 - Dezembro 2007

Fonte de financiamento: Estado/Autarquia/Fundação Calouste Gulbenkian/Privado (EDP)

Percentagem de imigrantes: 95 % da população-alvo

Objectivo: Promover junto dos imigrantes o acesso à saúde pública, garantindo-lhes bem-estar e qualidade de vida.

Modo de funcionamento: Recolha de documentos junto de outras instituições e distribuição dos mesmos junto dos migrantes; acções de levantamento e caracterização das famílias; apoios domiciliários a doentes. Na área da justiça, o projecto prevê futuramente apoio jurídico por forma a esclarecer os imigrantes sobre a lei da imigração, nacionalidade, acesso à saúde, entre outros. Na área da informação e divulgação das actividades, prevê-se a criação de um site, sendo feita uma parceria com os países de origem dos migrantes para articular e disponibilizar informações úteis. A associação não produz materiais de ensino, mas tem protocolos com algumas universidades para divulgação das acções e cursos promovidos.

Iniciativa: *Noite Saudável*
Entidade(s): Médicos do Mundo - Portugal
Outros sectores envolvidos: Habitação, Informação
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Janeiro 2007 - Dezembro 2007
Fonte de financiamento: Estado/Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 42 % da população-alvo
Objectivo: Reduzir a taxa de transmissão de doenças infecto-contagiosas entre a população de rua.
Modo de funcionamento: Prestação de Cuidados Primários de Saúde e Informação a Pessoas Sem Abrigo, através de uma unidade móvel, que estaciona em 5 locais estratégicos em horário nocturno. Os MdM procuram criar uma ponte entre o indivíduo excluído e as entidades, informando-o sobre os procedimentos e fazendo valer os seus direitos de utente. Assim, pretende-se com esta acção mediar a relação com as estruturas de saúde e sociais de referência. Num âmbito mais vasto, os MdM pretendem contribuir para o conhecimento da realidade do acesso à saúde, particularmente em situação de VIH/SIDA, por parte da população de rua.

Iniciativa: *Projecto Porto Escondido*
Entidade(s): Médicos do Mundo - Portugal
Outros sectores envolvidos: Habitação, Informação, Emprego
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto
Data: Janeiro 2007 - Dezembro 2007
Fonte de financiamento: Estado/Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 16 % da população-alvo
Objectivo: Aumentar o acesso dos sem abrigo, imigrantes, usuários de drogas e trabalhadores do sexo aos meios de inclusão social.
Modo de funcionamento: Prestação de cuidados de saúde e informação a estes utilizadores. A intervenção reparte-se em duas vertentes: terreno e CASSA (Centro de Apoio Sócio-Sanitário). No terreno a equipa de voluntários realiza o outreach durante as suas saídas às 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feiras à noite (das 21h até cerca de 2h), onde se faz a primeira abordagem à população-alvo com uma avaliação inicial da sua condição, onde se prestam os cuidados de saúde imediatos e se fazem encaminhamentos para a rede institucional de apoio. Às 3ªfeiras a equipa dirige-se à Unidade Habitacional de Santo António, centro de detenção onde faz a avaliação do estado de saúde dos seus utentes (atribuição de medicação e execução de tratamentos). Na vertente do CASSA, os utilizadores que se dirigem a ele são encaminhadas tanto pela equipa de voluntários do terreno como pelas instituições de apoio. Num primeiro contacto é feita uma avaliação nas três áreas (social, psicológica e de saúde) pelos seus técnicos bem como a identificação da fase de reinserção social em que o utilizador se encontra e dá-se início ao processo de reinserção social.

Para além dos casos acima descritos, note-se que actuam também no sector da saúde as seguintes iniciativas:

- *A Arte pela Globalização:* Espaço t
- *A Associação e o Bairro - Serviço de Apoio à Infância/Gabinete de Apoio à Família/Realojamento:* Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude
- *Acolher e Ajudar Também é Amar:* Centro Padre Alves Correia
- *Acolhimento e Apoio aos Imigrantes:* Secretariado Diocesano das Migrações
- *Aqualva Acolhe:* Junta Freguesia de Aqualva
- *Anos Ki TA Manda:* Associação de Jardins-Escola João de Deus
- *Apoio a Imigrantes (Aulas de Português e Encaminhamentos vários):* Cáritas Diocesana da Guarda
- *Apoio aos Sem-Abrigo:* Associação dos Albergues Nocturnos do Porto
- *Atendimento de Imigrantes:* Cruz Vermelha Portuguesa Vila Real de Sto. António e ACIDI, I.P.
- *Atendimento e Encaminhamento da População Imigrante:* Associação da Comunidade Imigrante Romena e Moldava do Alentejo

- *Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante*: CRESAÇOR – Cooperativa Regional de Economia Solidária
- *Centro de Alojamento Temporário “Farol”*: Cáritas Diocesana de Coimbra
- *Centro Pedro Arrupe*: Serviço Jesuíta aos Refugiados
- *Cursos de Português como Segunda Língua, Acções Saber +*: MAPS - Movimento de Apoio à Problemática da Sida
- *D.A.R. à Costa - Tr@nsFormArte*: PROFORMAR: Centro de Formação de Almada Ocidental
- *Distribuição de textos informativos*: Centro de Saúde Professor Arnaldo Sampaio – Guimarães
- *Espaço Cidadania Lisboa*: ACIDI, I.P. e CM Lisboa
- *Fomento da Prática do Andebol - Centro Comunitário do Alto da Loba*: CM Oeiras
- *Gabinete de Acção Comunitária (GAC/CLAII de Aveiro)*: Centro Social Paroquial de Vera Cruz e ACIDI, I.P.
- *Gabinete de Saúde do CNAI de Lisboa*: Ministério da Saúde e ACIDI, I.P.
- *Humanus CAM*: Associação Humanidades, APF – Associação para o Planeamento Familiar, CIG - Comissão para a Igualdade de Género, Hospital Júlio de Matos, Perfil - Psicologia e Trabalho, Lda e SCMA - Santa Casa da Misericórdia de Albufeira
- *Integração pela Participação*: Casa Seis - Associação para o Desenvolvimento Comunitário
- *Núcleo de Informação e Apoio ao Imigrante*: Cercipeniche
- *Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal - Espaço Cidadania Seixal*: CM Seixal
- *PISCJA - Projecto de Inclusão Social de Crianças e Jovens do Armador*: Geração Adolescer - Associação para a Integração Psicossocial das Crianças e Jovens
- *Plano de Actividades 2007 - Eventos; Apoio Psico-social e de Reinserção na Vida Activa; Apoio e Orientação Fiscal; Orientação Jurídica*: Associação Mais Brasil
- *Plano Integrado de Combate à Exclusão*: Fundação AMI
- *Programa de Promoção Social dos Ciganos*: Santa Casa Misericórdia de Lisboa
- *PROGRIDE-Projecto Ser Mulher*: AMCV - Associação de Mulheres Contra a Violência
- *Projecto Agir*: Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
- *Projecto Arnaró Proect (Intervenção de Proximidade)*: CM Faro
- *Projecto Clique Tic*: Associação para o Planeamento da Família
- *Projecto Geração/Oportunidade*: CM Amadora, Fundação Calouste Gulbenkian, ACIDI, I.P. e parceiros operacionais no terreno
- *Projecto Raízes*: Junta Freguesia de Monte Abraão
- *Projecto Távola Redonda*: Junta Freguesia de Caneças, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças e consórcio
- *SIMM - Sensibilidade e Integração das Mulheres Migrantes no Caminho para a Igualdade de Oportunidade*: Associação de Solidariedade Internacional
- *Solidariedade Social*: Cáritas Diocesana Viana do Castelo e ACIDI, I.P.

Importa, ainda, referir algumas iniciativas que, por estarem em fase de planeamento ou implementação inicial, carecem dos dados necessários para uma análise detalhada. Note-se, assim, as seguintes actividades:

- *Saúde Integral para Imigrantes* (Setembro 2007): Serviço Jesuíta aos Refugiados. Presta apoio médico, psicológico e medicamentoso aos imigrantes que se encontrem em situação vulnerável.
- *Protocolo de Articulação entre o Serviço Regional de Saúde de Setúbal e o Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal* (Outubro 2007), que visa melhorar o acesso dos imigrantes ilegais com doenças crónicas graves e carência económica aos serviços de saúde e segurança social.
- *“Saúde para Todos - Humanização da Comunicação”* (aguarda financiamento): Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE. O projecto tem como objectivo assegurar a eficácia da comunicação e disponibilizar o acesso à formação e informação, através do recurso à tecnologia audiovisual, da comunidade imigrante, cegos e amblíopes, surdos-mudos e iletrados.
- *Gabinete de Apoio ao Imigrante*: Centro Hospitalar Cova da Beira, cuja missão passará pela avaliação das necessidades dos utente e funcionários e adaptação dos serviços às mesmas.

Muito embora os hospitais não disponibilizem um acompanhamento social específico aos imigrantes, os Gabinetes de Acção Social acompanham todo e qualquer doente que se dirige aos seus serviços, como é o do Hospital Fernando Fonseca Amadora Sintra.

HABITAÇÃO E SERVIÇOS SOCIAIS

A habitação e os serviços sociais constituem factores-chave para a integração dos imigrantes. As características do alojamento e as dinâmicas de vizinhança são condicionantes fundamentais do processo de integração, uma vez que os lugares onde as pessoas vivem têm uma influência directa sobre a sua qualidade de vida, identidade, mobilidade social, interações sociais, aprendizagem de línguas, escolaridade e socialização geral. De igual modo, os serviços sociais e a assistência social são elementos importantes no apoio à satisfação das necessidades quotidianas das famílias, na garantia da subsistência básica e na ajuda especializada.

Enquadramento do Sector

Entre as iniciativas que foi possível identificar através do inquérito, puderam ser analisadas nove, que actuam predominantemente no sector da habitação e dos serviços sociais. Além destas contaram-se ainda 44 em que este domínio de intervenção constitui uma actividade secundária. Assim, no conjunto, contabilizam-se 53 projectos que prestam serviços nesta área, independentemente de constituírem o foco principal da sua esfera de intervenção, ou terem um papel subsidiário.

Entidades e fontes de financiamento

A maioria das 53 iniciativas deste domínio, correspondendo a 73.5%, é promovida por entidades do terceiro sector (ONG, IPSS, associações, organizações de carácter religioso). Esta importância do terceiro sector é significativa, sendo cerca de 30% mais elevada do que a média geral dos sectores. Em seguida, embora com um peso inferior à média, surge o sector público local (17%) e o sector privado (6%) (Quadro 6.1).

Quadro 6. 1 Tipo de Entidade promotora das iniciativas

Tipo de entidade	Nº	%
Sector público nacional	-	-
Sector público regional	-	-
Sector público local	9	17.0
Terceiro Sector	39	73.5
Sector privado	3	5.7
Escolas	-	-
Universidades	-	-
Mistas (2 ou mais instituições)	2	3.8
Outras	-	-
Total	53	100

A principal fonte de financiamento é o Estado, através do qual são financiadas 17% das iniciativas e co-financiadas mais 25%. Comparativamente aos outros sectores de intervenção, verifica-se que a percentagem de projectos financiados exclusivamente pelo Estado é inferior à média global (22%), mas, em contrapartida, a proporção dos que têm co-financiamento estatal é superior (12%). Considerando a UE, Autarquias e

Estado, observa-se que quase 60% das iniciativas beneficiam de apoio público, na totalidade ou em regime de co-financiamento. Pelo contrário, o sector privado participa apenas no pagamento das despesas de seis projectos, quatro dos quais em associação com outras fontes de receita orçamental (Quadro 6.2). Deve ainda salientar-se que somente oito iniciativas (15%) são suportadas pelo orçamento das instituições promotoras e cinco (10%) recebem apoio de três ou mais tipos de fontes.

Quadro 6.2 Iniciativas Segundo a Fonte de Financiamento

Fontes de financiamento	Nº	%	% Respostas válidas
Nenhuma	3	5.7	5.8
Orçamento da instituição	8	15.1	15.4
Autarquia	5	9.4	9.6
Privado	2	3.8	3.8
UE	2	3.8	3.8
Fundação	1	1.9	1.9
Estado	9	17.0	17.3
Três ou mais fontes	5	9.4	9.6
Outras	2	3.8	3.8
Estado e Autarquia	4	7.5	7.7
Estado e Privado	2	3.8	3.8
Estado e UE	1	1.9	1.9
Estado e orçam. Instit. Prom.	6	11.3	11.5
Autarquia e Privado	1	1.9	1.9
Autarquia e UE	-	-	-
Privado e orçamento Inst. Prom.	1	1.9	1.9
Total de respostas	52	98.1	100.0
NS/NR	1	1.9	-
Total	53	100.0	-

Distribuição geográfica e grupos-alvo

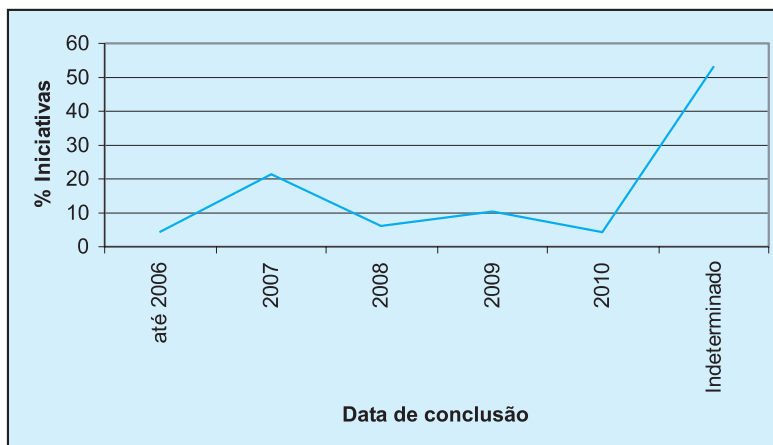
Em grande medida, a distribuição geográfica das iniciativas recolhidas acompanha o padrão locativo das áreas de residência dos imigrantes, apresentado no capítulo introdutório (Quadro III) e as especificidades da implantação territorial de cada grupo de estrangeiros. Por outro lado, os beneficiários dos 53 projectos incluídos neste sector reflectem também a dimensão das principais comunidades estabelecidas em Portugal: quase três quartos das iniciativas têm utentes dos PALOP; 64%, dos países de Leste da Europa e da ex-União Soviética (principalmente ucranianos, russos e moldavos), 60%, da América Latina (na maioria brasileiros); 28%, dos novos países da UE (designadamente, romenos); entre 15 e 20%, do sudeste asiático e outros países da Ásia (excluindo a China) e de outros países africanos (na maioria, do Senegal), enquanto apenas 2% trabalham com imigrantes chineses.

Datas de Conclusão das Iniciativas e Financiamento

Considerando a data de conclusão das iniciativas como um indicador da sua sustentabilidade, esta parece superior neste sector do que na média geral. O número de projectos do domínio da habitação e serviços sociais concluídos em 2007 ou que vão terminar até ao final deste ano representa 20% do total, enquanto

que o valor equivalente para as 243 iniciativas contabilizadas neste estudo é de 40%. No gráfico apresentado a seguir, verifica-se ainda que 21% vão terminar entre 2008 e 2010, sendo que para mais de metade a data de conclusão é indeterminada¹.

Fig. 6.1 Percentagem de Iniciativas Segundo as Datas de Conclusão



Outro importante indicador de sustentabilidade das iniciativas corresponde ao fim previsto para as respectivas fontes de financiamento. À semelhança do que se verificou para o indicador precedente, este sector apresenta valores mais positivos do que a média, já que só em 12% dos casos o financiamento terá terminado até ao final de 2007, ao contrário da média geral de 30%. Observou-se ainda que para 22% dos projectos a garantia de financiamento estende-se até 2009, enquanto que para 61% esse período é indeterminado ou sem fim previsto. Embora estas percentagens tenham sido calculadas com base numa taxa de não respostas de 23%, os resultados obtidos configuram a continuidade de grande parte das iniciativas, na medida em que quase dois terços (das respostas válidas) antevêm a possibilidade de manter as actuais fontes de recursos.

Parcerias

As iniciativas apresentadas neste sector têm níveis de articulação elevados com o terceiro sector, o que se traduz no facto de as instituições responsáveis pela execução de 53% dos projectos trabalharem em cooperação com ONG e outras associações, quase 30% com Associações de Imigrantes e 20% com IPSS. Como seria de esperar, pelo público que servem, grande parte dos projectos desenvolvem-se em estreita cooperação com o ACIDI, I.P. e os CNAI/CLAI (41%), e com as câmaras municipais da área onde se localizam (39%). Embora com menor frequência do que nos casos anteriores, importa salientar a cooperação, formal ou informal, das instituições promotoras das iniciativas com os Ministérios da Saúde (incluindo administrações regionais de saúde, hospitais e centros de saúde), Trabalho e Segurança Social, nomeadamente com o IEF, e Educação (o que inclui direcções regionais de educação), bem como com o SEF e Juntas das respectivas Freguesias. A parceria com o sector privado, embora inferior à do sector público, neste domínio de intervenção, é superior à média geral: 22% e 17%, respectivamente.

¹ Deve salientar-se que estas percentagens foram calculadas com base no número total de respostas válidas. Neste caso, corresponde a 89%, dado que 11% não responderam.

Obstáculos

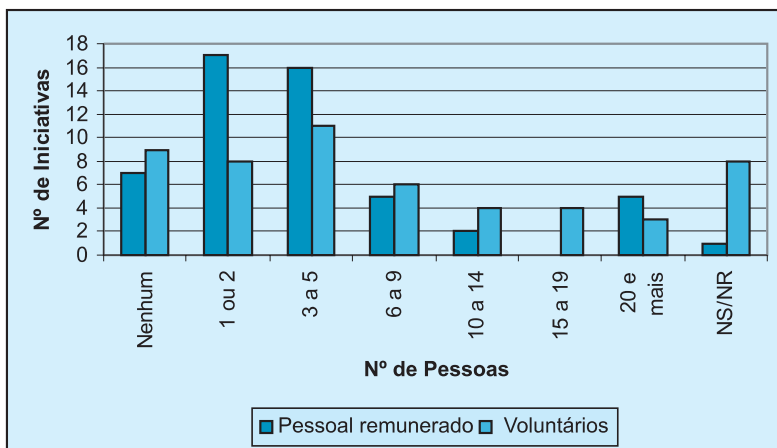
Os problemas específicos e os obstáculos referidos por este conjunto de iniciativas reflectem amplamente os que são mais comumente mencionados no total dos sectores, embora tenham uma expressão superior à média geral. Quase 70% afirmam que têm falta de recursos materiais (proporção quase 14% mais elevada do que a média), sendo a escassez de recursos humanos indicada por mais de metade.

As referências a problemas mais residuais, nomeadamente a falta ou desadequação do espaço disponível, divulgação das actividades e dificuldades dos parceiros em trabalhar em rede, foram muito inferiores às que se verificaram na globalidade. Deve ainda salientar-se que se observou uma taxa de não respostas de 23%.

Recursos Humanos

O número de pessoas que trabalham em cada iniciativa é bastante variável. Note-se que 14% não têm funcionários remunerados; 64% dispõem de cinco ou menos; 13% têm entre seis e catorze trabalhadores assalariados e as restantes quinze ou mais. Por outro lado, apenas 20% das iniciativas não têm voluntários, proporção que é inferior à média global, em mais de 20 pontos percentuais; 42% têm menos de cinco e apenas as restantes dispõem de seis ou mais (Fig. 6.2). O nível geral de instrução do pessoal ao serviço é elevado, dado que mais de 90% das intervenções empregam indivíduos com um grau de ensino universitário² e tendo, em geral, os conhecimentos genéricos na temática da imigração e na legislação relativa à mesma. Embora em 11% das iniciativas o pessoal ao serviço não tenha frequentado quaisquer acções de formação nos últimos dois anos, entre as outras iniciativas com resposta válida à questão, 57% afirmam que os trabalhadores frequentaram entre uma e quatro e, os restantes, cinco ou mais (a taxa de não respostas é de 11%).

Fig. 6.2 Número de Iniciativas Segundo o Número de Pessoas Remunerados e de Voluntários



Público-alvo

Os imigrantes constituem uma larga fatia do público-alvo deste sector de intervenção, verificando-se que 36% das iniciativas trabalham exclusivamente com imigrantes; 38% têm um peso dos imigrantes no total de utentes situado entre os 50 e os 99%, ao passo que apenas uma iniciativa tem um público-alvo em que menos de 10% dos indivíduos são imigrantes.

² Percentagens de valores calculados com base numa taxa de não respostas de 17%.

Descrição das Iniciativas

As iniciativas descritas neste capítulo caracterizam-se por um carácter assistencialista, podendo ser agrupadas em três conjuntos, de acordo com os seus objectivos: a) serviços primários de alojamento, alimentação, vestuário e saúde; b) doação e distribuição de bens em género e c) actuação e acompanhamento social das populações ao nível do bairro. Nos casos em que o objectivo da iniciativa ultrapassava os objectivos enunciados para o conjunto em que se inseriam, optou-se por acrescentá-lo à ficha dessa iniciativa.

A) Iniciativas cujo objectivo é: Promover a solidariedade social e o acolhimento dos imigrantes, através de serviços de assistência social que passam pelo fornecimento/disponibilização de alojamento, alimentação, cuidados médicos, de enfermagem e apoio psicológico, bem como, nalgumas situações, de ajuda monetária ou bolsas de estudo.

Iniciativa: *Projecto Helène de Chappotin*

Entidade(s): Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Informação, Emprego

Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto

Data: 2004 - 2008

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Modo de funcionamento: Acolhimento temporário de imigrantes, de momento, da Europa de Leste, enquanto estes procuram trabalho ou alojamento, e/ou aguardam legalização ou retorno voluntário. Fornece-se alimentação e ajuda monetária ocasional. Acompanhamento e encaminhamento na procura de trabalho e de alojamento. Apoio psicológico, apoio médico e de enfermagem.

Iniciativa: *Apoio aos Sem-Abrigo*

Entidade(s): Associação dos Albergues Nocturnos do Porto

Outros sectores envolvidos: Saúde, Emprego

Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto

Data: 1881 (início da actividade da Associação) – Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Privado

Percentagem de imigrantes: 15 % da população-alvo

Modo de funcionamento: É disponibilizada dormida, refeições quentes, roupa de cama, kit de higiene, água quente, aquecimento, apoio social, psicológico e médico.

Iniciativa: *Direito à Alimentação, Saúde, Habitação, Ensino*

Entidade(s): Centro de Acolhimento João Paulo II

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Coimbra

Data: Março 2002 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Orçamento próprio, Banco Alimentar e União Europeia

Percentagem de imigrantes: 16 % da população-alvo

Modo de funcionamento: O Centro de Acolhimento João Paulo II está incorporado na estrutura da igreja (paróquia), mas é autónomo, pertencendo às Conferências Vicentinas (S. Vicente de Paula). Disponibiliza sobretudo serviços de assistência social e acompanhamento, para que os imigrantes (e não só) possam usufruir do sistema de saúde, do sistema educativo, de recursos habitacionais, e de alimentação.

Na área da saúde, para além da componente informativa, ou seja, a explicação ao imigrante da rede de saúde em Portugal, é feita uma avaliação da situação de saúde do indivíduo, a nível primário (preventivo) e secundário (curativo), fazendo, simultaneamente, o despiste a nível do tabagismo, alcoolismo, e toxicod dependência. É apurada a inscrição ou não em médico de família, e em caso negativo, é promovida a respectiva inscrição. É disponibilizado, quando necessário, o respectivo acompanhamento aos respectivos estabelecimentos e/ou locais de realização de exames auxiliares de diagnóstico. Em matéria de apoio financeiro, em casos de grande carência, é garantido o pagamento de taxas moderadoras e medicamentos, bem como eventuais próteses compensatórias de eventual redução de capacidade visual ou motora.

Relativamente à alimentação, a capacidade de intervenção é ampla e apenas está dependente da avaliação sócio-económica prévia. A sua periodicidade vai desde o semanal ao mensal, dependendo da gravidade da situação e da composição do agregado familiar.

Na área do ensino, a preocupação primeira vai para a faixa etária infantil e adolescentes. Avalia-se, por observação directa, as condições de segurança e higiene dos menores, e sempre que esteja em causa alguma situação de risco, é promovida a sinalização, junto de entidades competentes. A nível do primeiro ciclo e outros patamares de escolaridade, o Centro promove contactos com estabelecimentos de ensino e garante, em alguns casos, aquisição de material escolar. Acompanha, regularmente, o percurso escolar dos alunos, por contactos com professores e/ou directores de turma, bem como através de Visitas Domiciliárias às famílias. Em graus de ensino de nível superior, apoia-se o pagamento de propinas dentro da capacidade orçamental disponível. Perante qualquer situação, o Centro procura incentivar os jovens imigrantes a reiniciar o seu ciclo de aprendizagem, fazendo contactos com escolas, tendo em vista a organização de processos de equiparação. Apoia em termos burocráticos os processos de equiparação de cursos superiores já disponíveis, nomeadamente, na área da Medicina.

Convirá ainda referir que na área da protecção à família e menores o Centro durante o mês de Agosto abre o Serviço de Ocupação de Tempos Livres, para crianças com idades entre 2 anos e meio e onze anos, cujos pais trabalham durante o referido mês.

Iniciativa: *Solidariedade Social*

Entidade(s): Cáritas Diocesana Viana do Castelo e ACIDI, I.P.

Outros sectores envolvidos: Saúde, Cultura/Sensibilização, Emprego

Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Viana do Castelo

Data: 1984 (data anterior ao início da parceria) - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes: 10 % da população-alvo

Modo de funcionamento: A Cáritas Diocesana procura desenvolver o seu trabalho nesta área em três eixos principais: acolhimento, integração e sensibilização. Com frequência procede-se à regularização de despesas imediatas, oferta de géneros alimentícios, roupa e calçado, apoio médico e medicamentoso, pagamento de água, electricidade, gás e rendas.

Iniciativa: *Cuidar... para Integrar*
Entidade(s): Cáritas Diocesana de Leiria
Outros sectores envolvidos:
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Leiria
Data: 2003 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 10 % da população-alvo
Objectivo: Assistir, promover, desenvolver e intervir na dignificação dos cidadãos nacionais e estrangeiros, despertando e formando para uma crescente consciência colectiva e participação na solução dos problemas sociais.
Modo de funcionamento: A Cáritas está na origem da fundação da AMIGrante - associação de apoio ao cidadão migrante (estrangeiros imigrantes, nacionais migrantes e nacionais emigrantes), prestando um apoio social (vestuário, pagamentos de documentação em casos excepcionais, etc...) aos imigrantes que dele necessitam).
 É, essencialmente, no serviço de atendimento diário geral que a Cáritas toma, mais de perto, contacto com os imigrantes para satisfação das suas necessidades. A Cáritas está aberta à universalidade das situações que precisam de ajuda. Entre as suas diversas áreas de trabalho, funciona também como plataforma de bens móveis, onde uns fazem entrega de bens de que já não precisam, para que outros os possam reutilizar. É assim que muitos cidadãos e/ou famílias imigrantes encontram na Cáritas, graciosamente, além de acolhimento humano, alguns dos bens de que precisam para equipar o seu lar ou para uso pessoal: móveis, electrodomésticos, agasalhos, bens alimentares e, mesmo, pequenas ajudas financeiras, para fazer face a necessidades básicas, quer para suportar custos com a obtenção de documentação de que muitas vezes precisam).

Iniciativa: *Centro de Alojamento Temporário "Farol"*
Entidade(s): Cáritas Diocesana de Coimbra
Outros sectores envolvidos: Saúde, Emprego
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Coimbra
Data: 2005 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado/orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 10 % da população-alvo
Objectivo: Contribuir para a melhoria da qualidade de vida de indivíduos que se encontrem em situação de emergência social e na condição de sem-abrigo; facilitar a mudança de estilos de vida e promover a sua capacidade de autonomização; diminuir a exposição a situações de risco e sensibilizar para a adopção de comportamentos mais saudáveis
Modo de funcionamento: O C.A.T. – Farol é um equipamento que acolhe pessoas em situação de sem-abrigo e/ou na condição de emergência social, aberto 24 h por dia, todos os dias do ano. Desenvolve um trabalho integrado no sentido de colmatar as necessidades básicas dos utentes, garantindo os seguintes serviços: alojamento, refeições, balneários para higiene pessoal, lavandaria, tratamento de roupa e administração de medicação. Garante, simultaneamente, apoio social, acompanhamento psicológico e actividades lúdico/formativas e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Iniciativa: *Atribuição de Bolsas de Estudo a alunos oriundos dos Municípios de Angoche (Moçambique) e Praia (Cabo Verde), para frequência de estabelecimentos de ensino superior privado*

Entidade(s): CM Figueira da Foz

Outros sectores envolvidos: Ensino

Localização: Região - Centro Litoral Concelho – Figueira da Foz

Data: -

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes:

Objectivo: Atribuir bolsas de estudo a alunos com dificuldades económicas

Modo de funcionamento: O programa consiste na atribuição de bolsas de estudo, pelo período de 10 meses por ano, a alunos com dificuldades económicas, oriundos dos municípios de Angoche e Praia, que se encontrem a frequentar estabelecimento de ensino superior na Figueira da Foz.

B) Iniciativas cujo objectivo é: Centralizar e divulgar bens doados em género à população carenciada e disponibilizar anúncios gratuitamente em áreas essenciais de integração (habitação, emprego, entre outros)

Iniciativa: *Apoio Social aos Imigrantes e Pessoas Carenciadas*

Entidade(s): Jornal Gazeta de Lagoa

Outros sectores envolvidos:

Localização: Região - Algarve Concelho - Lagoa

Data: 1989 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Orçamento próprio e donativos em género

Percentagem de imigrantes: 90 % da população-alvo

Modo de funcionamento: O jornal desenvolve a sua acção social através da: 1) disponibilização de anúncios gratuitos nos seus jornais, essencialmente para procura de emprego e habitação, aconselhamento social e jurídico e encaminhamento para entidades que possam resolver os problemas que são apresentados 2) oferta de jornais e livros, através dos quais os imigrantes aprendem português 3) recepção de donativos de roupas, calçado, brinquedos, livros, produtos alimentares, electrodomésticos, mobílias e outros, que pessoas carenciadas (na sua maioria imigrantes) escolhem e levam sem qualquer encargo nem limitação.

C) Iniciativas cujo objectivo é: trabalhar com/no Bairro para minimizar carências da população, no que toca a habitação e serviços de apoio à população local, por forma a prevenir possíveis situações de exclusão social.

Iniciativa: *Gabinetes de Apoio ao Morador dos Bairros Municipais de Porches e de Jacinto Correia*

Entidade(s): CM Lagoa

Outros sectores envolvidos: Cultura/Sensibilização, Desporto, Informação

Localização: Região - Algarve Concelho - Lagoa

Data: Junho 2005 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 18 % da população-alvo

Objectivo: Dinamizar uma intervenção social e comunitária de forma a combater e atenuar o fenómeno da Exclusão Social nestes aglomerados residenciais

Modo de funcionamento: Os serviços técnicos prestados e oferecidos neste contexto passam por um acompanhamento psicossocial integrado, orientação e encaminhamento, auscultação de permanências de bairro, visitas domiciliárias, Centro de Documentação e Informação, Espaço Net, conservação e beneficiação do edificado, sensibilização para o correcto uso e usufruto das habitações e zonas comuns numa perspectiva de incentivo à auto regulação, educação para a saúde e planeamento familiar (no seguimento de um protocolo com a APF).

Iniciativa: *Habitação Social*
Entidade(s): CM Sintra
Outros sectores envolvidos: -
Localização: Região - LVT Concelho - Sintra
Data: -
Fonte de financiamento:
Percentagem de imigrantes:
Modo de funcionamento: A Divisão de Habitação da CM procede ao realojamento de famílias constituídas, na sua maioria, por cidadãos imigrantes provenientes dos PALOP. O trabalho de acompanhamento destas famílias inicia-se nos contextos residenciais de partida, com a análise do local de realojamento mais adequado a cada agregado, considerando a sua composição, relações de vizinhança, de trabalho. O processo de realojamento só se realiza após a promoção de sessões de esclarecimento, com a organização dos moradores em Administrações de Prédio, e a sensibilização e preparação das instituições locais para o acolhimento das famílias. Já na fase de pós-realojamento desenvolve-se o acompanhamento permanente, através da realização de visitas domiciliárias, atendimentos semanais nos bairros, reuniões mensais com os inquilinos por prédio e articulação institucional para a resolução das situações de maior vulnerabilidade social.
 Atendendo à condição migrante de muitas das pessoas realojadas, existe uma estreita articulação com as entidades que em Sintra prestam apoio no âmbito da regularização da permanência, como é o caso da Associação Olho Vivo.
 Outros serviços: 1) Ficheiro Organizado de Procura de Habitação (FOP) - Atendimento semanal e registo dos pedidos de habitação dos munícipes, 2) Criação e dinamização de Comissões de Acompanhamento nas freguesias onde existem bairros camarários constituídas por representantes das entidades locais (escolas, centros de saúde, IPSS, centro de emprego, CPCJ, segurança social, juntas de freguesia, entre outras) para a realização de intervenção coordenada junto das situações mais vulneráveis.

Iniciativa: *A Associação e o Bairro: Serviço de Apoio à Infância/Gabinete de Apoio à Família/Realojamento*
Entidade(s): Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude
Outros sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Cultura/Sensibilização, Informação, Emprego
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Setembro 2003 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Dar resposta aos problemas de integração/inclusão da comunidade imigrante e da comunidade de acolhimento promovendo a igualdade de oportunidades
Modo de funcionamento: O processo do futuro realojamento da população do Bairro está a ser acompanhado pela Associação, de forma a que este se realize de uma forma integrada e articulada com o sentir da população. Note-se que todo o trabalho desenvolvido pela Associação é feito por mediadores com formação, mas também com conhecimento de causa, por terem passado por situações semelhantes. Através do envolvimento de todos os responsáveis locais, procura-se promover o acesso dos imigrantes a serviços que lhes facilitem a entrada no mercado de trabalho e outras tarefas da vida social. Paralelamente, trabalha-se com as crianças no sentido da sua integração na sociedade, através da realização de actividades de ocupação de tempos livres e de apoio escolar na aprendizagem da língua e cultura portuguesa.

As iniciativas abaixo referidas intervêm igualmente no domínio do Apoio à Procura de Habitação:

- *A Arte pela Globalização*: Espaço t
- *Acolher e Ajudar Também é Amar*: Centro Padre Alves Correia
- *Acolhimento e Apoio aos Imigrantes*: Secretariado Diocesano das Migrações
- *Apoio a Imigrantes (Aulas de Português e Encaminhamentos Vários)*: Cáritas Diocesana da Guarda
- *Apoio à Integração de Imigrantes*: CM Vila Franca de Xira e ACIDI, I.P.
- *Apoio ao imigrante*: Junta Freguesia da Ericeira
- *Atendimento e Encaminhamento da População Imigrante*: Associação da Comunidade Imigrante Romena e Moldava do Alentejo
- *Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante*: CRESAÇOR - Cooperativa Regional de Economia Solidária
- *Centro Pedro Arrupe*: JRS - Serviço Jesuíta aos Refugiados
- *Espaço Cidadania Lisboa*: ACIDI, I.P. e CM Lisboa
- *Gabinete de Acção Comunitária (GAC/CLAII de Aveiro)*: Centro Social Paroquial de Vera Cruz e ACIDI, I.P.
- *Gabinete de Apoio ao Cidadão*: Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar
- *Gabinete de Apoio ao Estudante*: Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária
- *Gabinete de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas*: CM Santarém
- *Humanus CAM*: Associação Humanidades, APF - Associação para o Planeamento da Família, CIG - Comissão para a Igualdade de Género, Hospital Júlio de Matos, Perfil-Psicologia e Trabalho, Lda; e SCMA - Santa Casa da Misericórdia de Albufeira
- *Integração pela Participação*: Casa Seis-Associação para o Desenvolvimento Comunitário
- *Noite saudável*: Médicos do Mundo - Portugal
- *Pacto territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal - Espaço Cidadania Seixal*: CM Seixal
- *Plano Integrado de Combate à Exclusão*: Fundação AMI
- *Ponto Imigrante - Apoio Local à Imigração*: LUSOTEMP - Empresa de Trabalho Temporário e ACIDI, I.P.
- *PROGRIDE-Projecto Ser Mulher*: AMCV-Associação de Mulheres Contra a Violência
- *Projecto Agir*: Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
- *Projecto Dar a Mão*: PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural
- *Projecto Porto Escondido*: Médicos do Mundo - Portugal
- *Projecto Sabura*: Associação Cultural Moinho da Juventude
- *Projecto Vias Alternativas em Algueirão-Mem Martins*: Junta de Freguesia Algueirão-Mem Martins
- *SIMM-Sensibilidade e Integração das Mulheres Migrantes no Caminho para a Igualdade de Oportunidade*: Associação de Solidariedade Internacional

As iniciativas abaixo referidas intervêm igualmente no sector dos Serviços Sociais:

- *A Arte pela Globalização*: Espaço t
- *Acolher e Ajudar Também é Amar*: Centro Padre Alves Correia
- *Acolhimento e Apoio aos Imigrantes*: Secretariado Diocesano das Migrações
- *Acolhimento e Integração do Imigrante*: CM Odivelas e ACIDI, I.P.
- *Agualva Acolhe*: Junta Freguesia Agualva
- *Apoio a Imigrantes (Aulas de Português e encaminhamentos vários)*: Cáritas Diocesana da Guarda
- *Apoio à Integração de Imigrantes*: CM Vila Franca de Xira e ACIDI, I.P.
- *Apoio ao Imigrante*: Associação Os Parceiros da Amizade
- *Apoio ao imigrante*: Junta Freguesia Ericeira
- *Apoio Comunitário Porta Aberta*: Associação Luso CaboVerdiana de Sintra
- *Apoio Jurídico*: Associação de Apoio ao Imigrante Árabe
- *Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante*: CRESAÇOR - Cooperativa Regional de Economia Solidária
- *Centro Pedro Arrupe*: Serviço Jesuíta aos Refugiados
- *Conselho Municipal das Comunidades do Porto*: Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto e CM Porto

- *Djanné É Pinal* (“Educação e Cultura”): Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica
- *Gabinete de Acção Comunitária (GAC/CLAII de Aveiro)*: Centro Social Paroquial de Vera Cruz e ACIDI, I.P.
- *Gabinete de Apoio ao Imigrante*: Associação Luso CaboVerdiana de Sintra
- *Gabinete de Apoio Social*: Serviço Jesuíta aos Refugiados
- *Humanus CAM*: Associação Humanidades, APF - Associação para o Planeamento da Família, CIG - Comissão para a Igualdade de Género, Hospital Júlio de Matos, Perfil-Psicologia e Trabalho, Lda; e SCMA - Santa Casa da Misericórdia de Albufeira
- *Juntos na Descoberta e Aceitação da Diferença*: Fundação Júlia Moreira - SCML
- *Nas minhas férias grandes eu fiz ...* : CM Vila Franca de Xira e ACIDI, I.P.
- *Núcleo de Informação e Apoio ao Imigrante*: Cercipeniche
- *Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal - Espaço Cidadania Seixal*: CM Seixal
- *Plano de Actividades 2007 - Eventos; Apoio psico-social e de reinserção na vida activa; apoio e orientação fiscal; orientação jurídica*: Associação Mais Brasil
- *Plano Integrado de Combate à Exclusão*: Fundação AMI
- *Projecto “Nu Kre Bai Na Bu Onda”*: Associação de Solidariedade Social da Cova da Moura
- *Projecto “Renovar as Origens*: Associação Integrar
- *Projecto Agir*: Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
- *Projecto Dar a Mão*: PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural
- *Projecto de Apoio à Equivalência de Habilitações Académicas e Profissionais de Enfermeiros Imigrantes*: SJR, Hospital Amadora Sintra, Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil, e Fundação Calouste Gulbenkian
- *Projecto de Apoio à Profissionalização de Médicos Imigrantes*: Serviço Jesuíta aos Refugiados e Fundação Calouste Gulbenkian
- *UNIVA - DAR Oportunidades*: União da Associação de Pais Agrupamento Vertical Escolas da Caparica

Foi igualmente recepcionada a iniciativa seguinte que, por ter tido início há mais de dois anos se optou por não detalhar, devendo embora ser partilhada:

- *Projecto Guadiana - Centro de Acolhimento* (Janeiro 2003-Dezembro 2005): MAPS - Movimento de Apoio à Problemática da SIDA. O Programa pretendia encontrar melhores respostas para os problemas relacionados com a imigração e sem abrigo, através da utilização de um apartamento preparado para alojar cinco pessoas. Estas pessoas tinham acompanhamento psico-social.

Assinale-se ainda que, a exemplo de muitas outras câmaras municipais, que não possuem programas habitacionais específico para imigrantes (por estes serem em número muito reduzido), o Departamento de Habitação Social da Câmara Municipal de Coimbra disponibiliza as respostas relativas a habitação social desde que os candidatos se encontrem em situação legal.

ACONSELHAMENTO JURÍDICO E REGISTO DE CIDADÃOS COMUNITÁRIOS

Atendendo às exigências legais e aos complexos processos burocráticos associados às migrações, a necessidade de informação e de apoio jurídico aos imigrantes não pode ser subestimada. A informação e aconselhamento sobre direitos e deveres atribuídos aos detentores de vistos de trabalho e outros regimes de permanência, condições de acesso, reagrupamento familiar, nacionalidade, estatuto de residente de longa duração e possibilidades de regularização, para citar apenas algumas das questões que os imigrantes podem ter de enfrentar, são factores cruciais para ajudar a promover a imigração regularizada e garantir que, tanto os novos migrantes como os já estabelecidos, tenham apoio para se instalar no país de destino, dentro do quadro legal instituído.

Enquadramento do Sector

No conjunto das respostas ao questionário, destacam-se nove iniciativas cuja principal actividade está relacionada com o aconselhamento jurídico (considerou-se sobretudo os serviços prestados por profissionais formados em Direito). Há ainda mais vinte e duas que actuam neste domínio, embora prestem o seu principal serviço noutros sectores de intervenção, motivo pelo qual apenas as primeiras são listadas no presente capítulo, sendo as restantes apresentadas em mais detalhe, nos capítulos correspondentes à sua área de intervenção principal. Assim, no global, identificaram-se 31 iniciativas com prestação de serviços jurídicos, quer estes assumam um papel principal ou secundário na sua actuação.

Entidades e fontes de financiamento

Mais de metade das iniciativas são promovidas por entidades do terceiro sector (ONG, IPSS e Associações), proporção que é superior em mais de 10% à observada para a média dos sectores. Quase um terço das iniciativas deste agrupamento são promovidas por autarquias, cerca de 10%, por duas ou mais entidades, tendo-se registado apenas uma da responsabilidade do sector privado e nenhuma promovida por organismos públicos, de âmbito regional ou nacional (Quadro 7.1).

Quadro 7.1 Tipo de Entidade Promotora das Iniciativas

Tipo de entidade	Nº	%
Sector público nacional	-	-
Sector público regional	-	-
Sector público local	10	32.3
Terceiro Sector	17	54.8
Sector privado	1	3.2
Escola	-	-
Universidades	-	-
Mistas (2 ou + instituições)	3	9.7
Outras	-	-
Total	31	100.0

No entanto, quanto ao financiamento destas iniciativas, surge, em primeiro lugar, o Estado, que financia mais de um quarto das iniciativas e co-financia perto de mais 25%. As autarquias constituem a segunda principal fonte de financiamento, assegurando o pagamento integral das despesas de 13% dos projectos

e co-financiando outros tantos. A dependência do financiamento público é ainda mais acentuada quando se considera, em conjunto, o Estado, as autarquias e a UE, sendo que 70% das iniciativas são dependentes destas fontes, proporção que é mais elevada do que a encontrada para a média global (57%). Os orçamentos das instituições promotoras financiam quatro projectos (13%) e o sector privado, somente um, embora participe no financiamento de mais dois (Quadro 7.2).

Quadro 7.2 Iniciativas Segundo a Fonte de Financiamento

Fontes de financiamento	Nº	%	% Respostas Válidas
Nenhuma	2	6.5	6.7
Orçamento da instituição	4	12.9	13.3
Autarquia	4	12.9	13.3
Privado	1	3.2	3.3
UE	1	3.2	3.3
Fundação	-	-	-
Estado	8	25.8	26.7
Três ou mais fontes	1	3.2	3.3
Outras	-	-	-
Estado e Autarquia	3	9.7	10.0
Estado e Privado	2	6.5	6.7
Estado e UE	-	-	-
Estado e orçam. Instit. Prom.	2	6.5	6.7
Autarquia e Privado	1	3.2	3.3
Autarquia e UE	-	-	-
Privado e orçamento Inst. Prom.	1	3.2	3.3
Total de respostas	30	96.8	100.0
NS/NR	1	3.2	-
Total	31	100.0	

Distribuição geográfica e grupos-alvo

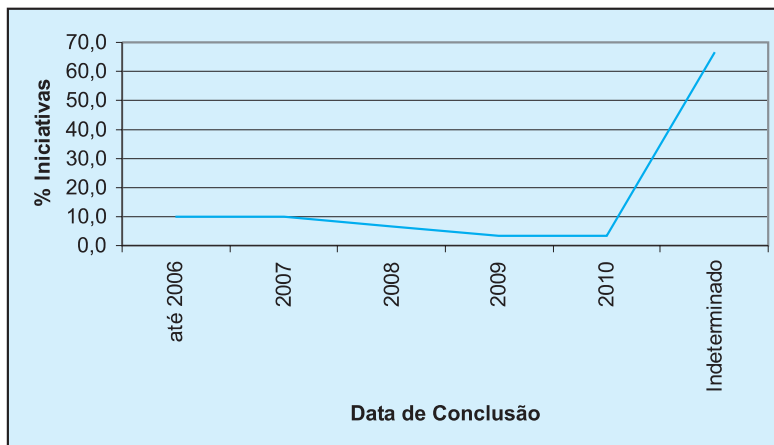
Em grande medida, a distribuição geográfica das iniciativas acompanha o padrão locativo das áreas de residência dos cidadãos estrangeiros, apresentado no capítulo introdutório, bem como as especificidades da implantação territorial de cada grupo de imigrantes. Três quartos dos projectos abrangem imigrantes dos PALOP; quase o mesmo número trabalha com imigrantes do Leste da Europa e da ex-União Soviética (principalmente ucranianos, moldavos e russos); 61%, com latino-americanos (na maioria brasileiros); 35%, com imigrantes provenientes dos novos países da UE (principalmente romenos); um quarto, com indivíduos de outros países da Ásia; 20%, do Sudeste asiático (principalmente indianos e paquistaneses) e outros países de África e apenas 6%, com chineses.

Datas de Conclusão das Iniciativas e Financiamento

O futuro imediato das iniciativas com acção neste sector, parece ser mais favorável do que acontece no conjunto dos restantes. Somente 20% dos projectos chegam ao seu termo até ao final de 2007 (sendo a média geral de 40%); 10%, até ao final de 2009, e quase dois terços têm data de conclusão indeterminada (Fig. 7.1). Além disso, quando se consideram os períodos de financiamento previstos, verifica-se também que, a percentagem dos que terminam em 2007 (22%), é inferior à média geral (30%). Embora saibamos

pouco sobre a sustentabilidade de 63% das iniciativas, cujas datas de conclusão dos projectos e/ou do financiamento, não estão previstos ou são indeterminados, quando consideramos as perspectivas de financiamento, revela-se uma situação mais positiva do que noutros sectores, em virtude de 86% das iniciativas terem revelado que a actual fonte de financiamento tem possibilidades de continuação no futuro.

Fig. 7.1 Percentagem de Iniciativas Segundo as Datas de Conclusão das Iniciativas



Parcerias

As iniciativas com actividade no domínio do aconselhamento jurídico e registo de cidadãos europeus, possuem níveis de articulação elevados, quer com o terceiro sector, quer com o sector público: 45% trabalham com ONG e outras associações; quase 35%, com Associações de Imigrantes e 17% com IPSS. O nível de cooperação mais significativo com o sector público envolve o ACIDI, I.P./CNAI/CLAI, abrangendo 52% das iniciativas, proporção que é bastante superior à média geral (39%). Deve ainda salientar-se o SEF, referido por 40% das iniciativas, as Câmaras Municipais, por 35%, o IEF, por cerca de um terço e as Juntas de Freguesia e o Ministério da Educação (incluindo subunidades), por quase um quarto dos projectos.

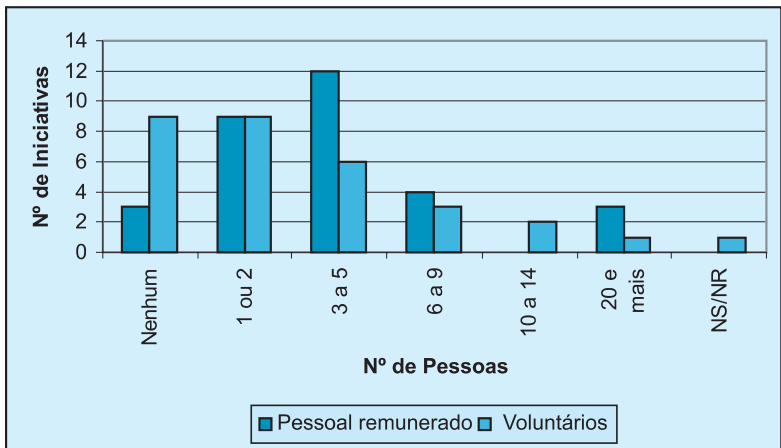
Obstáculos

O obstáculo referido com maior frequência foi a escassez de recursos humanos (58%), numa proporção quase 20% superior à média sectorial. A esta dificuldade segue-se a falta de meios materiais (54%), dificuldades dos parceiros em trabalhar em rede (21%), falta ou desadequação do espaço disponível (21%) e meios de divulgação das actividades (17%). De referir ainda que a taxa de não respostas é de 23%.

Recursos Humanos

Em termos de volume de recursos humanos, estas iniciativas não parecem ter problemas maiores do que a média geral: 10% não dispõem de pessoas remuneradas; 68% têm cinco ou menos funcionários pagos; 26%, entre seis e catorze pessoas e as restantes quinze ou mais (Fig. 7.2). Entre as iniciativas com pessoal ao serviço, cerca de metade empregam técnicos licenciados na área do direito. Contudo, há uma percentagem ligeiramente menor do que a média, cujos trabalhadores possuem o grau de licenciado. Em contrapartida, verifica-se que apenas 3% dos projectos declararam que os seus colaboradores não receberam qualquer formação nos últimos dois anos, ou seja, uma percentagem muito inferior à observada no conjunto dos sectores (22%). Este facto sugere que a frequência de acções de formação dos trabalhadores constitui uma tentativa de resposta à necessidade de maior qualificação dos recursos humanos, apontada como o principal obstáculo ao desenvolvimento destas iniciativas. Também em termos do número de voluntários, este sector comporta-se ligeiramente melhor do que a média, ainda assim 30% das iniciativas não têm voluntários, enquanto 50% têm entre um e cinco voluntários e os restantes têm 6 ou mais (Fig. 7.2).

Fig. 7.2 Número de Iniciativas Segundo o Número de Pessoas Remunerados e de Voluntários



Utentes

Os imigrantes representam uma parte dos utentes destes serviços ligeiramente superior à média: constituem a totalidade dos beneficiários em 47% das iniciativas e, entre 50 e 99%, em mais 47% dos projectos (valores calculados com base numa taxa de respostas de 97%). Observa-se ainda que as taxas de utilização reais ultrapassaram, em mais de metade dos casos, as expectativas iniciais; foram semelhantes às esperadas, em mais de um terço das situações e inferiores em apenas 10% das iniciativas.

Descrição das Iniciativas

As iniciativas do presente capítulo podem ser agrupadas em três categorias: A) aconselhamento jurídico, B) aconselhamento jurídico especializado, C) registo de cidadãos comunitários.

A) Objectivo das iniciativas: Dar aconselhamento jurídico aos imigrantes, ao mesmo tempo que informam, sobre os seus direitos e deveres, com vista à regularização da sua situação, servindo de mediador entre estes e entidades várias.

Iniciativa: Apoio Jurídico
Entidade(s): Associação de Apoio ao Imigrante Árabe
Outros sectores envolvidos: Informação, Serviços Sociais
Localização: Região - LVT Concelho - Oeiras
Data: Início da actividade da Associação de Apoio ao Imigrante Árabe - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Nenhuma
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Modo de funcionamento: Aconselhamento jurídico a imigrantes de origem magrebina e árabe e a reclusos, por advogados em regime voluntário. É também fornecido apoio financeiro aos mais necessitados.

Iniciativa: *Ao Encontro da Legalização*
Entidade(s): Centro de Acolhimento João Paulo II
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - Centro Litoral Concelho - Coimbra
Data: Março 2002 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Porcentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Modo de funcionamento: Este Centro acolhe situações fora do âmbito do serviço do CLAI e que são levadas à consideração do SEF, por se entender serem situações especiais e não enquadráveis pacificamente pela lei. Através da respectiva legalização do imigrante, acredita-se poderem ser criadas as condições de inserção no mercado de trabalho, diminuindo os casos de exploração laboral e proporcionando aos imigrantes condições de autonomia. Este projecto concede também apoio financeiro para obtenção de provas documentais necessárias à instrução de processos e coimas, junto do SEF, sempre que a situação de precariedade financeira se confirmar.

Iniciativa: *Aconselhamento Jurídico*
Entidade(s): Amnistia Internacional Portugal
Outros sectores envolvidos: Informação, Direitos Humanos
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: 1987 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Porcentagem de imigrantes: 15 % da população-alvo
Modo de funcionamento: Aconselhamento jurídico em permanência prestado maioritariamente por estagiários e voluntários de formação em Direito. Não serve exclusivamente a população imigrante, mas disponibiliza informação no campo da imigração e colaborou, pontualmente, na inserção profissional deste público em parceria com outras organizações.

Iniciativa: *Gabinete de Consulta e Apoio ao Cidadão Estrangeiro*
Entidade(s): Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Junho - Julho 2005
Fonte de financiamento: Estado
Porcentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Diagnosticar as necessidades deste segmento específico da população e dimensionar a futura intervenção do Instituto de Acesso ao Direito.
Modo de funcionamento: O Gabinete de Consulta e Apoio ao Cidadão Estrangeiro funcionou a título experimental, surgindo integrado na vasta actuação da CDHOA, que inclui a observação da evolução do respeito pelos direitos humanos de todos os cidadãos, sem excepção ou discriminação. A colaboração activa com organizações cívicas e institucionais congéneres nacionais e internacionais, e especificamente uma intervenção efectiva nas áreas das minorias étnicas, da imigração e dos abusos a que são sujeitas estas pessoas em situação de especial fragilidade, contribuiu para que se concluísse e reconhecesse a necessidade da criação de uma estrutura similar permanente. Tal veio a concretizar-se de certa forma na criação do Gabinete de Consulta Jurídica de Lisboa, ainda que com algumas limitações.

Iniciativa: *Atendimento de Imigrantes (e Tratamento de Processos)*

Entidade(s): SOLIM - Associação Solidariedade Imigrante e ACIDI, I.P.

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa

Data: - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Estado/Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Modo de funcionamento: Parceria entre a SOLIM e o ACIDI, I.P.. A SOLIM actua também noutros pontos do país, como Beja.

B) Apoio jurídico especializado

Iniciativa: *Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica*

Entidade(s): Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - País inteiro Concelho - País inteiro

Data: Maio 2005 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Estado

Percentagem de imigrantes: 95 % da população-alvo

Objectivo: Dar apoio jurídico, psicológico e encaminhamento social de forma confidencial, personalizada, qualificada e gratuita a imigrantes vítimas de crime e a vítimas de discriminação racial ou étnica.

Modo de funcionamento: A UAVIDRE é uma unidade central da Associação que está localizada em Lisboa, muito embora tenha competência de intervenção a nível nacional. Conta com uma equipa técnica composta por uma jurista e um psicólogo que asseguram o atendimento em português, inglês, francês, espanhol e russo. Disponibiliza informação acerca dos direitos das vítimas de crime: acesso aos tribunais, formas de indemnização, processo crime, auxílio na elaboração de queixas e denúncias, entre outros.

C) Registo de Cidadãos Europeus

O objectivo deste serviço é proceder ao registo que formaliza o direito de residência dos cidadãos da UE. Foram recentemente transferidos para algumas Câmaras Municipais e visam assegurar que os procedimentos a adoptar no âmbito do registo de cidadãos comunitários sejam caracterizados pela simplicidade, desmaterialização e celeridade, fazendo uso das tecnologias de informação e comunicação.

Iniciativa: *Certificação de Registo de Cidadãos Europeus*

Entidade(s): CM Moura e SEF

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - Alentejo Concelho - Moura

Data: Maio 2007 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Iniciativa: *Registo e Certificação de Cidadãos Europeus*

Entidade(s): CM Guarda e SEF

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - Centro Interior Concelho - Guarda

Data: Março 2007 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Autarquia

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Iniciativa: Registo e Certificação de Cidadãos Europeus
Entidade(s): CM Cabeceiras de Basto e SEF
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Cabeceiras de Basto
Data: Março 2007 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Autarquia
Porcentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

As seguintes iniciativas prestam igualmente apoio e acompanhamento jurídico, disponibilizando informações gerais e reencaminhando os imigrantes para os serviços apropriados:

- *A Arte pela Globalização:* Espaço t
- *Acolher e Ajudar Também é Amar:* Centro Padre Alves Correia
- *Acolhimento e Integração do Imigrante:* CM Odivelas e ACIDI, I.P.
- *Aqualva Acolhe:* Junta Freguesia da Aqualva
- *Apoio a Imigrantes (Aulas de Português e Encaminhamentos Vários):* Cáritas Diocesana da Guarda
- *Apoio a Imigrantes:* Associação de Apoio ao Imigrante de S. Bernardo
- *Apoio ao Imigrante:* Associação Os Parceiros da Amizade
- *Centro de Acolhimento e Integração:* Associação C.A.P.E.L.A. - Centro de Apoio a População de Leste e Amigos
- *Centro Pedro Arrupe :* Serviço de Jesuítas aos Refugiados
- *Espaço Cidadania Lisboa:* ACIDI, I.P. e CM Lisboa
- *Espaço-Emprego:* Junta Freguesia de Monte Abraão
- *Gabinete de Apoio a Imigrantes:* AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global
- *Gabinete de Apoio ao Imigrante:* Associação Luso Caboverdeana de Sintra
- *Intervenção de Proximidade -* CM Oeiras e ACIDI, I.P.
- *Intervenção de Proximidade - Funcionamento de Três Pólos CLAll:* CM Oeiras e ACIDI, I.P.
- *Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal - Espaço Cidadania Seixal:* CM Seixal
- *Plano de Actividades 2007 - Eventos; Apoio Psico-social e de Reinserção na Vida Activa; Apoio e Orientação Fiscal;* Orientação Jurídica: Associação Mais Brasil
- *Plano Integrado de Combate à Exclusão:* Fundação AMI
- *Ponto Imigrante - Apoio Local à Imigração:* LUSOTEMP-Empresa de Trabalho Temporário e ACIDI, I.P.
- *PROGRIDE - Projecto Ser Mulher:* Associação de Mulheres contra a Violência
- *Projecto Arnaró Proect (Intervenção de Proximidade):* CM Faro
- *Projecto Geração/Oportunidade:* CM Amadora, Fundação Calouste Gulbenkian, ACIDI, I.P. e parceiros operacionais no terreno
- *SIMM - Sensibilidade e Integração das Mulheres Migrantes no Caminho para a Igualdade de Oportunidades:* Associação de Solidariedade Internacional
- *SPIN - Serviço de Proximidade e Informação:* CM Loures
- *Tu Kontas:* CM Montijo e consórcio

SECTOR FINANCEIRO

Um importante, mas frequentemente esquecido, elemento da integração económica dos imigrantes é a sua participação no mercado financeiro formal, especialmente considerando que estes indivíduos podem ser identificados como um grupo em risco de ser financeiramente excluído, por exemplo, de ter contas de poupança e cartões de crédito ou de ter acesso ao crédito imobiliário. Aumentar a participação dos migrantes no sector financeiro formal tem outras implicações na vida dos imigrantes, como, por exemplo, facilitar o acesso a programas de micro-crédito para criação de auto-emprego, o que gera rendimento, bem como dar resposta à crescente importância das remessas dos trabalhadores migrantes, que se tornaram numa das principais componentes dos fluxos financeiros provenientes de países desenvolvidos para países em desenvolvimento a nível global. Cada um destes aspectos acentua a importância de promover a inclusão financeira dos imigrantes e de desenvolver serviços bancários especializados que aumentem a transparência do mercado e reduzam os custos.

Enquadramento do Sector

Cinco das iniciativas que responderam ao inquérito podem ser identificadas como actuando principalmente no sector financeiro, e mais uma em que estas actividades são complementares da principal. Desde modo, no conjunto, individualizam-se seis iniciativas com trabalho neste sector, seja como actividade principal ou secundária.

Os principais objectivos e os serviços prestados neste sector podem ser divididos em duas categorias principais, a primeira das quais é constituída pelos serviços financeiros que permitem aos grupos imigrantes aceder a uma variedade de serviços bancários e de crédito, e enviar remessas. A segunda é o micro-crédito e outros tipos de apoio financeiro, visando potenciar a criação de micro-empresas, bem como permitir investimentos em instituições e associações de imigrantes, auxiliando nos seus custos operacionais.

Entidades e fontes de financiamento

O perfil das entidades promotoras destas iniciativas difere significativamente dos outros sectores, sendo metade (três), promovidas pelo sector privado, duas pelo terceiro sector (ONG e IPSS) e uma por uma Câmara Municipal. Geralmente, a fonte de financiamento reflecte o tipo de instituição promotora de cada iniciativa, o que significa que este sector é um dos poucos que, pela sua natureza, não depende do financiamento público, mas sim do financiamento privado. Mais de 80% das iniciativas, são financiadas pelo sector privado (sendo que, para três delas corresponde ao orçamento da entidade responsável pelo projecto) e a outra iniciativa recebe financiamento da autarquia (novamente o seu próprio orçamento institucional).

Distribuição geográfica e grupos-alvo

Relativamente à distribuição geográfica das iniciativas, verifica-se que a maioria abrange a totalidade do País ou a Região de Lisboa e Vale do Tejo. Relativamente aos grupos de imigrantes servidos por este sector, observa-se que cinco instituições trabalham com imigrantes provenientes do Brasil, da Europa de Leste e ex-União Soviética (principalmente ucranianos, russos e moldavos) e dos PALOP; duas, predominantemente com imigrantes dos países asiáticos; uma, com pessoas do Sudeste Asiático, outra com romenos e búlgaros e ainda outra com imigrantes chineses. Saliente-se que em qualquer dos casos a composição do público-alvo não reflecte a exclusão do acesso a indivíduos de outros grupos.

Duração das iniciativas e seu financiamento

Em termos gerais, este sector aparenta não ter problemas de sustentabilidade, verificando-se que apenas uma das iniciativas tem data de conclusão prevista para 2008 e as cinco restantes têm fim indeterminado. No que se refere ao financiamento, observa-se que quatro projectos vão manter a fonte actual de financiamento e para três, o período de financiamento também é indeterminado. Assim, os indicadores de sustentabilidade apontam para uma situação positiva, o que, naturalmente, está relacionado com a natureza dos serviços, o tipo de instituições que os prestam e com a procura do mercado.

Parcerias

As iniciativas apresentadas neste sector estão fortemente articuladas com instituições do terceiro sector, havendo quatro que trabalham com Associações de Imigrantes, ONG e outras associações. De salientar ainda que há duas que envolvem o ACIDI, I.P./CNAI/CLAI, mencionando apenas as parcerias que incluem mais de duas entidades.

Obstáculos

Os problemas específicos e obstáculos referidos pelas iniciativas deste sector são variados, não havendo nenhum referido mais de duas vezes. Foram mencionados os seguintes: divulgação das actividades, falta de recursos materiais, formação de recursos humanos, dificuldades dos parceiros em trabalhar em rede e barreiras linguísticas.

Recursos Humanos

O sector não parece ter problemas relacionados com a disponibilidade de recursos humanos, empregando cinco das seis iniciativas, entre duas e quinze pessoas (uma iniciativa não respondeu). Em regra, os trabalhadores possuem um grau de ensino superior e estão familiarizados com a temática da imigração e a legislação específica para estas populações. Observou-se ainda que dois projectos contam com o apoio de trabalho voluntário.

Acessibilidade e Utentes

Estes serviços localizam-se em áreas facilmente acessíveis aos imigrantes. Verificou-se também que o público-alvo de três iniciativas é unicamente constituído por imigrantes; nos outros dois casos que responderam a esta pergunta, os imigrantes representam, numa delas entre 75 a 99% dos utentes e, no outro, apenas entre 10 e 24%. Estes resultados correspondem, ou são superiores, às expectativas das instituições promotoras dos projectos.

Importa ainda registar que estes serviços estão disponíveis nas principais línguas dos países da UE-15, e ainda em russo, crioulo, ucraniano, chinês e romeno.

Descrição das Iniciativas

As iniciativas descritas a seguir foram agrupadas em duas categorias segundo o seu modo de funcionamento e objectivos. Assim, o grupo A reúne serviços de bancarização como contas, empréstimos e outros serviços bancários, enquanto o grupo B reúne especificamente o serviço de micro-crédito e apoio técnico e financeiro.

A) Serviços de bancarização

Iniciativa: *Bancarização das Comunidades Imigrantes*

Entidade(s): Millennium BCP

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - País inteiro Concelho - País inteiro

Data: Setembro 2004 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Promover a integração social e económica das comunidades imigrantes em Portugal, em que a bancarização assume um papel incontornável como factor de inclusão social.

Modo de funcionamento: Por serviços de bancarização entende-se, por exemplo, Crédito à Habitação, Crédito Pessoal para Recheio, Seguro Multi-riscos Habitação. A Conta Passaporte incorpora um conjunto de benefícios específicos, quer ao nível de produto financeiro, quer de descontos e isenções em outros produtos, a um preço extremamente competitivo. O Millennium BCP como agente da Western Union proporciona a possibilidade do imigrante realizar transferências de dinheiro para todo o mundo com a máxima rapidez e segurança. O apoio às comunidades imigrantes passa também pelo patrocínio do Portal das Associações de Imigrantes em Portugal, pelo patrocínio financeiro e actividades culturais e educacionais promovidas por associações de imigrantes (como a revista mensal *O Brasileirinho*) e representações diplomáticas creditadas em Portugal; pela oferta de mobiliário e equipamento informático a associações.

Iniciativa: *Projecto Novos Residentes*

Entidade(s): Banco Espírito Santo

Outros sectores envolvidos: Informação

Localização: Região - País inteiro Concelho - País inteiro

Data: Novembro 2005 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Abordagem especializada ajustada às necessidades das comunidades imigrantes em processo de integração na sociedade portuguesa.

Modo de funcionamento: De entre as características do serviços disponibilizado às comunidades imigrantes, destaca-se o acesso e conveniência da rede de balcões, a oferta dirigida às necessidades específicas, o diálogo respeitando a diversidade cultural das suas origens, e a política de crédito. Para além dos serviços gerais, o BES criou também uma oferta diferenciada face à evolução das necessidades dos clientes do sector. O aumento do número de clientes captado no segmento Novos Residentes deve-se em parte à sua rede de promotores étnicos, que contribuiu com a captação de 18,9% no total de captação de clientes. Para os dois primeiros anos de permanência em Portugal, o Grupo BES criou a oferta BES Boas-Vindas (Family links e seguro de vida, etc.). O serviço de envio de dinheiro BESXPress foi disponibilizado em 2006 para as comunidades brasileira, moldava e ccraniana, g graças a acordos com bancos em alguns dos respectivos países. É um serviço inovador que permite que a transferência seja realizada através de qualquer caixa Multibanco ou serviço de Internet Banking, permitindo ainda acompanhar o estado da transferência através de mensagens SMS ou do serviço telefónico BESdirecto.

B) Micro-crédito e outros tipos de apoio financeiro

Iniciativa: *Microcrédito*
Entidade(s): Millennium BCP
Outros sectores envolvidos: Informação
Localização: Região - Outros Concelho - Lisboa, Porto, Braga, Funchal, Ponta Delgada
Data: 08-11-2005 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 22 % da população-alvo
Objectivo: Financiar e promover pessoas e micro-empresas sem acesso ao crédito bancário tradicional.
Modo de funcionamento: Disponível no Porto, Funchal, em Braga e Ponta Delgada, prevendo a cobertura de 65% do mercado potencial. Procura-se deste modo financiar e promover pessoas e micro-empresas com iniciativas empresariais viáveis, que de outra forma não teriam acesso a crédito, alavancando na experiência do Millennium.

Iniciativa: *Microcrédito para Imigrantes*
Entidade(s): JRS - Serviço Jesuíta aos Refugiados e ACIDI, I.P.
Outros sectores envolvidos: -
Localização: Região - Concelho -
Data: Junho 2005 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Privado
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Fomentar o empreendedorismo e combater a exclusão social através da auto-iniciativa.
Modo de funcionamento:

Iniciativa: *Programa de Apoio Financeiro às Instituições Sem Fins Lucrativos Promotoras do Desenvolvimento Social e de Saúde do Concelho de Sintra*
Entidade(s): CM Sintra
Outros sectores envolvidos: -
Localização: Região - LVT Concelho - Sintra
Data: 2001 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Autarquia
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Potenciar a dinâmica e a qualidade das respostas das entidades sem fins lucrativos na procura do aumento de bem-estar dos munícipes. O PAFI abrange expressamente as instituições e/ou projectos de apoio à população imigrante e grupos étnicos minoritários.
Modo de funcionamento: As ações apoiadas para financiamento são da responsabilidade das instituições/ associações e incluem apoio ao investimento, nomeadamente para construção; remodelação de instalações; aquisição de equipamento e de viaturas; apoio a projectos e actividades (e neste eixo surgem muitas vezes projectos no domínio da prevenção do racismo e xenofobia), e apoio ao arrendamento de instalações. O Programa prevê a atribuição anual de apoio financeiro e integra especificamente as “instituições que desenvolvem ações e/ou projectos de apoio à população imigrante e grupos étnicos minoritários”. Desde essa altura até ao presente, tem-se registado um aumento significativo de candidaturas neste âmbito, a que não é alheia a mobilização do movimento associativo para esta área de intervenção no Concelho de Sintra.

Assinale-se que a seguinte iniciativa actua também no Sector Financeiro:
 – *Acolher e Ajudar Também É Amar:* Centro Pedro Alves Correia

INICIATIVAS INTEGRADAS

Este capítulo reúne iniciativas que, para além do seu carácter multi-sectorial, se distinguem pelo modo de articulação destas múltiplas dimensões das suas actividades e pelo enfoque num grupo-alvo. Foram, assim, consideradas como intervenções de cariz integrado e holístico, isto é, fornecem serviços que correspondem e contemplam simultaneamente várias vertentes essenciais do processo de integração de forma concertada, afirmando o migrante enquanto sujeito autónomo e portador de desenvolvimento, e avançando na construção de soluções individuais que permitam avançar de uma forma mais sólida para processos de efectiva inserção.

Para atingir e realizar o projecto de vida de cada migrante, as experiências abaixo descritas tomam como ponto de partida a necessidade e exigência da aquisição de instrumentos e competências para esta construção de autonomia, o que passa, por sua vez, pelo potencial de desenvolvimento pessoal, social/interrelacional e profissional destes sujeitos. Podemos genericamente afirmar que se tratam de iniciativas que não só satisfazem as necessidades básicas do ser humano, como o alojamento, a alimentação, o vestuário, a higiene e a saúde, como, por outro lado, disponibilizam um acompanhamento individual dos migrantes, no que se refere ao ensino da língua portuguesa, à informação sobre os seus direitos e deveres, ao acesso e procura de emprego e ao sucesso das acções de formação. De referir que estes caminhos e fontes de cidadania não traçam um percurso unilinear, antes, apresentam pontos de intersecção constantes.

Contudo, e apesar do protagonista da acção ser o migrante, estas iniciativas não esquecem que a sua integração passa igualmente por níveis de inclusão familiar e comunitário, pelo que, em geral, envolvem e dinamizam as redes sociais, motivando e sensibilizando para o diálogo intercultural. De facto, o conceito de integração no seu todo implica um processo de ajustamento e adaptação mútua entre imigrantes e a sociedade de acolhimento, exigindo aprendizagem, cooperação, troca de saberes, experiências e práticas culturais entre indivíduos, grupos sociais e/ou comunidades étnicas.

Em suma, trata-se de projectos para, por e com ambas as peças do jogo da integração/interacção: os migrantes e comunidade autóctone, promovendo a igualdade de oportunidades, independentemente da pertença originária.

Nestas condições foram identificadas doze iniciativas, cuja análise se apresenta de seguida. Precisamente porque se trata de projectos de carácter integrado e não se concentram num sector específico de actividade, não se procedeu a uma análise sectorial nos moldes dos capítulos anteriores. As áreas de actuação continuam a ser identificadas nas fichas descritivas, como nos capítulos anteriores.

Enquadramento

Entidades e fontes de financiamento

Na sua grande maioria (dez no total de doze), as iniciativas são promovidas pelo terceiro sector (quatro por ONG, quatro por IPSS, uma por uma associação e outra por uma organização de carácter religioso), restando apenas duas que são promovidas pelo sector público local. De salientar que apenas uma das iniciativas é explicitamente desenvolvida em regime de parceria.

Esta importância do terceiro sector não surge, todavia, inteiramente reflectida nas fontes de financiamento, na medida em que a maior parte dos projectos são financiados, na íntegra (cinco) ou parcialmente (outros três), pelo Estado, enquanto o orçamento da instituição é fonte de financiamento para quatro iniciativas

(uma em exclusivo e três em co-financiamento). De mencionar ainda que outros dois projectos recebem financiamento comunitário e que o financiamento privado é utilizado apenas por uma iniciativa, em regime de co-financiamento.

Distribuição geográfica e grupos-alvo

A distribuição geográfica deste grupo de iniciativas vai ao encontro do que foi observado para a globalidade dos sectores, actuando a maior parte das iniciativas na Região de Lisboa e Vale do Tejo (oito). Duas das iniciativas abrangem o Norte Litoral; uma actua em todo o território português e, a outra, nas Regiões Autónomas (Açores).

Relativamente à origem dos grupos-alvo, surgem novamente destacadas as principais comunidades presentes em Portugal: os PALOP, com onze iniciativas, a América Latina (principalmente o Brasil), com oito, e a Europa de Leste e ex-União Soviética, com outras tantas. Podemos ainda acrescentar que as iniciativas analisadas neste capítulo não incluem nos seus grupos-alvo, pelo menos predominantemente, cidadãos chineses ou oriundos da UE-15 ou da América do Norte.

Data de Conclusão e Financiamento

Mais de metade das iniciativas (sete) têm data de conclusão indeterminada. Uma já terminou em 2006, outra prolonga-se até ao final de 2007 e as três restantes terminam nos próximos três anos: uma em 2008, outra em 2009 e outra em 2010. Os períodos de financiamento garantido tendem a acompanhar a data prevista para o termo de cada iniciativa.

Parcerias

A articulação entre as entidades promotoras das iniciativas aqui consideradas e outras entidades é, tal como foi frequentemente encontrado nas várias análises sectoriais atrás apresentadas, particularmente significativa com os organismos do terceiro sector e do sector público. Deste modo, cerca de 75% das iniciativas trabalham com ONG ou outras associações, cerca de 40% (cinco) com associações de imigrantes, um terço com IPSS e duas com instituições religiosas. Relativamente ao sector público, tanto o poder local como a Administração Central têm uma forte importância. Com efeito, metade das iniciativas coopera com Câmaras Municipais e cinco com Juntas de Freguesia. Por outro lado, detectam-se articulações com diversos ministérios e respectivas subunidades (quatro envolvendo o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Segurança Social, três o Ministério da Saúde e, uma, o Ministério da Justiça), com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (cinco), com os CNAI/CLAI (três) ou o ACIDI, I.P. (duas) e com o SEF (uma). Um terço das iniciativas articula-se com a Rede social local.

Obstáculos

Os obstáculos destacados por este grupo de iniciativas são relativamente invulgares nos outros sectores, sendo os referidos com maior frequência a falta ou desadequação do espaço disponível (três) e ao atraso na data de aprovação do Projecto/financiamento (duas). Também a inelegibilidade financeira das entidades parceiras e as barreiras linguísticas foram mencionadas por uma iniciativa. De registar ainda que apenas cinco projectos (41,7%) indicaram obstáculos ao seu funcionamento.

Recursos Humanos

Relativamente aos recursos humanos, uma iniciativa destaca-se das restantes por apresentar duzentas pessoas ao serviço e cem voluntários. As restantes têm um número relativamente reduzido de funcionários e, principalmente, de voluntários, tendo metade das iniciativas, um máximo de cinco pessoas ao serviço e encontrando-se nove no mesmo escalão relativamente ao número de voluntários.

No entanto, o nível de qualificação dos técnicos é bastante elevado, já que em todas as iniciativas que responderam a esta questão (onze) trabalham licenciados e em duas indivíduos com mestrado.

Também o conhecimento sobre imigração e sobre a legislação relacionada é muito frequente, detectando-se apenas um caso em que a maioria dos técnicos não dispõe de conhecimentos sobre estas matérias. No entanto, uma das entidades menciona a inadequada formação dos profissionais de entidades para onde reencaminha os seus casos.

Público-alvo

Por último, avaliando a percentagem de imigrantes nos públicos-alvo das iniciativas, verificamos que para a maioria, estas populações assumem uma importância muito significativa – para sete iniciativas representam 75 a 99% do respectivo público-alvo e duas dedicam-se exclusivamente a estas populações.

Tal como se tem vindo a verificar nos sectores de actuação analisados individualmente, a percentagem de imigrantes no total de utentes destas iniciativas superou o esperado na maioria dos casos (sete) ou igualou pelo menos as expectativas iniciais (três), registando-se apenas um caso em que as expectativas foram goradas.

Iniciativa: *PROGRIDE - Projecto Ser Mulher*

Entidade(s): AMCV - Associação de Mulheres Contra a Violência

Sectores envolvidos: Saúde, Formação Profissional, Juventude, Aconselhamento Jurídico, Informação, Emprego, Género

Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa

Data: 2006 - 2010

Fonte de financiamento: Estado

Percentagem de imigrantes: 50 % da população-alvo

Objectivo: Melhorar as condições de vida e a integração sócio-profissional de 200 mulheres e jovens sobreviventes de violência doméstica, facilitando o seu fortalecimento através de percursos de vida apoiados e partilhados.

Modo de funcionamento: O Projecto Progride “Ser Mulher” surge da reflexão e diagnóstico prévio sobre as necessidades das mulheres e jovens sobreviventes de violência doméstica. No âmbito da implementação de um Produto Educativo Europeu inovador, os serviços a disponibilizar às mulheres e jovens destinatárias do Projecto são: Ateliers de Formação; Informação Jurídica; Grupos de Ajuda Mútua; Acompanhamento Individual; Acompanhamento Psicológico; Apoio na Procura de Emprego; Voluntariado em Associações da Sociedade Civil.

Iniciativa: *SIMM - Sensibilidade e Integração das Mulheres Migrantes no Caminho para a Igualdade de Oportunidade*

Entidade(s): Associação de Solidariedade Internacional

Sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Habitação, Aconselhamento Jurídico, Informação, Emprego, Género

Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto

Data: Junho 2005 – Dezembro 2006

Fonte de financiamento: Estado

Percentagem de imigrantes: 75 % da população-alvo

Objectivo: Sensibilizar e promover a integração da população migrante em Portugal, bem como a igualdade de género.

Modo de funcionamento: Programa de integração de migrantes, numa lógica de igualdade de género, fundamentado na investigação científica sobre imigração e serviços de apoio à integração desta população, baseado nos seguintes princípios orientadores: “centrado no indivíduo e nas suas competências”, “orientado para a comunidade”, “flexível, abrangente e culturalmente competente”. Este serviço foi implementado através do funcionamento de uma equipa multidisciplinar, permitindo agir integralmente e atender às necessidades específicas de cada utente, sendo flexível às suas alterações ao longo do processo. Os gestores de casos funcionavam como mediadores junto de instituições na resolução das situações apresentadas. O modo de funcionamento do serviço permitiu a optimização dos recursos humanos numa lógica de custo-benefício e a eficácia e o impacto da intervenção/accompanhamento a curto, médio e longo prazo. Estratégias de intervenção: informação e sensibilização; intervenção comunitária e desenvolvimento; consolidação e descentralização territorial para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Iniciativa: *Humanus CAM*

Entidade(s): Associação Humanidades, APF - Associação para o Planeamento da Família, CIG – Comissão para a Igualdade de Género, Hospital Júlio deJulio Matos, Perfil – Psicologia e Trabalho, Lda. e SCMA – Santa Casa da Misericórdia de Albufeira

Sectores envolvidos: Saúde, Cultura/Sensibilização, Formação Profissional, Habitação, Desporto, Emprego, Género, Serviços Sociais

Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa

Data: 2005 - 2007

Fonte de financiamento: UE

Percentagem de imigrantes: 30 % da população-alvo

Objectivo: Criar, conceber, experimentar, validar e transferir o modelo de funcionamento do Centro de Apoio a Mulheres.

Modo de funcionamento: Apoio a jovens grávidas ou mães. Abordagem de acolhimento que permite a aquisição de instrumentos e competências para a construção do seu projecto de vida, facilitando a ruptura com os seus ciclos de exclusão. O apoio é prestado através da implementação de uma creche, residência temporária e de serviços de apoio ao desenvolvimento pessoal, social e profissional, com a participação activa das jovens mulheres (entre os 15 e os 19 anos, em situação de maternidade ou vítimas de violência).

Iniciativa: *Integração pela Participação*

Entidade(s): Casa Seis - Associação para o Desenvolvimento Comunitário

Sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Cultura/Sensibilização, Formação Profissional, Habitação, Informação, Emprego

Localização: Região - LVT Concelho - Sintra

Data: Janeiro 2006 - Dezembro 2007

Fonte de financiamento: Estado

Percentagem de imigrantes: 95 % da população-alvo

Objectivo: Fornecer meios de integração social e profissional através de serviços e actividades onde o imigrante é protagonista.

Modo de funcionamento: Os serviços e actividades propostas fazem parte de uma acção integrada de acompanhamento de famílias inteiras através de apoio social, educacional e de inserção social em colaboração com diversas entidades especializadas locais. Dão-se aulas de português, cursos de informática, bordados, gestão doméstica e de animação intercultural.

A associação foi criada depois de ter realizado cinco anos de apoio social num bairro em Agualva-Cacém, cuja população foi posteriormente realojada através do Programa de Realojamento de Sintra, em 2001. De 1995 a 2000, a Associação ajudou na preparação para o realojamento, apoiado pelo Programa de Luta Contra a Pobreza (apoio à regularização de imigrantes, alfabetização, criação de creche, balneário e lavandaria comunitária, ATL). No ano 2001, após o realojamento da população, foi criada uma IPSS (Casa Seis) para dar continuidade à acção no bairro de realojamento (em Mira Sintra). Transversal a todas as iniciativas, está o espírito de fomento à participação cívica na freguesia e à iniciativa pessoal.

Iniciativa: *Plano Integrado de Combate à Exclusão*
Entidade(s): Fundação AMI
Sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Formação Profissional, Habitação, Desporto, Aconselhamento Jurídico, Informação, Emprego, Serviços Sociais
Localização: Região - País inteiro Concelho - Porto, Gaia, Coimbra, Lisboa, Almada, Cascais e Funchal
Data: 1994 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado/Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 25 % da população-alvo
Objectivo: Promover a inclusão e re(integração) da população excluída através da criação de uma rede de equipamentos onde se desenvolve uma intervenção de cariz de emergência e protecção destas pessoas
Modo de funcionamento: No âmbito deste plano, a AMI conta com oito Centros Porta Amiga (Centros Comunitários e comunidades de inserção), dois abrigos nocturnos, duas equipas de rua. Nestes equipamentos existem refeitórios, balneários, alojamento, alimentação, roupeiro, animação sócio- profissional, espaço de prevenção à exclusão, ateliers. O fim último consiste em promover as competências pessoais, sociais e interrelacionais dos imigrantes. Foram desenvolvidos cursos de língua portuguesa, cursos de informática e procedeu-se à tradução de panfletos informativos para russo. Criação de uma rede de parcerias que permita dar respostas integradas à população, colocando o utente no centro da intervenção, sendo o mesmo visto como um ser bio-psico-social. A intervenção dá-se por isto ao nível destes três sistemas.

Iniciativa: *Projecto Agir*
Entidade(s): Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
Sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Cultura/Sensibilização, Formação Profissional, Habitação, Juventude, Informação, Emprego, Serviços Sociais
Localização: Região - LVT Concelho - Almada
Data: Dezembro 2006 - Dezembro 2009
Fonte de financiamento: Estado e Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 95 % da população-alvo
Objectivo: Dinamizar actividades de carácter lúdico pedagógico para crianças e jovens e apoiar no desenvolvimento familiar e comunitário de toda a população
Modo de funcionamento: O projecto promove a inclusão social de crianças e jovens residentes na freguesia de Feijó, assim como acções concertadas nas suas famílias e na comunidade envolvente. Através de estratégias educacionais, sociais e psicológicas, procura-se a promoção de percursos de vida alternativos, não esquecendo as raízes culturais de cada um. Pela inclusão escolar e educação não formal, pelo enraizamento de culturas e pelo apoio à inclusão digital este Centro promove a qualificação individual de cada criança e jovem.

Iniciativa: *Acolher e Ajudar Também É Amar*
Entidade(s): Centro Padre Alves Correia
Sectores envolvidos: Saúde, Formação Profissional, Habitação, Aconselhamento Jurídico, Informação, Emprego, Sector Financeiro, Serviços Sociais
Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa
Data: Setembro 2006 - Agosto 2008
Fonte de financiamento: Estado/Orçamento da instituição
Percentagem de imigrantes: 90 % da população-alvo
Objectivo: Promover a integração pela formação profissional ou pela criação do próprio negócio
Modo de funcionamento: Instituição de apoio a imigrantes, proporcionando-lhes uma resposta integrada, evitando que os utentes andem de instituição em instituição. O horizonte deste “apoio pela assistência” será sempre a capacitação destas comunidades, missão patente nos diversos serviços que prestam: gabinete de serviço social, equipa de rua, univa e microcrédito, consultas médicas e psicológicas, cuidados de enfermagem, apoio de vestuário, ajuda alimentar e aconselhamento jurídico.

Iniciativa: *Centro Pedro Arrupe*

Entidade(s): Serviço Jesuíta aos Refugiados

Sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Formação Profissional, Habitação, Aconselhamento Jurídico, Emprego e Serviços Sociais

Localização: Região - LVT Concelho - Lisboa

Data: Maio 2006 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Estado

Percentagem de imigrantes: 95 % da população-alvo

Objectivo: Proporcionar acolhimento temporário a imigrantes em situação de emergência humanitária, de forma a favorecer a reintegração na sociedade ou o retorno voluntário de acordo com o projecto de vida.

Modo de funcionamento: O CPA é um centro de acolhimento temporário e destina-se a imigrantes sem-abrigo em situação de extrema carência que não têm rede de apoio familiar nem institucional. O CPA orienta, apoia e acompanha, ou seja, proporciona na medida do possível e em conjunto com o utente, as condições necessárias para que este se autonomize. No CPA os utentes usufruem de vários serviços para além do alojamento, tais como: alimentação, higiene, apoio nos transportes, no acesso à saúde, na procura de trabalho, na aprendizagem da língua portuguesa e no contacto com a família. Os serviços para imigrantes estão disponíveis em português, crioulo, inglês, francês e russo.

O CPA tem procurado colaborar com outras instituições na procura de soluções comuns, quer a nível local, quer a nível mais abrangente, como seja na área da saúde com hospitais e centros de saúde local na área da informação/formação.

Iniciativa: *Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal - Espaço Cidadania Seixal*

Entidade(s): CM Seixal

Sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Cultura/Sensibilização, Formação Profissional, Habitação, Juventude, Aconselhamento Jurídico, Informação, Emprego, Associativismo, Serviços Sociais

Localização: Região - LVT Concelho - Seixal

Data: Abril 2005 - Setembro 2007

Fonte de financiamento: UE

Percentagem de imigrantes: 88 % da população-alvo

Objectivo: Promover uma cultura de convivência e de diálogo intercultural.

Modo de funcionamento: O Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural consubstancia-se numa plataforma de intervenção integrada que visa articular e mobilizar os esforços das entidades privadas e públicas. O funcionamento do pacto assenta na existência do Espaço Cidadania que funciona diariamente, composto por uma equipa técnica afecta às entidades que fazem parte do pacto e que asseguram as seguintes valências em português, inglês, francês e russo: regularização de estrangeiros (processos); informações gerais sobre a lei, registo de cidadãos da UE; acompanhamento de casos individuais, aconselhamento e apoio jurídico; através da UNIVA (apoio na procura de emprego; formação profissional; apoio na criação de emprego; preparação para entrevistas; obtenção de equivalências). Promoção de iniciativas de sensibilização e acções de formação sobre interculturalidade, lei da nacionalidade, direitos humanos, migrações internacionais, igualdade de género, comunidades culturais, intervenção para a cidadania (contextos profissional, organizacional e local)

Iniciativa: *Aqualva Acolhe*
Entidade(s): Junta Freguesia de Aqualva
Sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Cultura/Sensibilização, Formação Profissional, Habitação, Desporto, Participação Política, Aconselhamento Jurídico, Informação, Emprego, Serviços Sociais
Localização: Região - LVT Concelho - Sintra
Data: Novembro 2006 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado/Autarquia
Percentagem de imigrantes: 80 % da população-alvo
Objectivo: Desenvolver e implementar mecanismos de acolhimento e integração; Facilitar o diálogo intercultural e dinamizar redes sociais para uma freguesia solidária; aproveitar a riqueza da diversidade acreditando ser também esta diversidade motor de desenvolvimento e de inclusão; implementar projectos com e para os imigrantes e municípios em geral, apostando-se no desenvolvimento de competências e de interações facilitadoras de uma verdadeira freguesia que Acolhe e Integra.
Modo de funcionamento: A população que procura a Acção Social da Autarquia é maioritariamente imigrante, estando quase todos em situação de vulnerabilidade e de exclusão social e muitos em situação ilegal, pelo que se tornou e torna premente agilizar metodologias e procedimentos que dêem resposta a problemas graves decorrentes da precariedade económica, do emprego, habitação e no difícil acesso a um conjunto de direitos e deveres da maioria da população imigrante. Estrutura que tem ao serviço do migrante: informação sobre direitos e deveres; auxílio no acesso ao mercado de trabalho através da criação de uma bolsa de emprego a nível local; cursos de formação profissional, iniciação à Língua Portuguesa, cursos de história e cultura portuguesa, bem como de educação intercultural, desenvolvendo projectos de intervenção comunitária com vista a uma verdadeira Integração. Face ao exposto, para além das áreas de intervenção com projectos respectivos, o programa Aqualva Acolhe fomenta o diálogo intercultural através da organização de: Ao Encontro de Culturas - Fim de Semana Intercultural, encontros de Formação na área da imigração (com colaboração do SEF, ACIDI, I.P. e parceiros locais) Encontro no âmbito do ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para todos - Conciliação entre a vida familiar e a vida profissional,

Iniciativa: *Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante*
Entidade(s): CRESAÇOR - Cooperativa Regional de Economia Solidária
Sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Cultura/Sensibilização, Formação Profissional, Habitação, Informação, Emprego e Serviços Sociais
Localização: Região - Regiões Autónomas Concelho - Ponta Delgada
Data: Setembro 2003 - Sem fim previsto
Fonte de financiamento: Estado
Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo
Objectivo: Promover respostas para uma plena integração de cidadãos/ãs imigrantes e apoio económico a estudantes imigrantes.
Modo de funcionamento: Os apoios disponíveis passam pelo acolhimento temporário/emergência; cuidados médicos e acompanhamento psicológico; serviços informativos; formação/integração sócio-profissional; ocupação pelo trabalho; apoio à sobrevivência; cursos de português para estrangeiros e de língua e cultura russa para portugueses; bolsas para estudantes imigrantes; publicação trimestral de um jornal para imigrantes; organização de serões temáticos (literatura, música, gastronomia); organização de festas de Natal; organização e apoio ao Clube de Amizade Internacional 'Aliança', grupo multicultural dinamizado pelos imigrantes de Leste. Da rede de SSCMH que integram fazem também parte o Hospital e a Casa de Saúde de S. Miguel, ARRISCA, PSP, AIPA, IRS, Cáritas, IAS, DRC, Novo Dia, Misericórdias.

Iniciativa: *Acolhimento e Apoio aos Imigrantes*

Entidade(s): Secretariado Diocesano das Migrações

Sectores envolvidos: Ensino, Saúde, Cultura/Sensibilização, Habitação, Emprego, Serviços Sociais

Localização: Região - Norte Litoral Concelho - Porto

Data: 1998 - Sem fim previsto

Fonte de financiamento: Orçamento da instituição

Percentagem de imigrantes: 100 % da população-alvo

Objectivo: Acolher sem barreiras e ajudar a integrar.

Modo de funcionamento: Ensino da língua e cultura portuguesa, apoio à procura de emprego, prestação de cuidados de saúde a imigrantes documentados e indocumentados, alojamento temporário e apoio à procura de habitação. Fornece-se informação útil em russo, ucraniano, inglês, francês e português.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este estudo apresenta uma sistematização de 251 iniciativas, em diferentes sectores de intervenção, para promover o acolhimento e a inclusão social dos imigrantes e minorias étnicas residentes em Portugal. As iniciativas que foi possível inventariar dependem da participação das entidades envolvidas, na resposta ao questionário que lhes foi enviado; directamente, por e-mail, fax ou correio, ou através de divulgação via *internet*. Por isso, não representam a totalidade das acções existentes, ao nível nacional e local, nem das entidades que as promovem. Tal deve-se a factores de ordem diversa, que incluem, porventura, dificuldades no preenchimento do questionário devido à escassez de pessoal e/ou alguma desconfiança quanto ao possível interesse dos resultados deste estudo para a instituição.

Além de constituir apenas um levantamento parcial, importa salientar que não se efectuou uma avaliação das iniciativas aqui apresentadas. A qualidade dos projectos e programas de integração avalia-se pela sua relevância, eficiência, eficácia, sustentabilidade e impacto (*Manual de Integração para Decisores Políticos e Profissionais*, 2007, p. 90). Contudo, para isso seria necessária mais informação do que a que foi possível obter, através do questionário às instituições responsáveis pelo seu desenvolvimento e execução, nomeadamente no que se refere ao cumprimento dos objectivos para que foram traçadas, encargos financeiros, modelo organizacional e forma de gestão, capacidade de atrair novos promotores ou de gerar receitas próprias, criação de mecanismos de monitorização e avaliação, efeitos na melhoria das condições de vida dos grupos-alvo das actividades desenvolvidas, impactes ao nível da capacitação institucional, contribuição para a concretização dos objectivos gerais das políticas de integração e coesão social e para a formulação de recomendações de políticas e medidas concretas.

Embora represente um retrato parcial, este trabalho constitui o primeiro esboço do mapa das respostas de múltiplas instituições públicas, privadas, religiosas e organizações da sociedade civil, às novas procuras sociais resultantes da crescente diversidade de origens geográficas, étnicas e sócio-culturais da população do país. O conhecimento das iniciativas e dos seus promotores contribui para gerir melhor os recursos existentes, evitando duplicações de esforços, dando a conhecer parceiros potenciais para o desenvolvimento de projectos futuros e identificando as áreas onde parece haver menos actividade. A descrição das iniciativas permitiu ainda pôr em evidência a sua contribuição inequívoca, principalmente ao nível local, para a integração de distintos grupos de imigrantes, tanto para os recém-chegados, como para os estabelecidos há mais tempo.

As actividades e serviços descritos neste livro são de natureza muito diversa, não só quanto à duração, custo e domínio de actuação, mas também quanto aos impactes que geram, constituindo, muitas delas, exemplos do excelente trabalho e dedicação de muitas instituições e pessoas, remuneradas e voluntárias, para proporcionar bom acolhimento e facilitar a incorporação dos imigrantes na sociedade portuguesa. Espera-se, por isso, que os bons exemplos sejam inspiradores de novas iniciativas e que o intercâmbio de ideias e experiências permita melhorar os projectos já existentes.

É comummente aceite que, para promover uma incorporação bem sucedida, as estratégias de integração devem actuar paralelamente em vários domínios, de modo a evitar a integração segmentada. A importância da integração transversal aos múltiplos aspectos interrelacionados da vida dos indivíduos acentua o papel da contribuição individual de cada um dos sectores apresentados ao longo deste livro, para o êxito da

inclusão social dos imigrantes residentes em Portugal. Além disso, enfatiza a necessidade do trabalho que cruza vários sectores e iniciativas, de forma a garantir um processo de integração holístico e não uma integração segmentada. A análise das iniciativas que foi possível inventariar permitiu extrair um conjunto de observações e recomendações que se sintetizam a seguir.

Lições da experiência, observações e recomendações

Mais de 40% das iniciativas identificadas são promovidas por instituições do terceiro sector. As associações, IPSS, ONG e instituições religiosas são particularmente activas em diferentes domínios de apoio social a imigrantes muito carenciados, incluindo ajuda na procura de habitação, disponibilização de alojamento provisório, alimentação, assistência médica e de enfermagem, apoio psicológico, ajuda à procura de emprego, prestação de informações gerais e sobre as condições de acesso a diferentes tipos de equipamentos e serviços e, ainda, actividades culturais, de sensibilização cívica e de promoção do desenvolvimento comunitário. No sector da educação, devido à elevada oferta das escolas, e no sector financeiro, em virtude do acentuado envolvimento do sector privado, o papel das associações e das instituições sem fins lucrativos, embora importante, é menos relevante do que nas áreas anteriormente referidas.

O papel do terceiro sector é, sem dúvida, positivo; beneficiando de um conhecimento mais próximo das comunidades, tem mais facilidade em chegar aos imigrantes do que os programas públicos formais. Além disso, os serviços que presta são mais versáteis e podem ser adaptados mais fácil e rapidamente às necessidades dinâmicas dos grupos de imigrantes. Por outro lado, as organizações voluntárias e comunitárias que prestam apoio a grupos específicos constituem uma fonte de informação fundamental para os prestadores de serviços tradicionais, podendo funcionar como mediadores ou agentes de formação e aconselhamento de departamentos e serviços da administração pública, central, regional e autárquica, e do sector privado. Esta cooperação é essencial para que as novas procuras sociais trazidas pelos imigrantes possam ser consideradas no planeamento e gestão dos serviços dirigidos para a população em geral.

A maior proximidade do poder local das pessoas que habitam ou trabalham num determinado espaço facilita a identificação e a procura de respostas para as suas necessidades básicas. Por isso, no âmbito das iniciativas inventariadas, as câmaras municipais promovem quase um quarto das iniciativas inventariadas, ou seja, um número superior a qualquer um dos grupos do terceiro sector (ONG, IPSS, associações de imigrantes e organizações de carácter religioso), quando consideradas isoladamente. A sua prestação de serviços, em regime individual, ou em parceria com outras instituições, nomeadamente com o ACIDI, I.P. é transversal a muitos domínios de actuação, sendo particularmente relevante no sector de informação e acolhimento, cultura, formação profissional e emprego, sendo menos importante nos sectores do ensino, saúde, habitação, serviços sociais, aconselhamento jurídico e sector financeiro.

O menor número de iniciativas promovidas por organismos do governo central e das Regiões Autónomas não foi surpreendente, atendendo à necessidade de dar resposta à população imigrante, através de serviços próximos, ou facilmente acessíveis a partir dos locais de residência e de trabalho. No entanto, as instituições públicas, de âmbito nacional e regional, nomeadamente o ACIDI, I.P. e outros organismos públicos, com delegações regionais e locais, como sejam os centros de emprego e formação profissional, centros regionais da segurança social, e outros serviços, têm um papel importante na comunicação e na coordenação das iniciativas ao nível local e nacional, incentivando a partilha de boas práticas e promovendo a cooperação inter-institucional e a participação das entidades locais na formulação de políticas e instrumentos de integração mais ajustados às especificidades de cada território particular.

A criação de uma *Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes*, com vista à promoção e divulgação dos Princípios Básicos Comuns para a Integração e cujo núcleo fundador integra Fundações e outras Organizações da Sociedade Civil que têm vindo a desenvolver actividades, ou a promover e a apoiar a investigação ou a reflexão em torno do tema da imigração, constitui uma iniciativa que vai certamente ter um

impacte muito positivo na difusão das melhores práticas de acolhimento e integração, nomeadamente, ao nível municipal, e na incorporação dos Princípios Básicos Comuns para a Integração, nas políticas e práticas seguidas.

O sector privado, apesar de ter um papel residual na promoção e no financiamento das iniciativas atrás apresentadas, pode contribuir para aumentar a eficácia do sector da formação profissional e emprego, através do reforço da articulação da formação com as empresas, por forma a facilitar o acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho. Além disso, a exemplo do que já se verifica actualmente nas iniciativas do sector financeiro e, em menor grau da saúde, um envolvimento maior dos empregadores pode alargar o leque da oferta de bens e serviços essenciais como, por exemplo, a habitação.

Como foi referido anteriormente, muitas iniciativas são promovidas por organizações da sociedade civil, associações de imigrantes e IPSS, mas o financiamento provém, em larga medida, do sector público, principalmente do Estado, que suporta, na totalidade ou em parte, mais de um terço das iniciativas aqui inventariadas. Deste modo, cerca de 60% dos projectos estão dependentes da contribuição financeira de fundos públicos estatais, autárquicos ou comunitários. Pelo contrário, o sector privado tem uma expressão reduzida em todos os domínios de intervenção, com excepção do sector financeiro.

O forte apoio do sector público pode ser visto, por um lado, como um factor positivo, viabilizando iniciativas importantes do terceiro sector que, de outra forma, não teriam condições para se manter. No entanto, a diversidade das fontes de financiamento é essencial para assegurar a continuidade de muitos dos projectos actualmente em curso.

Entre os critérios para medir a sustentabilidade de programas e projectos de integração, o *Manual de Integração*, (edição de 2007, p. 90), inclui a capacidade de garantir o apoio de novos patrocinadores ou gerar os seus próprios recursos e a capacidade para continuar a iniciativa após a fase inicial. Sabe-se pouco sobre o futuro de uma grande parte das iniciativas inventariadas, dado que muitas têm um prazo de conclusão indeterminado e uma elevada percentagem terá terminado até ao final do corrente ano. Contudo, deve salientar-se que muitos desses projectos tentarão prosseguir, procurando assegurar o financiamento necessário. Observou-se ainda que a continuidade dos programas depende muito da natureza das iniciativas e do tipo de instituição promotora. Assim, é natural que acções isoladas de informação e sensibilização cívica, actividades desportivas ou eventos culturais não tenham fontes de financiamento específicas, justificando-se, por isso, uma elevada percentagem de respostas que indiquem que o financiamento para acções futuras é indeterminado. Por sua vez, os sectores mais estruturantes e de carácter permanente, como sejam a habitação e serviços sociais, justiça e actividades financeiras, dispõem de fontes de financiamento mais estáveis. Registou-se ainda que as iniciativas promovidas pelo sector público e pelo sector privado apresentam maior autonomia financeira do que as do terceiro sector.

Os períodos de financiamento curtos tendem a limitar a segurança e a sustentabilidade das iniciativas e, por conseguinte, a capacidade de planear o futuro e desenvolver projectos. A análise das iniciativas descritas neste estudo demonstrou que a sua sustentabilidade é determinada em larga escala pelo comprometimento a longo prazo dos *stakeholders*-chave, porque o desenvolvimento da capacitação e do *know how* das instituições é um processo moroso. Por conseguinte, o apoio às organizações que pretendem desenvolver projectos facilitadores do acolhimento e integração de imigrantes são mais eficazes se forem integrados em programas pluri-anuais, de âmbito mais amplo, do que com medidas e acções isoladas.

Neste sentido, financiamentos a longo prazo permitiriam reforçar os sectores que estão em maior risco. Contudo, esses apoios deverão ser concedidos apenas no pressuposto de que os projectos têm um bom desempenho e vão ao encontro de necessidades reais, o que poderá ser determinado através de avaliações regulares ao longo da sua execução (note-se, a título de exemplo, avaliação dos *Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante*, elaborada por Maria Abraches para a OIM, publicada em 2007). Compreende-se, assim, que a criação de mecanismos de monitorização e avaliação das iniciativas constitua uma condição fundamental para garantir a sua sustentabilidade.

Com efeito, a avaliação e o acompanhamento são fundamentais para o desenvolvimento de boas práticas e a manutenção da qualidade, devendo ter-se em conta os seguintes critérios: 1) *pertinência* ou *inovação*, mostrando que desenvolvem soluções adequadas para os problemas identificados na área em que actuam, envolvem a participação dos seus públicos-alvo na concepção, execução e avaliação das iniciativas e servem para melhorar a capacitação das instituições promotoras; 2) *eficiência* e *eficácia* em termos financeiros, de gestão e qualidade dos resultados; 3) *sustentabilidade*; 4) *potencial de reprodução*¹. A avaliação deve ainda privilegiar a comparação entre iniciativas diferentes, procurando identificar e compreender as razões de sucesso ou fracasso, por forma a estimular a articulação entre distintos projectos e a cooperação entre diferentes instituições, através do desenvolvimento de redes de parceria, de âmbito local, nacional e mesmo internacional. Para isso, é importante dinamizar processos de aprendizagem colectiva que permitam não só responder, em tempo oportuno e adequadamente, às novas procuras sociais resultantes da crescente diversidade da população de cada território, mas também antecipar problemas e soluções inibidoras da génese de conflitos entre diferentes grupos sociais ou comunidades étnicas e que previnam a emergência de situações de exclusão social que ponham em risco a coesão da sociedade do futuro.

Deste modo, as políticas de integração, para serem eficazes, devem criar mecanismos e instrumentos que permitam desenvolver uma cultura em que a avaliação, acompanhamento e monitorização constituam parte integrante do planeamento de cada iniciativa e os respectivos custos estejam previstos, desde o início, na sua programação financeira. Atendendo ao predomínio dos projectos com financiamento público, a recolha de dados relativos aos resultados obtidos e à qualidade do desempenho de cada iniciativa deve constituir uma prioridade para os organismos financiadores, por forma que a atribuição do financiamento tenha em conta os resultados da avaliação e as lições e ensinamentos das melhores práticas possam ser amplamente difundidos.

Em termos da acessibilidade geográfica, o estudo efectuado demonstrou que, em regra, os serviços e apoios prestados se localizam em áreas próximas e facilmente acessíveis dos locais de residência e de trabalho dos imigrantes e de outros públicos-alvo das diferentes iniciativas. Observou-se ainda que, ao nível nacional, como seria de esperar, a distribuição geográfica dos serviços é semelhante ao padrão residencial dos principais grupos de imigrantes residentes no país, pelo que a maior densidade de projectos se localizam na área metropolitana de Lisboa, seguida, a grande distância, pela área metropolitana do Porto e pela região do Algarve.

Além da distância, o desconhecimento da língua portuguesa pode constituir um obstáculo ao acesso dos imigrantes a determinados serviços, sobretudo para os recém-chegados. Deste modo, a disponibilidade de informações e serviços que utilizam várias línguas é um elemento muito importante a ter em conta, não só na prestação de serviços especialmente vocacionados para imigrantes, mas também em serviços gerais que são também utilizados por imigrantes. De uma forma geral, a maioria das iniciativas inventariadas presta serviços em várias línguas. Contudo, apenas um reduzido número utiliza outros idiomas para além do português, inglês, francês, espanhol, russo e crioulo. Por isso, a alargamento do leque das línguas disponíveis nos diferentes serviços pode melhorar as condições de acessibilidade e diminuir as desigualdades de acesso entre os imigrantes de diferentes origens geográficas e sócio-culturais. Este objectivo pode ser mais facilmente alcançado pelo reforço da mobilização e envolvimento das comunidades migrantes, nomeadamente, através do estímulo ao desenvolvimento de programas de voluntariado que funcionem como intérpretes e mediadores entre os utentes e os prestadores dos serviços. A par do trabalho voluntário, o recrutamento de trabalhadores imigrantes pode também melhorar a eficácia e eficiência de algumas das iniciativas e, simultaneamente, criar novas oportunidades para a integração dos imigrantes no mercado de emprego.

¹ Comissão Europeia (2007) op. cit. e UNESCO (2004) Best Practices In Immigration Services Planning. Disponível em: http://www.unesco.org/most/migration/article_bpimm.htm

No que se refere aos grupos-alvo das várias iniciativas aqui apresentadas, verificou-se que cerca de metade prestam serviços exclusivamente para os imigrantes e a outra metade para a população em geral, não distinguindo entre imigrantes e nacionais. Contudo, na maioria das situações, os imigrantes constituem mais de 75% dos beneficiários. Nos círculos políticos, as opiniões sobre esta questão dividem-se, havendo quem afirme que outros critérios, tais como a área geográfica, devem ser tidos em conta na definição do público-alvo dos serviços disponíveis, tendo em vista a minimização das diferenças relativas à distribuição de recursos, bem como a prevenção do risco do isolamento e segregação de grupos particulares.

A evidência empírica tem demonstrado que não existem grandes diferenças entre os programas de promoção da inclusão social dirigidos para a população em geral e programas específicos para imigrantes e minorias étnicas porque, em regra, se debatem com os mesmos problemas de outros grupos sociais que apresentam maior risco de exclusão. No entanto, importa também reconhecer que algumas comunidades, nomeadamente na fase inicial da instalação em Portugal, têm necessidades particulares como, por exemplo, a formação linguística, o apoio burocrático e jurídico em processos de regularização da permanência, etc. Assim, pode concluir-se que, embora as respostas exclusivas para o acolhimento e integração de imigrantes apresentem resultados positivos a curto prazo, é provável que, à medida que a sociedade portuguesa se vai tornando mais diversa, os programas e acções dirigidos para grupos particulares tenderão a tornar-se menos eficientes e talvez menos desejáveis. Por conseguinte, recomenda-se um reforço de actividades de sensibilização e capacitação das instituições dos diferentes sectores, de formação dos recursos humanos, remunerados e voluntários, para que sejam capazes de dar resposta às necessidades de populações étnica, cultural e socialmente diversas.

Estas observações reflectem as diferenças observadas na percentagem de imigrantes no conjunto dos utentes das iniciativas dos sectores de intervenção em que se agruparam as iniciativas analisadas neste estudo. Assim, no sector da cultura, a percentagem de iniciativas dirigidas apenas aos imigrantes é, em média, 10% inferior à dos outros sectores, muito provavelmente devido ao facto de muitos projectos terem como objectivo a promoção da interacção entre grupos distintos e o fomento da interculturalidade. Por sua vez, nos sectores jurídico e educativo existe uma maior proporção de iniciativas que trabalham exclusivamente, ou com uma elevada percentagem de imigrantes, devido à natureza especializada e ao carácter mais restrito dos serviços que prestam.

Um aspecto central do avanço da agenda da integração, em sintonia com as orientações da UE e do Plano Nacional de Acção para a Integração dos Imigrantes, é o desenvolvimento de parcerias estratégicas entre programas ou iniciativas de diferentes ministérios, bem como a colaboração com autarquias, associações de imigrantes e outras organizações da sociedade civil e do sector privado, de âmbito nacional, regional e local, relevantes para o processo de inclusão social dos imigrantes e para a sensibilização da população nativa para os valores da diversidade e para o fomento de interações positivas entre as diferentes comunidades migrantes e a população autóctone.

Os resultados do inquérito que serviu de base a este trabalho permitiram verificar que 77% das iniciativas desenvolvem formas de colaboração, formal ou informal, com outras entidades, muitas das quais envolvendo mais do que duas instituições. As restantes 23% não responderam, pelo que se conclui que, possivelmente, trabalham de forma isolada. No geral, este quadro pode ser considerado positivo, embora se reconheça que é necessário aprofundar o conhecimento sobre a verdadeira natureza e extensão dessa cooperação, bem como sobre a forma como cada iniciativa operacionaliza a articulação com diferentes instituições, no sentido de melhorar os resultados obtidos e o desempenho individual das entidades responsáveis pela sua execução. Apesar disto, importa sublinhar que apenas um pequeno número de iniciativas (22) mencionaram ter alguma dificuldade em trabalhar com instituições parceiras.

As parcerias referidas pelas organizações responsáveis pelas iniciativas inventariadas neste estudo são muito variadas. Contudo, foi possível observar um predomínio das relações de cooperação entre o terceiro sector, nomeadamente, ONG e associações de imigrantes, e organismos do sector público, com particular destaque para o ACIDI, autarquias locais, alguns departamentos e serviços dos Ministérios da Educação, Emprego e Solidariedade Social, Saúde e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. As parcerias com fundações e com o sector privado são ainda relativamente raras, pelo que devem ser estimuladas. As fundações têm grandes potencialidades para promover relações não só entre elas próprias, mas também entre outras organizações, fomentando a constituição de grupos de pressão e de interesse, quando são detectadas lacunas nas políticas públicas, apoiando a investigação de matérias relacionadas com a imigração e os seus efeitos nas sociedades de origem e destino dos migrantes e divulgando boas práticas, no plano das políticas e da sua implementação. Neste domínio importa salientar a constituição da Plataforma para a Integração de Imigrantes, já referida anteriormente, bem como a promoção ou apoio à realização de estudos, conferências, debates, eventos culturais e outras iniciativas desenvolvidas nos últimos anos, sobretudo pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação Luso-Americana. O sector privado apresenta também um forte potencial para o desenvolvimento de relações economicamente sustentáveis, especialmente no caso de diferentes tipos de prestação de serviços nos domínios da saúde, habitação ou emprego, nomeadamente na transição da escola para a inserção na vida activa e na reinserção dos desempregados no mercado de trabalho.

Para além da criação de parcerias com outros *stakeholders*, é igualmente importante desenvolver a cooperação entre iniciativas que oferecem apoios distintos, de forma a, por um lado, diversificar os tipos de serviços disponíveis, a partir de um único ponto de acesso, e, por outro, evitar duplicações. Este é um aspecto da implementação no terreno sobre o qual existe pouca informação. Contudo, não há dúvida que o Estado e as autarquias locais têm um papel importante a desempenhar na promoção de parcerias que envolvam diferentes organismos da administração pública (central e autárquica), empresas e instituições do sector privado e das organizações da sociedade civil, para garantir e facilitar o acesso dos imigrantes às instituições que lhes podem prestar os serviços e o apoio de que necessitam para a sua integração em Portugal. Deste modo, o reforço das instituições locais, sobretudo de âmbito municipal, porque são elas que lidam diariamente com os problemas das populações imigrantes e autóctones, afigura-se essencial. A activação e mobilização das Redes Sociais locais pode constituir um importante instrumento de implementação das políticas de integração e da aplicação dos princípios básicos comuns para o acolhimento e integração de imigrantes.

Além disso, o sector público está em condições de ajudar a melhorar a acessibilidade a programas de acolhimento e integração, através de campanhas de informação promovidas nas instituições e serviços mais procurados pelos imigrantes. Essas redes de integração local iriam promover não só uma gama mais diversificada de serviços e um acesso mais facilitado para os imigrantes, mas também apoiar a gestão de iniciativas para reforçar a cooperação profissional, e o intercâmbio de informações para atingir uma utilização mais eficiente dos recursos que, por vezes, pode ser limitada (*Manual de Integração*, p.73).

Essa oferta integrada deve assentar no conhecimento das necessidades dos imigrantes e das iniciativas mais relevantes e capazes de produzir resultados a longo prazo. Deste modo, o aprofundamento da investigação científica, para um melhor conhecimento e compreensão das dinâmicas sociais em curso, a monitorização e avaliação das políticas e das práticas de integração, bem como a dotação de mecanismos de informação e comunicação que permitam conhecer e avaliar as necessidades específicas de grupos e territórios particulares, são ingredientes essenciais para o sucesso das políticas de integração.

A integração é uma responsabilidade partilhada e, por conseguinte, a promoção das redes de parceria, de âmbito local, regional, ou nacional, não é da exclusiva responsabilidade do governo e das instituições públicas, podendo ser estimulada a partir da base, com recurso a uma estratégia *bottom up*, assente no reforço da

articulação entre projectos de âmbito local e que impliquem a participação empenhada dos imigrantes e das comunidades em que se inserem. Por conseguinte, a partilha de experiências entre parceiros locais que trabalhem com comunidades particulares pode servir como ponto de partida para o desenvolvimento de programas e abordagens mais inovadoras e bem sucedidas.

De todas as iniciativas que responderam ao inquérito, dois terços mencionaram dificuldades de funcionamento, enquanto as restantes não indicaram quaisquer problemas. Os principais obstáculos referidos relacionam-se com a escassez de recursos materiais e de pessoal. As carências ao nível dos recursos humanos, em número e/ou qualificações específicas, foram aspectos destacados sobretudo pelas iniciativas do sector jurídico e da formação profissional e emprego, pelo que importa continuar a mobilizar meios financeiros que permitam recrutar mais profissionais com formação nas respectivas áreas e dinamizar mais acções de formação do pessoal ao serviço nesses projectos. Outra forma de atenuar as dificuldades resultantes da insuficiente qualificação dos funcionários é estabelecer conselhos de gestão, compostos por profissionais experientes nestas áreas, com capacidade para planear e organizar da melhor forma as actividades que desempenham. A promoção de programas de voluntariado, destinados a profissionais com experiência nos sectores em causa pode também dar um contributo positivo para a resolução desses problemas.

As limitações da informação que foi possível recolher sobre as iniciativas de acolhimento e integração dos imigrantes dificultam a extracção de conclusões seguras sobre as principais lacunas existentes num domínio particular de intervenção ou área geográfica, uma vez que, como já foi referido, o levantamento das iniciativas descritas neste estudo é um inventário parcial. Apesar disso, foi possível individualizar alguns aspectos relevantes para os quais se mostra necessário melhorar a capacidade de resposta adequada ou de cobertura existente, designadamente nas seguintes áreas de actuação:

- apoio à capacidade de formação das empresas que empregam imigrantes (o que funciona como um incentivo ao emprego);
- apoio à iniciativa empresarial dos imigrantes;
- criação de estruturas de acolhimento para crianças durante os períodos de formação e de trabalho dos pais;
- reforço da dinamização e sensibilização para a participação cívica e política;
- envolvimento de imigrantes na concepção das políticas e programas de apoio à inclusão social;
- reforço do combate à discriminação e ao racismo;
- reconhecimento, certificação e validação de competências profissionais fora do domínio da saúde;
- melhoria da segurança nos bairros onde os imigrantes tendem a concentrar-se;
- programas destinados a idosos;
- apoio à transição dos jovens do sistema escolar para a inserção na vida activa, através da promoção de estágios profissionais;
- programas de apoio à integração precoce das crianças imigrantes ou descendentes de imigrantes no sistema escolar, para promover a aprendizagem da língua portuguesa desde a mais tenra idade;
- criação de mais iniciativas dirigidas a crianças e jovens descendentes de imigrantes ou que iniciaram o seu percurso escolar antes da vinda para Portugal, de forma a ultrapassar as desvantagens linguísticas e culturais, relativamente aos estudantes nativos do mesmo grupo etário;
- programas integrados de ensino da língua portuguesa e formação profissional para imigrantes adultos;
- iniciativas que promovam a tolerância religiosa e o respeito pela liberdade de culto das diferentes confissões.

No que se refere aos procedimentos e mecanismos de implementação das políticas de integração, este estudo permitiu ainda verificar que algumas das questões apontadas pelas iniciativas analisadas têm origem em canais de comunicação muito burocratizados que criam barreiras à circulação das informações entre diferentes organismos da administração pública e, conseqüentemente, dificultam e retardam a execução de algumas medidas e acções. Por conseguinte, é necessário aprofundar os esforços para agilizar os procedimentos, reforçando a autonomia e a capacidade de decisão dos departamentos responsáveis pela execução dos diferentes tipos de medidas. Além disso, seria importante também desenvolver mecanismos para combater a cultura paternalista e assistencialista que ainda prevalece nalgumas instituições, fomentadora da dependência, fortemente burocratizada e inibidora da participação e co-responsabilização dos indivíduos e das comunidades na procura de soluções para os seus problemas.

AS GRANDES LINHAS DA POLÍTICA DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES EM PORTUGAL

Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)

Depois de uma longa história de país de origem de emigrantes, Portugal tornou-se também num país de acolhimento de imigrantes. Este novo contexto exigiu da sociedade portuguesa o desenvolvimento de uma política consistente e coerente de acolhimento e integração de imigrantes.

A criação em 1996 do cargo do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), na dependência do Primeiro Ministro e do Ministro da Presidência, procurou responder exactamente a esses objectivos. Foi atribuído a este órgão a missão de *"promover a integração dos imigrantes e minorias étnicas na sociedade portuguesa, assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, parceiros sociais e instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão, assim como acompanhar a aplicação dos instrumentos legais de prevenção e proibição das discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica."*

Por outras palavras, para assegurar a sua missão o ACIME procurou desde a sua génese estimular e assegurar a participação e cooperação entre associações de imigrantes, parceiros sociais e instituições estatais. Foi também opção clara do Estado Português definir a política de acolhimento e integração dos imigrantes numa perspectiva holística e transversal.

Nesse âmbito, o Alto Comissariado para a Imigração define-se (desde Fevereiro de 2005) como um serviço de coordenação inter-ministerial. Comprometendo-se com o reforço dos mecanismos de integração de imigrantes, o Governo, no quadro da modernização da Administração Pública, entendeu integrar o ACIME na administração indirecta do Estado (definido pela Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros Decreto-Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro). O ACIME foi transformado em Instituto Público e o seu nome foi alterado para Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.). Ao novo ACIDI, I.P. é atribuída a missão de *"colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais, relevantes para a integração social dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como fomentar o diálogo entre as diversas religiões, culturas e etnias"*.

A consolidação institucional da intervenção deste órgão ao longo desta última década reflecte um reforço da preocupação da integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, no contexto de uma política de imigração que pretende privilegiar valores humanistas.

A política de acolhimento e integração dos imigrantes consubstancia-se, pois, em sete princípios-chave que enquadram todos os programas e acções que diferentes instituições públicas desenvolvem ao serviço dos imigrantes:

1. A **Igualdade** de direitos e deveres entre cidadãos nacionais e estrangeiros que se encontram em Portugal, com a excepção de alguns direitos políticos, corresponde a um princípio determinante.
2. Reconhecendo que muitas vezes a igualdade não é suficiente, em particular para os imigrantes recém-chegados, definiu-se também como prioritário estimular a **Hospitalidade** a partir de Programas e Acções que permitam acolher bem os imigrantes.
3. O exercício de igualdade conduz-nos ao princípio da plena **Cidadania**. Assim defendemos que o imigrante, ainda que não nacional, é um cidadão de pleno direito. É construtor activo de uma comunidade de destino, ainda que não tenha uma origem em comum.
4. e 5. Afirma-se também como princípios fundamentais desta política a **Co-responsabilidade** e a **Participação**. Só se constrói uma sociedade inclusiva através do respeito pelo princípio da plena participação cultural e política de todos os cidadãos – nacionais e imigrantes – que constituem, num determinado tempo e espaço, uma sociedade. Assim é esperado que os imigrantes sejam participantes e co-responsáveis pelo bem comum e, particularmente na política de imigração, sejam parte da solução.
6. Define-se ainda como opção muito clara a afirmação do princípio da **Interculturalidade**. Num quadro de respeito mútuo e dentro da Lei, promove-se a afirmação da riqueza da *diversidade em diálogo*. Mais do que uma simples aceitação do “outro” pretende-se, com a adopção do modelo intercultural, o acolhimento do “outro” e a transformação de ambos com esse encontro.
7. Finalmente a política de imigração em Portugal está marcada pelo princípio do **Consenso**. A permanente busca em torno das questões da imigração, através do diálogo e da negociação, de um consenso político e social alargado não é uma mera questão táctica. Representa uma opção essencial para afastar a política de imigração de terrenos fracturantes onde florescem argumentos populistas anti-imigração, como se tem verificado em muitos países europeus.

Estes sete princípios são mobilizadores quer para o Estado, quer para a Sociedade Civil. O sucesso da implementação de uma política de acolhimento e de integração de imigrantes depende de uma estreita e permanente cooperação entre diferentes instituições do Estado – procurando respostas articuladas, transversais e multissetoriais – e instituições da sociedade civil – potenciando a sua intervenção generosa, flexível e, normalmente, mais eficiente.

Este projecto reflecte exactamente a diversidade e densidade de iniciativas que proliferam um pouco por todo o país e que vão dando particular atenção a uma integração de proximidade.

Neste capítulo procuramos detalhar também alguns dos Programas e Acções que no âmbito do ACIDI, I.P. têm procurando responder aos desafios que se colocam ao acolhimento e integração de imigrantes em Portugal:¹

1. Plano para a Integração dos Imigrantes (PII)

Reconhecendo a importância de definir uma estratégia clara e transversal, com medidas concretas, para a integração de imigrantes, o ACIDI, I.P. (anterior ACIME) promoveu a elaboração do Plano para a Integração dos Imigrantes (PII).

Este plano de acção, iniciado em Outubro de 2005 e em implementação desde 2007, surgiu com o intuito de se definir um instrumento nacional de compromisso do Estado português com os seguintes objectivos:

- promover uma maior mobilização nacional para o acolhimento e integração de imigrantes;
- definir uma visão global e integradora do roteiro de acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal;

¹ Para mais detalhes vd. Relatórios de Actividade do ACIDI, I.P. disponíveis em www.acidi.gov.pt

- definir um programa de referência para o Estado e para a Sociedade Civil para ser executado até 2009;
- promover uma maior aposta na participação e co-responsabilidade dos imigrantes nas políticas de imigração;
- estimular uma melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis.

Para a elaboração deste plano foram tidos em conta:

- os contributos das Associações de Imigrantes reunidas em Outubro de 2005, bem como as conclusões do 1º Fórum das Estruturas Representativas dos Imigrantes em Portugal (Abril 2006);
- as sugestões do Conselho Consultivo para os Assuntos de Imigração e da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial;
- as orientações dos Grupos de Trabalho a funcionarem junto do ACIME (Inserção Laboral, Saúde, Descendentes de Imigrantes, Estudantes Estrangeiros,..)
- os estudos realizados no âmbito do Observatório de Imigração² nas principais questões do acolhimento e integração de imigrantes em Portugal (Trabalho, Habitação, Saúde, Educação, Segurança Social, Justiça, etc.);
- os contributos de especialistas no domínio da Imigração.

A partir destes contributos, da avaliação rigorosa das respostas já existentes e dos principais bloqueios que os imigrantes enfrentam na sua vida em Portugal, foram identificadas, pelos 13 Ministérios intervenientes, 122 medidas, quer de carácter sectorial, quer transversal:

I. Áreas Sectoriais:

- Trabalho Emprego e Formação Profissional (9 medidas)
- Habitação (8 medidas)
- Saúde (9 medidas)
- Educação (16 medidas)
- Solidariedade e Segurança Social (4 medidas)
- Cultura e Língua (9 medidas)
- Justiça (11 medidas)
- Sociedade de Informação (2 medidas)
- Desporto (5 medidas)

II. Áreas Transversais:

- Acolhimento (4 medidas)
- Descendentes de Imigrantes (7 medidas)
- Reunificação Familiar (1 medida)
- Racismo e Discriminação (6 medidas)
- Liberdade Religiosa (2 medidas)
- Associativismo Imigrante (7 medidas)
- *Media* (2 medidas)

² Estudos disponíveis em formato digital em <http://www.oi.acime.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=15>

- Relações com os países de origem (6 medidas)
- Acesso à cidadania e direitos políticos (5 medidas)
- Questões de Género (5 medidas)
- Tráfico de seres humanos (4 medidas)

2. Informação, garantia de exercício de direitos e deveres

Acreditamos que só com acesso à informação os imigrantes conseguem ter um exercício pleno de Direitos, e um cumprimento rigoroso de Deveres. Neste âmbito uma das grandes prioridades do ACIDI, I.P. foi a dinamização e reforço de uma rede de informação que se destina a diversos públicos-alvo (imigrantes, instituições e cidadãos nacionais). Em várias línguas e suportes tem vindo a ser divulgada informação útil e prática com o intuito de responder às principais questões que se colocam no domínio da imigração.

Entre os principais suportes de informação destaca-se:

- *Boletim Informativo*: 55 edições (até final de 2007) estabeleceram um canal de informação directo com um conjunto de destinatários alargado (6.000 destinatários, distribuídos entre Administração Pública, Associações de Imigrantes, Autarquias, Jornalistas e Académicos), contribuindo para um conhecimento da problemática que envolve os imigrantes que escolhem Portugal como país de acolhimento.
- *Folhetos Informativos*: com o intuito de dar resposta à necessidade de informação útil sobre determinadas matérias que afectam directa ou indirectamente a vida dos imigrantes, o ACIDI, I.P. tem vindo a conceber e publicar vários materiais informativos em várias línguas (português, inglês e russo).
- *Linha SOS Imigrante* (808 257 257): em 13 de Março de 2003 foi inaugurado um serviço telefónico de atendimento com o intuito de disponibilizar informação geral acerca das problemáticas da imigração. O atendimento nesta linha é prestado em diferentes línguas, entre elas, português, crioulo, inglês, francês, espanhol, russo, ucraniano, bielorusso e romeno.
- *Serviço de Tradução Telefónica*: em Junho de 2006 foi criado um Serviço de Tradução Telefónica com o objectivo de ajudar os imigrantes a ultrapassarem a barreira da língua, um dos grandes impedimentos à sua boa integração em Portugal. Dotado de uma bolsa de 37 técnicos especializados, o serviço disponibiliza 60 idiomas.
- *Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII)*: criados pela primeira vez em Fevereiro de 2003, estes centros constituem-se como uma rede de informação disseminada pelo território português, com particular incidência nas zonas de maior presença de imigrantes. Cerca de 69 CLAII - resultantes de parcerias entre o ACIDI, I.P., autarquias e organizações da sociedade civil – garantem uma resposta em tempo útil com um rosto humano e acolhedor.
- *Site www.acidi.gov.pt*: tendo como principal objectivo manter o público informado acerca do que mais relevante há a saber acerca das questões de imigração, o site ACIDI, I.P. constitui-se como um veículo formativo e difusor de informação útil e prática.
- *Programa de Televisão “Nós”*: o programa “Nós”, criado em Janeiro de 2004, é um magazine televisivo semanal com uma hora de duração que aposta na divulgação de uma sociedade plural, sem exclusões, onde o “nós” é intercultural e harmonioso.
- *Programa de Rádio “Gente como Nós”*: em parceria com a Rádio TSF, foi lançado em Outubro de 2006 um programa de vinte minutos semanais que pretende retratar as histórias de vida dos imigrantes que residem e trabalham em Portugal, dando a conhecer quem são, o que fazem e como vivem.
- *Ações de Informação*: em determinados momentos o ACIDI, I.P. desenvolveu campanhas de divulgação de serviços e/ou de mudanças legislativas que afectam a vida dos imigrantes (e.g. Lei da Nacionalidade, Lei de Imigração).

3. Soluções para resolver problemas: uma administração mais próxima do Imigrante

Com o intuito de estimular o funcionamento de uma administração mais próxima do Imigrante, em Março de 2004, foi inaugurado o *Centro Nacional de Apoio ao Imigrante* (CNAI), consolidando a missão do Alto Comissariado para a Imigração no acolhimento com eficácia e humanidade de todos os cidadãos imigrantes que nos procuram.

O CNAI, a funcionar em Lisboa e no Porto, procura responder ao maior número de questões vividas pelos imigrantes, disponibilizando vários tipos de serviços: alguns da responsabilidade de diferentes instituições públicas e outros criados pelo próprio ACIDI, I.P..

As instituições públicas presentes no CNAI são o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Segurança Social, a Inspeção Geral do Trabalho, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e, mais recentemente, o Ministério da Justiça (com uma extensão da Conservatória dos Registos Centrais).

Atendendo a que nem todas as questões e necessidades dos imigrantes eram respondidas pelos referidos organismos públicos, o ACIDI, I.P. tem vindo a criar gabinetes de apoio especializado em várias vertentes. Entre esses serviços estão o Gabinete de Apoio Jurídico, o Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar, o Gabinete de Apoio Social, a Unidade de Inserção na Vida Activa, o Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes, o Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo e o Gabinete de Apoio à Habitação.

Desde a sua criação o CNAI alicerça a sua organização em três pilares estruturantes: (1) trabalho em parceria, (2) aposta nos mediadores sócio-culturais provenientes das comunidades imigrantes e (3) o desenvolvimento de uma estrutura ágil e flexível.

4. Combate à discriminação e ao racismo

Desde de 2002 que se enquadra na estrutura do ACIDI, I.P. a *Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial* (CICDR). Este órgão especializado, criado em 1999, tem o papel de lutar contra a discriminação no âmbito do quadro jurídico de prevenção e punição de práticas discriminatórias em função da nacionalidade e/ou origem étnica.

As competências da CICDR são:

- recolher toda a informação relativa à prática de actos discriminatórios e acompanhar a aplicação das respectivas sanções;
- recomendar a adopção das medidas legislativas regulamentares e administrativas que considere adequadas para prevenir a prática de discriminações por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade, ou origem étnica;
- promover a realização de estudos e trabalhos de investigação sobre a problemática da discriminação racial;
- elaborar e publicitar um relatório anual sobre a situação da igualdade e da discriminação racial em Portugal.

A CICDR é um organismo plural, incluindo representantes do Estado (e.g. Alto-Comissário para a Imigração e o Diálogo Intercultural, representantes da Assembleia da República e do Governo), da sociedade civil (e.g. associações de imigrantes, associações anti-racistas, centrais sindicais, associações patronais e associações de defesa dos direitos humanos) e personalidades de reconhecido mérito no combate à discriminação, eleitas pelos restantes membros.

5. Sensibilização da opinião pública para o acolhimento e a tolerância

Procurando colocar na agenda pública os principais eixos de reflexão intercultural e combater estereótipos e mitos em torno dos imigrantes, o ACIDI, I.P. tem vindo a desenvolver várias actividades, entre elas:

- *Prémio Imigração e Minorias Étnicas – Jornalismo pela Tolerância*: criado em 2002, este prémio consiste num concurso anual para jornalistas de todos os sectores da comunicação social e tem como objectivo reforçar a importância da tolerância e da defesa dos direitos. Pretende-se deste modo recompensar os profissionais da Comunicação Social e os seus trabalhos, promovendo assim padrões de referência sobre como abordar a discriminação.
- *Celebração de determinadas datas*: a celebração de determinadas datas tem servido de pretexto também para o ACIDI, I.P. estimular o debate e a reflexão acerca de temas relacionados com a interculturalidade: (1) “diversidade” através da Semana da Diversidade (em Maio), (2) “acolhimento” através do Dia do Acolhimento (Outubro), (3) “tolerância” através da Semana da Tolerância (Novembro), e (4) Dia Internacional do Migrante (18 de Dezembro).
- *Apoio a iniciativas e eventos culturais*: procurando sensibilizar a opinião pública para a integração e acolhimento dos imigrantes, o ACIDI, I.P. tem vindo a apoiar, a diversos níveis, a realização de iniciativas (e.g. documentários, filmes) e eventos culturais (e.g. peças de teatro, festivais de música).

6. Pelos Imigrantes, com os Imigrantes

Como explicitámos, um dos princípios centrais da política de imigração e da missão do ACIDI, I.P. é assegurar a participação e colaboração das Associações de Imigrantes na definição e implementação das políticas de integração social e de combate à exclusão. As Associações de Imigrantes são as legítimas representantes dos imigrantes e seus descendentes em Portugal e o parceiro indicado na protecção dos seus direitos e interesses específicos.

Neste contexto o ACIDI, I.P. promove várias actividades pelas e com as Associações de Imigrantes, entre elas:

- *Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI)*: criado em 2004, no contexto dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), tem as seguintes responsabilidades:
 - ⊙ Apoio no planeamento, implementação e avaliação das iniciativas das Associações de Imigrantes em prol dos direitos e interesses específicos dos imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal;
 - ⊙ Colaboração técnica, avaliação e acompanhamento dos apoios financeiros prestados pelo ACIDI, I.P. às iniciativas das Associações de Imigrantes;
 - ⊙ Acções de capacitação das Associações de Imigrantes através da formação dos seus líderes e da construção de instrumentos de facilitação do desenvolvimento de iniciativas em prol do acolhimento e da integração dos imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal;
 - ⊙ Promoção do Associativismo imigrante através da sensibilização dos imigrantes e seus descendentes para a importância da sua participação em estruturas organizadas da sociedade civil, e das entidades públicas e privadas para a relevância do associativismo imigrante na integração dos imigrantes e seus descendentes.
- *Mediadores Sócio-culturais*: uma das características do ACIDI, I.P. é a prestação de serviços com mediadores sócio-culturais, oriundos na sua maioria das comunidades mais representadas em Portugal. Os mediadores, propostos pelas Associações de Imigrantes e seleccionados pelo ACIDI, I.P., têm a uma preparação académica e formativa em assuntos sobre imigração e conhecimento e domínio de línguas. O conhecimento e empenho profissional dos mediadores sócio-culturais são pilares essenciais do ACIDI, I.P..

- *O ACIME junto das Comunidades*: promovendo uma política de maior proximidade às comunidades, foram desenvolvidos programas de trabalho com um modelo de três dias em bairros seleccionados, com a presença nesse período do Alto-Comissário e parte da equipa. Estas iniciativas fomentaram o contacto com o tecido social, institucional e associativo local, de forma a aprofundar o conhecimento da realidade e condições de vida das populações que aí residem, desmistificando assim estereótipos e mitos que tendem a estimular a guetização.
- *Apoio a iniciativas de ONG que trabalham para imigrantes*: reconhecendo que muitas das respostas que os imigrantes necessitam são dadas por ONG que trabalham para imigrantes, o ACIDI, I.P. tem vindo a desenvolver inúmeras parcerias para definir soluções para problemas concretos dos imigrantes. Entre essas actividades desenvolvidas em parcerias destaca-se: (1) *Centro Pedro Arrupe* – centro de acolhimento para imigrantes sem abrigo em situações de extrema pobreza (parceria com o JRS, Câmara Municipal de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Instituto de Segurança Social IP).

7. Conhecer mais para agir melhor

Seguindo uma filosofia de “conhecer mais para agir melhor”, o ACIDI, I.P. criou em 2003 o Observatório de Imigração com o intuito de estimular o diálogo entre a academia e os decisores políticos no que diz respeito à discussão, avaliação e proposta de políticas públicas em matéria de integração de imigrantes em Portugal.

Por outro lado, o Observatório da Imigração tem assumido como prioridade a desconstrução de mitos, de representações e/ou de estereótipos acerca dos imigrantes ou da imigração em geral, que teimam em ser veiculados na sociedade portuguesa. Nesse trabalho, o Observatório tem procurando aprofundar o conhecimento sobre as populações imigrantes em Portugal, regendo a sua intervenção pelo rigor, objectividade e permanente procura da verdade.

Exactamente para concretizar estas metas fundamentais, o Observatório fomenta a recolha de dados ou de informações complementares que não se encontram directamente acessíveis em fontes primárias; desenvolve estudos e investigações científicas multidisciplinares; edita, publica e disponibiliza no sítio www.oi.acime.gov.pt os resultados da sua actividade; promove seminários, colóquios, debates e outras actividades que permitem o debate público e/ou o melhor conhecimento dos fenómenos migratórios para o país.

8. Promoção da Interculturalidade

Reconhecendo a importância de promover a interculturalidade como modelo base da política de imigração portuguesa, o ACIDI, I.P. tem vindo a promover inúmeras actividades e serviços especializados. Destacam-se nesta vertente:

- *Gabinete de Educação e Formação – Entreculturas*: este gabinete, criado em 1991 no seio Ministério da Educação e integrado nos serviços do ACIDI, I.P. desde 2004, funciona com o objectivo de identificar e disseminar estratégias e boas práticas de educação e formação intercultural que permitam estimular uma melhor integração dos imigrantes em Portugal. O gabinete desenvolve e disponibiliza vários materiais de apoio para a educação e formação intercultural.
- *Bolsa de Formadores*: no início de 2006 o ACIDI, I.P. criou uma bolsa de formadores numa óptica de disponibilizar uma equipa móvel para o acolhimento e integração de imigrantes. Com formadores espalhados um pouco por todo o país, o ACIDI, I.P. conseguiu assim descentralizar o esforço de sensibilização e mobilização para a causa do acolhimento e integração. Estes formadores pretendem ser agentes de formação que intervêm junto das mais diversas instituições (e.g. escolas, associações, hospitais, tribunais e organismos públicos e privados em geral).

9. Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI)

De forma a assegurar a participação e colaboração das associações representativas dos imigrantes, dos parceiros sociais e das instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração e combate à exclusão social, em 1998 foi criado o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), integrado na orgânica do ACIDI, I.P..

Este órgão tem vindo a garantir o diálogo, a consulta e a participação da sociedade civil – em especial dos representantes das comunidades imigrantes – e de outras entidades públicas e privadas com intervenção neste domínio, que assim são chamados a contribuir activamente para a definição e discussão de políticas de acolhimento e integração.

10. Programa Escolhas

Na alçada do ACIDI, I.P. funciona também, desde 2004, o *Programa ESCOLHAS*. Este programa *mainstream* é um programa de promoção da inclusão social que, segundo a Resolução de Conselho de Ministros 60/2004, pretende “*apoiar a integração das crianças e jovens provindos de contextos sócio-económicos mais desfavorecidos e problemáticos, numa perspectiva de maior equidade*”. Neste âmbito, entre as suas prioridades está também o apoio a crianças e jovens das segunda e terceira gerações de imigrantes.

Atendendo a estes objectivos, o Programa estruturou-se em quatro grandes áreas estratégicas de intervenção que orientam os projectos que têm vindo a ser financiados por todo o país:

- (1) Inclusão Escolar e Educação Não Formal;
- (2) Formação Profissional e Empregabilidade;
- (3) Participação Cívica e Comunitária;
- (4) Inclusão Digital.

Neste âmbito, no financiamento 2004-2006 foram apoiados 87 projectos. Já com a renovação do Programa Escolhas para o período 2006-2009, foram seleccionados 120 projectos a apoiar.

REFLEXÕES SOBRE INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES: UMA PERSPECTIVA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Michael Fix, Laureen Laglagaron, Margie McHugh, Will Somerville, e Hiroyuki Tanaka
(Migration Policy Institute - MPI)

Traduzido por OIM Portugal

Introdução

O presente capítulo apresenta em traços gerais a integração de imigrantes nos Estados Unidos da América, desde dados estatísticos referentes ao número de imigrantes a residir no país presentemente, até uma perspectiva geral de programas-chave de integração. Para dar uma ideia das dimensões relativas a cada caso, contrastou-se os contextos dos EUA e da Europa, e, na medida do possível, de Portugal. Discutem-se então tendências de imigração com impacto na integração dos imigrantes, bem como aspectos das políticas de integração nos EUA que têm tido sucesso e outros que não têm sido tão bem-sucedidos. O capítulo termina com referência a lições que podem ser extraídas a partir de iniciativas de integração dirigidas por organizações de cariz étnico e comunitário de todo o país.

Naturalmente, oferecer uma visão sucinta de um conjunto de questões tão amplas e complexas afigura-se extremamente ambicioso. É impossível descrever esforços de integração nos EUA e avaliar o seu grau de sucesso ou compará-los com o que tem sido feito noutros locais no espaço de que se dispõe aqui sem generalizar excessivamente. Tais generalizações não podem fazer justiça à diversidade de esforços e resultados existentes ao nível dos Estados e ao nível local, nem têm em consideração as múltiplas perspectivas a partir das quais podem ser examinados as políticas e resultados destas. O presente capítulo, todavia, sintetiza algumas questões-chave, abordagens e tendências com vista a aprofundar o debate sobre as abordagens de vários países, bem como as lições que se podem extrair dessas diferenças.

Apresentação dos dados estatísticos

A União Europeia¹ e os Estados Unidos da América acolhem comunidades imigrantes de grandes dimensões e ainda em expansão. Os residentes nascidos fora destes países constituem aproximadamente 8% do total da população da UE-27 (40,5 milhões) e 12% da população nos EUA (37,6 milhões). Estes números aproximam-se de níveis históricos e a previsão é que continuem a subir nas próximas décadas.

Quadro 12.1 – População Residente Nascida fora da UE e EUA²

	UE-27 (2006) ¹	EUA (2006) ²	Portugal (2005)
População total	491 milhões	299 milhões	10,5 milhões
População nascida no estrangeiro	40,5 milhões (8.3%)	37,5 milhões (12.5%)	764000 (7,3%)

Fonte: Adaptado de Münz, 2007 e 2006 American Community Survey

¹ A União Europeia é constituída por 27 países, após a adesão da Roménia e Bulgária em Janeiro de 2007.

² As comparações numéricas entre a UE-27 e os EUA são difíceis de fazer, em virtude das diferenças de métodos de cálculo. Fornecem, contudo, uma indicação aproximada das dimensões e proporções em questão.

Integração de Imigrantes nos EUA³

A integração de imigrantes nos EUA tem duas características principais. A primeira é a grande margem de manobra permitida pelo Governo Federal que, em termos práticos, deixa grande parte do trabalho de integração aos Estados e às administrações locais. No entanto, esta abordagem é apoiada por leis fortes relativamente à igualdade de oportunidades, em especial nas áreas do ensino básico e secundário, e pela assistência do Governo Federal destinada a programas de educação, saúde, serviços sociais, apoio financeiro, ao qual os Estados e a administrações locais podem recorrer para fazer face às necessidades dos residentes imigrantes.

E se, por um lado, não existe um organismo nacional responsável pela coordenação de uma política federal de integração, por outro lado, os principais órgãos do Governo Federal, como os Ministérios da Educação, Trabalho, Habitação e Desenvolvimento Urbano, e Saúde e Serviços Humanos, supervisionam cada um deles políticas e programas de milhares de milhões de dólares que afectam a integração de imigrantes nos 50 Estados. Na ausência de um programa integrado ao nível federal, e devido ao debate nacional sobre imigrantes em situação irregular, ainda por resolver e foco de grandes tensões, as políticas de integração e, na opinião de muitos, mesmo as políticas de imigração, têm cabido às administrações locais e dos Estados, que manifestam crescente nervosismo.

A segunda característica fundamental da integração de imigrantes nos EUA é a primazia do sector do Emprego. Como se verificou ao longo da história deste país, o trabalho constitui o motor da integração dos imigrantes. Em marcado contraste com a maioria dos países europeus, o mercado de trabalho norte-americano abriu as portas a imigrantes, uma abertura que é reforçada pelo alcance e maturidade das leis de anti-discriminação.

Actualmente os imigrantes constituem um em cada oito residentes, quase um em sete trabalhadores, um em cada cinco trabalhadores de baixos rendimentos⁴, e cerca de metade da mão-de-obra pouco qualificada⁵, nos Estados Unidos⁶. Naturalmente, a fácil absorção de imigrantes pelo mercado de trabalho está na origem das críticas e do intenso debate sobre imigração nos Estados Unidos, em especial relativamente a imigrantes em situação irregular. As hipóteses que defendem que uma aplicação pouco estrita das leis que regulam a imigração e o mercado de trabalho deram origem a salários baixos e a condições de trabalho precárias em muitos sectores da economia, sobretudo junto de uma população imigrante economicamente mais vulnerável, são aspectos controversos do debate em curso ao nível federal e local.

Para além do acesso ao mercado de trabalho, os EUA estendem aos imigrantes, na maioria dos casos independentemente do seu estatuto legal, um conjunto de direitos básicos que os integra no sistema constitucional do país. Estes direitos incluem medidas que permitem a todos os alunos do ensino básico e secundário, independentemente do seu estatuto legal, obter informações fornecidas por órgãos financiados pelo Governo Federal numa língua que lhes seja acessível.

Apesar de desempenhar um papel diminuto na coordenação dos serviços de integração destinados exclusivamente a imigrantes, o Governo Federal apoia um número limitado de programas que servem, quer exclusivamente, quer em larga medida, imigrantes. O financiamento e os programas concebidos expressamente para imigrantes e suas famílias, ou grupos compostos por imigrantes podem ser divididos em quatro categorias principais:

1. *Programas de recolocação e acolhimento.* Estes programas concentram-se especificamente na fase inicial da integração dos refugiados em novas comunidades. Os refugiados constituem aproximadamente 5% da taxa de imigração legal para os EUA.

³ Esta parte do presente capítulo tem por base o volume que o MPI publicou recentemente, *Securing the Future*, editado por um dos autores do presente trabalho, Michael Fix.

⁴ Definem-se como “trabalhadores de baixos rendimentos” aqueles que ganham menos de metade do salário mínimo nacional em 2004.

⁵ Definem-se como “trabalhadores pouco qualificados” aqueles que possuem menos do que o ensino secundário.

⁶ Randolph Capps, Karina Fortuny, e Michael Fix, “Trends in Low-Wage Immigrant Labor Force, 2000-2005,” (Washington DC: Urban Institute, 2007), http://www.urban.org/UploadedPDF/411426_Low-Wage_Immigrant_Labor.pdf.

2. *Programas para trabalhadores imigrantes e suas famílias.* Enquanto estes programas foram originalmente concebidos para cobrir as necessidades de trabalhadores rurais migrantes nascidos nos EUA, hoje quase quatro em cada cinco trabalhadores rurais não nasceram em solo norte-americano. Em consequência, estes programas, nos sectores da saúde, serviços sociais infantis (*Head Start*), ensino, e formação profissional transformaram-se efectivamente em instrumentos de políticas de integração que servem uma mão-de-obra nascida fora dos Estados Unidos e respectivas famílias.
3. *Financiamento para ensino da língua e promoção da cidadania.* Estes mecanismos de financiamento promovem a aquisição da língua inglesa junto de crianças com Proficiência Limitada em Inglês (LEP) (Medida III de *No Child Left Behind Act*), assim como junto de adultos na mesma situação (*Adult Basic Education/English as a Second Language* (ESL), despesas estas previstas no *Workforce Investment Act*. É igualmente disponibilizado apoio financeiro aos Serviços de Imigração (*US Citizenship and Immigration Services*), encorajando a naturalização através de educação pública e sensibilização da comunidade.
4. *Financiamento destinado a compensar comunidades pelo o impacto dos imigrantes nos serviços públicos.* Este tipo de financiamento destina-se a ajudar: a) escolas a fazer face às despesas adicionais que representa o ensino de alunos recém-chegados; b) hospitais a compensar os custos associados a cuidados dispensados a imigrantes em situação irregular sem seguro de saúde; c) os governos, ao nível local e dos Estados, a custear o encarceramento de imigrantes em situação regular e irregular.

Os tipos de financiamento com fins específicos acima descritos são mínimos quando comparados com os montantes investidos em programas sociais, educativos e de saúde, dos quais os imigrantes também usufruem. Contam-se entre eles programas para alunos com dificuldades económicas, o *Medicaid*, o *Medicare* e o *State Child Health Insurance Program*, e fundos de combate à pobreza, como *Community Services Block Grants*.

Todavia, se o acesso dos imigrantes e outros residentes às protecções básicas garantidas na Constituição é bastante alargado, os direitos relativos a programas tradicionais de serviços sociais são limitados. No sistema de imigração norte-americano, um indivíduo que se designa “patrocinador” solicita através de uma petição a vinda de um imigrante para os Estados Unidos. Os patrocinadores responsabilizam-se economicamente pelo imigrante até este/a se naturalizar ou fazer prova de 40 trimestres (10 anos) de trabalho naquele país. Os critérios que regulam a possibilidade de os imigrantes receberem regalias sociais, desde as que requerem apresentação de provas (serviços sociais - *Welfare*), até programas de seguro social (Segurança Social), têm sido determinados pela fase em que o imigrante se encontra no que se pode designar por “linha de consentimento” (“continuum of consent”), ou seja, a medida em que o governo consentiu a sua permanência no país.

Uma das consequências directas das restrições impostas aos direitos sociais dos imigrantes, as quais datam de meados dos anos 90, foi a valorização da nacionalidade. Ser detentor de nacionalidade representa ter acesso à rede de apoio social e alguma segurança de residência relativamente a deportação. Em comparação com outros países, a nacionalidade tem sido fácil de obter nos EUA. Pode ser conseguida de forma relativamente rápida (após cinco anos de se possuir estatuto de residente, três se se for casado com um cidadão nacional ou se se tiver feito serviço militar), através de um mínimo de conhecimentos de inglês e de conhecimentos cívicos. Tal pode vir a mudar a partir de Janeiro de 2008, quando entrará em vigor um novo exame de naturalização com o objectivo de “dar mais significado”⁸ ao exame de nacionalidade. O novo teste incluirá menos perguntas baseadas em factos e mais questões sobre os princípios democráticos

do país, como o significado de “auto-governança”. Os representantes da área da imigração declaram que o novo teste não será mais difícil, mas alguns grupos actuantes neste sector argumentam que as mudanças, combinadas com o acentuado aumento do valor dos emolumentos, dificultarão a obtenção da nacionalidade a imigrantes com poucos meios, menos escolaridade e proficiência limitada em inglês⁹.

⁷ Michael Fix, *Securing the Future*. (Washington DC: Migration Policy Institute, 2007)

⁸ US Citizenship and Immigration Services. “USCIS Naturalization Test Redesign,” Publicado a 30 de Novembro, 2006, <http://www.uscis.gov/files/pressrelease/FactSheetNatTest113006.pdf>.

⁹ Ver, por exemplo, Catholic Legal Immigration Network, “A More Perfect Union: A National Citizenship Plan,” (Washington, DC: Catholic Legal Immigration Network, 2007), <http://www.cliniclegal.org/DNP/citplan07/final-complete.pdf>.

As mudanças à lei que concede regalias sociais com base na nacionalidade norte-americana pode significar que a nacionalidade poderá também estar a mudar como indicador de integração. Por um lado, os cidadãos nacionais podem ter mais facilmente acesso a seguro de saúde e alguma formação profissional através do programa *Temporary Assistance for Needy Families* (Apoio Temporário para Famílias Necessitadas), regalias estas que aceleram a integração. Por outro lado, as decisões que conduzem à naturalização podem passar a basear-se, em grande medida, em razões práticas dos candidatos e, não tanto, num sentimento de pertença ou lealdade nacional.

A Integração de Imigrantes na União Europeia

O facto de a UE ser constituída por 27 países, cada um deles com uma história, sistemas e políticas diferentes, torna particularmente difícil delinear uma única linha condutora de política de integração na Europa. O mandato ou “competência” da UE em matéria de políticas de integração é vago e, a sua base legal, no mínimo incerta. A falta de definição é exacerbada por divergências sobre as várias competências dentro da própria Comissão Europeia. A Direcção-Geral para a Justiça, Liberdade e Segurança tem a sua acção limitada a propor políticas de integração para nacionais de países terceiros (criando uma divisão entre cidadãos comunitários e não-comunitários em processo de integração num novo país), e muitos dos seus instrumentos de integração dirigem-se explicitamente aos imigrantes recém-chegados. Ao mesmo tempo, a Direcção-Geral para o Emprego e Assuntos Sociais prossegue com um conjunto de políticas que também afectam as populações imigrantes, no âmbito mais alargado da sua estratégia de políticas de inclusão social, protecção social e anti-discriminação de imigrantes (incluindo as segundas e terceiras gerações).

O papel da UE na integração de imigrantes pode ser considerado de três perspectivas: aspectos legais, financeiros e definição de parâmetros. Tem um papel legislativo limitado. A título de exemplo, regista-se a adopção, pelos Estados-Membros de um conjunto de directivas anti-discriminação em 2000, concebido para eliminar as desigualdades em várias áreas, incluindo género, idade e raça. Em segundo lugar, a UE tem funções financeiras, reservando um orçamento cada vez mais significativo para a integração de imigrantes. Neste sentido, foi recentemente adoptado o Fundo Europeu da Integração. No entanto, o feito de maior porte – e o cerne da nova agenda comum – foi a elaboração de uma abogagem de integração, nomeadamente através da adopção dos onze Princípios Básicos Comuns (PBC), adoptados em 2004 para “servir de base a uma abordagem coerente de integração de nacionais de países terceiros”¹⁰. Estes princípios normativos apresentam as prioridades que devem ser tomadas em consideração na elaboração de qualquer política de integração, incluindo emprego, educação, e acesso a serviços. Outros resultados concretos desta medida relativa à integração tem sido a publicação, com frequência quase annual, do Manual de Integração.

Por conseguinte, as políticas de integração na UE e nos EUA não são directamente comparáveis, dado que a UE é uma organização supra-nacional, não um único país. A UE é essencialmente um conjunto de países que têm, na sua maioria, as suas próprias políticas de integração, embora tenham um certo grau de investimento e harmonização ao nível da UE.

A Integração de Imigrantes em Portugal

As estatísticas relativas a Portugal indicam que, em 2005, 415934 estrangeiros residiam ou estavam legalmente em Portugal (275906 detinham autorização de residência; 93391 tiveram a autorização de permanência prorrogada, e 46637 viram renovado o seu visto de longa duração).¹¹ Os cidadãos de países terceiros em

¹⁰ Para um comentário dos Princípios Básicos Comuns, ver Hywel Ceri Jones, Cristina Pineda Polo, Françoise Pissart, Thierry Timmermans, e Stephen Pittam, “Beyond the Common Basic Principles on Integration: the Next Steps,” EPC Issue Paper 27, (Brussels: European Policy Centre, 2005), http://www.epc.eu/TEWN/pdf/668099262_EPC%20Issue%20Paper%2027%20Basic%20Principles%20on%20Integration.pdf.

¹¹ Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas Demográficas 2007. http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes?PUBLICACOESpub_boui=6734791&PUBLICACOESmodo=2

Portugal provém em primeiro lugar, e tradicionalmente, de países lusófonos (nomeadamente Cabo-Verde, Angola, Guiné-Bissau, e São Tomé e Príncipe) e do Brasil. Uma análise combinada dos vários tipos de vistos e autorizações mostra que a maioria dos imigrantes em Portugal eram de Cabo-Verde (67457) e do Brasil (63654). Portugal e as autoridades portuguesas há muito que ligaram a emigração à imigração e têm desenvolvido relações com a diáspora portuguesa, de cerca de 4,3 milhões¹². Os imigrantes da Ucrânia, em número de 43799, são o terceiro maior grupo de imigrantes em Portugal. A maioria dos imigrantes encontra-se em Lisboa e no Porto, embora tenha havido uma crescente dispersão geográfica nos últimos anos (ver abaixo).

O quadro político em matéria de política de integração é liderada pelo Governo, tendo o Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural como ponto focal para todos os serviços de integração e acolhimento de imigrantes.

O Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) foi criado em 1996, tendo sido transformado em Instituto Público em Junho de 2007, quando passou a ser designado Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.). O ACIDI, promove assim a integração de imigrantes e o diálogo intercultural em Portugal.

Com o objectivo de tornar mais acessíveis aos imigrantes os órgãos da administração pública, o ACIME criou o Sistema Nacional de Apoio ao Imigrante, formado pelos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante, CNAI, em Lisboa e no Porto, em 2004, e uma rede de Centros Locais de Apoio ao Imigrante, CLAI, em câmaras municipais, paróquias, ONG, em localidades por todo o país. Os CNAI estão articulados com vários ministérios e serviços da Administração Central, incluindo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Ministério da Administração Interna, a Inspeção-Geral do Trabalho, o Instituto da Segurança Social, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, ao mesmo tempo que envolve na sua actuação associações de imigrantes, ONG, paróquias e outras organizações sem fins lucrativos. Em Junho de 2006, pelo menos 59 CLAI tinham sido criados em Portugal¹³.

Os CLAI disponibilizam serviços como aconselhamento jurídico, reagrupamento familiar, emergências sociais, inserção no mercado de trabalho, acesso à nacionalidade portuguesa, cursos de português, meios de luta contra a discriminação racial, integração da etnia Roma, e apoio técnico a associações de imigrantes. Ao disponibilizar serviços tão diversos num único local (também conhecida por abordagem “one-stop-shop”), os CLAI envolvem frequentemente representantes de associações de imigrantes com um perfil cultural e linguístico semelhante ao daqueles que procuram os seus serviços. Em parte como resultado deste processo, as associações de imigrantes e de outras organizações da sociedade civil têm-se tornado mais visíveis no debate sobre migrações e são agora formalmente reconhecidas pelo ACIDI, I.P. (se completarem um processo em que são sujeitas ao escrutínio de outras associações).

Em toda a Europa assim como em Portugal, os países têm conferido uma crescente importância à língua enquanto elemento fundamental de programas de integração e testes de nacionalidade. O lugar de destaque dos imigrantes lusófonos em Portugal tem contribuído para a sua integração económica, assim como para o desenvolvimento de laços entre os países de expressão portuguesa. A língua, como um dos meios e indicadores de integração de imigrantes, constitui um factor-chave na formulação de políticas de imigração e, ao mesmo tempo, de integração.

Tendências

Os Estados Unidos e a Europa enfrentam alguns desafios que, claramente, lhes são comuns. Duas tendências parecem ser de particular importância. A primeira, respeitante aos altos e constantes fluxos de imigração, é já bem conhecida.

¹² Jorge Malheiros, “Portugal Seeks Balance of Emigration, Immigration,” *Migration Information Source*, Dezembro 2002, <http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=77>

¹³ Alto Comissariado Para A Imigração E Diálogo Intercultural, I.P. “CLAI: National Immigrant Support System,” http://www.acidi.gov.pt/docs/CLAI/Lista_CLAIs_23-06-2006.xls

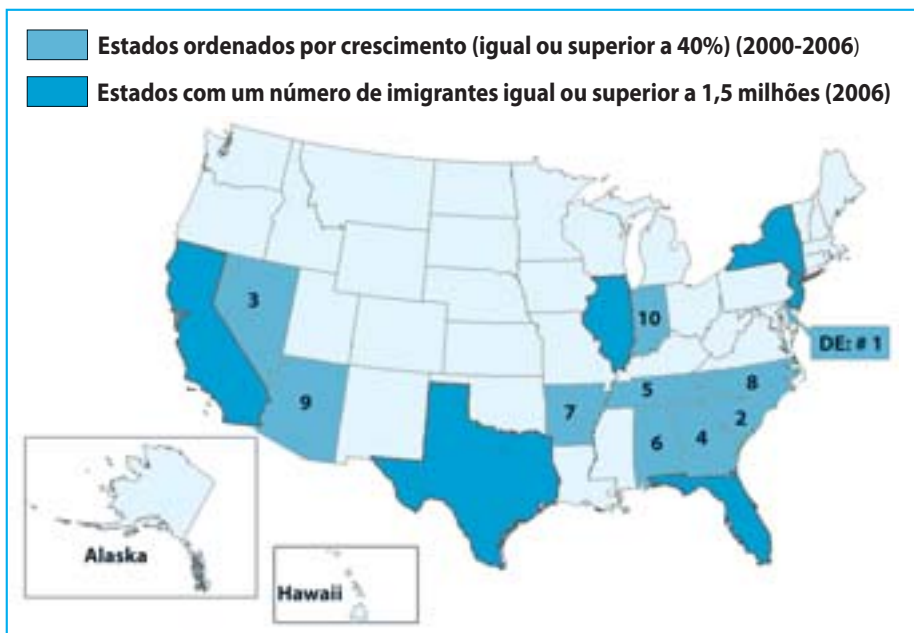
O número de imigrantes a chegar aos Estados Unidos (em média entre 2002 e 2006 e com base nas estimativas do MPI) totaliza cerca de 1,8 milhões por ano¹⁴. Uma em cada cinco crianças e mais do que uma criança de famílias de baixo rendimento em cada quatro é descendente de imigrantes. Mais de metade da nova mão-de-obra nos anos noventa era imigrante, e os indivíduos nascidos fora dos EUA constituem um grande número em algumas profissões, como no caso dos médicos, em que representam um em cada cinco.

De igual modo, na Europa, apesar de flutuações temporárias, as taxas de imigração têm subido continuamente desde os anos sessenta. Com efeito, a imigração corresponde em grande medida ao crescimento populacional na Europa: 80% entre 2000 e 2005, e 84%, entre 2005 e 2006.

Grandes fluxos de imigração significam que o sucesso da nação como um todo e o das suas instituições dependerá de forma cada vez mais acentuada das contribuições e da integração dos imigrantes. Este facto irá afectar os Estados Unidos e a Europa de modo semelhante.

A segunda tendência que identificamos é a de fluxos *menos concentrados, mais difusos*, o que tem levado a imigração a sair do seu contexto urbano mais tradicional. Nos Estados Unidos, a população imigrante tem estado concentrada em seis grandes Estados de acolhimento (Califórnia, Flórida, Illinois, Nova Iorque, Nova Jersey e Texas). Todavia, nos últimos anos, emergiu um novo grupo de Estados de acolhimento, à medida que os imigrantes se dispersam para além dos Estados que tradicionalmente os têm acolhido. Os quadros 12.2 e mostram as variações das percentagens e número de imigrantes desde o ano 2000.

Fig. 12.1 – Estados com o Maior e Mais Rápido Crescimento de População Nascida fora dos EUA (%)



Fonte: Tabelas do Migration Policy Institute elaboradas com base nos dados do Recenseamento da População e Habitação Nacional, Summary File 3, 2000 US Decennial Census e American Community Survey, 2006.

¹⁴ "Annual Immigration to the United States: The Real Numbers," Factsheet No.16, (Washington DC: Migration Policy Institute, 2007), http://www.migrationpolicy.org/pubs/FS16_USImmigration_051807.pdf.

Quadro 12.2 – Estados Ordenados por População Nascida fora dos EUA (%)

Estado	2006	Variação de 2000 to 2006	
	Estimativa do Número de Imigrantes	Variação (%)	Posição (2006)
Delaware	68722	53,1%	1
Carolina do Sul	176018	51,8%	2
Nevada	475914	50,3%	3
Georgia	859590	48,9%	4
Tennessee	236516	48,7%	5
Alabama	130049	48,2%	6
Arkansas	107346	45,7%	7
Carolina do Norte	614198	42,8%	8
Arizona	929083	41,6%	9
Indiana	263607	41,3%	10
Kentucky	111724	39,2%	11
Virgínia	773785	35,7%	12
Oklahoma	175987	33,6%	13
Nebraska	99500	33,3%	14
Utah	210500	32,7%	15
Colorado	489496	32,3%	16
Novo México	197251	31,8%	17
Maryland	683157	31,8%	18
New Hampshire	71200	31,5%	19
Minnesota	339236	30,2%	20
Washington	793789	29,2%	21
Texas	3740667	29,0%	22
Kansas	173394	28,7%	23
Flórida	3425634	28,3%	24
Missouri	193690	28,1%	25
Idaho	82 040	28,0%	26
Mississippi	51 044	27,9%	27
Alaska	47 066	26,6%	28
Wisconsin	245 006	26,5%	29
Pennsylvania	636 567	25,2%	30
Dakota d Sul	16 852	24,9%	31
Wyoming	13 929	24,3%	32
Oregon	359867	24,2%	33
Iowa	112299	23,3%	34
Connecticut	452358	22,3%	35
Ohio	412352	21,5%	36
Estados Unidos	37547789	20,7%	
Nova Jersey	1754253	18,8%	37
Massachusetts	908271	17,5%	38
Illinois	1773600	16,0%	39
Maine	41956	14,3%	40
Michigan	598651	14,3%	41
Virgínia Oriental	21948	13,2%	42
Rhode Island	134390	12,7%	43
Califórnia	9902067	11,7%	44
Dakota do Norte	13378	10,4%	45
Louisiana	125204	8,0%	46
Nova Iorque	4178962	8,0%	47
Montana	17512	6,8%	48
Vermont	24182	4,0%	49
Distrito de Columbia	73820	0,4%	50
Hawai	210162	-1,0%	51

Fonte: Quadro estatístico do MPI do Recenseamento Nacional, Summary File 3, 2000 US Decennial Census e American Community Survey, 2006.

Os imigrantes que se dirigem aos novos Estados de entrada (como as Carolinas do Sul e do Norte) chegaram mais recentemente, e há maiores probabilidades de serem mexicanos, pobres, mais novos, com menos escolaridade, assim como estarem em situação irregular, do que a média nacional. Limitados recursos ao nível da comunidade, infraestrutura institucional e experiência podem constituir barreiras à integração. Ao mesmo tempo, podem surgir novas oportunidades e sucessos.

Do mesmo modo, na Europa, os fluxos de imigração são menos concentrados, estando os imigrantes a mudar-se para os subúrbios das cidades ou para novas áreas de imigração, em parte devido a políticas de acolhimento e dispersão. A dispersão de recentes vagas de migrantes para Portugal tem sido importante para evitar tensões, na medida em que compensa as concentrações nas áreas metropolitanas de Lisboa e Setúbal.¹⁵ Esta situação é benéfica tanto para os imigrantes, que são altamente empregáveis em virtude da sua disponibilidade para aceitar lugares deixados vagos devido ao despovoamento de certas regiões de Portugal, como para as comunidades de acolhimento, que estão em melhores condições para facilitar a integração dos imigrantes em pequenos círculos.

Reflexões sobre a diferença de abordagens entre os EUA e a Europa

Esta síntese das políticas de imigração e de duas das mais importantes tendências migratórias verificadas nos EUA e na Europa apresenta o contexto geral da integração dos imigrantes, pondo naturalmente, a tónica na amplitude, em lugar de tratar em profundidade, deixando de fora múltiplos pormenores. No entanto, tal comparação permite fazer algumas observações.

No processo de análise da troca, replicação e duplicação de boas práticas, é essencial compreender os motores de um determinado ambiente político e de políticas, o que se aplica aos níveis local, regional e nacional.

Estes “motores” podem incluir contextos regulamentares ou de financiamento, sistemas de *advocacy* e participação, ou diferenças culturais. As semelhanças superficiais e as barreiras linguísticas, entre outras, podem tornar difícil a captação de grandes variações no modo de enquadramento da integração.

Seguem-se sete diferenças que observámos nas abordagens da integração dos imigrantes nos EUA e na Europa, que são essenciais para compreender como em ambos os casos são formuladas as respectivas políticas de imigração e integração:

1. Em primeiro lugar, o modo como o conceito de “imigrante” é compreendido varia de país para país. Em países europeus (e, em especial, na Europa continental) os “imigrantes” podem incluir segundas, terceiras e até quartas gerações. Nos EUA, a designação “imigrantes” limita-se à primeira e, por vezes, à segunda geração.
2. Em segundo lugar, enquanto os imigrantes foram sempre uma parte fundamental e histórica dos Estados Unidos, muitos Estados-Membros europeus incluindo Portugal, Irlanda, Espanha e Itália, só recentemente se tornaram países de imigração ou se reconheceram como tal. A história da imigração em Portugal é, assim, claramente distinta da dos EUA.
3. Em terceiro lugar, a integração nos EUA centra-se na obtenção de emprego, de forma a que os indivíduos possam contribuir activamente para a economia. As taxas de emprego entre imigrantes são significativamente mais altas nos EUA do que na Europa.
4. Em quarto lugar, os sistemas de proteção social na Europa (incluindo, por exemplo, um sistema de saúde para todos) cobrem toda a população imigrante, enquanto que o acesso a estes é mais limitado nos Estados Unidos.

¹⁵ A alta densidade populacional geográfica foi um fenómeno de grande importância relativamente a imigrantes de países lusófonos e, mais recentemente, imigrantes da Europa de Leste. Isabel Baptista, Cátia Michael, “Feeding in’ and ‘Feeding out’, and Integrating Immigrants and Ethnic Minorities: A Study of National Policies,” Centro de Estudos para a Intervenção Social, Novembro 2006, http://ec.europa.eu/employment_social/social_inclusion/docs/experts_reports/portugal_2_2006_en.pdf

5. Em quinto lugar, relativamente à imigração, as estruturas de governação políticas e das políticas diferem no contexto norte-americano e europeu. A expansão das competências da UE nas áreas económica, política e social deu início a uma nova era de governação em matéria de imigração: os Estados Unidos mantêm o controlo sobre todos os aspectos das suas políticas de imigração e, em contrapartida, Portugal poderá estar a considerar áreas em que partilhará responsabilidades na gestão das migrações com a UE.
6. Em sexto lugar, a questão da imigração ilegal é tratada de modo diferente, quer em termos de políticas, quer ao nível do debate público. Há, desde logo, diferenças de escala. O número de imigrantes em situação irregular nos EUA é aproximadamente 12 milhões, o que representa mais do que a população de Portugal. Por outro lado, a regularização extraordinária tem constituído um elemento importante das políticas adoptadas por Portugal, tendo ocorrido cinco destes processos de regularizações nos últimos 15 anos. Em 2007, entrou em vigor a nova Lei da Imigração, que, não prevendo uma regularização extraordinária, contempla, no entanto, várias situações em que os imigrantes podem regularizar a sua situação individual, de acordo com critérios específicos.
7. Por último, na Europa, onde a sociedade civil está, em alguns aspectos, menos firmemente estabelecida e as fundações desempenham um papel de menor relevo do que nos EUA, os governos estão muito mais envolvidos na integração dos imigrantes. Tal não significa que os imigrantes se encontram mais bem integrados na Europa, mas, antes, que o Estado (sob a forma de governos regionais e locais) desempenha um papel mais importante do que nos EUA.

As sete diferenças acima apresentadas são uma indicação dos desafios com que se depara uma comparação da imigração e integração de imigrantes num contexto transatlântico.

No entanto, a análise contrastiva dos projectos e práticas de integração entre países pode sem dúvida fornecer lições importantes. Em especial, tais diferenças permitem-nos fazer algumas observações gerais sobre áreas em que foram bem-sucedidos e outras em que houve menos sucesso.

Sucessos e fracassos

Os casos mais evidentes de sucessos e fracassos podem ser identificados através dos resultados mensuráveis para grupos de imigrantes. Correndo embora o risco de simplificar excessivamente, encontramos dois grandes resultados de “sucesso” associados a políticas nos Estados Unidos, e vários casos de “fracasso” quando olhamos para o panorama geral.

As comunidades imigrantes nos EUA têm taxas de emprego muito mais altas do que na Europa, ou seja, é muito mais provável estes terem um trabalho produtivo. Uma segunda área de bons resultados é o sentido de pertença. Claramente, uma abordagem desenvolvida com base numa tradição de país de imigração e na possibilidade de adquirir a nacionalidade contribuiu para formar uma identidade mais inclusiva.

O sucesso da integração de imigrantes pode ser atribuído em parte à força das organizações de cariz étnico ou comunitário nos EUA. Porventura devido à falta de orientações em matéria de políticas de integração da parte do Governo Federal, estas organizações têm desempenhado um papel único e muito importante na adaptação à nova sociedade, quer dos novos imigrantes, quer dos imigrantes chegados há mais tempo, sobretudo ao nível local. Em muitas cidades por todo o país, as organizações comunitárias têm, por exemplo, posto ao dispor de imigrantes e refugiados programas de formação profissional, ensino de língua e apoio para que possam beneficiar de regalias sociais, residência e nacionalidade, reenaminhando-os quando necessário para as entidades competentes. Outras organizações criaram iniciativas inovadoras que contribuem para a integrações dos imigrantes, desde a formação sobre assuntos financeiros e programas de saúde mental, até clubes de negócios e seminários sobre democracia.

Enquanto algumas organizações de cariz étnico e comunitário funcionam independentemente umas das outras, várias formam parcerias com outras organizações de imigrantes e de base comunitária para criar um clima político que permita exercer pressão junto das autoridades locais, federais e dos Estados, de forma a defender os seus interesses, ou simplesmente de forma a juntar esforços para a disponibilização de serviços. As organizações abordam frequentemente as autoridades governamentais em concertação com actores da sociedade civil para advogar alterações de políticas. Não é muito claro se as organizações de cariz étnico ou comunitário na Europa se irão expandir na proporção necessária para influenciar a formulação de políticas. O que parece claro desde logo é que as organizações dirigidas por imigrantes têm mais recursos, maior poder e são mais eficazes nos EUA.

Portugal, dada a sua singular história de imigração e emigração, assim como o sucesso no desenvolvimento de um modelo de integração inclusivo, encontra-se bem posicionado. A prová-lo está o facto de Portugal ter ficado classificado em segundo lugar no recente Índice de Políticas de Integração de Imigrantes (MIPEX), um estudo das políticas de integração dos países da UE. O trabalho do ACIME e, agora, do ACIDI, I.P., de promoção de associações de imigrantes e outras ONG pôs em marcha um processo que pode ajudar Portugal a desenvolver uma sociedade civil mais próxima dos moldes norte-americanos.

Conclusão

No presente texto apresentou-se um esboço das políticas de integração nos EUA, UE e, ainda que de modo breve, em Portugal, explorando algumas das diferenças, “sucessos” e “fracassos” das políticas nos diferentes países. Registam-se alguns casos bem-sucedidos, deixando, assim, margem para a partilha de boas práticas.

Contudo, a combinação das duas tendências acima mencionadas põe à prova as políticas de integração de todos os países. Inquietações sobre a concentração de comunidades étnicas em novas áreas, ou em maior número, têm constituído o foco de muitos debates em matéria de multiculturalismo e integração, na Europa e nos Estados Unidos. A análise e a elaboração das melhores políticas de integração é um processo ainda em curso. Não é de mais afirmar que em todos os países desenvolvidos a integração dos imigrantes continua a ser um imperativo ao nível das políticas.

Em conclusão ao presente capítulo, apresentam-se agora algumas medidas ou lições que, na opinião dos autores, tiveram sucesso nos Estados Unidos e podem ser relevantes para Portugal. Todavia, a transferência de ideias do outro lado do Atlântico é não só difícil, como pode ficar, sem uma análise cuidadosa do contexto e dos motores das políticas, votada ao fracasso.

A maioria ou a totalidade das políticas sugeridas abaixo podem já estar a ser desenvolvidas, não sendo nossa intenção apresentar “modelos” superiores. Pretendeu-se, antes, deixar vários bons exemplos de integração dos EUA, que poderiam ajudar a dar forma e servir o objectivo de desenvolver programas e políticas de integração em Portugal e noutros países europeus, com a preocupação de incluir e construir a partir das comunidades imigrantes. As sugestões são as seguintes:

- Aumentar a participação dos imigrantes no mercado de trabalho, através de um melhor acesso dos imigrantes residentes a este e da criação e estrito cumprimento de leis de anti-discriminação
- Promover a aquisição da língua junto da população imigrante, disponibilizando cursos em contexto profissionalizante, para além dos cursos de língua tradicionais
- Promover a aprendizagem da língua junto de descendentes de imigrantes através do financiamento de ensino da língua de forma eficaz e sistemática em escolas públicas

- Encorajar a participação cívica entre imigrantes através de:
 - o Redução de barreiras à aquisição da nacionalidade (período de espera, custo ou tipo de teste de naturalização)
 - o Promoção de cursos preparatórios para o teste de nacionalidade junto de imigrantes que reúnem as condições para se naturalizarem
- Encorajar a integração utilizando o potencial das iniciativas de cariz étnico ou comunitário, tornando-as agentes de integração. Tal deve passar, entre outros, pela criação e desenvolvimento de organizações de cariz étnico e comunitário.

¹ Rainer Münz, "Aging and Demographic Change in European Societies: Main Trends and Alternative Policy Options," World Bank SP Discussion Paper (Hamburg: Hamburgisches WeltWirtschafts Institute, 2007), <http://siteresources.worldbank.org/SOCIALPROTECTION/Resources/SP-Discussion-papers/Labor-Market-DP/0703.pdf>.

² US Census Bureau. "B05001. Citizenship Status in the United States," 2006 American Community Survey, http://factfinder.census.gov/servlet/DTTable?_bm=y&-ds_name=ACS_2006_EST_G00_&-CONTEXT=dt&-mt_name=ACS_2006_EST_G2000_B05001&-redoLog=false&-geo_id=01000US&-format=&-_lang=en&-SubjectID=14829037.

MAPAS: Distribuição Geográfica das Iniciativas

PORTUGAL CONTINENTAL E REGIÕES AUTÓNOMAS



Bancarização das Comunidades Imigrantes, Millennium BCP

Campanha de Não Discriminação do Imigrante, Amnistia Internacional Portugal

Fórum de Organizações Católicas para Imigração e Asilo, Obra Católica Portuguesa de Migrações

Gabinete de Apoio Social, Serviço Jesuíta aos Refugiados

Grupo Imigração e Saúde, Maria Cristina Santinho e Grupo de Coordenação

Mãos (Es)Forçadas: Migrações e Tráfico de Seres Humanos, OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento

Mãos Seguras, SOLIM - Associação Solidariedade Imigrante e Sindicato STAD

Microcrédito para Imigrantes, Serviço Jesuíta aos Refugiados e ACIDI, I.P.

Microcrédito, Millennium BCP

Migrações e Desenvolvimento: A Dupla Oportunidade Norte-Sul, INDE (Intercooperação e Desenvolvimento)

Plano Integrado de Combate à Exclusão, Fundação AMI

Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes, Fundação Calouste Gulbenkian

Portal das Associações de Imigrantes em Portugal, ACIDI, I.P. e Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude

Português Língua Não Materna, Escola Secundária 3 de Vila Verde

Projecto Bem Vindos à Nossa Terra, Serviço Jesuíta aos Refugiados

Projecto de Apoio à Equivalência de Habilitações Académicas e Profissionais de Enfermeiros Imigrantes, Serviço Jesuíta aos Refugiados, Hosp Amadora Sintra, Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil, Fundação Calouste Gulbenkian

Projecto de Apoio à Profissionalização de Médicos Imigrantes, Serviço Jesuíta aos Refugiados e Fundação Calouste Gulbenkian

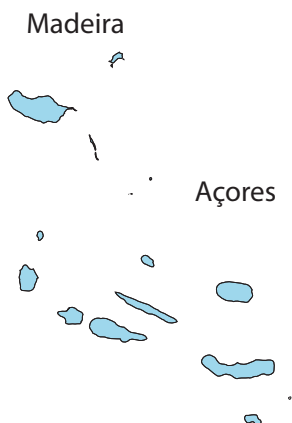
Projecto Novos Residentes, Banco Espírito Santo

Semana Nacional de Migrações - Peregrinação Internacional dos Migrantes e Refugiados, Comissão Episcopal da Mobilidade Humana e Obra Católica Portuguesa para as Migrações

Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

UNIVA, Serviço Jesuíta aos Refugiados

REGIÕES AUTÓNOMAS DOS AÇORES E DA MADEIRA



A Minha Escola no Combate à Discriminação, Comunidade Internacional Bahá'í

Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante, CRESAÇOR - Cooperativa Regional de Economia Solidária

Concurso D. Djuta Ben David, AIPA - Associação dos Imigrantes nos Açores

Curso de Língua Portuguesa para Estrangeiros, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Cursos Livres para Imigrantes: Língua Portuguesa, Informática e Empreendedorismo, Direcção Regional das Comunidades dos Açores

Educação Extra Escolar. Curso de Língua Portuguesa para Estrangeiros, Direcção Regional da Educação dos Açores

Portal AIPA, AIPA - Associação dos Imigrantes nos Açores

Programa de Rádio "O Mundo Aqui", AIPA - Associação dos Imigrantes nos Açores

Suplemento "Rumos Cruzados", AIPA e Jornal Açoriano Oriental

V Encontro dos Povos de África e IV Encontro dos Povos de Leste, Centro das Comunidades Madeirenses

REGIÃO NORTE



A Arte pela Globalização, Espaço t

Acolher, Informar, Encaminhar e Acompanhar os Imigrantes, Câmara Municipal de Vila Verde - Gabinete de Apoio às Comunidades Portuguesas

Acolhimento e Apoio aos Imigrantes, Secretariado Diocesano das Migrações

Acolhimento e Integração de imigrantes, Cáritas Diocesana Viana do Castelo e ACIDI, I.P.

Acompanhamento Escolar de Filhos de Imigrantes, Associação Juvenil Pontos nos Is,

Agência para a Vida Local, Câmara Municipal de Valongo

Apoio aos Alunos Oriundos de Países Estrangeiros, Escola Secundária de Rocha Peixoto

Apoio aos Sem-Abrigo, Associação dos Albergues Nocturnos do Porto

Aula de Música, Associação Juvenil Pontos nos Is

Caminhada Comemorativa do Dia Mundial da Diversidade Cultural, Câmara Municipal de Viana Castelo, Cáritas Viana do Castelo e ACIDI, I.P., Comemorações do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos, Câmara Municipal de Viana do Castelo, Rede Social de Viana do Castelo, ACIDI, I.P.

Conselho Municipal das Comunidades do Porto, Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto e Câmara Municipal do Porto

Curso de Cidadania e de Língua Portuguesa para Imigrantes do Leste Europeu, Cruz Vermelha Portuguesa-Braga, CIVITAS-Braga e ACIDI, I.P.

Curso de Português para Estrangeiros, Câmara Municipal de Vieira do Minho

Curso de Português para Estrangeiros, Escola Secundária Garcia de Orta

Curso de Português para Imigrantes, Coordenação Educativa de Bragança

Curso de Português, Associação de Imigrantes Magrebinos e Amizade Luso-Árabe ESSALAM

Distribuição de Textos Informativos, Centro de Saúde Professor Arnaldo Sampaio

Educar para a Multicultura, Escola Básica 1/JI do Carvalho - Mindelo

Encontro das Comunidades, Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto

Exposição Fotog. "A Caminho" (relativo ao percurso de um grupo de estudantes timorenses), Cruz Vermelha Portuguesa-Braga e ACIDI, I.P.

Festa dos Povos, Comissão Organizadora: Cruz Vermelha Portuguesa-Braga, Cáritas-Braga, Comissão Justiça e Paz, Pastoral da Mobilidade Humana, Grupo de Intervenção para a Escolarização da Etnia Cigana

FIC - Competências Básicas em Tecnologia de Informação, Socialis-Associação de Solidariedade Social

FIC - Formar, Integrar e Competir, Parceria com Walker Consultores

FIC - Módulo Cursos de Língua Portuguesa e Cidadania, Socialis-Associação de Solidariedade Social

Gabinete de Apoio ao Emigrante, Câmara Municipal do Baião

Gabinete de Apoio às Comunidades Portuguesas, Câmara Municipal de Vila Verde

Jantar Intercultural, Cruz Vermelha Portuguesa-Braga e ACIDI, I.P.

Jornal Escolar, Agrupamento Vertical de Escolas de Santa Marta de Penaguião

"Marrocos: A Cultura, os Costumes de um Povo", Associação de Imigrantes Magrebinos e Amizade Luso-Árabe ESSALAM

Natal dos Povos, Cáritas Diocesana Viana do Castelo e ACIDI, I.P.

Plano de Actividades 2007: Eventos; apoio psico-social e de reinserção na vida activa, apoio e orientação fiscal; orientação jurídica, Associação Mais Brasil,

Português Língua não Materna, Escola Secundária 3 de Vila Verde, Projecto "Asas Pró Futuro", Cruz Vermelha Portuguesa de Águeda

Projecto Clique Tic, APF - Associação para o Planeamento da Família

Projecto Helène de Chappotin, Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria

Projecto Porto Escondido, Médicos do Mundo - Portugal

Registo e Certificação de Cidadãos Europeus, Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto

SIMM-Sensibilidade e Integração das Mulheres Migrantes no Caminho para a Igualdade de Oportunidade, Associação de Solidariedade Internacional

Solidariedade Social, Cáritas Diocesana Viana do Castelo e ACIDI, I.P.

REGIÃO CENTRO



Acolhimento de Imigrantes, Casa Paroquial de São José e ACIDI, I.P.

Animação de Recreios, ADEPE - Associação para o Desenvolvimento de Peniche

Ao Encontro da Legalização, Centro de Acolhimento João Paulo II

Apoio a Imigrantes, Associação de Apoio ao Imigrante de S. Bernardo

Apoio a Imigrantes (Aulas de Português e Encaminhamentos Vários), Cáritas Diocesana da Guarda

Atribuição de Bolsas de Estudo a alunos oriundos dos Municípios de Angoche e Praia, para frequência de estabelecimento de ensino superior privado, CM Figueira da Foz

Aulas de Língua e Cultura Portuguesas e Língua e Cultura Ucraniana, Interculturalidade e Círculo Experimental de Matemática, Escola Básica nº2 de Leiria e AMIGrante

Centro de Alojamento Temporário "Farol", Cáritas Diocesana de Coimbra

Ciclo Formativo "Formar para Integrar - Migrações e Interterritorialidade", Parceria CM Óbidos, Cadaval, Lourinhã, Santa Casa Misericórdia do Bombarral e Associação para o Desenvolvimento de Peniche

Clube Europeu e Clube do Japão, Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes

Comemoração do Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e para o Desenvolvimento, Câmara Municipal de Óbidos

Comunicação com os Imigrantes, Hospital de Santo André

Crescer Cidadão, ANJAF - Associação Nacional de Jovens para a Acção Social

Cuidar... para Integrar, Cáritas Diocesana de Leiria

Curso de Português para Imigrantes, Escola Secundária de Coruche e ACIDI, I.P.

Direito à Alimentação, Saúde, Habitação e Ensino, Centro de Acolhimento João Paulo II

Gabinete de Acção Comunitária (GAC/CLAI), Centro Social Paroquial de Vera Cruz e ACIDI, I.P.

Gabinete de Apoio ao Emigrante, Câmara Municipal de Pinhel

Gabinete do Emigrante - Novas Oportunidades, Câmara Municipal de Resende

Guichet do Migrante, Centro de Saúde de Vale de Cambra

Núcleo de Informação e Apoio ao Imigrante, Cercipeniche

Português para Estrangeiros, Agrupamento de Escolas Josefa d'Óbidos

POSI - Criação de Espaços Públicos de Acesso à Internet, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

Preparação para a Vida Activa, Centro de Acolhimento João Paulo II

Procedimentos de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal, Centro Hospitalar da Cova da Beira

Programa Português Língua não Materna, Agrupamento Vertical de Escolas de Armamar

Projecto "Renovar as Origens", Associação Integrar

Projecto PLS "Vamos Aprender a Língua Portuguesa", Escola EB1 Quinta do Alçada - Agrupamento de Escolas de Marrazes

Promoção da Cidadania Intercultural, AMIGrante - Ass. de Apoio ao Cidadão Migrante e AFS Intercultura Núcleo de Leiria

"Região de Leiria" - Artigos Relacionados com Imigração, Semanário Região de Leiria

Registo e Certificação de Cidadãos Europeus, Câmara Municipal da Guarda,

Riqueza da Diferença - Encontro de Culturas, Cáritas Diocesana da Guarda e Câmara Municipal da Guarda

SemprAndar - XIV Prémio de Atletismo de S. Pedro, SemprAndar por Caminhos de S.Pedro

Um Sol e Muitas Culturas, Escola Básica 2º e 3º Ciclos João Afonso de Aveiro

REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO



Apoio ao Imigrante, Junta de Freguesia da Ericeira

Apoio Jurídico, Associação de Apoio ao Imigrante Árabe

Atendimento e Acolhimento de Imigrantes, Câmara Municipal de Sintra e ACIDI, I.P.

A Arte de Integrar - Estratégias de Intervenção Sócio-cultural num Agrupamento de Escolas da Periferia de Lisboa, Escola E.B. 2,3 Prof Orey da Cunha

A Associação e o Bairro: Serviço de Apoio à Infância/Gabinete de Apoio à Família/Realojamento, Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude

A Leste, APF - Associação para o Planeamento da Família

Acolher e Ajudar Também É Amar, Centro Padre Alves Correia

Acolhimento e Inscrições para Emprego, IEFP-Centro de Emprego de Sintra

Acolhimento e Integração do Imigrante, Câmara Municipal Odivelas e ACIDI, I.P.

Aconselhamento Jurídico, Amnistia Internacional Portugal

Aconselhamento/Reencaminhamento Informal, Associação Filhos e Amigos de Bachil

Aqualva Acolhe, Junta de Freguesia de Aqualva

Anos Ka Ti Manda, Associação de Jardins-Escola João de Deus

Apoio à Integração de Imigrantes, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e ACIDI, I.P.

Apoio a Vítimas de Tortura, CAVITOP - Centro de Apoio a Vítimas de Tortura

Apoio ao Associativismo e Acesso à Informação, Câmara Municipal de Azambuja e ACIDI, I.P.

Apoio ao Imigrante, Junta de Freguesia da Ericeira

Apoio Comunitário Porta Aberta, Associação Luso-CaboVerdiana de Sintra

Atendimento de Imigrantes (e tratamento de processos), SOLIM - Associação Solidariedade Imigrante e ACIDI, I.P.

Atendimento e Acolhimento de Imigrantes, Câmara Municipal de Sintra e ACIDI, I.P.

Atendimento e Acolhimento do Imigrante, Câmara Municipal de Barreiro e ACIDI, I.P.

Aulas de Línguas, SOLIM - Associação Solidariedade Imigrante

Boletim Informativo "Mantenha", Associação Caboverdiana de Setúbal

CACI - Centro de Apoio ao Conhecimento e Integração, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e ACIDI, I.P.

Cem Diferenças, Sem Diferença, Câmara Municipal de Sesimbra

Centro de Apoio ao Conhecimento e à Integração de Coruche, Câmara Municipal de Coruche,

Centro Novas Oportunidades, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa,

Centro Pedro Arrupe, Serviço Jesuíta aos Refugiados

Centro S. Pedro Claver, Leigos para o Desenvolvimento

Ciberespaço da Cova da Moura, Associação de Solidariedade Social da Cova da Moura

Comemoração do Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, Câmara Municipal de Sintra

Conferência: "O direito universal ao acesso à prevenção, aos tratamentos e aos cuidados de saúde para os migrantes e minorias étnicas na Europa e em Portugal: a perspectiva da comunidade+ Formação sobre Migrantes e Minorias étnicas - a situação de Portugal", GAT - Grupo Português de Activistas sobre Tratamentos de VIH/Sida

Consulta do Migrante, Núcleo de Psiquiatria Transcultural do Hospital Miguel Bombarda e Associação Portuguesa de Psicologia e Psiquiatria Transcultural

Curso de Formação Extra-escolar: Português para Estrangeiros, Escola Secundária D. Luísa de Gusmão

Curso de Português Língua Segunda, Escola Secundária Luís de Freitas Branco

Curso de Português para Imigrantes, Escola Secundária de Coruche e ACIDI, I.P.

Cursos de Português para Estrangeiros, Serviço Jesuíta aos Refugiados e ACIDI, I.P.

Português para Todos, Câmara Municipal de Alenquer

D.A.R. à Costa - Tr@nsFormArte, PROFORMAR - Centro de Formação de Almada Ocidental

Diversidade linguística na Escola Portuguesa, ILTEC - Instituto de Linguística Teórica e Computacional

Djanné É Pinal ("Educação e Cultura"), Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica

Encontro Juvenil da Diáspora Africana em Portugal, Núcleo de Estudantes Africanos da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa

Encontro Nacional de Apoio Social ao Imigrante, Obra Católica Portuguesa de Migrações

Ensino de Línguas (Português para Estrangeiros), Centro de Línguas e Informática da Costa do Sol

Ensino do Português como Língua não Materna, Escola Secundária D. Luísa de Gusmão

Escolhas Saudáveis, Associação Luso-CaboVerdiana de Sintra

Espaço-Emprego, Junta de Freguesia de Monte Abraão

Espaço Cidadania Lisboa, ACIDI, I.P. e Câmara Municipal Lisboa

Espaço Informação Mulher, Câmara Municipal de Sintra

Estudo sobre População Imigrante Residente no Concelho de Cascais, Câmara Municipal de Cascais

Festa Anual, Associação Filhos e Amigos de Bachil

Festa da Independência de Cabo Verde, Associação de Solidariedade Social da Cova da Moura

Fomento da Prática do Andebol, Câmara Municipal de Oeiras-Centro Comunitário do Alto da Loba

Formar para Inserir, Câmara Municipal Oeiras e Assoc. Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento

Fórum Gulbenkian Imigração, Fundação Calouste Gulbenkian

Gabinete do Imigrante e Minorias Étnicas, Câmara Municipal de Setúbal-Div. Inclusão Social

Gabinete de Apoio ao Estudante, Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária

Gabinete de Apoio ao Imigrante, Associação Luso-CaboVerdiana de Sintra

Gabinete Apoio ao Imigrante - Projecto Vias Alternativas, Junta de Freguesia de Algueirão - Mem Martins e parceiros

Gabinete de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas, Câmara Municipal de Santarém

Gabinete de Apoio a Imigrantes pela Arte, AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global

Gabinete de Consulta e Apoio ao Cidadão Estrangeiro, Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados

Gabinete de Língua Portuguesa - "Criando Letras de Inclusão", AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global

Gabinete de Saúde do CNAI de Lisboa, Ministério da Saúde e ACIDI, I.P.

GAI: Gabinete de Apoio a Imigrantes, AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global

Habitação Social, Câmara Municipal de Sintra

Histórias de Ida e Volta, Câmara Municipal de Oeiras

Humanus CAM, Associação Humanidades, APF - Associação para o Planeamento Familiar, CIG – Comissão para a Igualdade de Género, Hospital Júlio de Matos, Perfil - Psicologia e Trabalho, Lda e SCMA - Santa Casa da Misericórdia de Albufeira

InfoBrazuca, Cláudia Jeanne do Nascimento

Integração pela Participação, Casa Seis - Associação para o Desenvolvimento Comunitário

Integração Social do Estrangeiro, Associação de Defesa dos Direitos Humanos

Intervenção de Proximidade - Centro Comunitário Alto da Loba, Câmara Municipal de Oeiras

Intervenção de Proximidade - Funcionamento de 3 Pólos CLAll, Câmara Municipal de Oeiras e ACIDI, I.P.

Juntos na Descoberta e Aceitação da Diferença, Fundação Júlia Moreira - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

“Nas Minhas Férias Grandes eu Fiz ...”, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Noite Saudável, Médicos do Mundo - Portugal

O Mundo na Nossa Escola, Escola Secundária com 3º ciclo Ens. Bás. Henriques Nogueira

Oficina de Língua Portuguesa, Escola Básica 2,3 de Vialonga

Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal - Espaço Cidadania Seixal, Câmara Municipal do Seixal

Passaporte para o Acesso à Saúde Imigrante, APF - Associação para o Planeamento da Família

PISCJA - Projecto de Inclusão Social de Crianças e Jovens do Armador, Geração Adolescer - Associação para a Integração Psico-Social de Crianças e Jovens

Plural (Nós e os Outros), Escola Secundária Miguel Torga

Ponto Imigrante - Apoio Local à Imigração, LUSOTEMP-Empresa de Trabalho Temporário e ACIDI, I.P.

Português - Língua não Materna, Escola Básica Rainha D. Leonor Lencastre

1º Festival ImigrArte, SOLIM - Associação de Solidariedade Imigrante, em parceria com CEM - Centro em Movimento, Apordoc, Cooperativa Cultural Crew Hassan, Bacalhoeiro, Planeta Dança

Proficiência Linguística, Escola Básica 2,3 Professor António Lopes

Programa Artigo 13.º - Encontro Sobre Migrações, Câmara Municipal de Loures-Gab. Assuntos Religiosos e Sociais Específicos

Programa de Apoio Financeiro às Instituições Sem Fins Lucrativos Promotoras do Desenvolvimento Social e de Saúde do Concelho de Sintra, Câmara Municipal de Sintra

Programa de Promoção Social dos Ciganos, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Programa de Rádio “Outros Mundos”, Câmara Municipal da Azambuja e ACIDI, I.P.

Programa Migrações e Igualdade de Oportunidades, UCCLA - União de Cidades Capitais Língua Portuguesa

PROGRIDE-Projecto Ser Mulher, AMCV - Associação de Mulheres Contra a Violência

Projecto “Migrações e Desenvolvimento”, Direcção - Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesa

Projecto “Nu Kre Bai Na Bu Onda”, Associação de Solidariedade Social da Cova da Moura

Projecto Agir, Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro

Projecto Dar a Mão, PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-cultural

Projecto Educativo para os Alunos de Língua Romena nas Escolas Portuguesas, Centro de Estudos Multiculturais

Projecto O Espaço, Desafios e Oportunidades, Grupo de Aeromodelismo “Os Caças”

Projecto Geração/Oportunidade, Câmara Municipal da Amadora, Fundação Calouste Gulbenkian, ACIDI, I.P. e parceiros operacionais no terreno

Projecto Integrado do Bairro da Quinta da Serra, Médicos do Mundo - Portugal

Projecto MUS-E (MUS-E/Oeiras), Associação Menuhin Portugal

Projecto Pedagógico “Vamos Conhecer, Conhecendo-nos”, Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão

Projecto Raízes, Junta de Freguesia de Monte Abraão

Projecto Sabura, Associação Cultural Moinho da Juventude

Projecto Távola Redonda, Junta de Freguesia de Caneças, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças e parceiros

Reencontros, Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão

RefugiActo, Conselho Português para os Refugiados

Serviço de Apoio a Imigrantes, Câmara Municipal de Grândola

Serviço de Orientação, Formação e Inserção profissional, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Sessão de Esclarecimento sobre a Nova Lei da Nacionalidade, Câmara Municipal de Salvaterra de Magos

SPIN-Serviço de Proximidade e Informação, Câmara Municipal de Loures-Gab Assuntos Religiosos e Sociais Específicos

Tradução de Documentos Informativos para Imigrantes (Saúde Materna e Infantil), Centro de Saúde de Sintra (todas as extensões)

Tu Kontas, Câmara Municipal do Montijo e consórcio

Um Amigo Hoje... Um Futuro Amanhã, PSP Lisboa

Um Dia Diferente entre Iguais, Instituto Português da Juventude de Setúbal

UNIVA- DAR Oportunidades, União da Associação de Pais do Agrupamento Vertical de Escolas da Caparica

UNIVA - Percurso Activo, Associação Luso-CaboVerdiana de Sintra

UNIVA Kcitar (Rede UNIVA Imigrante), Associação de Jardins-Escola João de Deus

Várias Culturas, Uma Escola, Escola Básica 2, 3 Manuel da Maia

REGIÃO SUL



Algarve

Apoio Social aos Imigrantes e Pessoas Carenciadas, Gazeta de Lagoa

Apresentações Quinzenais, Junta Freguesia Portimão

Atendimento de Imigrantes, Cruz Vermelha Portuguesa Vila Real de Sto. António e ACIDI, I.P.

Atletismo, Associação Cabo-Verdiana do Algarve

Aulas de Português para Estrangeiros, Agrupamento Vertical de Escolas de Paderne

Centro de Apoio ao Conhecimento e Integração. Portal de Emprego, ANJAF - Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar

Centro de Integração e Acolhimento, C.A.P.E.L.A.- Centro de Apoio à População de Leste e Amigos

Cursos de Português como Segunda Língua, Acções Saber +, MAPS - Movimento de Apoio à Problemática da Sida

Estudo Diagnóstico da Incidência da Migração e Imigração em Realidades Diferentes com Efeitos na Segurança Pública, Câmara Municipal de Vila Real Santo António

Feira da Cidadania e Seminário de Boas práticas de Intervenção Comunitária, Câmara Municipal de Lagoa

Festival da Canção Infantil "Chaminé d'Ouro", Junta Freguesia de Portimão

Gabinete de Apoio ao Cidadão, ANJAF - Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar,

Gabinetes de Apoio ao Morador dos Bairros Municipais de Porches e de Jacinto Correia, Câmara Municipal de Lagoa

Integração de Profissionais de Saúde, Centro Hospitalar do Baixo Alentejo

Integro, Escola Secundária de Vila Real de Santo António

Maratona Multicultural, Câmara Municipal de Lagoa

Posto Público de Internet, Junta de Freguesia de Portimão

Prémio de Realização da Fundação Jack Petchey, Escola Básica Integrada de Ferreiras

Programa Sócrates Comenius 1 - Projecto PACE, Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes

Projecto "Nós e o Mundo", Escola Secundária de Albufeira

Projecto Arnaró Proect (Intervenção de Proximidade), Câmara Municipal de Faro

Quanto Melhor nos Conhecermos Melhor nos Compreendemos, Escola Básica 2º e 3º Ciclos Poeta Bernardo Passos
Registo e Certificação de Cidadãos Europeus, Câmara Municipal de Moura
Rios de Adrenalina, Junta de Freguesia de Portimão
Saúde Sexual e Reprodutiva em Minorias Étnicas, ANJAF - Associação para o Planeamento da Família

Alentejo

Atendimento e Encaminhamento da População Imigrante, ACIRMA - Associação da Comunidade Imigrante Romena, Moldava Alentejo
Clube Multicultural, Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Vendas Novas
Encontro Nacional de Secretariados da Pastoral da Mobilidade Humana - "Mulheres em Mobilidade: Fronteiras de Dignidade", Obra Católica Portuguesa de Migrações
Imigrantes no Ensino Superior: Multilinguismo, Multiculturalidade e Integração Social, Universidade de Évora
Incluindo, COMOIPREL - Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada e ACIDI, I.P.
Observatório para as Dinâmicas Territoriais, COMOIPREL - Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, CM Moura
Pavilhão Multiculturalidades (Exposição e apresentação de filme, lançamento de livro; Mostra gastronómica de produtos regionais da Bulgária; Colóquio "Igualdade de Oportunidades para a Diversidade"), Câmara Municipal Odemira, INDE, TAIPA, Comunidade TAMERA, SOLIM, INATEL
Semana de Línguas e Culturas, COMOIPREL - Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada e ACIDI, I.P.

Índice das Entidades e Contactos

Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento
Rua Carlos Ramos 47 - R/C - e
2780-216 Oeiras
Tel: 214417024

ADEPE (Associação para o Desenvolvimento de Peniche)
Avenida do Porto de Pesca, Lote C-11
2520-208 Peniche
Tel: 262787959

Agrupamento de Escolas Josefa d'Óbidos
Rua das Artes
2510-042-Óbidos
Tel: 262959836

Agrupamento Vertical de Escolas de Armamar
Bairro de Santa Bárbara
5110-123 Armamar
Tel: 254855290

Agrupamento Vertical de Escolas de Santa Marta de Penaguião
Rua de Santa Comba
5030-462 Santa Marta de Penaguião
Tel: 254811257

Agrupamento Vertical de Paderne-EBI/JI de Paderne
Apartado 42 - Casinhas
8200-926 Paderne
Tel: 289370800

AIDGLOBAL
Rua Gago Coutinho, nº3-2º Esq.
2680-523 Camarate
Tel: 218946028

AIPA- Associação dos Imigrantes nos Açores
Rua do Mercado, 53 H, 1º
9500-326 Ponta Delgada
Tel: 296286356

AMCV (Associação de Mulheres Contra a Violência)
Alameda D. Afonso Henriques, 78, 1º Esq.
1000-125 Lisboa
Tel: 213802160/63

AMIGrante (Associação de Apoio Cidadão Migrante) e Núcleo de Leiria-Intercultura
Largo Salgueiro Maia; Centro Associativo Municipal, 1.º andar
2400-221 Leiria
Tel: 244890036

Amnistia Internacional Portugal
Av. Infante Santo, 42, 2º
1350-179 Lisboa
Tel: 213861652

Apordoc (Associação pelo Documentário)
Rua dos Bacalhoeiros, 125 - 4º
1100-068 Lisboa
Tel: 218860800

Associação C.A.P.E.L.A - Centro de Apoio à População Emigrante de Leste e Amigos
Urbanização do Pimentão, Lote 6, Cave; Dto
8500 Portimão
Tel: 282495583

Associação Caboverdiana de Setúbal
Rua do Antigo Olival, nº 8, E-11,
São Sebastião 2910-060 Setúbal
Tel: 265761002

Associação Cabo-Verdiana do Algarve
Casa de Santa Catarina, Urbanização do Pimentão Lt. 6 - Cave Dto
8500-000 Portimão
Tel: 282470731

Associação Cultural Moinho da Juventude
Travessa do Outeiro, 1, Alto da Cova da Moura-Buraca
2610-202 Buraca
Tel: 214906510

Associação da Comunidade Imigrante Romena, Moldava do Alentejo
Avenida de Carmo 41, 2º Esq
7860-197 Moura
Tel: 961227382

Associação de Apoio ao Imigrante Árabe
Rua Martinho D'Assunção, n.º38,
2740-100 Porto Salvo
Tel: 213716700

Associação de Apoio ao Imigrante de S. Bernardo
Rua Cónego Maio 133 São Bernardo
3810-089 Aveiro
Tel: 234342890

Associação de Imigrantes Magrebinos e Amizade Lusó-Árabe ESSALAM
Rua Do Cativo, 76
4000-160 Porto
Tel: 964943929

Associação de Jardins-Escola João de Deus
Avenida Álvares Cabral, 69
1250-017 Lisboa
Tel: 213960854

Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude
Estrada Militar Talude, nº 62,
Bairro Veneslau Catujal 2685-486 UNHOS
Tel: 219418314/ 965 736 052

Associação de Solidariedade Internacional
Rua Senhora da Luz, n.º 221 - 1.º Dto
4150-697 Porto
Tel: 226105546

Associação de Solidariedade Social da Cova da Moura
Rua do Vale, 17
2610 - 232 Amadora
Tel: 214905144

Associação Defesa Direitos Humanos
Rua João V, nº19-5º Esq.
1250-089 Lisboa
Tel: 213869331

Associação dos Albergues Nocturnos do Porto
Rua Mártires Liberdade 237
4050-363 Porto
Tel: 223406027

Associação Filhos e Amigos de Bachil
Rua Jacinta Nicola, n.º 5, 2.º esquerdo Verderena
2830-000 Barreiro
Tel: 965748084

Associação Humanidades
Avenida do Brasil, 53 Edif. 14
1749-002 Lisboa
Tel: 217967787

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças
Rua das Ribeiras, Apartado 2015
1685-486 Caneças
Tel: 219817400

Associação Integrar
Rua do Teodoro, nº1 - S. José
3030-213 Coimbra
Tel: 239705697

Associação Juvenil Pontos nos Is
(contactos indisponíveis)

Associação Luso-CaboVerdiana de Sintra
Rua João XXIII Bl A, Lt 1, 3º Esq Serra das Minas
2635 - 173 Rio de Mouro
Tel: 219203371

Associação Mais Brasil
Rua das Flores, n.º69, Gabinete 5
4050-865 Porto
Tel: 223393547

Associação Menuhin Portugal
Rua António Maria Cardoso, n.º 68. Ed. CNC
1249-101 Lisboa
Tel: 213466722

Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar
Rua do Salitre, 185, R/C Dto.
1250-199 Lisboa
Tel: 289849129

Associação para o Desenvolvimento de Peniche
Avenida do Porto de Pesca, Lote C-11
2520-208 Peniche
Tel: 262787959

Associação para o Planeamento da Família
Rua da Artilharia Um, 2.º Direito
1250-040 Lisboa
Tel: 213853993

Associação para o Planeamento da Família
Rua Arnaldo Gama, nº 64, 2º andar
4000-094 Porto
Tel: 222085869

Associação para o Planeamento da Família
Rua Artilharia Um, 69 - 1º Frente
1250-038 Lisboa
Tel: 213832392

Associação Parceiros da Amizade
Tel:

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
Rua José Estêvão, 135 - A -Piso 1
1150 - 201 Lisboa
Tel: 213587900

Associação Portuguesa Psicologia e PsiquiatriaTranscultural/Núcleo Psiquiatria
Transcultural do Hospital Miguel Bombarda
Rua Doutor Almeida Amaral
1169-053 Lisboa
Tel: 213177400

Bacalhoeiro
Rua dos Bacalhoeiros,125 - 1º e 2º
1100-068 Lisboa
Tel: 218864891

Banco Espírito Santo
Departamento de Comunicação
Avenida Liberdade 195
1250-142 Lisboa
Tel: 213597122

Cáritas Diocesana da Guarda
Rua do Encontro, 45
6300-704 Guarda
Tel: 271212428

Cáritas Diocesana de Braga
Rua dos Falcões, s/n
4700-316 Braga
Tel: 253263252

Cáritas Diocesana de Coimbra
Rua D. Francisco de Almeida, Apartado 10126
3030-382 Coimbra
Tel: 239792430

Cáritas Diocesana de Leiria
Largo Padre Carvalho- Seminário Diocesano
2414-011 - Leiria
Tel: 244823692

Cáritas Diocesana Viana do Castelo
 Convento S. Domingos, Rua Frei Bartolomeu dos Mártires
 4900-364 Viana do Castelo
 Tel: 258813830

Casa Paroquial de São José
 Casa Paroquial de S. José - Rua Júlio Dinis
 3030-320 Coimbra
 Tel: 239718858

Casa Seis - Associação para o Desenvolvimento Comunitário
 Avenida de Timor Loro Sae, nº 14 - Loja, Mira Sintra
 2735-592 Agualva-Cacém
 Tel: 219188431

CEM-Centro em Movimento
 Rua dos Fanqueiros, nº150-1º
 1100-232 Lisboa
 Tel: 218871917

Centro das Comunidades Madeirenses
 Rua Alferes Pestana
 9050 Funchal
 Tel: 291203805

Centro de Acolhimento João Paulo II
 Igreja de S. José
 3030 - 320 Coimbra
 Tel: 239718001

Centro de Apoio a Vítimas de Tortura
 Rua Artilharia 1 48, 3º - D
 1070-013 Lisboa
 Tel: 213867084

Universidade Internacional (Centro de Estudos Multiculturais)
 Estrada de Benfica, 275
 1500-072 Lisboa
 Tel: 233402230

Centro de Línguas e Informática da Costa do Sol
 Rua Melo Sousa 9 - r/c
 2765-253 Estoril
 Tel: 214684915

Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão
 Rua Conde Barão - Alcoitão
 2649-506 Alcabideche
 Tel: 214608300

Centro de Saúde de Sintra
 Rua Visconde Monserrate, 2-2º
 2710 Sintra
 Tel: 219233400

Centro de Saúde de Vale de Cambra
 Rua do Hospital
 3730 Vale de Cambra
 Tel: 256423664

Centro de Saúde Professor Arnaldo Sampaio
 Rua Dr. José Pinto Rodrigues
 4800-050 Guimarães
 Tel: 253421340

Centro Hospitalar Cova da Beira
 Quinta do Alvito
 6200-251 Covilhã
 275330000

Centro Hospitalar do Baixo Alentejo
 Rua Dr. António Fernando Covas Lima
 7801 - 849 Beja
 Tel: 284310200

Centro Padre Alves Correia
 Rua St Amaro 43
 1200-801 Lisboa
 Tel: 213973030

Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica
 Rua José Estevão n.º 3 A r/c Reboleira
 2720-000 Amadora
 Tel: 214964712

Centro Social Paroquial de Vera Cruz/CLAIL
 Avenida Lourenço Peixinho, 15, 1.º Andar, Fração C
 3800-164 Aveiro
 Tel: 234380420

Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro
 Rua Ramiro Ferrão, 38 Cova da Piedade
 2200 Almada
 Tel: 212720140

Cercipeniche
 Rua Dr. João Matos Bilhau, nº26
 2520-453 Peniche
 Tel: 262780080

CLAIL de Coruche
 Rua de S. Francisco, n.º 8 A
 2100-121 Coruche
 243660047

InfoBrazuca
 Cláudia Jeanne do Nascimento
 Tel: 265572443

Câmara Municipal de Alenquer
 Praça Luís de Camões
 2580-317 Alenquer
 Tel: 263730900

Câmara Municipal da Amadora
 Avenida Gago Coutinho, nº.49
 2700-405 Amadora
 Tel: 214948200

Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
 Praça Velha
 9701 - 857 Angra do Heroísmo
 Tel: 295212131

Câmara Municipal de Azambuja
 Divisão de Saúde e Acção Social - Pátio do Valverde
 2050-000 Azambuja
 Tel: 263400491

Câmara Municipal de Baião
Praça Heróis do Ultramar
4640-158 Baião
Tel: 255540500

Câmara Municipal do Barreiro
Rua Miguel Bombarda, n.º 6
2830-355 Barreiro
Tel: 212148881

Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto
Praça da República
4860-355 Cabeceiras de Basto
Tel: 253669100

Câmara Municipal do Cadaval
Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro
2550-103 Cadaval
Tel: 262690100

Câmara Municipal de Cantanhede
Praça Marquês de Marialva
3060-133 Cantanhede
Tel: 231410123

Câmara Municipal de Cascais
Praça 5 de Outubro
2754-501 Cascais
Tel: 214815278

Câmara Municipal de Coruche
Praça da Liberdade
2100-121 Coruche
Tel: 243660047

Câmara Municipal do Baião
Praça Heróis do Ultramar
4640-158 Baião
Tel: 255540500

Câmara Municipal de Faro
Rua do Município
8000-398 Faro
Tel: 298872345

Câmara Municipal da Figueira da Foz
Paços do Concelho, Av. Saraiva de Carvalho
3084 - 501 Figueira da Foz
Tel: 233403300

Câmara Municipal de Grândola
Rua Dr. José Pereira Barradas
7570-281 Grândola
Tel: 269450000

Câmara Municipal da Guarda
Praça do Município
6301-854 Guarda
Tel: 271220705

Câmara Municipal de Lagoa
Largo do Município
8401 851 Lagoa
Tel: 282380429

Câmara Municipal de Lisboa
Paços do Concelho - Praça do Município
1100-365 Lisboa
Tel: 213943000

Câmara Municipal de Loures
Rua Manuel Augusto Pacheco, n.º 5, 2.º
2670-470 Loures
Tel: 219849259

Câmara Municipal da Lourinhã
Edifício dos Paços do Concelho - Piso 0 Praça José Máximo da Costa
2534-500 Lourinhã
Tel: 261410135

Câmara Municipal de Montemor-o-Velho
Praça da República
3140-258 Montemor-o-Velho
Tel: 239687300

Câmara Municipal do Montijo
Edifício Paços do Concelho - Rua Manuel Neves Nunes de Almeida
2870-352 Montijo
Tel: 212327857/ 58

Câmara Municipal de Moura
Praça Sacadura Cabral
7860-207 Moura
Tel: 285250400

Câmara Municipal de Óbidos
Largo de São Pedro, Edifício dos Paços do Concelho
2510 - 086 Óbidos
Tel: 262955500

Câmara Municipal de Odemira
Praça da República
7630-139 Odemira
Tel: 283320900

CLAll de Odivelas
Rua Laura Alves n5, 1.º Urb. Ribeirada
2675-608 Odivelas
219315920/1

Câmara Municipal de Odivelas
Rua Guilherme Gomes Fernandes Casa da Memória, 69 A
2675-372 Odivelas
Tel: 219320000

Centro Comunitário Alto da Loba
Câmara Municipal de Oeiras
Rua Instituto Conde de Agrolongo, nº 39 - Alto da Loba
2770-062 Paço de Arcos
Tel: 214420463

Câmara Municipal de Oeiras
Largo Marquês de Pombal
2784-501 Oeiras
Tel: 214408300

Câmara Municipal de Pinhel
Travessa Portão Norte
6400-303 Pinhel
Tel: 271410000

Câmara Municipal do Porto
Praça General Humberto Delgado
4049 – 001 Porto
Tel: 222097000

Câmara Municipal de Resende
Avenida Rebelo Moniz
4660-215 Resende
Tel: 254891653

Câmara Municipal de Salvaterra de Magos
Praça da República
2120-072 Salvaterra de Magos
Tel: 263500022

Câmara Municipal de Santarém
Palácio Landal, Rua Serpa Pinto nº125, 1º
2000 Santarém
Tel: 243329002

Câmara Municipal do Seixal
Rua Fernando de Sousa, 2
2840 Seixal
Tel: 210976220

Câmara Municipal de Sesimbra
Rua da República, 3,
2970-741 Sesimbra
Tel: 212288237

Câmara Municipal de Setúbal
Praça do Bocage
2900-866
Tel: 265545170

Câmara Municipal de Sintra
Espaço Informação Mulher
Rua Dr. Álvaro de Vasconcelos, n.º 2, 1.º andar
2710-420 Sintra
Tel: 219236007

Câmara Municipal de Sintra
Largo Dr. Vergílio Horta
2714-501 Sintra
Tel: 219238500

CLAll de Sintra
Centro Comercial Chaby, Av. Chaby Pinheiro, nº 40-44, loja 20
Mem Martins
Tel: 219222502

Câmara Municipal de Valongo
Avenida 5 de Outubro
4440-503 Valongo
Tel: 224227900

Câmara Municipal de Viana Castelo
R. Cândido dos Reis
4901-877 Viana do Castelo
Tel: 258813830

Câmara Municipal de Vieira do Minho
Praça Guilherme de Abreu
4850-527 Vieira do Minho
Tel: 253649270

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Rua Alves Redol n.º 16 – 1.º
2600-096 Vila Franca de Xira
Tel: 263285625

Câmara Municipal de Vila Real Santo António
Praça Marquês de Pombal
8900-231 Vila Real de Santo António
Tel: 281510087

Câmara Municipal de Vila Verde
Praça do Município
4730-733 Vila Verde
Tel: 253310500

Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados
Avenida da República, 47 - 7º Dtº
1050-188 Lisboa
Tel: 217990790

Comissão Episcopal da Mobilidade Humana e OCPM
Campo dos Mártires da Pátria, nº 43, r/c
1150-225 Lisboa
Tel: 218855470

Comissão Nacional Justiça e Paz
Quinta do Cabeço, Porta D
1885-076 Moscavide
Tel: 218855480

COMOIPREL (Coop. Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada)
Praça Sacadura Cabral
7860 Moura
Tel: 285251240

Comunidade Internacional Bahá'í
Av. Ventura Terra nº. 1
1600-708 - Lisboa
Tel: 217590474

Conselho Português para os Refugiados
Avenida Vergílio Ferreira, Lt. 764, Lj.D
1950-339 Lisboa
Tel: 218314372

Coordenação Educativa de Bragança
Avenida Cidade de Zamora, 52
5300-134 Bragança
Tel: 273300170

CRESAÇOR
Rua dos Capas, nº 50
9500-169 Ponta Delgada Açores
Tel: 296285150

Crew Hassan
Rua das Portas de Santo Antão 159 - 1º
1150-267 Lisboa
213466119

Cruz Vermelha Portuguesa de Braga
Avenida 31 de Janeiro, 317
4715-052 Braga
Tel: 253208870

Cruz Vermelha Portuguesa de Águeda
Avenida Calouste Gulbenkian
3750-102 Águeda
Tel: 234602642

Cruz Vermelha Portuguesa de Vila Real Sto. António
Avenida da República, 76
8900-204 Vila Real de St.º António
Tel: 259327487

CLAll de Braga
Rua Dr Francisco Machado Owen, n.º 150
4710-322 Braga
Tel: 253271185

Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
Ministério da Educação
Avenida 24 de Julho, n.º 140
1399 - 025 Lisboa
Tel: 213934500

Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas
Ministério dos Negócios Estrangeiros, Largo do Rilvas
1399-030 Lisboa
Tel: 213946901

Direcção Regional da Educação Açores
Carreira dos Cavalos
9700-167 Angra do Heroísmo
295401100

Direcção Regional das Comunidades dos Açores
Rua Cônsul Dabney, Colónia Alemã
9900-014 Horta
Tel: 292208100

Escola Básica 1/II do Carvalhal - Mindelo
Rua do Outeiro
4885-523 Mindelo
Tel: 252671902

Escola Básica 2 e 3 Ciclos Poeta Bernardo Passos
Rua 1º Junho
8150-022 São Brás de Alportel
Tel: 289841603

Escola Básica 2, 3 Manuel da Maia
Rua Freitas Gazul 6
1350-149 Lisboa
Tel: 213928870

Escola Básica 2,3 de Vialonga
Rua Gago Coutinho
2625 Vialonga
Tel: 21952890

Escola Básica 2,3 Professor António Lopes
Rua Engº José Henriques Lino
2120-092 Salvaterra de Magos
Tel: 263507085

Escola Básica 2º e 3º ciclos João Afonso de Aveiro
Rua das Pombas
3810-150 Aveiro
Tel: 234379920

Escola Básica Integrada de Ferreiras
Rua da Igreja
8200-559 Ferreiras
Tel: 255718410

Escola Básica nº2 Leiria e AMIGrante
Largo Salgueiro Maia
Centro Associativo Municipal, 1.º andar
Mercado Novo
2400-221 Leiria
Tel: 244827266

Escola Básica Rainha D. Leonor Lencastre
Rua Cidade do Rio de Janeiro, nº20 e 20A
Urbanização de São Marcos
2735 659 Cacém
Tel: 214263146/8

Escola E.B 2,3, Prof Orey da Cunha
Rua Bernardim Machado
2720-066 Damaia
Tel: 214906370

Escola EB1 Quinta do Alçada - Agrupamento de escolas de Marrazes
Urbanização da Quinta do Alçada
2400-450 Leiria
Tel: 224882391

Escola Profissional de Moura
Rua Henrique José Pinto, s/n - Apartado 72
7860-355 Moura
Tel: 285253235

Escola Secundária 3 de Vila Verde
Rua Professor Doutor José B Oliveira
4730-781 Vila Verde
Tel: 253310170

Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Vendas Novas
Avenida 25 de Abril, n.º 21
7080-136 Vendas Novas
Tel: 295891717

Escola Secundária com 3º ciclo EB Henriques Nogueira
Rua Henriques Nogueira
2560-342 Torres Vedras
Tel: 261330310

Escola Secundária de Albufeira
Rua das Escolas - Apartado 2071
8200-126 Albufeira
Tel: 289586779

Escola Secundária de Coruche
Avenida Capitão Salgueiro Maia, Sto Antonino
2100-042 Coruche
Tel: 243617553

Escola Secundária de Rocha Peixoto
Praça Luís Gamões
4490-441 Póvoa de Varzim
Tel: 252681884

Escola Secundária de Vila Real de Santo António
Rua Dr. José Campos Coroa
8900-210 Vila Real de Santo António
Tel: 281511563

Escola Secundária Dona Luísa de Gusmão
Rua Penha França
1199-011 Lisboa
Tel: 218161160

Escola Secundária Dr João Carlos Celestino Gomes
Rua da Escola Secundária
3830-135 Ílhavo
Tel: 234320130

Escola Secundária Garcia de Orta
Rua Pinho Leal
4150-620 Porto
Tel: 226198340

Escola Secundária Luís de Freitas Branco
Rua Carlos Vieira Ramos
2774 - 712 Paço de Arcos
Tel: 214425049

Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes
Avenida São João Deus
8500-508 Portimão
282450410

Escola Secundária Miguel Torga, Monte Abraão
Rua Cidade Desportiva, Monte Abraão
2745-012 Queluz
Tel: 214376314

Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil
Rua Professor Lima Basto
1070 Lisboa
Tel: 217271280

Espaço t
Rua do Sol, 14, 2.º
4000-527 Porto
Tel: 223403712

Fundação AMI (Assistência Médica Internacional)
Rua José do Patrocínio, 49
1949-008 Lisboa
Tel: 218362100

Fundação Calouste Gulbenkian
Avenida de Berna 45
1067-001 Lisboa
Tel: 217823000

Fundação Júlia Moreira
Rua de Adolfo Coelho, 9
1900-028 Lisboa
Tel: 218109020

Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto
Rua de Bonjoia, 185
4300 - 185 Porto
Tel: 225899260

GAT (Grupo Português de Activistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA)
Apartado 8216
1803-001 Lisboa
217210362

Gazeta de Lagoa
Largo Alves Roçadas 8 - A
8400-313 Lagoa Faro
Tel: 282341512

Geração Adolecer - Associação para a Integração Psico-Social de Crianças e Jovens
P.I.S.C.J.A. - Projecto de Inclusão Social de Crianças e Jovens do Armador
Tel: 917439817
piscja.pe@gmail.com

Grupo de Aeromodelismo "Os Caças"
Estrada Telhal
2725-588 Mem Martins Lisboa
Tel: 219167081

Grupo de Imigração e Saúde
(Morada postal indisponível)
<http://groups.google.pt/group/Imigracao-e-Saude/about?hl=pt-PT>

Hospital Amadora Sintra
IC 19
2720-276 Amadora
Tel: 214348200

Hospital de Santo André
Rua das Olhalvas
2410-197 Leiria
Tel: 24481700

IEFP-Centro de Emprego de Sintra
Avenida Heliodoro Salgado, 58 A-C
2710-573 Sintra
Tel: 219107120

INDE (Intercooperação e Desenvolvimento)
Avenida Frei Miguel Contreiras nº54 3º
1700-213 Lisboa
218435870

Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria
Rua Oliveira Monteiro, 231 2º
4050-443 Porto
Tel: 226093955

Instituto de Linguística Teórica e Computacional
Rua Conde de Redondo 74,5º
1150-109 Lisboa
Tel: 213563082

Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária
Travessa do Possolo 11 -3º
1350-250 Lisboa
Tel: 213957831

Instituto Português da Juventude
Largo José Afonso
2900-429 Setúbal
Tel: 265521200

Jornal "Açoriano Oriental"
Rua Bruno Tavares Carreiro 3438
9500-055 Ponta Delgada
Tel: 296202832

Junta Freguesia de Algueirão-Mem Martins
Rua Domingos Saraiva, 6A
2725-286 Algueirão-Mem Martins
Tel: 219229450/8

Junta Freguesia de Aqualva
Rua António Nunes Sequeira n.º 16
2735 054 Aqualva Cacém
Tel: 219188540

Junta Freguesia de Caneças
Largo Vieira Caldas, 18 - 1.º Esq.º
1675-605 Caneças
219802087

Junta Freguesia de Monte Abraão
Avenida da Liberdade, nº 31, Monte Abraão
2745-300 Queluz
Tel: 214373635

Junta Freguesia da Ericeira
Largo de Santa Marta, 9
2655-357 Ericeira
Tel: 261862988

Junta Freguesia de Portimão
Praça da República, 25, R/C
8500-540 Portimão
Tel: 282402140

Leigos para o Desenvolvimento
Estrada da Torre, nº26
1769-014 Lisboa
Tel: 217579138

LUSOTEMP-Empresa de Trabalho Temporário e ACIDI, I.P.
Edifício Premium, Alameda Fernão Lopes, nº 16A - 7º
Miraflores - 1495-190 Algés
214139484/0

MAPS (Movimento de Apoio à Problemática da Sida)
Avenida Cidade Hayward, Blocos C1 e D2 Apartado 4095
8000 Faro
Tel: 289887190

Médicos do Mundo - Portugal
Avenida de Ceuta (Sul),
Lote 4, Loja 1
1300-125 Lisboa
Tel: 213619521

Médicos do Mundo - Portugal
Rua Nascimento Costa,
It 9, piso 0, loja esquerda
1900-269 Lisboa
Tel: 218462002

Médicos do Mundo - Portugal
Avenida do Conde, 6150-1ºdto, Fte sala 11
4465-095 S. Mamede Infesta
Tel: 229039064

Millennium BCP Microcrédito
Praça de Alvalade, 16B
1700-038 Lisboa
Tel: 218411512

Millennium BCP
Dipc - Unidade Segmento Imigracao
Avenida Professor Doutor Cavaco Silva (Parque das Tecnologias) Edf 3 / Piso 2 a
2745 - 002 Porto Salvo
Tel: 214277330

Ministério da Saúde
Avenida João Crisóstomo 9 -6º
1049-062 Lisboa
Tel: 213305000

Núcleo de Estudantes Africanos da FCT-UNL
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa
2829-516 Caparica
Tel: 212948300

Obra Católica Portuguesa de Migrações
Campo dos Mártires da Pátria, nº 43, r/c
1150-225 Lisboa
Tel: 218855470

OIKOS-Cooperação e Desenvolvimento
Rua de Santiago 9
1100-493 Lisboa
Tel: 218823635

PROFORMAR - Centro de Formação de Almada Ocidental
Escola Secundária Monte de Caparica
Rua Projectada à da Urraca
2825 Monte de Caparica
Tel: 212946507

PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento
Urbanização Terraços da Ponte, lote nº 20 Bloco nº 2 r/c
2685-119 Sacavém
Tel: 2181106100

PSP Lisboa
Direcção Nacional PSP - Lgo Penha Franca, 1
1170-298 Lisboa
Tel: 218111021

Rede Social de Viana do Castelo
Rua Cândido dos Reis
4901-877 Viana do Castelo
Tel: 258809367

Santa Casa da Misericórdia do Bombarral
Avenida Inocência Cairel Simão
2540-003 Bombarral
Tel: 262605667

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Largo Trindade Coelho
1200-470 Lisboa
Tel: 213235441

Universidade de Évora, Departamento de Linguística
Largo dos Colegiais, 2
7004-516 Évora
Tel: 266740800

Secretariado Diocesano das Migrações
Rua Arcediago Van Zeller 50
4050-621 Porto
Tel: 226056031

Walker Consultores
Rua Ciriaco Cardoso 127
4150-213 Porto
Tel: 226103347

Semanário Região de Leiria
Rua D. Carlos I, 2-4; 2415-405 Leiria-Gare
Apartado 102 . 2401-971 Leiria
Tel: 244819950

SemprAndar, Comissão Organizadora
Avenida Remígio Falcão Barreto, 123
3090-698 São Pedro Figueira da Foz
Tel: 233431273

Serviço Jesuíta aos Refugiados
Rua 8 ao Alto do Lumiar, nº 59
1750 Lisboa
Tel: 217552790

Centro Pedro Arrupe
Serviço Jesuíta aos Refugiados
Bairro Ameixoeira Lote 10
1750 Lisboa
Tel: 217552790

STAD (Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Portaria, Vigilância,
Limpeza e Actividades Similares)
Rua S. Paulo, 12 - 1º
1200-428 Lisboa
Tel: 213463756

Socialis (Associação de Solidariedade Social)
Travessa Dr. Carlos Felgueiras, 31 - R/C Dto
4470 Maia
Tel: 229481210

SOLIM (Solidariedade Imigrante)
Rua da Madalena, 8 - 2º andar
1100-321 Lisboa
Tel: 218870713

TAIPA, CPRL - Cooperativa de Responsabilidade Limitada
Travessa do Miradouro, nº1 Apartado nº9
7631-909 Odemira
Tel: 283320020

UCCLA (União de Cidades Capitais Língua Portuguesa)
Rua de São Bento, 640,
1250 – 222 Lisboa
Tel: 213845622

União da Associação de Pais Agrupamento Vertical de Escolas da Caparica
Rua João Lopes
2825-471 Caparica
Tel: 96 702 4830

Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Rua José Estêvão, 137, 8º
1150-201 Lisboa Portugal

Tel.: + 351 21 324 29 40
Fax: + 351 21 324 29 49

Website: <http://www.iom.int>

E-mail: iomlisbon@iom.int

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI)

Rua Álvaro Coutinho, 14
1150-025 Lisboa Portugal

Tel.: + 351 21 810 61 00
Fax: + 351 21 810 61 17

Website: <http://www.acidi.gov.pt/>

E-mail: acidi@acidi.gov.pt

Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)

Rua do Sacramento à Lapa, 21
1249-090 Lisboa Portugal

Tel.: + 351 21 393 58 00
Fax: + 351 21 3963358

Website: <http://www.flad.pt>

E-mail: fladport@flad.pt

